

Bagóas

ESTUDOS GAYS *
GÊNEROS E SEXUALIDADES

V. 15, N. 23

23

Proposta Editorial

Publicação semestral de estudos teóricos, pesquisas empíricas, ensaios e resenhas sobre as temáticas de gênero e sexualidade, com destaque para os estudos gays, lésbicos e queer sobre homossexualidades, lesbianidades, transexualidades. A revista publica igualmente trabalhos de teoria social, direitos humanos, cultura e política que dialoguem com a temática central.

A revista tem registo no Sociological Abstracts

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Bagoas: revista de estudos gays / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. - V. 1, n. 1 jul./dez. 2007) - . - Natal: 2007- . v. 15; 23 cm.

Semestral.

Início: jul./dez. 2007.

Editor: Alípio DeSousa Filho

Descrição baseada em: v. 1, n.1, jul./dez. 2007.

ISSN 1982-0518

1. Ciências Humanas e Sociais - Periódico. 2. Sexualidades - Periódico. 3. Ética sexual - Periódico. 4. Ética moral - Periódico. 5. Homossexualidades - Periódico. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 168.522:3(05)

Bagóas

ESTUDOS GAYS *
GÊNEROS E SEXUALIDADES

23

V. 15, N. 23

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo
Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

INSTITUTO HUMANITAS

Diretor: Alipio DeSousa Filho
Vice-Diretor: Anne Christine Damásio

EDITOR

Alipio DeSousa Filho

EDITORA ADJUNTA

Rayane Dayse da Silva Oliveira

APOIO TÉCNICO

Marcelo de Souza Zimmermann

COMISSÃO EDITORIAL

Anne Christine Damásio - UFRN
Avelino Aldo Lima Neto - IFRN
Cinara Nahra - UFRN
Jader Ferreira Leite
Josenildo Oliveira - UFRN
Maria Helena Braga - UFRN

CONSULTORIA EDITORIAL

Adriana Piscitelli - UNICAMP
Adriana Resende Barretto Vianna - UFRJ
Alessandro Soares da Silva - USP
Alexandre Câmara Vale - UFC
Denílson Lopes - UFRJ
Edrisi Fernandes - UFRN
Emerson da Cruz Inácio - USP
Eugênia Correia Krutzen - UFPB
Fabiano Gontijo - UFPA
Felipe Bruno Martins Fernandes - UFBA
Fernando Bessa Ribeiro - UTAD - Portugal
James Noyle Green - University of Brown - EUA
Joel Birman - UFRJ
Júlio Simões - USP
Laura Moutinho - USP
Leandro Colling - UFBA
Luiz Fernando Dias Duarte - UFRJ

Luiz Mello de Almeida Neto – UFG
Luiz Mott – UFBA
Luiz Paulo Moita Lopes – UFRJ
Maria Luiza Heilborn – UERJ
Michel Maffesoli – Sorbonne – França
Miguel Vale de Almeida – ISCTE – Portugal
Miriam Grossi – UFSC
Paulo Roberto Ceccarelli – PUC-BH
Peter Fry – UFRJ
Regina Facchini – UNICAMP
Ricardo Barrocas – UFC
Richard Miskolci – UFSCar
Robert Howes – University of London – Inglaterra
Rogério Diniz Junqueira – INEP
Sérgio Carrara – UERJ
Sonia Correa – ABIA
Tânia Navarro-Swain – UNB
Toni Reis – ABGLT
Vitor Cei Santos – UFRO
Wanderson Flor do Nascimento – UnB
Wilton Garcia Sobrinho – UBC

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Victor Hugo Rocha Silva

Sumário

- 8** EDITORIAL
Rayane Oliveira
- 15** DOSSIÊ
Permanências e Mudanças: Gênero e Sexualidade nas Últimas Décadas
Organizadores:
Alipio De Sousa Filho
Rayane Dayse da Silva Oliveira
- 16** **Gênero, Sexualidade e Educação: um estado do conhecimento**
Janivaldo Cordeiro
- 58** **Políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil: conquistas e retrocessos diante do neoconservadorismo**
Geovane Gesteira Sales Torres
Raimundo Batista dos Santos Junior
- 102** **“[...]Ele era uma pessoa normal, e a partir do momento que ele fez parte do grupo de dança ele tornou-se gay”:
gêneros, sexualidades e a docência**
Joanderson de Oliveira Gomes
- 131** **Entre Silêncios e Desafios: Representações Sociais de Docentes sobre Diversidade Sexual na Educação Básica**
Douglas Paulino Barreiros
José Roberto da Silva Brêtas

- 169** **ARTIGOS**
Saúde mental na militância trans: lutas entre a representatividade e a sobrevivência
Felipe de Baére
Valeska Zanello
- 216** **A utopia pornográfica na ditadura cis-hétero-militar brasileira**
Ricardo Afonso-Rocha
- 257** **Masculinidades e relações de poder na animação “O Rei Leão”**
Thomaz Spartacus Martins Fonseca
Anderson Ferrari
- 306** **Adélia Sampaio e o “júri do amor maldito”**
camila Nadedja Teixeira Barbosa
- 342** **Quando memórias breves são enunciadas: sintaxe de afetos sutis e inesquecíveis na composição de personagens gays a partir de “As coisas” de Tobias Carvalho**
Marcelo Santana Ferreira
- 385** **ENTREVISTA**
com Sarah Schulman sobre a obra “Ties that Bind: Familial Homophobia and its Consequences”
Rayane Dayse da Silva Oliveira (Entrevista e Tradução)
- 399** **RESENHA**
Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora
Alberto Luís Araújo Silva Filho

Editorial

Rayane Oliveira

Editora Adjunta





É com grande entusiasmo que publicamos a vigésima terceira edição da *Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*. Esta edição marca o retorno das atividades da revista, que segue dedicada a cumprir seu projeto original, de atuar como um espaço para discussões e reflexões críticas sobre questões de gênero e sexualidade. A *Bagoas* se dedica à publicação de estudos teóricos, pesquisas empíricas, ensaios, entrevistas e resenhas que abordam as temáticas de gênero e sexualidade de maneira crítica, e conta com a valiosa contribuição de pesquisadores, tanto do Brasil quanto do exterior, aprimorando sua proposta editorial a cada nova edição.

Observando em retrospecto, percebemos como a sua trajetória reflete o compromisso com as teorias críticas, a diversidade, as lutas por reconhecimento e pela garantia dos direitos humanos. Desde o seu lançamento em 2007, a revista *Bagoas*, primeiro periódico acadêmico dedicado aos estudos *gays* na América do Sul e em países de língua portuguesa, tem publicado textos de significativa relevância e impacto nos campos dos estudos de gênero e sexualidade, firmando-se como um periódico de referência nacional nas reflexões sobre essas temáticas. O ineditismo e a relevância das publicações de autoras e autores que colaboraram com o periódico ao longo dos anos, e que escolheram a revista *Bagoas* como canal de divulgação de suas pesquisas, registra na produção escrita e publicada a sua valiosa contribuição.

A exemplo da solidez e relevância acadêmico-científica da Bagoas temos a recente notícia de que tivemos o texto mais acessado dentre todos os periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2023. O artigo de autoria da Antropóloga Julieta Vartabedian, intitulado “Travestis brasileiras trabalhadoras do sexo: algumas notas além da heteronormatividade”, encerrou o ano de 2023 com mais de cento e trinta mil (130.000) acessos. Esse é apenas um dos muitos exemplos do impacto significativo que a revista Bagoas possui no campo dos estudos de gênero e sexualidade, não só no meio acadêmico, mas no diálogo com a sociedade.

Nesse cenário, a Bagoas tem funcionado como uma plataforma valiosa para estudiosos e acadêmicos divulgarem suas pesquisas e avançarem no conhecimento dessas áreas, fomentando debates críticos, reflexões teórico-filosóficas e científicas e abrindo novas perspectivas de análise. Cabe também destacar o esforço contínuo da revista em informar e lutar contra preconceitos, discriminações, naturalizações e violências. Em sua vocação acadêmica e militante, a Bagoas tem demonstrado sua relevância não apenas no campo acadêmico, mas também nos âmbitos social e político, dialogando com movimentos sociais e atores que realizam o enfrentamento diário das violências, discriminações e violações dos direitos humanos. Entendendo,

assim, como em uma citação da teórica estadunidense Sarah Schulman (2009, p.12) que “intervir é realinhar as relações de poder”, a Bagoas opera para trazer visibilidade às lutas por reconhecimento, mirando um horizonte mais inclusivo, que reconheça as identidades sexuais e de gênero em sua diversidade, e se posicionando como uma força importante na busca pela garantia da não-violência contra sujeitos LGBTQIAP+.

O retorno das atividades de publicação simboliza um compromisso renovado com a disseminação do conhecimento e com a promoção do diálogo sobre questões de gênero e sexualidade, reforçando e expandindo a influência dessas discussões na sociedade. O periódico seguirá se dedicando a explorar a transformação contínua dessas reflexões e a influência que ela exerce sobre a sociedade, reafirmando o compromisso com a produção de conhecimento que não apenas lança luz sobre esses debates, mas também inspira mudanças positivas. Agora vinculada ao Instituto Humanitas de Estudos Integrados, a revista seguirá publicando por intermédio da chamada de artigos em fluxo contínuo e de dossiês temáticos, com periodicidade de edições semestrais.

Os textos publicados na vigésima terceira edição são oriundos do fluxo contínuo de recepção da revista, e reafirmam os tópicos de interesse do periódico, com destaque

para os estudos *gays*, lésbicos e *queer* sobre homossexualidades, lesbianidades, transexualidades, e igualmente trabalhos de teoria social, direitos humanos, cultura e política que dialoguem com a temática central. Esta edição apresenta também uma entrevista inédita com a professora e pesquisadora estadunidense Sarah Schulman, que discute sua obra *Ties That Bind: Familial Homophobia and Its Consequences*, obra em que Schulman introduz e desenvolve o conceito de homofobia familiar. Vale ressaltar que a autora já possui um texto publicado na Bagoas anteriormente, em sua quinta edição, que consiste em uma tradução, também inédita, para o português, da introdução da mesma obra, realizada pelo professor Felipe Bruno Martins Fernandes.

A 23ª edição contempla ainda o Dossiê Temático intitulado “Permanências e Mudanças: Gênero e Sexualidade nas Últimas Décadas”, organizado por Alípio DeSousa Filho (Editor-Chefe) e Rayane Oliveira (Editora Adjunta), que discute as nuances das questões de gênero e sexualidade ao longo das últimas décadas, a partir de textos originais que debatem questões como as formas como os padrões e normas de gênero e sexualidade têm persistido ou se modificado; transformações sociais, políticas, culturais e econômicas que têm afetado as questões de gênero e sexualidade; rupturas e mudanças e seus impactos sobre indivíduos e sociedades; lutas por reconhecimento e

movimentos identitários, dentre outros tópicos relacionados ao eixo temático que constituem contribuições ao pensamento crítico.

Por fim, esperamos que nossos leitores e leitoras sigam encontrando nas páginas dessa revista novas ideias e perspectivas que desafiem, inspirem e enriqueçam suas próprias reflexões sobre temáticas tão relevantes. Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram para esta edição e esperamos que vocês apreciem a leitura tanto quanto nós apreciamos a sua criação. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

SCHULMAN, S. **Ties That Bind**: familial homophobia and its consequences. New York: The New Press, 2009.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312>. Acesso em: 29 abr. 2024.

VARTABEDIAN, J. Travestis brasileiras trabalhadoras do sexo algumas notas além da heteronormatividade1. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 11, n. 17, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13521>. Acesso em: 29 abr. 2024.

Dossiê

Permanências e Mudanças: Gênero e Sexualidade nas Últimas Décadas

ORGANIZADORES:

Alipio DeSousa Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Rayane Dayse da Silva Oliveira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

01

Gênero, Sexualidade e Educação: um estado do conhecimento

Gender, Sexuality and Education:
a state of knowledge

Janivaldo Cordeiro

Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB)

E-mail: janivaldocordeiro@gmail.com





Resumo

O presente Estado do Conhecimento surgiu para embasar a tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, desenvolvida entre os anos de 2019 a 2022. De natureza qualitativa, teve como objetivo inventariar as pesquisas de mestrado e doutorado no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no período de 2010 a 2019, situadas na Grande Área de Ciências Humanas e na área de Educação, com interesse particular nos trabalhos que contemplavam as identidades de docentes LGBTQIA+. Os dados analisados mostram um decréscimo no desenvolvimento dessas pesquisas a partir de 2017 decorrentes nos cortes de investimento em anos anteriores, mas também apontam os recuos devido ao crescimento de onda conservadora.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento; Estado da Arte; Revisão de Literatura; Gênero e Sexualidade; Identidades LGBTQIA+. Ideologia de Gênero.

Abstract

This State of Knowledge emerged to support a doctoral thesis linked to the Postgraduate Program in Education and Contemporaneity, developed between the years 2019 and 2022. Qualitative in nature, its objective was to inventory master's and doctoral research on the Coordination portal

for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) in the period from 2010 to 2019, located in the Greater Area of Human Sciences and in the area of Education, with particular interest in work that addressed the identities of LGBTQIA+ teachers. The data analyzed shows a decrease in the development of this research from 2017 onwards resulting from investment cuts in previous years, but also points to declines due to the growth of the conservative wave.

Keywords: State of Knowledge; State of art; Literature review; Gender and Sexuality; LGBTQIA+ identities. Gender Ideology.

Introdução

Para entender um pouco mais essas temáticas e como estão sendo desenvolvidos os estudos sobre *gênero e sexualidade* no Brasil, recorri ao Banco de Teses e Dissertações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o intuito de inventariar as pesquisas de mestrado e doutorado ocorridas no período compreendido entre 2010 e 2019¹. A finalidade foi encontrar interlocuções com as subjetividades de

1 Esse Estado do Conhecimento foi realizado durante realização de pesquisa de doutoramento. O principal objetivo foi o de inventariar as teses e dissertações do decênio 2010-2019 a fim de, através desse estudo, (re) pensar a questão norteadora, os objetivos e a tese que se iniciaria.

*professores/as transviados/as*², além de compreender como a temática vem sendo tratada nos estudos em Educação junto a esses descritores, buscando aproximações com as representações desses/as docentes nas escolas, práticas, negociações, enredamentos e percepção de suas imagens e narrativas. Interessou, precisamente, aquelas pesquisas que, dentro do tema, discutem a identidade de professores LGBT+ e suas relações com a profissão, as imagens e narrativas produzidas com a presença desses corpos no cotidiano escolar, particularmente dos/as professores/as lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, por considerar que essas identificações estão mais expostas no cotidiano escolar.

O interesse em mapear e examinar essas pesquisas situou-nos em relação às conquistas, aos retrocessos, discussões e resultados já analisados por outros/as pesquisadores/as, bem como estimula a reflexão em busca do que se pode acrescentar a possíveis lacunas nos estudos realizados. Romanowski e Ens (2006, p. 40) classificam esse estudo como *Estado do Conhecimento*, pois “aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado”, que, como dito, limitou-se às análises das teses e dissertações encontradas na plataforma da Capes, refletindo com base em seus resumos, os objetivos, as metodologias e os resultados.

2 Utilizo a palavra transviados/as como tradução do termo inglês *queer* com base na obra *Transviad@s* de Berenice Bento (2017).

Soares e Maciel (2000) apontam duas razões para fazer o estado do conhecimento: “são fundamentais no movimento ininterrupto da ciência” e precisam ter “caráter permanente”, uma vez que as pesquisas estão sempre em processo de construção,

[...] da mesma forma que a ciência se vai construindo ao longo do tempo, privilegiando ora um aspecto ora outro, ora uma metodologia ora outra, ora um referencial teórico ora outro, também a análise, em pesquisas de estado do conhecimento produzidas ao longo do tempo, deve ir sendo paralelamente construída, identificando e explicitando os caminhos da ciência, para que se revele o processo de construção do conhecimento sobre determinado tema, para que se possa tentar a integração de resultados e, também, identificar duplicações, contradições e, sobretudo, lacunas (Soares; Maciel, 2000, p.0 6).

Pereira (2013) aponta que o *estado do conhecimento* e o *estado da arte* têm sido tratados como sinônimos por diversos autores. No entanto, para ele, a diferenciação está nos fins que cada um tem: enquanto o estado da arte “consiste na própria totalidade da pesquisa, com fim em si mesma”, o estado do conhecimento “se organiza como parte do processo de investigação empreendido por um pesquisador” e reafirma que “o ‘estado do conhecimento’ é uma pesquisa a serviço da pesquisa proposta, uma ferramenta, uma

etapa dentro de um processo de investigação mais amplo” (PEREIRA, 2013, p. 223, grifos do autor).

Inventariar pesquisas sobre gênero e sexualidade contribuem para compreender o processo de significações, inferir sobre caminhos futuros, criar perspectivas de pesquisas, pois a discussão de temáticas como gênero, identidade de gênero, igualdade e papéis de gênero, tornaram-se, potencialmente, terrenos movediços e perigosos, visto que provocam sentidos, disputas e desestabilizam normas. Para Romanowski e Ens (2006, p. 39), “a realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais”. Dessa forma, a produção desse tipo de pesquisa favorece conhecer as fissuras existentes, apontar possíveis caminhos, bem como inferir a respeito das políticas públicas e investimentos da determinada área investigada.

2. Gênero, Sexualidade e Educação

Recentemente, os ataques às pesquisas sobre essas temáticas, alcunhadas por “ideologia de gênero”, possivelmente associados ao conservadorismo da população, à resistência e à aversão *ao proibido* e *ao abjeto*, recuaram investimentos e assombraram pesquisadores/as, acendendo o alerta geral

a pais, mães e professores/as, que se dividiram acerca da abordagem desses conteúdos desde o Ensino Fundamental.

Os/As investigadores/as e acadêmicos/as associados à “ideologia de gênero” têm sido amplamente atacados como promotores de trabalhos ideológicos sem qualquer base científica. A disseminação desta suspeita tem afetado negativamente os Estudos de Gênero, principalmente através de tentativas de minar o campo por meio do desinvestimento. Nesse sentido, centros de estudo e acadêmicos/as a trabalhar na área têm enfrentado uma necessidade crescente de legitimar o seu campo de investigação num contexto de gestão neoliberal das ciências sociais (Garraio e Toldy, 2020, p. 143).

O nível de desinformação propagada, reiterada com forte teor apelativo de que as escolas estariam ensinando aos jovens e crianças a se tornarem pervertidos/as, avançou frases de efeito envolvendo desde a *inocência* de crianças a permissões de que *se pode ser* LGBTQ+, desde que suas *vergonhas* não fossem públicas. Um dos efeitos foi o veto da presidenta Dilma na implementação e na distribuição dos materiais de apoio previstos pelo programa *Brasil sem Homofobia* nas escolas, ocorrido alguns anos atrás, além de oportunistas políticos eleitos para cargos públicos com promessas de salvar a pátria de práticas comunistas, feministas e homossexuais. Os discursos conservadores para refutar

essas temáticas vão no sentido de que estas incentivam as pessoas a se tornarem homossexuais ou de *motivarem e autorizarem* formas diferentes de se constituir como pessoa, as quais podem se contrapor à morfologia dos corpos. Além disso, pela lógica do conservadorismo, a desnaturalização do gênero como essência e a desvinculação ao sexo promove modos de se vestir, portar e outras interferências nos papéis masculinos e femininos não legitimados por estruturas culturais e religiosas, por exemplo.

Diante dessa realidade, procedeu-se à busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, sendo que os dados obtidos motivaram dividir o inventário em quatro partes **1)** analisar as pesquisas elencadas pelos descritores *gênero e sexualidade* apenas com os marcadores de Mestrado e Doutorado, mantendo o recorte temporal anteriormente citado, buscando categorizar os quantitativos por ano e pela área de conhecimento aos quais estão vinculados; **2)** procurar por *gênero e sexualidade* no campo da Educação, buscando categorizar seus quantitativos por ano, estados da federação, tipos (dissertações e teses), agrupando-as de acordo com a investigação feita; **3)** buscar por termos que remetessem a identidades LGBT+ na escola, entre elas, “lésbicas na escola”, “gays na escola”, “travestis na escola” e “transexuais na escola”, a fim de identificar a existência

ou não nessas pesquisas de referências a docentes LGBTQ+, e 4) buscar por descritores que remetessem à ideia de professoras/es transviadas/os no âmbito do campo da Educação: *professores LGBTQ+*; *professores transviados*; *professoras transviadas*; *professores gays*; *professoras gays*; *professores homossexuais*; *professoras homossexuais*; *professoras lésbicas*; *professoras transexuais*, *professores transexuais*; *professoras travestis*, usando também as variações no singular. O objetivo, nesse processo, foi encontrar pistas e contribuições para desenvolver este trabalho.

a. 2.1 Pesquisas em Gênero e Sexualidade

A primeira busca, utilizando apenas os descritores *gênero e sexualidade* - sem qualquer marcação de filtro - totalizou 810 trabalhos; em seguida, dando ênfase às pesquisas de mestrado e doutorado como único refinamento de pesquisa, apontou a existência de 770 trabalhos. A partir disso, ao limitar o período de 2010 a 2019, reduziu-se o quantitativo a 655 trabalhos, sendo 500 dissertações e 155 teses. A Tabela 1 a seguir mostra os dados de forma detalhada ano a ano:

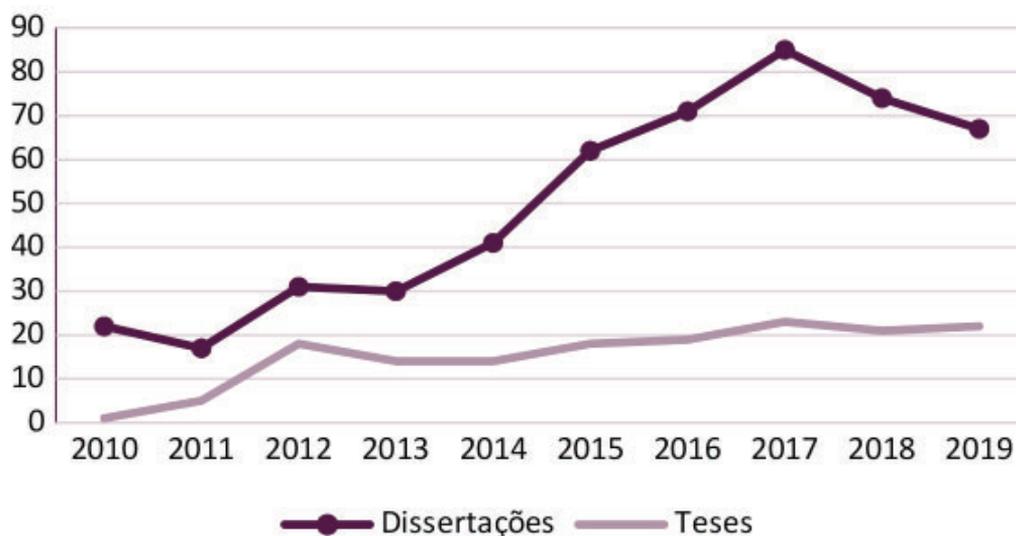
Tabela 1 - Descritor *gênero e sexualidade* em dissertações e teses no período compreendido entre 2010 e 2019

Ano	Dissertações	Teses	Total
2010	22	1	23
2011	17	5	22
2012	31	18	49
2013	30	14	44
2014	41	14	55
2015	62	18	80
2016	71	19	90
2017	85	23	108
2018	74	21	95
2019	67	22	89
Total	500	155	655

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes, 2020.

Os dados mostram que, no primeiro biênio analisado, o número de trabalhos realizados permaneceu praticamente estável, havendo uma considerável mudança no ano de 2012. A partir desse ano, houve uma ligeira queda nas produções no ano de 2013, voltando a crescer no ano seguinte, permanecendo até atingir o seu ápice em 2017, quando esse quantitativo começou a diminuir. Além disso, há uma concentração maior dessas pesquisas no mestrado. Infere-se que o declínio apontado a partir de 2017 seja reflexo do corte de incentivos à pesquisa nos anos anteriores, causando uma tendência de regredir nos anos futuros, visto que a partir de 2015 a área de Educação tem sido profundamente afetada pelos constantes recuos de investimentos. O Gráfico 1 a seguir mostra o desenvolvimento dessas pesquisas no período analisado.

Gráfico 1- Descritor *gênero e sexualidade* em dissertações e teses no período compreendido entre 2010 e 2019



Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes, 2020.

A Tabela 2 apresenta a concentração dessas pesquisas, de acordo com a Grande Área do Conhecimento durante esse período:

Tabela 2 - Frequências absolutas e relativas das pesquisas com descritor *gênero e sexualidade* por área do conhecimento

Grande Área do Conhecimento	Frequência absoluta	Frequência relativa
Ciências Humanas	438	66,9%
Linguística, Letras e Artes	65	9,9%
Ciências da Saúde	31	4,7%
Multidisciplinar	70	10,7%
Ciências Sociais Aplicadas	51	7,8%
Total	655	100%

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes, 2020.

Diante dessa busca pode-se concluir que existiu um interesse considerável no tema *gênero e sexualidade* na área das Ciências Humanas e essas pesquisas tiveram impulso nos programas de mestrado (76,3%) em detrimento ao de doutorado (23,6%). Tais discrepâncias em relação a esses quantitativos estiveram diretamente relacionadas à oferta de vagas oferecidas nessas duas modalidades, podendo considerar também outros motivos, entre eles, a dificuldade de garantir o acesso e a permanência desses estudantes para continuarem suas pesquisas nos cursos de doutorado.

b. 2.2 Pesquisas em Gênero e Sexualidade na Educação

O recorte temporal restrito ao campo das Ciências Humanas e Educação apontou um total de 200 trabalhos, sendo 152 dissertações e 48 teses. Ao comparar o quantitativo de pesquisas encontradas anteriormente (655), observou-se, nessa busca, que o campo da Educação representa cerca de 30% desses trabalhos (76% em pesquisas de mestrado e 24% em pesquisas de doutorado). A tabela (Tabela 3) seguinte apresenta a disposição dessas pesquisas:

Tabela 3 - *Gênero e Sexualidade* em Pesquisas de Mestrado e Doutorado em Educação

Ano	Mestrado	Doutorado	Total
2010	6	1	7
2011	9	2	11
2012	12	3	15
2013	9	7	16
2014	10	6	16
2015	18	7	25
2016	21	2	23
2017	24	9	33
2018	21	4	25
2019	22	7	29
Total	152	48	200

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes, 2020

Ao analisar esses dados, percebemos que essas pesquisas estão distribuídas por regiões do Brasil da seguinte forma: 3% estão na Região Norte; 13% na Região Nordeste; 12,5% na Região Centro-Oeste; 42% na Região Sudeste e 29,5% na Região Sul. Esses quantitativos estão relacionados diretamente à distribuição desses cursos no país, sendo que as Regiões Sudeste e Sul, respectivamente, concentram os maiores centros de pós-graduações em decorrência de sua densidade demográfica, acesso à educação, desigualdade social e econômica, em detrimento das demais localidades brasileiras.

Após essa etapa, com o propósito de buscar nessas pesquisas aproximações com o objeto de estudo *professores/as transviados/as* ou docentes LGBT, foi feita uma breve

análise dos seus títulos, resumos e palavras-chave, no sentido de identificar, também, quais temáticas estavam sendo estudadas ao longo dessa década, em conjunto com os descritores “gênero e sexualidade” restritos apenas ao campo da Educação. Diante dos dados, ficou perceptível a recorrência de algumas temáticas, sendo que, devido à frequência com que apareceram, foram agrupadas em cinco categorias. Essas pesquisas direcionaram-se para o entendimento e as relações entre gênero e sexualidade: 1) Infância; 2) Formação do Professor; 3) Percepções e Discurso; 4) Currículo; e 5) Identidades e Diferenças. Nas subseções seguintes encontram-se descritos os quantitativos e as análises gerais desses trabalhos.

i. 2.2.1 Gênero e Sexualidade e Infância

Nesta categoria foi recorrente o uso das expressões *Educação Infantil; Infância; Criança; Meninas/os; Pré-Escola; Ensino Fundamental I; Papéis de gênero na infância; Olhares sobre a infância*, incidindo em 14,9% dos trabalhos. As pesquisas apresentadas abordando o universo infantil, em sua maioria, concluíram discorrendo acerca das dificuldades dos/as professores/as em tratar do tema com esse público. Entre elas, a escassez de materiais, a ausência nos currículos, a falta de preparo pelas universidades e os medos das reações das famílias produzem silenciamentos quando

questionados pelas crianças. Em muitos dos trabalhos há relatos de recriminação e afirmação dos papéis de gênero em brincadeiras infantis e naturalização da heterossexualidade hegemônica.

No levantamento em questão, os estudos revelaram que alguns/mas professores/as não consideram o tema adequado para crianças, reproduzindo discursos morais e religiosos como forma de reprimir comportamentos divergentes da norma. Um dos trabalhos apontou o acionamento do Conselho Tutelar, mães e pais para resolver o *problema* de crianças com comportamentos *incompatíveis* com o par gênero/sexualidade, revelando que intenções e motivações do sistema estão intrincadas nessas microrrelações, em que “[...] a produção de uma pessoa heterossexual é um projeto que deve contar com o apoio absoluto de todas as instituições: a família, a escola e, claro, os representantes do Estado” (Bento, 2017, p. 199). Dessa forma, a escola e seus/suas representantes atuam no sentido de enaltecer e perpetuar as normas hegemônicas. Algumas pesquisas recomendam os estudos de gênero e sexualidade em cursos de formação de professores como possibilidade de minimizar atuações traumáticas nas constituições identitárias e como forma de qualificar seus/suas profissionais.

ii. 2.2.2 Gênero e Sexualidade e Formação do Professor

As pesquisas com os temas Gênero e Sexualidade entrelaçados a formações recorreram às seguintes expressões: *Formação Docente; Formação do Professor; Formação Continuada; Graduação; Licenciatura; Autoformação*, sendo 15,6% dessas investigações. Esses trabalhos revelaram a lacuna deixada pelos cursos de graduação referente à ausência de abordagem a estudos de gênero e sexualidade e, quando ocorre, é de forma incipiente e superficial, não capacitando suficientemente os/as profissionais.

Em relação aos cursos de Formação Continuada, de acordo com os trabalhos pesquisados, a adesão ainda é pouco significativa e nem sempre o aprendizado é assimilado em suas práticas pedagógicas, cujas resistências são influenciadas por questões morais e religiosas. Os/As autores/as desses trabalhos, em sua maioria, defendem a necessidade de ofertar cursos de formação continuada em fluxo contínuo aos/às profissionais a respeito do tema e reformulações no currículo das universidades, visto que essas questões são continuamente corriqueiras nas escolas. Vale ressaltar que a ofertas dessas disciplinas ainda se apresentam de forma optativa, havendo aderência ao curso por afinidades.

iii. 2.2.3 Gênero e Sexualidade e percepções da/na comunidade escolar

Os trabalhos vinculando Gênero e Sexualidade às percepções de professores/as, alunos/as e gestores/as trazem em seus títulos as seguintes expressões: *Percepções/olhares de professores*; *Percepções/olhares de alunos*; *O que dizem/pensam professores/gestores(?)*; *Práticas Discursivas*; *Discursos*; *Narrativas*; *(Auto)narrativas*, representando 14,5% dessas pesquisas.

As pesquisas indicam ausência de conhecimento e dificuldades em dialogar acerca dos temas. Em alguns trabalhos ficou evidente a influência de instituições, entre elas, família e religiões, como impeditivos à fluência desses estudos. Além disso, surgiram indícios mostrando resistências em considerar outras formas de sexualidade e performatividades *divergentes* ao trio sexo-gênero-desejo, além daquelas prescritas na heterossexualidade, com comportamentos bem específicos para meninos e meninas.

Os resultados mostram uma tendência de afirmação da heterossexualidade como natural e inferiorização/desumanização de formas divergentes à cis heteronormatividade, bem como, devido à essa tendência, a ocorrência de ações de discriminação, preconceito, homofobia e a dificuldade em lidar com a diversidade. Opondo-se a esse fato, alguns trabalhos trazem o discurso de *tolerância* para as identidades *dissidentes*, igualdade e respeito às diferenças,

e também evidenciam a necessidade de um/a profissional que possa tratar dessas questões. Algumas dessas pesquisas relatam a incipiência nas discussões, além de distorções nos conceitos de gênero e sexualidade, conhecimentos culturais, limitação dos/as professores/as, silenciamento, vigilância e regulação de corpos e comportamentos. Em relação aos/às alunos/as, as percepções sobre sexualidade ainda estão atreladas ao campo da reprodução e ao sexo biológico e, ainda, demonstram constrangimentos em esclarecer as suas dúvidas.

iv. 2.2.4 Gênero e Sexualidade e Currículo

As investigações no campo do currículo atrelados à gênero e sexualidade apareceram vinculadas às palavras: *Práticas Curriculares; Material Didático; Fazer Pedagógico; Prática Docente; Documentos; Políticas Públicas; Práticas Escolares; Pedagogias de Gênero*, representando 20,8% dessas pesquisas. Foi possível perceber como essas questões estão inseridas nos currículos e materiais didáticos, bem como nos documentos oficiais e nas políticas públicas com essas abordagens. Conforme as análises realizadas, a heterossexualidade é colocada como norma, não havendo discussões acerca de sexualidades *distintas*. Nos livros didáticos, as relações de gênero são reafirmadas, ilustrando as formas de ser menino ou menina, posicionando homens e mulheres em

circunstâncias naturalizadas da cultura, invisibilizando e silenciando os que não se reconhecem nessa dicotomia.

Em relação às práticas pedagógicas e/ou curriculares, há valorização dos atributos e do binarismo dos papéis de gênero, e a adequação/representação de homens e mulheres a esses papéis. Para Louro (2014, p. 93, grifos da autora), “[...] a escola é *atravessada pelos gêneros*; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”, em que professores/as, alunos/as produzem e reproduzem (até mesmo naturalmente ou imperceptivelmente) aspectos estruturais do sexismo. Nesse campo de guerra, surgiu o fazer pedagógico de docentes, que procuraram diversos meios para tratar sobre esses conteúdos, como filmes, peças teatrais, jogos, análises e redes sociais.

Antes de prosseguir para o conjunto de trabalhos desse inventário que reúnem aquelas pesquisas que trazem a identidade e a diferença como centro, algumas considerações devem ser feitas. Pode-se observar, entre as pesquisas analisadas, que a representação e a representatividade de sujeitos/as-transviados/as na escola provocam rupturas, movimentam diálogos, (re)posicionam argumentos. Além disso, os atravessamentos a esses corpos na docência ressignificam os papéis dos/as professores/as LGBTQIA+ na escola, cujas ressignificações estariam condicionadas ao

fato de esses/as profissionais poderem ser (a) sensíveis (ou não) à causa; (b) viverem a experiência de corpo-transviado e como essa vivência toca/atravessa/transforma cada um/a; e (c) ter alguma percepção de que identidades sexuais e de gênero *dissidentes*, como marcadores sociais da diferença, constituem em obstáculos importantes na formação dos/as sujeitos/as. Ademais, é sempre necessário ressaltar que nem todo corpo-transviado (quaisquer que sejam os seus marcadores da diferença) acredita que os transvios de suas corporalidades possam colocá-los/las em situações de vulnerabilidades, ou que essas condições possam (re)posicioná-lo em situações de desvantagem social. Os poucos casos em que esses corpos conseguem sobressair ou alcançar algum nível de destaque são citados como exemplos daqueles/as que *venceram na vida*, ou não se vitimizaram perante suas particularidades. Sob o argumento de que *somos todos iguais*, a norma tem pretensões de defender, acreditar e fazer acreditar que os processos da vida são igualmente *alcançáveis* para todas as pessoas, independentemente de suas condições sociais, orientações sexuais, *dissidências* de gênero e outras diversas particularidades. Desse modo, cada um/a carrega em si as marcas desses valores repassados pela norma, defendidos por ela e praticados como regime político.

Assim, no processo de construção de redes para esta pesquisa, por exemplo, algumas discussões de colegas, amigos/as, conhecidos/as, familiares e docentes LGBTQ+, por vezes, não estabeleceram qualquer relação entre violência e sexualidades; violência de gênero com mulheres e pessoas trans; desigualdade salarial entre homens e mulheres - entre outras variáveis - como políticas patriarcais que favorecem o sistema heteronormativo. Em sua maioria, os argumentos apontavam desde a *apatia e o vitimismo*, passando por culpabilidade própria dos/as oprimidos/as, até o famigerado *mimimi* como forma de desacreditar as políticas públicas de valorização das identidades periféricas. Sem muito esforço, muitas dessas pessoas se reconheceram nos discursos LGBTQófobos, misóginos, sexistas, racistas, higienistas (e uma quantidade inenarrável de absurdidades) do então presidencial Bolsonaro, apoiando-o e defendendo esses valores, inclusive membros/as das comunidades LGBTQ+. De modo efetivo, alguns/mas (não sei precisar quantos/as) desses/as indivíduos/as estão em sala de aula ou ao redor dela, personificados/as em alunos/as, professores/as, gestores/as, funcionários/as e comunidade escolar. Nesse âmbito, as questões de gênero e sexualidade relacionados à *infância, formação do/a professor/a, percepções da comunidade escolar e currículo*, que já eram atravessadas por interferências de tabus culturais e religiosos - mas que estavam se (des)construindo ao longo

de governos com ideais progressistas, embora com seus avanços e retrocessos – ganharam olhos vigilantes, vozes fervorosas, ações discriminatórias e punitivas alavancadas pela eleição do *tal salvador* da moral e dos bons costumes. Isso afetou diretamente a forma como as identidades cis heteronormativas devem ser valorizadas, e as *minorias* entendidas como um subproduto da humanidade deveriam *curvar-se à maioria, adequarem-se ou desaparecerem*³ (palavras de Bolsonaro na campanha em 2018).

Por último, as reflexões que faço é que suas palavras (e tantas outras absurdidades) ecoaram nos diversos meios, inclusive (e prioritariamente) nas escolas, nos/nas seus/suas alunos/as e professores/as, nos currículos, nas percepções da comunidade escolar, nas formações etc., reforçando a produção do/a outro/a em casulos, de adversários/as endemoniados/as que não podem ter visibilidade, chanceladas por aquele que deveria promover a igualdade entre as pessoas e corroboradas por seus adeptos/as.

O inimigo se constitui como uma figura que não pode produzir nenhuma identificação, processo mediante o qual eu posso, em algum nível, reconhecer-me no Outro e, mais importante, desejar ser ele. A ausência completa de identificação é uma porta aberta para todos os tipos de violência (Bento, 2021, p. 97).

3 Disponível em: <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/> Acesso em: 29 jun. 2022

Nesse contexto, concebe-se a diferença como inimiga que contamina a normalidade e precisa se curvar à norma, adequar-se em suas formas, jeitos, religiões, cores (*menino veste azul e menina veste rosa*⁴), e invisibilizada em sua diversidade. Ou também sucumbir (*não tem esse negócio de ensinar você nasceu homem, pode ser mulher*⁵) - reafirmando o desmantelamento das políticas identitárias e perseguições ocorridas já no governo anterior (Temer, 2016 – 2018) como, por exemplo, a retiradas de expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” na reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em parágrafos desse documento que se referem, principalmente, a respeito e à empatia. Ainda, inacreditavelmente em 2020, implantando políticas de segregação a alunos/as com deficiência em *escolas especializadas com classes especializadas*⁶ dentro das instituições regulares inclusivas de ensino, com o argumento de que eles/

4 Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos anuncia o início de uma *nova era*, em uma clara referência aos papéis e marcadores de gênero e invisibilização, negação de existência e desumanização de pessoas trans.

5 Ministro da Educação Milton Ribeiro ao tentar provocar temor na população sobre pautas consideradas inimigas da família e, com isso, ganhar novos/as adeptos/as para Bolsonaro na campanha de reeleição presidencial em 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/03/09/denunciado-por-homofobia-ministro-da-educacao-volta-a-falar-de-genero.htm>. Acesso: 11 mar. 2022.

6 Decreto 10502/2020. O decreto foi suspenso pelo STF cerca de dois meses depois de assinado por Bolsonaro e revogado em agosto de 2021 por sua inconstitucionalidade.

elas *atrapalham os/as outros/as*. As políticas desse governo empregam as políticas de diferenciação e de exclusão e atuam diretamente na promoção de ações discriminatórias. É difícil acreditar que as intenções sejam diferentes disso: produzir o inumano, o improdutivo, o irrepresentável dentro dos contextos regularizados de normalidade.

v. 2.2.5 Gênero e Sexualidade na Produção de Identidades e Diferenças

As pesquisas sobre Gênero e Sexualidade sobre identidades e diferenças somaram o percentual de 34,2%. Suas discussões envolveram temas como *Identidade; Diferença; Corpo; Bullying; Masculinidades; Feminilidades; Mulher; Homem; Jovens; Juventude; Interseccionalidade; Feminismo; Representações de Gênero; Heteronormatividade; Papéis de Gênero; Preconceito; Homofobia; Transfobia; e LGBT*. Desse campo irromperam todos as questões concebidas como *problema*, ou melhor, todos aqueles casos vistos como a diferença produzida pela cis heteronormatividade, resultando em preconceitos, discriminações e outras violências aos corpos daqueles/as que não são *adequados/as* ao sistema.

De acordo com os resultados obtidos nessas pesquisas, a formação da identidade desses/as sujeitos/as passa por processos de resiliência, resistência, *bullying* e muitos casos de evasão escolar. Nesse sentido, foi possível observar,

nessas publicações, relatos em que a tentativa de naturalizar padrões de normas hegemônicos, entre eles, religiões, etnias, raças, orientação sexual, ocorreram em detrimento do silenciamento, e por meio da regulação e da vigilância às outras formas diversas. Os marcadores sociais da diferença são apontados, muitas vezes, como os *provocadores* das desigualdades, demarcando corporalidades e movimentos, lugares a serem ocupados, vestimentas e comportamentos *aceitáveis* para esses corpos.

Assim, foi neste último campo das identidades e diferenças que encontramos espaço para ampliar as interlocuções com as identidades dos/as professores/as transviados/as, no qual as imagens, narrativas, sexualidades, modos de viver, masculinidades e feminilidades outras, representações de gênero, práticas, teorias e ressignificações desses/as sujeitos/as movimentam e provocam outros sentidos no cotidiano escolar, entre eles as (re)existências e a representatividade. O diálogo com esse mapeamento possibilitou encontrar trabalhos cujas discussões se aproximaram de identidades de professores/as lésbicas, gays, transexuais e travestis, bem como direcionar a outros descritores (Tabelas 4 e 5), que auxiliaram no refinamento das pesquisas analisadas na última etapa deste inventário.

3. Identidades LGBTQ+ na Escola

Para a investigação feita nesta etapa foram mantidos os mesmos filtros utilizados nas buscas anteriores, bem como o recorte temporal e a restrição aos campos de Ciências Humanas e Educação.

Tabela 4: Identidades LGBTQ na escola

Descritores	Mestrado	Doutorado	Total
<i>LGBT na escola</i>	1	Nenhum trabalho	1
<i>Transviados/as na escola</i>	Nenhum trabalho	Nenhum trabalho	0
<i>Lésbica na escola; lésbicas na escola</i>	Nenhum trabalho ⁷	Nenhum trabalho	0
<i>Gay na escola; gays na escola; homossexual na escola; homossexuais na escola</i>	1	Nenhum trabalho	1
<i>Transexual na escola; transexuais na escola; travesti na escola; travestis na escola; pessoas trans na escola</i>	3	1	4
TOTAL	5	1	6

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes, 2020.

Nesse levantamento, as pesquisas direcionam-se a temas sobre homofobia, políticas públicas para a comunidade LGBTQ+, percepções de professores/as sobre essas identidades na escola e, ainda, sobre as dificuldades enfrentadas pelos corpos de pessoas trans para permanecer ou ter visibilidade

⁷ Considerando a busca em programas de Educação.

nas instituições escolares. No entanto, no campo da educação, nenhuma delas fez a discussão, com exclusividade, em relação a professores/as.

Na pesquisa doutoral *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*, Luma Nogueira de Andrade (2012), investigou os processos de assujeitamentos e resistências de jovens travestis em escolas públicas do estado do Ceará. Os estudos revelam as constantes tentativas de minar as existências dessas corporalidades quando ocupam os centros e não as margens das estruturas. Apesar de ter como centralidade as jovens estudantes, a autora partilha com os/as leitores/as a sua história de vida na constituição de sua identidade travesti e, ainda, os obstáculos colocados ao longo de sua vida acadêmica/profissional para a sua formação de professora e o reconhecimento de sua existencialidade, sendo constantemente vigiada e *punida* pela norma cis heterossexista, como, por exemplo, as dificuldades encontradas para o trabalho, por vivenciar experiências transfóbicas nos ambientes profissionais, entre elas, o desrespeito à sua identidade feminina e dificuldades em tomar posse em concursos. Pela violência sofrida por pessoas trans, fica evidente que o sistema atua de forma que corpos não *adequados* a ele sejam expurgados não só dos seus meios, mas também das suas margens.

Andrade (2012) classificou seu trabalho doutoral como uma cartografia, *quali-quant*i e utilizou como instrumento de coleta de dados questionários direcionados a alunos/as, professores/as, gestores/as das escolas pesquisadas no estado do Ceará, enriquecida com as narrativas de alunas travestis. Os resultados mostram também as dificuldades da comunidade escolar em reconhecer as identidades travestis femininas como possibilidades de existências legítimas, sendo que muitas travestis se assujeitam às normas da heterossexualidade como forma de resistência e permanência nas escolas.

4. Professores/as Transviados/as: colaboradores/as em teses e dissertações

Após o panorama apresentado, a conclusão da última etapa deste balanço centrou-se na procura por pesquisas cujos descritores estivessem relacionados às identidades sexuais e de gênero de professores/as transviados/as no campo da Educação, mantendo-se o mesmo recorte temporal.

Tabela 5: Teses e Dissertações relacionados ao tema professores transviados

Descritores	Mestrado	Doutorado	Total
<i>Professores transviados; professoras transviadas</i>	Nenhum trabalho	Nenhum trabalho	0
<i>Professores LGBT; professoras LGBT; docentes LGBT</i>	Nenhum trabalho	Nenhum trabalho	0
<i>Professora lésbica; professoras lésbicas; professora homossexual; professora gay</i>	1	2	3
<i>Professores gays; professor gay; professor homossexual; professores homossexuais;</i>	3	2	5
<i>Professora trans; professora transexual; professoras transexuais; professora travesti; professoras travestis;</i>	4	2	6
<i>Professor trans; professor transexual; professores transexuais</i>	Nenhum trabalho	Nenhum trabalho	0
TOTAL	8	6	14

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes, 2020.

Ao desconsiderar as repetições apresentadas, o quantitativo reduziu-se para 11 trabalhos e a análise em seguida dessas pesquisas considerou as identidades dos/as professores/as referentes à sexualidade e ao gênero; o objetivo geral, a metodologia e as principais conclusões apontadas nesses estudos. A ideia foi inteirar-se das categorias estudadas e das contribuições reveladas pelos/as pesquisadores/as ao se debruçarem sobre essas temáticas, detendo-se nos atravessamentos, na readequação de comportamentos,

bem como em práticas docentes e em representações de gênero e sexualidade na docência, dialogando entre as novas contribuições a esses trabalhos e as possibilidades de pensar a partir das lacunas deixadas.

A dissertação *Professor gay e professora lésbica: um estudo sobre homofobia na docência*, de autoria de Jardinélio Reis da Silva (2019), pesquisou como professores/as publicamente assumidos/as experienciavam o cotidiano escolar e se eles estavam suscetíveis a práticas homofóbicas e, em caso positivo, como suas práticas eram ressignificadas a partir disso. Com abordagem qualitativa e embasada na Fenomenologia Social, utilizando a entrevista narrativa para produzir dados, concluiu que os/as professores/as sofreram homofobia ao longo de suas vivências escolares e profissionais, porém em algum momento adaptaram suas aulas para tratar questões de gênero, sexualidade e homofobia (SILVA, 2019)

A tese *Professoras lésbicas na educação básica de São Paulo: rupturas e construção de visibilidades*, de Tatiana Carvalho de Freitas (2018), intentou “compreender os diferentes significados do que é ser uma professora lésbica no ambiente escolar”, seus medos e obstáculos criados por suas presenças nos espaços escolares. De natureza qualitativa e abordagem sociológica, utilizou a entrevista semiestruturada com seis professoras da rede pública em três cidades de São Paulo.

Ao contrário da invisibilidade supostamente esperada, os resultados mostraram a busca dessas professoras por uma “visibilidade pedagógica” e a tentativa de uma construção legítima dessas identidades nas instituições em que trabalham (Carvalho, 2018).

Na tese *Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência*, Patrícia Daniela Maciel (2014) discutiu a subjetivação das professoras lésbicas e como, por meio dos discursos de gênero e do dispositivo da sexualidade, produzem modos particulares na docência. O trabalho com professoras lésbicas assumidas que atuam no ensino básico foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas. As análises foram feitas na perspectiva dos estudos sobre a experiência de Larrosa, Benjamin e Agamben. Os resultados mostram que as professoras vivenciavam gênero na escola de formas diferentes, que nem todas problematizavam as suas aulas em função dessas temáticas, mas as experiências provocavam conhecimentos éticos de si (Maciel, 2014).

Em sua pesquisa de mestrado intitulada *Reconhecimento e reflexividade da alteridade gay na sala de aula*, Darkson Kleber Alves da Silva (2017) analisou o fenômeno do reconhecimento e da reflexividade ante a alteridade entre professores gays e alunos gays em sala de aula, por intermédio de contatos e interações entre ambos. “A base teórico-metodológica da pesquisa fundamenta-se na perspectiva construcionista de

análise social, com base nas abordagens autobiográficas e na etnografia interpretativa”, utilizando como instrumentos de investigação a entrevista semidirigida, além de relato oral de vida e diário de campo. Os resultados indicam o reconhecimento, a reflexividade e a alteridade, bem como a visibilidade em contextos pedagógicos ocorrida entre professores gays e alunos gays (Silva, 2017).

O estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano é a tese de autoria de Pedro Paulo Souza Rios (2019). Nela, o autor analisou o discurso “sobre a produção de si enquanto corpo estranho e as estratégias de desconstruir/fazer/negociar gênero e sexualidade ao longo de suas trajetórias escolar/acadêmica”. De natureza qualitativa, fundamentou-se na pesquisa (auto)biográfica e nas narrativas como instrumento de coleta de dados. Os resultados indicam os seis professores gays pesquisados evidenciando que a constituição de estranhamento ocorreu antes mesmo de descobrirem sobre gênero e sexualidade por meio da constatação do corpo, o qual destoa da norma e, ao longo de suas vidas, foi preciso criar estratégias de enfrentamento às normas heterossexistas (Rios, 2019).

A pesquisa de doutorado de Rodrigo Toledo, *Homofobia e heterossexismo na escola: um estudo sobre significações de professores gays que atuam na educação básica*, teve o intuito de “compreender as significações que professores gays

constroem sobre as múltiplas violências e sobre os preconceitos vividos em relação à própria orientação sexual e suas formas de expressão” e compreender também as “estratégias de enfrentamento à homofobia”. O autor trabalhou com núcleos de significação e utilizou a conversação para produzir os dados. Segundo os resultados obtidos, as escolas, juntamente com os movimentos sociais, devem desenvolver projetos no combate à homofobia e à evasão de alunos/as devido às diferentes formas de orientação sexual, bem como promover espaços profissionais para a permanência de professores gays, de forma a evitar que sofram violências (Toledo, 2018).

Em *Sobre coragem e resistência: contando a história de Leona, professora e mulher trans*, Rubens Gonzaga Modesto (2018) investigou a relação da história de vida da professora transexual, seu ingresso e permanência na docência. Com abordagem qualitativa e etnográfica, os dados foram coletados por meio de entrevistas preliminares com a colaboradora e com a diretora de uma das escolas em que Leona trabalhou, além de entrevista narrativa, memorial autobiográfico, levantamento bibliográfico e observação participante. Os dados mostram o distanciamento da colaboradora com a identidade travesti e seu processo de transição ocorreu somente após ter se efetivado em concurso como professora. No seio familiar, teve rejeição paterna, mas encontrou

apoio materno. Nos lugares em que trabalhou não teve seu nome social respeitado, passando também por outros processos discriminatórios com docentes e dirigentes, em contrapartida, teve/tem uma relação de reconhecimento e respeito com seus/suas alunos/as (Modesto, 2018).

Na dissertação *Quando o “estranho” resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar*, de Tiago Zeferino dos Santos (2015), teve “como objetivo geral analisar as representações de gênero e sexualidade (re)produzidas no espaço escolar por estudantes e profissionais de educação a partir da inserção de uma professora autodefinida transexual”. Os/as sujeitos/as da pesquisa foram 21 alunos e cinco colegas de trabalho que tiveram contato com a professora durante o período letivo. Ademais, o autor utilizou memórias dessa professora, cuja entrevista havia sido realizada anos anteriores em outra pesquisa. Para a metodologia foi utilizada a entrevista semiestruturada e videogravação de dois grupos de discussão com os/as estudantes. Os resultados apontam para o desconhecimento das temáticas entre os/as profissionais da educação, sexismo, preconceito e discriminação contra a professora, ocorridos também como aluna. Além disso, utilizar pronomes masculinos para se referir à professora, desrespeito ao nome social e ironias ao jeito *masculinizado* dela (Santos, 2015).

Em *Docências trans*⁸: *entre a decência e a abjeção*, Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2017) “investiga as condições de possibilidades para que a narrativa comum de que para ser professora da Educação Básica, a professora trans* deve se assumir como transexual, pois à travesti tal espaço é interdito”. De natureza qualitativa, a autora classifica sua pesquisa como “cartografia das experiências de docência trans*”, entrevistando seis professoras autodeclaradas trans, além de captar dados por meio de grupo de discussão. Os resultados tendenciam para a hierarquização dos corpos trans e travesti, bem como uma tendência higienista de assumir a identidade trans no meio escolar (Santos, 2017).

Na tese *Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar*, o autor Neil Franco Pereira de Almeida (2014) objetivou “identificar e problematizar indícios de desestabilização que a presença de professoras travestis, transexuais e transgêneros provocam na escola na qual atuam”, pensar em que medida esses corpos confrontam a *normalidade* culturalmente estabelecida e se suas práticas para o ensino de gênero e sexualidade desencadeariam novas formas de ensino. De abordagem qualitativa, utilizou como produção de dados a contextualização de fontes bibliográficas, entrevistas e

8 O asterisco colocado em trans* surgiu como termo guarda-chuva que pudesse abarcar todas as identidades trans.

questionários. Conforme as reflexões finais, a presença de professoras transexuais na escola, em vários momentos, “desestabiliza os princípios hegemônicos da heteronormatividade”, bem como questionaram suas identidades femininas e/ou comportamentos culturalmente estabelecidos, mesmo sofrendo e presenciando nesses espaços violências diversas. Ainda que em cenário não animadores, as suas presenças provocaram novos padrões de aprendizagem, convivências, vínculos e debate atento ao respeito às diferenças (Franco, 2014).

Na dissertação *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras travestis e transexuais brasileiras*, a autora Marina Reidel (2013) baseou-se no questionamento acerca da existência de professoras travestis e transexuais na escola. De abordagem qualitativa, produziu os dados por meio de entrevistas, baseadas na história oral das colaboradoras. Com a Pedagogia do Salto Alto percebeu que a presença dessas professoras provocava movimentos diferenciados nessas instituições, despertava a curiosidade dos alunos para tratar das questões de gênero e sexualidade, e promoveu a aproximação de alunos LGBT e heterossexuais, ao percebê-las como adultos de referência carregados de sensualidade (Reidel, 2013).

5. Considerações finais

A leitura desses onze trabalhos ressaltou que professores/as lésbicas, gays, transexuais e travestis constroem suas histórias nos espaços escolares sofrendo discriminações diversas, seja no período de escolarização, da formação e da docência, provocando em si, estranhamentos. Despontou uma tendência nos relatos dos/as colaboradores/as de que esses processos discriminatórios são mais acentuados com seus pares, ou seja, quando alunos/as sofrem o preconceito de outros/as colegas alunos/as e quando docentes por outros/as professores/as. Observou-se pelos relatos que a presença desses/as professores/as na escola provocam desestabilização da norma, desconfianças e vigilância dos seus trabalhos, tanto por colegas quanto por dirigentes, e as práticas desses/as profissionais são modificadas a partir dessa perspectiva, no tratamento das questões de gênero e sexualidade. Esse fato observado aproxima-se do objetivo geral desta pesquisa, no entanto, os dados evidenciados no inventário mostram que as mudanças referiam-se às modificações em suas práticas, visando esclarecer as próprias vivências LGBTQ+. Nesse sentido, a ampliação feita direcionou-se para além das temáticas do gênero e da sexualidade, buscando entender de que forma essa identidade *transviada* afeta as suas práticas, seus comportamentos e atitudes em sala de aula, e se enredam

à identidade profissional, apontando fragilidades e (re) existências, territorialidade e representatividades.

O trabalho Silva (2017) investigou os significados da representação pela alteridade e reflexividade entre professores gays e alunos gays e as relações estabelecidas entre eles de reconhecimento e visibilidades. Os acréscimos a esse trabalho buscaram ampliar e compreender essas identidades por meio do cruzamento de outras existências de gênero e sexualidade *dissidentes* na escola, das imagens e das narrativas dos corpos-territórios-LGBT+ na docência, e também os marcos territoriais, as (re)existências e as representatividades como forma de reconhecimento de si e das possibilidades de ocupação dos espaços como ato legítimo e político, observados nas narrativas dos/as professores/as desde que eram alunos/as e, ainda, em relação aos seus relatos docentes que (de)marcam possibilidades outras, vivências outras, reafirmações outras.

As pesquisas analisadas contribuíram pela importância dos resultados apresentados, mesmo na impossibilidade de generalizações. Mesmo que os/as colaboradores/as relatassem a homofobia, a lesbofobia, a transfobia sofrida durante suas histórias de vida, perseguições, vigilância, elas foram percebidas de maneiras diferentes e ressignificadas com bases em sua construção identitária e pelas suas redes de apoio. Desses trabalhos, ressalto que os relatos feitos

pelas professoras transexuais Marina Reidel (Reidel, 2013) e Leona (Modesto, 2018) mostram a receptividade dessas docentes na escola, recebendo apoio da direção e de alunos/as; já Maciel (2014) expôs que as professoras lésbicas pesquisadas vivenciam o gênero de forma diferenciada e nem todas problematizam essas experiências em sala de aula, emergindo daí que não assumir, não problematizar, não discutir essas temáticas e identidades em sala de aula seria também uma forma de resistir nesses espaços, de talvez conhecer previamente os terrenos em que pisam, em que corporalidades dissidentes são rotineiramente silenciadas.

Nesse sentido, a pesquisa buscou circunscrever-se nas imagens desses/as sujeitos/as, cujas narrativas trazem perspectivas particulares produzidas por meio do gênero e da sexualidade *dissidentes*, associando o processo teórico-metodológico com o sistema político heterossexual narrado pelas imagens narrativas do corpo LGBTQIA+, que provocam *rasuras* e *reboliços* na Educação Básica. Para tanto, as reflexões constituíram-se das representações cujos corpos são *destinados* à margem, ocupando outros espaços, porém abrindo possibilidades de criar novas visibilidades para essas identidades e (des)construir *verdades* atribuídas e não reivindicadas.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. Tese [Doutorado em Educação] – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em 7 jul. 2021

BENTO, Berenice. **Brasil, ano zero: estado, gênero, violência**. Salvador: EDUFBA, 2021.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

CARVALHO, Tatiana. **Professoras lésbicas na educação básica de São Paulo: rupturas e construção de visibilidades**. 182f. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072018-093210/pt-br.php>. Acesso em: 8 fev. 2020.

FRANCO, Neil. **Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar**. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13671>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GARRAIO, Júlia; TOLDY, Teresa. “Ideologia de Género”: Origem e Disseminação de um Discurso Antifeminista. **Mandrágora**, v.26, n. 1, 2020, p. 129-155. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/download/10283/7272>. Acesso em: 28 set. 2021

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACIEL, Patricia Daniela. **Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência**. 189f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3345>. Acesso em: 12 de fev. 2020.

- MODESTO, Rubens Gonzaga. **Sobre coragem e resistência:** contando a história de Leona, professora e mulher trans. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, MG, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/9702>. Acesso em: 9 fev. 2020.
- PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. **Fundamentos teórico-metodológico da pesquisa em educação:** o ensino superior em música como objeto. Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 221-233, jul/dez. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/7452-19181-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/7452-19181-1-SM%20(1).pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.
- REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto:** histórias de professoras travestis e transexuais brasileiras. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/98604>. Acesso em: 6 jan. 2020.
- RIOS, Pedro Paulo Souza. **O estranho que habita em mim:** narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano. 186p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11842/2/PEDRO_PAULO_SOUZA_RIOS.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50 set/dez, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Docências trans*:** entre a decência e a abjeção. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47741>. Acesso em: 8 fev. 2020.

SANTOS, Tiago Zeferino dos. **Quando o “estranho” resolve se aproximar:** a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/583>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SILVA, Darkson Kleber Alves da. **Reconhecimento e reflexividade da alteridade gay na sala de aula.** 68f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4764/1/DARKSON_KLEBER_ALVES_SILVA.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

SILVA, Jardínelio Reis da. **Professor gay e professora lésbica:** um estudo sobre homofobia na docência. Dissertação [Mestrado em Educação] – Universidade Federal do Pará, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7895938 . Acesso em 8 de jul. 2021.

SOARES, Magda Batista; MACIEL, Francisca. **Alfabetização.** Brasília-DF: MEC/INEP/COMPED, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484330/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/f9ddff4f-1708-41fa-82e5-4f2aa7c-6c581?version=1.3>. Acesso em: 5 maio 2020.

TOLEDO, Rodrigo. **Homofobia e Heterossexismo na Escola:** um estudo sobre significações de professores gays que atuam na educação básica. 2018. 189 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21060/2/Rodrigo%20Toledo.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

02

Políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil: conquistas e retrocessos diante do neoconservadorismo

LGBTQIA+ public policies in Brazil: achievements and setbacks in the face of neoconservatism

Geovane Gesteira Sales Torres

Doutorando em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN)

E-mail: geovanegesteira.profissional@gmail.com

Raimundo Batista dos Santos Junior

Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí

Doutor em Ciência Política (UFPI)

E-mail: rjunior@ufpi.edu.br



Resumo

As políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ no Brasil foram influenciadas por marcos como a Revolta de *Stonewall*, em 1969, e a epidemia de HIV/Aids. A atuação de organizações e movimentos sociais voltados à pauta da diversidade sexual e de gênero foram fundamentais para a conquista de direitos para o grupo. Nesse sentido, este artigo objetiva refletir sobre o desenvolvimento das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil no contexto posterior à Constituição Federal de 1988. Para tanto, adotou-se uma revisão narrativa da literatura, a partir da qual se pode constatar: I) a concentração das políticas federais em governos do Partido dos Trabalhadores; II) o ativismo judicial, especialmente do STF, como fundamental aos direitos LGBTQIA+; e que o III) o recrudescimento do neo-conservadorismo no Brasil é um fenômeno que prejudica as políticas LGBTQIA+, mesmo antes do bolsonarismo. Portanto, esta reflexão se mostra fundamental diante das clivagens políticas no campo estudado.

Palavras-chave: Diversidade sexual e de gênero; Política institucional; Reconhecimento; Direitos; Ofensiva antigênero.

Abstract

The public policies aimed at the LGBTQIA+ population in Brazil were influenced by milestones such as the Stonewall

Uprising in 1969 and the HIV/AIDS epidemic. The work of organizations and social movements focused on the agenda of sexual and gender diversity were fundamental for the achievement of rights for the group. In this sense, this article aims to reflect on the development of LGBTQIA+ public policies in Brazil in the context after the 1988 Federal Constitution. To this end, a narrative review of the literature was adopted, from which it can be verified: I) the concentration of federal policies in governments of the Workers' Party; II) judicial activism, especially by the Supreme Court, as fundamental to LGBTQIA+ rights; and that III) the resurgence of neoconservatism in Brazil is a phenomenon that undermines LGBTQIA+ policies, even before Bolsonarism. Therefore, this reflection is fundamental in the face of the political cleavages in the field studied.

Keywords: Sexual and gender diversity; Institutional policy; Recognition; Rights; Anti-gender offensive.

Introdução

A gênese dos movimentos e organizações atuantes no campo dos direitos e políticas sexuais no Brasil se deu, especialmente, a partir da segunda metade do século XX. Apesar de ter a sua origem de forma anterior à epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Humana (Aids) ocasionada

pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), foi com o surgimento desse problema global de saúde pública que os chamados “grupos de risco¹” (*sic*), dentre os quais se incluíam homens gays, travestis e transexuais, passaram a fortalecer as suas articulações políticas mediante processos de politização da soropositividade (Pelúcio, 2007).

A partir desse fenômeno biopolítico², em que a epidemia de HIV/Aids contribuiu para o fortalecimento de movimentos sociais e subjetividades fundadas na contraposição à heteronormatividade e cisnormatividade, a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais e Assexuais (LGBTQIA+) passou a ser vista como agrupamento social com demandas específicas e, assim, a lutar por direitos que construíssem a sua cidadania. Desse modo, Rios (2022), Souza Júnior e Mendes (2021), Aguião (2018), Vianna (2015), Irineu (2014), Carrara (2010) e Mello, Brito e Maroja (2012) concordam que as ações públicas nacionais e internacionais em torno do HIV/Aids foram o impulso inicial para a construção das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil.

1 O termo “grupo de risco” foi empregado nas primeiras ações de combate ao HIV/Aids, porém, encontra-se obsoleto e foi substituído pela expressão “comportamento de risco”. O motivo para tal consiste no fato do termo “grupos de risco” criar estigmatizações e conceber a ideia errônea de que o HIV/Aids é restrito a determinados grupos populacionais.

2 Para Foucault (2017), a biopolítica condiz a um compêndio de mecanismos que inter cruzam características biológicas fundamentais da espécie humana com relações de poder.

No contexto posterior ao início da epidemia de HIV/Aids, o Brasil encerrou o seu mais recente contexto ditatorial em 1985. Com a redemocratização do país e intensa atuação de movimentos e organizações sociais representantes de distintos grupos, o período constituinte foi caracterizado por notáveis ações de sujeitos políticos e coletivos em busca do reconhecimento das suas demandas na Carta Magna. Apesar de ter reconhecido direitos e contemplado demandas específicas de grupos sociais historicamente subalternizados (tal como as mulheres, povos indígenas e população negra), a Constituição Cidadã não acolheu as reivindicações do movimento homossexual brasileiro e, desse modo, não reconheceu demandas específicas da população LGBTQIA+. Nessa linha, Ismael Pereira (2021) menciona que organizações nacionais como Lâmbda, Grupo Gay da Bahia e Triângulo Rosa teceram *lobbys* para a inclusão do preconceito por orientação sexual no cerne das práticas a serem combatidas pelo Estado, algo que se deu pela Emenda Aditiva nº 1.225. Contudo, essa emenda foi rejeitada com mais de 300 votos contrários.

Isso reflete o quão a política institucional brasileira no período em tela se fundamentava em discursos morais conservadores, sumamente embasados por lógicas religiosas, que contrapunham o dever do Estado em primar pela dignidade de sujeitos cujas orientações sexuais e identidades

de gênero contrariam o que Butler (2016) nomeia como normas de gênero. Sobre as disputas políticas em torno dos direitos da população LGBTQIA+, Vianna e Benítez (2016) destacam que “[...] a não inclusão da ‘orientação sexual’ como motivo de discriminação a ser combatido, expressa-se quão negativa era a correlação de forças nesse campo específico” (p. 37).

Embora o neoconservadorismo seja um fenômeno presente na política institucional na América Latina, o qual também ganha pujança na Europa, nos EUA e em países africanos (Fassin, 2021), essa problemática se acentua no contexto democrático brasileiro (Biroli, 2016), algo que se intensificou no período posterior às manifestações de junho de 2013 (Gohn, 2019) e alcançou o seu estopim com o governo de Jair Bolsonaro (Miguel, 2021).

Diante do exposto, ao retomar o contexto constituinte brasileiro, Carrara (2010) frisa que o “[...] momento era desfavorável para o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro” (p. 134). Assim, a não inclusão da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no texto constitucional contribuiu para a geração de inúmeros obstáculos no seio do Poder Legislativo Federal no que se refere ao desenvolvimento de leis coerentes às demandas da população LGBTQIA+ (Aguião, 2018). Apesar disso, garantias

foram conquistadas por meio de ações emanadas do poder executivo e de grande atuação do poder judiciário.

É válido afirmar que apesar dessa lacuna constitucional e das implicações políticas da mesma, o entendimento jurídico sobre os objetivos e a correlação da Carta Magna com os direitos humanos consiste em um importante avanço para a luta em prol dos direitos LGBTQIA+ no Brasil. O art. 3º da Constituição Federal de 1988, versando sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, apregoa “III - erradicar a pobreza e a *marginalização* e reduzir as *desigualdades sociais* e regionais” e “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer *outras formas de discriminação*.” (Brasil, 1988, art. 3, inc. III e IV, grifos dos autores). Enfim, o art. 1º interpõe como fundamento da República “a dignidade da pessoa humana” (Brasil, 1988, art. I, inc. III) e o art. 4º aloca a “prevalência dos direitos humanos” (Brasil, 1988, art. 4, inc. II) como princípio republicano.

Contempla-se que a Constituição Federal de 1988 significa um grande marco jurídico para a garantia e efetividade dos direitos de grupos subalternizados. A sua correlação com acordos e tratados internacionais no campo dos direitos humanos amplia a base legal empregada por movimentos e organizações para a defesa dos direitos LGBTQIA+. Diante disso, após a promulgação de Carta Magna foram conquistadas

garantias específicas para a população LGBTQIA+ emanadas do poder executivo federal, especialmente a partir do primeiro governo Lula (Partido dos Trabalhadores – PT), e de decisões do Supremo Tribunal Federal – STF.

Contudo, as políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil vêm sendo marcadas por evoluções e retrocessos que se inter-cruzam com o recrudescimento do neoconservadorismo no país. Isso exige uma reflexão crítica sobre o tema, reunindo pensamentos e dados a respeito do fenômeno político ora evidenciado. Assim, esta pesquisa teórica anseia responder ao problema: como se deu o desenvolvimento das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988?

Parte-se a hipótese de que após a Constituição Federal de 1988, as políticas públicas LGBTQIA+ foram marcadas por marcos jurisprudenciais advindos do ativismo judicial e por iniciativas governamentais com pouca força normativa protagonizadas por governos à esquerda do espectro ideológico. Portanto, objetiva-se refletir sobre o desenvolvimento das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil no contexto posterior à Constituição Federal de 1988.

Para tanto, compreendendo-se as políticas públicas como fluxos protagonizados por múltiplos agentes guiados à resolução de problemas públicos e artefatos inseridos em relações de poder, mobilizam-se discussões teóricas

interdisciplinares e documentais, leis e decisões judiciais, que refletem sobre o I) histórico das políticas públicas LGBTQIA+ federais; e o II) conservadorismo moral nas instituições políticas brasileiras.

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura (Batista; Kumada, 2021), de caráter interdisciplinar, voltada às políticas públicas LGBTQIA+. A escolha desse método se justifica pela necessidade de sínteses teóricas relacionadas ao tema, considerando-se as recentes dinâmicas e clivagens políticas no Brasil que afetaram diretamente tais políticas. O método em tela possibilita, ainda, que a autoria deste trabalho siga uma perspectiva crítica na apresentação e discussão do fenômeno político estudado, não corroborando uma perspectiva epistemológica neopositivista e, assim, reconhecendo a ciência enquanto um campo em que as relações de poder se estabelecem (Foucault, 2017).

A constituição das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil: um campo de disputas

A literatura pertinente ao campo de estudos sobre as políticas públicas LGBTQIA+ destaca que em decorrência da omissão histórica do Congresso Nacional, o qual apesar de renovações de representantes persiste em seu teor moralmente conservador, a maioria das garantias legais que asseguram os direitos LGBTQIA+ advém de iniciativas

do poder executivo federal, sobretudo a partir do primeiro governo Lula, e de intensa atuação do poder judiciário, especialmente do STF.

Como marco inicial das políticas públicas direcionadas especificamente ao grupo em voga, destaca-se o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), lançado em 1996 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Moutinho, Aguião e Neves (2018) frisam que os PNDHs, os quais totalizam três edições até o momento, não têm força de lei, pois apenas orientam na elaboração de programas e políticas governamentais. Além disso, os PNDHs estruturam-se em propostas divididas em eixos temáticos e são marcados pelo diálogo entre Estado e sociedade civil.

O I PNDH não é propositivo em relação à mitigação de violações de direitos humanos de grupos minoritários (sujeitos específicos de direitos), pois apenas os cita. Apesar de mencionar problemas específicos de determinados grupos, o I PNDH não os define. Além disso, a diversidade racial e cultural do país exposta no documento, sob o discurso da mestiçagem, oculta em partes as desigualdades assentes no marcador social da diferença raça. Enfim, o I PNDH exalta ações públicas nacionais (jurídicas e políticas) de combate ao HIV/Aids, mas traz apenas uma citação para “homossexuais” e uma para “orientação sexual” (Moutinho; Aguião; Neves, 2018). Em síntese, Aguião (2018) avalia que:

O primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996, incluiu a temática da homossexualidade no eixo “Proteção do direito à vida – segurança das pessoas” em um item que tratava de apoio a programas para prevenção da “violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais” (PNDH I). Apesar de reconhecer os sujeitos, o programa não foi propositivo em relação ao tema. (p. 84).

Ismael Pereira (2021) contempla os PNDHs como frutos de articulações políticas de grupos organizados. Aguião (2018) endossa essa percepção ao afirmar que os PNDHs revelam uma esfera pública ampliada mediante o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, além do desejo do Estado brasileiro em se inserir em um sistema internacional enquanto uma nação defensora da democracia, desenvolvimento e participação social. Isso é fundamental à construção da democracia brasileira, sobretudo se considerarmos a democracia como um constructo que se edifica perenemente por meio de conflitos sociais e consensos em torno do interesse público.

A segunda edição do PNDH foi lançada em 2002, apresentando um documento cujo tema diversidade sexual e de gênero ganhou maior notoriedade, considerando-se que “No eixo ‘Garantia do Direito à Liberdade’, aparece o item

‘orientação sexual’, em que cinco propostas são apresentadas” (Aguião, 2018, p. 84). Diante disso, Moutinho, Aguião e Neves (2018) apontam que no II PNDH grupos específicos foram definidos e reconhecidos (sujeitos específicos de direitos), mormente aqueles mais subalternizados. Há, ainda, uma valorização da realização de pesquisas com direcionamentos investigativos para cada grupo mencionado. Chama-se atenção para o fato do documento iniciar a substituição do termo englobante homossexuais por LGTTB e questões pertinentes à orientação sexual (Moutinho; Aguião; Neves, 2018).

Seguidamente, em 2003, início do primeiro mandato do governo Lula, criou-se a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. No seio desta secretaria com *status* ministerial foi lançado em 2004 o programa federal “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual”. O programa Brasil sem Homofobia - BSH - foi previsto como uma ação do Plano Plurianual 2004-2007 visando “[...] promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (Brasil, 2004, p. 11).

É mister destacar que o BSH, baseando-se nos princípios de não-discriminação, fomento à produção de conhecimento sobre o tema e compromisso do Estado e sociedade com os direitos LGBTQIA+, contemplou ações como: I) apoio a projetos governamentais e não-governamentais relacionados ao assunto; II) promoção de capacitações para agentes que trabalham com direitos humanos; III) fomento de informações sobre os direitos da população LGBTQIA+; bem como IV) estímulo à denúncia em casos de violações de direitos humanos do grupo (Brasil, 2004).

Em seu plano de ações, o BSH contemplou onze dimensões prioritárias, as quais foram: I) articulação da política de promoção dos direitos de homossexuais; II) legislação e justiça; III) cooperação internacional; IV) direito à segurança; V) direito à educação; VI) direito à saúde; VII) direito ao trabalho; VIII) direito à cultura; IX) política para juventude; X) política para mulheres; e XI) política contra o racismo e homofobia (Brasil, 2004).

Diante disso, Aguião (2018) aponta que “[...] o programa BSH aparece como o empreendimento de maior vulto até então capitaneado pelo governo federal.” (p. 85) para a população LGBTQIA+. Contudo, diante do histórico conservadorismo moral presente nas instituições políticas brasileiras, o BSH foi alvo de inúmeras disputas discursivas. Nesse sentido, Vianna (2015) menciona que o BSH contou

com adversários contrários aos direitos sexuais e reprodutivos, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), políticos conservadores e grupos da sociedade civil organizada atuantes em questões religiosas. Logo, o BSH é fruto de “[...] lutas promovidas pelo movimento LGBT no Brasil” (Irineu, 2014, p. 167).

Nota-se que desde os primórdios da constituição das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil, grupos de interesse movidos moralmente por discursos conservadores empreendem ações com vistas à desmobilização das pautas LGBTQIA+ nas agendas governamentais e legislativas. De modo análogo, questões feministas ligadas à liberdade sexual e reprodutiva também geraram e persistem mobilizando grupos contrários que protagonizam ofensivas antigênero. Como se discutirá adiante, esse fenômeno, apesar de acompanhar o processo de redemocratização do país, ganhou ênfase no contexto político que levou Jair Bolsonaro à presidência da república.

De modo preliminar, reflete-se que o bolsonarismo, enquanto uma força política e social intensa, consiste na expressão brasileira de um fenômeno internacional de reconfiguração do nacionalismo e ultraliberalismo econômico (Fassin, 2021; Reis, 2020). Além de alianças estratégicas firmadas com grupos economicamente relevantes e aglutinados em torno dos ideais de ordem, segurança e

defesa da pátria, Reis (2020) menciona que a ascensão de Bolsonaro à presidência da república, e conseqüentemente do bolsonarismo, também se deu pela adoção de discursos morais confluentes a setores sociais conservadores. Nesse ínterim, Miguel (2021) é enfático ao mencionar a atuação de setores bolsonaristas, sobretudo neopentecostais e católicos carismáticos (Machado, 2018), na cruzada moral adversa aos direitos sexuais e reprodutivos, algo personificado na luta contra a chamada ideologia de gênero e marxismo cultural.

Em continuidade ao histórico das políticas públicas LGBTQIA+, em 2007 publicou-se o Decreto Presidencial de 28 de novembro de 2007, proferindo o chamamento para a I Conferência Nacional de GLBT, que se realizou em junho de 2008 em Brasília - DF. Com o tema geral “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, o evento “[...] deveria contar com a participação de ‘delegados representantes da sociedade civil’ e ‘delegados do poder público, na proporção sessenta e quarenta por cento, respectivamente’ eleitos em conferências estaduais.” (Aguião, 2016, p. 283).

Durante os quatro dias do evento (05 a 08 de junho), contou-se com cinco painéis temáticos (Introdução à Orientação Sexual e Identidade de Gênero; Conjuntura Internacional;

Poder Legislativo; Poder Judiciário e Ministério Público; Poder Público Federal); além de dez eixos temáticos de grupos de trabalho (Direitos Humanos; Saúde; Educação; Justiça e Segurança Pública; Cultura; Trabalho e Emprego; Previdência Social; Turismo; Cidades; Comunicação). Ao término da conferência, foram realizadas trinta e seis moções, sendo onze de apoio, nove de louvor, duas de reivindicação e quatorze de repúdio (Brasil, 2008).

Ao todo foram 1.118 participantes (entre delegados, observadores e convidados), dos quais 1.018 eram LGBTQIA+. Houve um predomínio da participação de homens gays (51%), seguido de 28% de mulheres lésbicas e apenas 13% de travestis e 8% de transexuais (Brasil, 2008). Não obstante, Aguião (2018) aponta, ao observar plenárias de conferências estaduais preparatórias para a conferência nacional, as denúncias de mulheres transexuais e travestis de que eram sub-representadas no movimento LGBTQIA+.

Em análise sobre a I Conferência Nacional GLBT, Aguião (2018) destaca o clima de satisfação dos(as) presentes com o evento, avaliando que o mesmo significou o reconhecimento do Estado em relação às demandas da população LGBTQIA+, sobretudo em virtude da participação e discurso do presidente Lula. Apesar de muitas denúncias de violações de direitos e a relação do Estado com essa realidade, algo notório nas moções de repúdio e reivindicação, o evento foi

entendido como um marco histórico para a participação social LGBTQIA+.

Desde as duas primeiras edições dos PNDHs até a realização da I Conferência Nacional GLBT, a participação social consistiu em uma marca das políticas públicas governamentais para essa parcela populacional (algo que se enfraqueceu no governo Bolsonaro). Notoriamente, esse evento que ao mesmo tempo representou a população LGBTQIA+ e a produziu em termos políticos (Aguião, 2016), implicou no reconhecimento por parte do Poder Público daquelas vidas que ao decorrer do seu processo de politização foram inicialmente levadas ao limbo das preocupações públicas e, com o advento do HIV/Aids, passaram a ser “tuteladas” e vistas como pauta de saúde pública. Logo, para além de serem tratados(as) como sujeitos incapazes de pensar a resolução das suas demandas ou indignos(as) de coproduzir a formulação de políticas públicas, a criação de instâncias de participação como as conferências significou o fortalecimento do sentimento e práticas participativas por parte do movimento LGBTQIA+.

Aguião (2016) constata que os governos federais do PT (Lula e Dilma) se destacam pela abertura a espaços de participação social, incluindo-se em relação a pautas pertinentes à população LGBTQIA+. Sobre o tema, Biroli (2016) acentua que:

A participação na política institucional *amplia os recursos* para a politização e ressemantização das experiências e dos problemas enfrentados pelas pessoas. Trata-se de um âmbito privilegiado das *disputas*, em que se definem quais são as necessidades prioritárias e o que seria preciso para atendê-las, assim como para a construção coletiva e validação política dos interesses (p. 746, *grifos dos autores*).

Reconhecendo a relevância dos espaços institucionais de participação social, considerando-se os aspectos benfeitos destacados por Biroli (2016), e contando com o incentivo do Poder Público (por meio de espaços como as conferências), o movimento LGBTQIA+ passou a incluir a participação em conferências no rol de suas perspectivas estratégicas para o alcance dos seus objetivos (Pereira; Santos, 2016). É válido apontar *a priori* que a população LGBTQIA+ vem cobrando e ocupando instâncias governamentais de participação social por reconhecer que esses espaços são estratégicos para a formulação de políticas mais coerentes às suas demandas.

Em 2009, além da publicação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT (fruto da I Conferência Nacional GLBT), foi promulgado o III PNDH, o qual foi estruturado em 6 eixos temáticos, 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas. Moutinho, Aguião e Neves (2018) avaliam que essa edição do PNDH apresentou um maior caráter propositivo em comparação às duas primeiras, além de ter fomentado uma participação social

mais intensa e primado pela coesão na sua constituição e conteúdo. Reconhecendo grupos minoritários especificamente, o documento substituiu, de fato, o termo englobante “homossexuais” pelas expressões políticas comunidade LGBT, população LGBT e direitos LGBT. Portanto, Moutinho, Aguião e Neves (2018) expressam que o III PNDH é a culminância de lutas históricas e um meio de consolidação de políticas anteriormente conquistadas.

Porém, o conteúdo da terceira edição do PNDH - sobretudo no que se refere a temas como o aborto, casamento gay, adoção por casais homoafetivos e violência durante a ditadura civil-militar - desagradou grupos conservadores. Esse fato levou a pressões sociopolíticas que culminaram na realização de modificações do documento em 2010. Logo, a edição atualizada do III PNDH voltou atrás em relação a pautas polêmicas que atingiam aspectos morais de grupos conservadores, os quais já contavam com forte atuação política no país (Moutinho; Aguião; Neves, 2018).

Em 2010, o governo Lula instituiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT) por meio do Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010. Este decreto alocou o conselho no cerne da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, além de o configurar com uma natureza consultiva e deliberativa. Ademais, o art. 1º do texto legal preconizou como competência do órgão “formular e propor

diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT”. (Brasil, 2010a, cap. 1, art.1).

É válido mencionar que consoante Pereira e Santos (2016), o CNCD/LGBT significa um:

[...] importante instrumento para o movimento LGBTQIA+, na medida em que criou um órgão específico na administração pública federal para essa população, historicamente excluída e marginalizada, exercer o *controle social* e ampliar as condições para a conquista de direitos humanos. (p. 203, grifos dos autores).

Ora, Biroli (2016) é enfática ao expressar que a participação no capitalismo não é constrangida apenas em virtude da variável classe, mas também é dificultada em decorrência de marcadores sociais da diferença como gênero e raça.

Assim, se mulheres cisgêneras sofrem com essa tendência e têm a sua cidadania afetada, como se dá a participação daqueles sujeitos que cruzam as fronteiras da cisnormatividade e heteronormatividade? Considerando que para Biroli e Miguel (2015), além de classe, raça e gênero, outras variáveis influenciam os posicionamentos sociais nas relações hierárquicas e possibilidades de participação, é válido refletir que a população LGBTQIA+ (não de forma homogênea, mas diferenciada internamente), goza

o dissabor de empecilhos ideológicos, materiais, temporais e pecuniários que constroem a possibilidade e qualidade da sua participação política e social, institucional ou não.

O ano de 2011, apesar de ser marcado por importantes conquistas no campo dos direitos LGBTQIA+, também foi um período de inúmeros embates entre conservadorismos e pautas progressistas relacionadas à população LGBTQIA+. Nesse sentido, o governo de Dilma Rousseff vetou, após intensa pressão de parlamentares conservadores, o kit do projeto Escola Sem Homofobia. Esse material pedagógico foi:

[...] articulado com o programa Brasil Sem Homofobia [...] o kit foi desenvolvido por importantes ONGs [...] com a supervisão do Ministério da Educação. Trata-se de material educativo que aborda de modo sistemático a homofobia. (Vianna, 2015, p. 802).

Esse fato apenas marcou o início de acontecimentos concernentes ao pânico moral transmutado no sintagma ideologia de gênero. Miguel (2021) relembra que as mobilizações políticas contrárias ao kit escola sem homofobia contaram com a liderança do então deputado Jair Bolsonaro (Partido Progressistas - RJ), quando pautas morais passaram a caracterizar prioritariamente a agenda de políticos de carreira como forma de autopromoção em relação ao eleitorado conservador.

Sobre a ideologia de gênero, é importante situar que a mesma teve a sua gênese no seio católico conservador dos

EUA, mas em âmbito internacional remonta os anos de 1994 e 1995, quando se imprimiram contraposições cristãs aos direitos sexuais e reprodutivos, sendo protagonizada internacionalmente pela Santa Sé, sobretudo pelo pontificado de João Paulo II e posteriormente de Bento XVI (Miguel, 2021). Machado (2018) destaca que a partir dos anos 90 houve uma intensa produção intelectual católica de fortalecimento do discurso em torno da ideologia de gênero, o qual contrapôs a adoção do conceito de gênero em políticas públicas e diversos avanços em pautas feministas, especialmente por ocasião da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e População de 1994 e da Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995, quando a Igreja Católica defendeu a adoção das identidades biológicas de mulher e homem e se posicionou contra pautas como o aborto.

No Brasil, a cruzada moral em torno da ideologia de gênero se encontra em uma conjuntura em que o neoconservadorismo moral resulta da fusão entre o ultraliberalismo econômico, fundamentalismo religioso e anticomunismo (Miguel, 2016). Assim, Miguel (2021) destaca que:

De fato, o fundamentalismo cristão cada vez mais se mostra crucial na base de sustentação das forças políticas mais conservadoras. O discurso familista, homofóbico e antifeminista não é uma sobrevivência excêntrica: é componente essencial para conquistar apelo popular às suas posições. (p. 617).

Fundamentando-se em escritos conservadores como os do jurista argentino Jorge Scala (Miskolci; Campana, 2017) e do autoproclamado filósofo brasileiro Olavo de Carvalho (Miguel, 2021), o pânico moral da ideologia de gênero no Brasil é instrumentalizado por empreendedores morais (especialmente católicos carismáticos e neopentecostais) que vêm ocupando instituições políticas e protagonizando *lobbys* em prol das suas agendas morais. Durante o governo Dilma, em busca de governabilidade, abriu-se espaços de diálogo com esses grupos conservadores à revelia das minorias sociais, assim: “[...] durante o governo Dilma, houve um distanciamento do governo federal em relação aos movimentos sociais em geral e, em especial, aqueles relacionados a direitos sexuais.” (Miskolci; Campana, 2017, p. 741).

Portanto, apesar de ganhar maior demarcação nas eleições presidenciais de 2018 e durante o governo Bolsonaro, a ideologia de gênero consiste em um artefato alvo de construções discursivas antigas. Paulatinamente, com a ascensão política de grupos cristãos conservadores, como os católicos carismáticos e evangélicos neopentecostais, o sintagma ideologia de gênero protagonizou discussões no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, sendo empregado como justificativa para a aprovação de leis de tolhimento educacional de discussões sobre gênero e sexualidade. Além disso, é importante refletir que o crescimento desse pânico moral se deu em períodos

marcados por avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, como em 2011 quando além da realização da II Conferência Nacional LGBT, o STF julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, equiparando a união estável homoafetiva à heteroafetiva.

Diferente do clima de solidariedade coletiva presente na I Conferência Nacional GLBT, Aguião (2018) menciona que a II Conferência Nacional LGBT, em 2011, foi caracterizada pela insatisfação manifesta com a ausência da presidenta Dilma Rousseff na solenidade, bem como em relação às ações/ omissões do seu governo para com essa população. De toda forma, com o tema geral “Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, o evento realizado entre 15 e 18 de dezembro de 2011 contou com três painéis temáticos: Poder Legislativo e Direitos da População LGBT; Políticas Públicas e Direitos da População LGBT; e Políticas de Inclusão Social e Cidadania da População LGBT (Brasil, 2011a).

Ao término das discussões nos grupos de trabalho, aprovaram-se 74 diretrizes entre 15 setores de políticas públicas, dentre os quais se encontram a educação, saúde, segurança pública e participação social. Enfim, aprovaram-se seis moções de congratulações, onze moções de apoio, quatro moções de repúdio e quatorze moções de recomendação

(Brasil, 2011a). Apesar das insatisfações com as ações do governo Dilma, a segunda Conferência Nacional LGBT comemorou a “[...] a decisão do Supremo Tribunal Federal que garantiu o direito de união estável aos casais de mesmo sexo.” (Aguião, 2018, p. 60), alcançada também em 2011.

O marco jurisprudencial do reconhecimento da união estável de casais homoafetivos foi alcançado mediante o julgamento pelo STF da ADI 4277 e da ADPF 132. Essa conquista atendeu a uma pauta antiga do movimento LGBTQIA+ brasileiro (Aguião, 2018). Buzolin (2022) expressa que esse julgamento foi alvo de unanimidade por parte dos Ministros do STF, apesar de divergência em relação à fundamentação, pois ao passo que uma minoria dos Ministros entendeu que a interpretação deveria ser restrita ao exposto no art. 226 da Constituição Federal de 1988 (o qual não preceitua expressamente a família homoafetiva), mas a maioria dos Ministros, com base na doutrina e princípios constitucionais, chegou ao consenso de que a ampliação do conceito de família pode ser depreendido do texto constitucional.

Nesse sentido, Rios (2022) e Ismael Pereira (2021) concordam que o julgamento da ADI 4277 e da ADPF 132 foi a decisão mais significativa no campo dos direitos LGBTQIA+, pois além de reconhecer as famílias homoafetivas, implicou em um importante precedente jurídico e acarretou a garantia de outras garantias no:

[...] campo dos direitos de cidadania para a comunidade LGBTQIA+ em áreas como a direito à pensão por mortes ao(à) companheiro(a) sobrevivente nos casais formados por pessoas de mesmo sexo; a preservação da escolha do sujeito transgênero na alteração do registro civil de nome e sexo, uso de banheiros e no caso de encaminhamento para instituições carcerárias; a obrigatoriedade de inclusão de suas famílias em políticas públicas; e a criminalização da homofobia, entre outros. (Ismael Pereira, 2021, p. 276).

Como se observa no pensamento de Ismael Pereira (2021) e conforme se reforçará adiante, a atuação do STF em relação ao controle de constitucionalidade se mostra fundamental aos direitos LGBTQIA+, pois a omissão do Congresso Nacional em legislar sobre os problemas públicos da população LGBTQIA+ levou o poder judiciário a atuar no sentido de garantir e assegurar a efetividade dos direitos dessa parcela populacional historicamente alvo de precarização. Notoriamente, isso não vem se dando de modo livre de pressões contrárias, pois grupos de interesse de orientação conservadora também vêm incorporando institutos jurídicos como o *amicus curiae* para influenciar as decisões judiciais no sentido de frear as pautas LGBTQIA+ e feministas.

Visto isso, também em 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, por meio da Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011. O art. 1 desta portaria estabelece como objetivo geral da política “promover a

saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS [Sistema Único de Saúde] como sistema universal, integral e equitativo.” (Brasil, 2011b, art. 1). Em seus 24 objetivos específicos, preceituados no art. 2, são previstas ações nos campos da gestão da saúde, pesquisa, qualificação de profissionais, protocolos de atendimentos, serviços pertinentes ao processo transexualizador, prevenção de ISTs e educação em saúde. Enfim, são estabelecidas competências específicas para o Ministério da Saúde, Estados e Municípios, gerando uma subdivisão federativa intergovernamental (Brasil, 2011b).

No final do governo Dilma, em uma conjuntura política complexa marcada por articulações parlamentares em prol do seu *impeachment*, realizou-se a III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT. Tendo como tema geral “Por um Brasil Que Criminalize a Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, o evento reuniu 919 participantes, sendo 845 delegados(as), entre 24 e 27 de abril de 2016 (Brasil, 2016).

A conferência contou com quatro eixos temáticos, os quais foram: I) políticas intersetoriais, pacto federativo, participação social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População

LGBT; II) educação, cultura e comunicação em direitos humanos; III) segurança pública e Sistema de Justiça na promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBT; e IV) marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento à violência contra a população LGBT. Após as deliberações nos grupos de trabalho, aprovaram-se 73 propostas no primeiro eixo temático, 50 no segundo, 23 no terceiro e 46 no quarto. Enfim, emitiram-se 32 moções de repúdio, 13 de apoio e quatro de apelo (Brasil, 2016).

Após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, o governo de Michel Temer, apesar de continuar a abertura das instituições do Estado para grupos conservadores (fenômeno marcante no governo Dilma), foi caracterizado por algumas ações no campo das políticas públicas LGBTQIA+. Em 2018 se lançou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTQIA+fóbica no seio do Ministério dos Direitos Humanos, prevendo possíveis ações conjuntas entre o governo federal e governos estaduais (Aragusuku *et al.*, 2019). Além disso, Aragusuku *et al.* (2019) mencionam que também em 2018 houve o chamamento oficial para a 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, a qual estava prevista para acontecer em 2019, porém, não ocorreu.

A ascensão do neoconservadorismo

Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), vivenciou-se o período mais problemático para a formulação e continuidade das políticas públicas LGBTQIA+. Bolsonaro ascendeu ao poder do executivo federal através de polêmicas envolvendo pânicos morais em torno de questões como a ideologia de gênero e doutrinação política advinda do chamado marxismo cultural (Miguel, 2021). Logo, antes da sua posse, o seu governo havia se comprometido moralmente com pautas pertinentes ao combate aos avanços políticos LGBTQIA+ e feministas. Assim, a constituição ministerial do governo Bolsonaro privilegiou nomes convergentes aos ideais ético-políticos de caráter conservador, seio em que se destacam a pastora Damares Alves - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos -, Ernesto Araújo - Ministério das Relações Exteriores - e Abraham Weintraub - Ministério da Educação - (Miguel, 2021).

Não obstante, no contexto do início do governo Bolsonaro, Nogueira (2019) refletiu que “Apesar de todos os desencontros, das trapalhadas governamentais e das divergências internas, o atual governo [referindo-se ao governo Bolsonaro (2019-2022)] está alinhado, possuindo uma equipe que comunga com os ideais neoliberais e conservadores, que dificultam e/ou impossibilitam o atendimento das demandas LGBTI+.” (p. 4). Essa percepção foi confirmada

por Pereira (2021), ao constatar que durante o governo Bolsonaro houve um sistemático fenômeno de desmonte das políticas públicas LGBTQIA+, algo notório na extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, além no aniquilamento das campanhas de prevenção às ISTs/Aids.

Chama a atenção o fato do mito da ideologia de gênero revelar como os poucos avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos apresentam fragilidades. Estas se mostram em virtude da dificuldade dos direitos LGBTQIA+ gerarem consensos sociais, tal como indica Miguel (2021), mas também por causa da pouca força normativa dos meios de instituição das políticas públicas LGBTQIA+, bem como denunciam Mello, Brito e Maroja (2012).

Ora, apesar da sua importância para os direitos humanos da população LGBTQIA+, a desinstitucionalização do CNCD/LGBT por meio do Decreto nº 9.883/2019 (Brasil, 2019) é um indício do quão o governo Bolsonaro temeu a participação social LGBTQIA+ e, assim, imprimiu tentativas para minar os avanços nas políticas para o grupo. Contudo, isso apenas se deu porque o tipo normativo que instituiu o conselho, um decreto presidencial do governo Lula, pode ser revogado a depender do desejo do poder executivo federal. Isso é um

elemento que reforça a importância da aprovação de leis para a garantia dos direitos LGBTQIA+, porém, o contexto do legislativo federal ainda é austero ao tema, assim como sugerem Machado (2017) e Santos (2016), fenômeno que tem “[...] evitado a aprovação de leis favoráveis às chamadas ‘minorias sexuais’” (Santos, 2016, p. 181).

Outrossim, a violência contra a população LGBTQIA+ é um problema histórico no Brasil. Conforme dados do Disque Direitos Humanos (Disque 100), apenas entre 2011 e 2019 foram registradas em média 1.666 denúncias anuais de violência LGBTQIA+fóbica (Cerqueira *et al.*, 2021). Segundo o Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, apenas entre 2000 e 2022, 5.635 pessoas LGBTQIA+ foram vítimas de mortes violentas motivadas por homofobia e transfobia (Gastaldi; Benevides; Coutinho, 2023).

Esse cenário foi ignorado pelo Congresso Nacional mesmo diante das constantes pressões sociais de movimentos e organizações LGBTQIA+. Embora o poder legislativo federal nunca tenha aprovado Projetos de Lei - PLs - relativos à criminalização da LGBTQIA+fobia, em consulta realizada no portal eletrônico da Câmara dos Deputados e Senado Federal, em 30 de maio de 2023, verificou-se a existência do PL 310/2014, o qual foi proposto pelo deputado Vital do Rêgo (MDB), cujo conteúdo consiste na alteração do § 3º, do art. 140 do Código Penal, propondo a punição de crimes oriundos

de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, o PL 7292/2017, de autoria da deputada Luizianne Lins (PT), propõe enquadrar o LGBTQIA+cídio como circunstância qualificadora de crime de homicídio e crime hediondo. Outrossim, encontraram-se três sugestões legislativas - SUGs -, do Programa e-Cidadania, tocantes à criminalização da LGBTQIA+fobia, as quais foram a SUG 5/2016, SUG 28/2017 e SUG 42/2017.

Assim, diante da histórica omissão do Congresso Nacional em legislar sobre a violência contra a população LGBTQIA+, o STF julgou em 2019 a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e o Mandato de Injunção (MI) nº 4.733, compreendendo a homofobia e transfobia como manifestações racistas e, portanto, enquadrando-as penalmente no disposto na Lei nº 7.716 de 1989 (Buzolin, 2022). Embora seja necessário compreender que a mera criminalização não é a solução para a violência que aflige a população LGBTQIA+, considerando-se que o combate à violência pressupõe políticas multissetoriais, esse fato jurisprudencial é, ao lado da conquista da união estável homoafetiva em 2011, um grande marco para os direitos LGBTQIA+ no Brasil. Afinal, a partir de então, movimentos e organizações LGBTQIA+ têm respaldo jurídico para cobrar políticas subnacionais e federais de combate à violência LGBTQIA+fóbica e exigir a elucidação e justiça por crimes de ódio motivados por homofobia e transfobia.

A reconstrução das políticas públicas LGBTQIA+

Após o momento histórico das eleições de 2022 e a consequente vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na disputa pela presidência com Jair Bolsonaro, movimentos e organizações sociais construíram expectativas em torno da retomada das políticas públicas LGBTQIA+ no país. Não obstante, no ato de estruturação do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, por meio do Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023, criou-se a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Conforme o art. 27 do decreto em questão, compete a essa secretaria assistir o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania na promoção de ações e políticas públicas, em coprodução com organizações governamentais e não governamentais, de promoção dos direitos da população LGBTQIA+ (Brasil, 2023a).

Em entrevista concedida à Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, a atual secretária nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+, a transexual Symmy Larrat, apontou que a criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é de extrema importância porque “[...] nos coloca mais próximos da mesa de decisão” (Larrat; Bortolini, 2022, p. 16). Como a literatura evidencia enfaticamente, os sujeitos dissidentes à heteronormatividade e cisnormatividade foram historicamente alvos de políticas de higienização social e silenciamento na esfera pública moderna. Isso fez

com que muitos problemas públicos não fossem inseridos em agendas governamentais e, quando o foram a partir da epidemia de HIV/Aids, inseriram-se de modo tutelado. O governo Lula, seguindo uma tendência presente desde os seus primeiros governos, vêm contribuindo para o protagonismo LGBTQIA+ na resolução pública das suas demandas.

Nesse sentido, o governo Lula publicou o Decreto nº 11.471, de 6 de abril de 2023, instituindo (recriando após a extinção realizada no governo Bolsonaro) o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Tal conselho apresenta uma natureza consultiva e deliberativa, tendo a sua constituição paritária entre representantes do poder público e sociedade civil e apresentando a função de coproduzir e controlar socialmente as políticas públicas direcionadas à população LGBTQIA+ (Brasil, 2023b).

Em 2023, o STF julgou a MI 4733, a qual teve como impetrante a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos e, como imputado, o Congresso Nacional. O processo, cuja decisão é definitiva, culminou na equiparação das ofensas LGBTQIA+fóbicas também à injúria racial (Supremo Tribunal Federal, 2023).

Portanto, longe de se encontrar obsoleto, o tema das políticas públicas LGBTQIA+ urge nas instituições políticas e no âmago dos anseios sociais, seja por parte dos(as)

beneficiários(as) diretos(as) interessados(as) no seu desenvolvimento ou por parte de grupos de interesse contrários às políticas e direitos sexuais. O reflexo do destaque das políticas públicas LGBTQIA+ e da expectativa de movimentos e organizações sociais em relação à atuação do governo Lula na área pode ser visto no manifesto da 27ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo (a maior da América Latina), realizada em 11 de junho de 2023. Com o tema geral “Políticas Sociais para LGBTQIA+: queremos por inteiro e não pela metade”, essa parada do orgulho exaltou a importância do Sistema Único de Assistência Social conceber políticas que reconheçam a existência e especificidades da população LGBTQIA+, além de depositar confiança nas ações progressistas do governo Lula (Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, 2023).

Entretanto, o neoconservadorismo impregnado nas instituições políticas do Brasil mostra-se voraz no combate aos direitos sexuais e reprodutivos. Embora o STF tenha assegurado em 2011 o casamento civil e a união estável homoafetiva, a comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o PL 580/07. Essa proposta inclui no Código Civil brasileiro a proibição da equiparação das relações homoafetivas a casamento ou entidade familiar (Haje, 2023). Notoriamente ofensivas como essa não são recentes, mas

notorizam o quão o Congresso Nacional, especialmente em virtude do fenômeno político do bolsonarismo, configura-se atualmente comprometido com pautas contrárias aos direitos LGBTQIA+.

Considerações finais

Este artigo objetivou refletir sobre o desenvolvimento das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil no contexto posterior à Constituição Federal de 1988. Para tanto, empreendeu-se uma revisão narrativa da literatura que considerou o histórico de tais políticas em interface com o fenômeno político do neoconservadorismo no país. Constatou-se que as políticas públicas LGBTQIA+ foram influenciadas pelas ações de combate à epidemia de HIV/Aids e pelos Programas Nacionais de Direitos Humanos.

Contudo, percebeu-se que as ações públicas federais emanadas do Poder Executivo remontam aos governos do PT, sobretudo Lula. Porém, tais marcos são pouco propositivos, carentes de previsão orçamentária e apresentam pouca força normativa. Isso dialoga com o fato dos direitos LGBTQIA+ no Brasil deverem grandemente ao ativismo judicial, especialmente do STF. Enfim, apesar do recrudescimento do neoconservadorismo no Brasil, sobretudo durante o governo Bolsonaro, há indícios do fortalecimento das políticas públicas LGBTQIA+ no atual governo Lula.

Grifa-se que a ofensiva antigênero no Brasil antecede o fenômeno do bolsonarismo, fazendo-se presente, inclusive, no período constituinte e desfavorecendo os *lobbys* do movimento homossexual brasileiro. Em diversas ocasiões, como na criação do BSH, na formulação do programa Escola Sem Homofobia e na publicação do III PNDH, o neoconservadorismo presente nas instituições políticas brasileiras se evidenciou com nitidez. Contudo, a atuação do STF, sobretudo em relação ao controle de constitucionalidade, foi substancial para a garantia dos direitos LGBTQIA+ no atual contexto democrático do país.

Diante das discussões teóricas tecidas neste texto, constatou-se que no contexto posterior à Constituição Federal de 1988, as políticas públicas LGBTQIA+ foram marcadas por conquistas emanadas da atuação do STF e, em relação ao poder executivo federal, concentram-se nos governos do PT, sobretudo nos governos Lula. Entretanto, lacunas teóricas persistem e se direcionam a questões como as continuidades dos discursos e atuações bolsonaristas para a contraposição às políticas públicas LGBTQIA+.

Logo, são necessários esforços teóricos e empíricos adicionais para se compreender os meios, agentes, instituições e táticas que personificam a ofensiva antigênero e que prejudicam as políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo. Para tanto, dentre outras áreas do conhecimento,

a ciência política brasileira tem potencial para investir em pesquisas que se direcionem a tal finalidade. Isso exige maior fomento público para investigações sobre gênero e sexualidade na área, além de expansão de espaços de debate nos eventos científicos do campo.

Referências

- AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- AGUIÃO, Silvia. Não somos um simples conjunto de letrinhas: disputas internas e (re) arranjos da política LGBT. **cadernos pagu**, Campinas, SP, v. 46, n. 1, p. 279-310, abr. 2016.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. LGBTI+ no Brasil: o golpe de 2016 e a facada de 2018. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 23, n.1, p. 1-4, jun. 2019.
- ARAGUSUKU, Henrique Araujo *et al.* Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, MT, v. 2, n. 8, p. 05-33, abr. 2019.
- ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO LGBT DE SÃO PAULO. Queremos políticas sociais para LGBT+ por inteiro e não pela metade. **Paradas SP**, 2023. Disponível em: <https://paradasp.org.br/queremos-politicas-sociais-para-lgbt/>. Acesso em 10 jun. 2023.
- BATISTA, Leonardo dos Santos; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista brasileira de iniciação científica**, Itapetininga, SP, v. 8, p. e021029-e021029, fev. 2021.
- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, Rio de Janeiro - RJ, v. 59, n. 3, p. 719-754, jul. 2016.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, PR, v. 20, n. 2, p. 27-55, dez. 2015.
- BRASIL. **Anais da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT**. Brasília – DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.
- BRASIL. **Anais da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília – DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011a.

BRASIL. **Anais da III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília – DF: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2016.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.341 de 01 de janeiro de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 139. 1 de janeiro de 2023a.

BRASIL. **Decreto nº 11.471 de 06 de abril de 2023.** Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano CLXI, n. 67-B, p. 1. 6 de abril de 2023b.

BRASIL. **Decreto nº 7.388 de 9 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 2. 9 de dezembro de 2010a.

BRASIL. **Decreto nº 9.883 de 27 de junho de 2019.** Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, v. 123, n. 123, p. 19. 28 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011.** Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política

Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União, Brasília - DF, 1º de dezembro de 2011b.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. *In*: COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. pp. 19-42.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUZOLIN, Livia Gonçalves. Pluralismo político: o Poder Judiciário e os direitos LGBT. **Revista Direito GV**, São Paulo, SP, v. 18, n.1, p. 1-18, mar.2022.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, RN, v. 4, n. 05, p. 132-148, nov. 2010.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, p. 319-351, ago. 2013.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira *et al.*, — São Paulo: FBSP, 2021.

FASSIN, Éric. Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, BA, v. 7, n. 1, p. 22-32, nov. 2021.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Microfísica do poder**. 6 ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CrH**, Salvador, BA, v. 32, n. 85, p. 63-81, abri. 2019.

HAJE, Lara. Projeto inclui no Código Civil proibição de união homoafetiva. **Câmara dos Deputados**, Brasília - DF, 19 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>

noticias/999217-projeto-inclui-no-codigo-civil-proibicao-de-uniao-homoafetiva. Acesso em: 09 dez. 2023.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 34, p. 155-178, 2014.

ISMAEL PEREIRA, Luiz. Participação e direitos de sexualidade no Brasil: 10 anos de luta nos Tribunais... e ainda muitos à frente. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, MT, v. 4, n. 14, p. 264-283, dez.2021.

LARRAT, Symmy; BORTOLINI, Alexandre. Um novo ciclo de políticas públicas LGBTQIA+: Entrevista com a Secretária Nacional Symmy Larrat. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, MT, v. 5, n. 18, p. 12-30, abr. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, v. 23, n. 47, p. 351-380, abr. 2017.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, São Paulo, SP, v. 39, n. 1, p. 403-429, nov. 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **cadernos pagu**, Campinas, SP, v. 62, n. 1, p. 1-14, ago. 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 32, p. 725-748, set. 2017.

MOUTINHO, Laura; AGUIÃO, Silvia; NEVES, Paulo SC. A construção política das interfaces entre (homos)sexualidade, raça e aids nos programas nacionais de direitos humanos. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, São Paulo, SP, n. 23, p. 1-21, dez. 2018.

PELÚCIO, Larissa. Ativismo soropositivo: a politização da AIDS. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 1, 2, p. 119-141, jan. 2007.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, PR, v. 14, n. 43, p. 74-89, jun. 2021.

PEREIRA, Cleyton Feitosa; SANTOS, Emerson Silva. PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBT: o conselho nacional de combate à discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, MG, v. 9, n. 2, p. 175-205, mar. 2016.

REIS, D. A. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, RS, v. 46, n. 1, p. 1-11, abr. 2020.

RIOS, Roger Raupp. Proteção de direitos LGBTQIA+ no Direito brasileiro: momentos e descompassos jurídicos e políticos. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, PR, v. 9, n. 3, p. 659-680, dez. 2022.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, SP, v. 6, n. 1, p. 179-212, jun. 2016.

SOARES DA SILVA, Alessandro. Memória. Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. **Revista Electrónica de Psicología Política**, San Luis, AR, v. 9, n. 27, p. 127-158, dez. 2011.

SOUSA JÚNIOR, Carlos Augusto Alves de; MENDES, Diego Costa. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, p. 642-655, nov. 2021.

VIANNA, Adriana; BENÍTEZ, Maria Elvira. Gênero e sexualidade: estamos no canto do ringue?. **Cadernos de Campo**, São Paulo, SP, v. 25, n. 25, p. 36-41, out. 2016.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 41, n. 3, p. 791- 806, set. 2015.

03

**“[...] ELE ERA UMA PESSOA NORMAL, E A PARTIR DO MOMENTO QUE ELE FEZ PARTE DO GRUPO DE DANÇA ELE TORNOU-SE GAY”:
GÊNEROS, SEXUALIDADES E A DOCÊNCIA**

**“[...] HE WAS A NORMAL PERSON, AND FROM THE MOMENT HE BECAME PART OF THE DANCE GROUP HE BECAME GAY”:
GENDER, SEXUALITIES AND TEACHING**

Joanderson de Oliveira Gomes

Professor na Faculdade Três Marias (FTM)

Pesquisador do grupo História e Memória da Educação da Paraíba (CCAÉ/UFPB/CNPq)

Mestre em Educação (UFPB)

E-mail: joandersonoliveira@hotmail.com





Resumo

Neste artigo, apresento as vivências de um professor gay em escolas da cidade de Mamanguape, PB. Tenho como objetivo geral compreender o transitar deste docente nas escolas onde atua, e como a dimensão da sua sexualidade tem atravessado o ser professor. Enquanto objetivos específicos, pretendo: a) inferir sobre como as instituições escolares têm lidado com as questões de gêneros e sexualidades; e b) refletir sobre os avanços e recuos percebidos pelo professor em relação às estratégias que utiliza em seu cotidiano. O estudo evidencia, a importância de continuarmos tencionando a norma, tendo em vista que a heteronormatividade ainda se faz presente dentro dos muros escolas (mas não apenas neles), convidando os corpos a se adequarem dentro de padrões esperados.

Palavras-chave: Professor gay; homossexualidade; docência.

Abstract

In this article, I present the experiences of a gay teacher in schools in the city of Mamanguape, PB. My general objective is to understand the movement of this teacher in the schools where he works, and how the dimension of his sexuality has crossed being a teacher. Specifically, it is intended to: a) infer how school institutions have dealt

with issues of gender and sexualities; and b) reflect on the advances and setbacks perceived by the teacher in relation to the strategies he uses in his daily life. The study highlights the importance of continuing to tension the norm, considering that heteronormativity is still present within the walls of schools (but not only in them), inviting bodies to adapt within the expected standards.

Keywords: Gay teacher; homosexuality; teaching.

**“Ficava querendo me expor na frente dos colegas, como se ela pensasse que eles não soubessem da minha orientação [...]”:
Palavras Iniciais**

A escola se tornou para mim, na época da educação básica, um lugar de medo e espanto, sobretudo por me questionar e me cobrar um comportamento que fugia (e foge) ao meu controle. Andar mais durinho, não rebolar tanto, falar grosso, ser mais parecido com os meninos considerados “normais”, esses foram alguns dos “conselhos” que eu costumava receber. No início eu não entendia bem o que eles/as (professores/as, diretores/as, e colegas de classe) estavam tentando me dizer, mas era nítido pelo tom de voz e o olhar enviesado, que sob a ótica deles/as, eu estava fazendo (eu era) algo muito errado.

Assim como o docente que teve sua narrativa aqui analisada, também fui exposto em muitos momentos no espaço escolar, mulherzinha, bichinha e viadinho só passaram a ter sentido para mim quando eu entendi que se tratavam de discursos que marcavam o meu corpo de muitos modos, e que denunciavam para “a norma” que eu não estava dentro dela, e que estar à margem era um problema que precisava ser resolvido, corrigido e ajustado. Eu nasci menino, biologicamente classificado assim, em detrimento do meu órgão genital, o que reverbera uma série de expectativas e exigências que como tal eu deveria seguir.

Passados os anos de escolarização básica, ingresso no ensino superior, em um curso de licenciatura e me torno professor. O primeiro susto e desespero me vem quando me lembro do espaço escolar que vivenciei por toda a vida, sendo aluno. Ficando comigo a indagação: “As coisas mudaram agora que sou docente?”.

É nesse contexto que surge o meu interesse em pesquisar gêneros e sexualidades, dentro dos muros escolares, mais especificamente os professores gays, como eles transitam e atuam dentro de um espaço que embora tenha avançado em muitas questões pertinentes a diversidade ainda exala

os ditames e modos de uma heteronormatividade¹ que luta dia após dia para se afirmar como tal e ganhar legitimidade.

Essa dimensão que perpassa as nossas instituições de ensino tem sua construção e manutenção fincados em saberes morais e religiosos que, via de regra, trabalham no fomento a perpetuação de uma única verdade sobre as vidas individuais. Essa perspectiva heteronormativa penetra os nossos currículos e as práticas que se desenvolvem no cotidiano da escola. “Os ideais heteronormativos têm na escola um dos espaços de incisiva e sutil afirmação”, (Ferrari; Castro; Bastos, 2021, p. 13).

Os espaços escolares, historicamente, se constituíram como lugares privilegiados para que a heterossexualidade transitasse livremente, sendo incentivada, celebrada e desejada. Fato este que não é uma exclusividade escolar, mas que é cultivado nos mais diversos espaços de sociabilidade que estamos todos/as inseridos/as.

Na esteira dessas reflexões, Louro (2019), nos alerta que a escola se constitui como um dos lugares mais difíceis para que alguém assuma sua não-heterossexualidade, tendo este que enfrentar um ideal de valores e modos de ser pré-estabelecidos, cujo único propósito é difundir e

1 “A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou - mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto - para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida”. (Miskolci, 2020, p. 15).

forjar um ideal de sexualidade único e inquestionável, isso desde o nosso nascimento. Essa forma de ser não nos é mostrada “[...] como uma das possíveis formas, mas, a forma de ser”, (Sell, 2006, 31).

A escola enquanto espaço destinado à diversidade precisa estar atenta “[...] para as diferentes expressões das identidades sexuais, uma vez que ela deve ser o território da manifestação do plural, do diverso”, (Santos Júnior; Silva, 2020, p. 233). Não compreender e/ou se omitir de promover essa reflexão, assim como um espaço efetivamente inclusivo faz com que a instituição de ensino se omita de sua função social, formar e educar para a vida. Não apenas as vidas heterossexuais, mas a vida de todas as pessoas que por ela irão passar, independente de crença, raça, ou identidade sexual.

Este artigo é oriundo de minha dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - (PPGE/UFPB). Que tomou como perspectiva de estudo a vivência de seis professores gays. Para a feitura deste artigo, tomarei como objeto de análise a narrativa de um desses professores.

Tenho como objetivo geral compreender o transitar desse docente, nas escolas onde atua, e como a dimensão da sua sexualidade tem atravessado o ser professor. Enquanto específicos, pretendo: a) inferir sobre como as instituições escolares têm lidado com as questões de

gêneros e sexualidades; e b) refletir sobre os avanços e recuos percebidos pelo professor em relação às estratégias que utiliza em seu cotidiano.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa narrativa, que toma como objeto de análise as vivências de um professor gay, que trabalha em escolas da educação básica, na rede pública de Mamanguape, PB. Clandinin e Connelly (2015, p. 51) definem a pesquisa narrativa como “[...] uma forma de compreender a experiência. É um tipo de colaboração entre pesquisador e participantes”.

Na mesma direção, Paiva (2008) sinaliza que a pesquisa narrativa é uma metodologia de pesquisa que nos permite coletar histórias de vida que estabelecem relação com um determinado tema que se pretende investigar. Essas histórias de vida, narradas e rememoradas pelas vias da memória se entrecruzam e nos permitem compreender determinados contextos e como eles foram percebidos sob outras óticas.

Para Gomes, Assis e Soares (2022, p. 144) esse entrecruzamento se dá pois “[...] a priori, tais memórias se mostram como um fenômeno individual, já que o indivíduo que fala, fala sobre si, entretanto, nesse processo de rememoração

[...] os fatos narrados começam a se entrecruzar com as memórias coletivas”.

“A narrativa faz parte da história da humanidade e, portanto, deve ser estudada dentro dos seus contextos sociais, econômicos, políticos, históricos, educativos”, (Sousa; Cabral, 2015, p. 150). Desse modo, ao dialogar com o Prof. Emanuel², meu intuito era compreender o seu transitar dentro dos muros escolares e como tem sido para ele, um professor gay, lidar com as questões de gêneros e sexualidades que inevitavelmente perpassa o seu fazer docente e as relações que constitui na escola, com seus/suas alunos/as, assim com os/as seus/suas colegas de trabalho.

Existe, ainda, um detalhe muito importante sobre a pesquisa narrativa, sinalizado por Souza (2006), que diz sobre o momento de reflexão gerado por ela, pois enquanto visita suas memórias o/a sujeito/a reflete sobre a própria narrativa e ao acessar suas memórias seleciona as que o marcaram de algum modo. Por isso, o autor define que esse momento, também, se configura como um relato (auto) biográfico, pois existe uma implicação nessa narrativa.

Implicação esta que não diz respeito apenas ao pesquisado, mas que traz o pesquisador a vivenciar a mesma experiência. Diversas vezes, ao ouvi-lo falar sobre os seus percursos me encontrei naquele mesmo lugar, partilhando

2 Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

de dores que embora fossem suas (enquanto sujeito que narra), me atravessavam de muitos modos, por ter vivido situações semelhantes às suas.

Para geração dos dados, foi realizada uma entrevista com o docente, tomando por base um roteiro norteador, que visava apenas orientar o diálogo, mas sem limitar o que seria dito pelo entrevistado. Esse momento de conversas sobre a trajetória do Prof. Emanuel ocorreu em setembro de 2022, toda a entrevista foi gravada e posteriormente transcrita, na íntegra.

“[...] então, não queria ver a imagem dele, um diretor, “manchada” por eu fazer parte da equipe docente e ao mesmo tempo estar em uma banda marcial”: tecendo diálogos com um professor gay

Com uma xícara de café, bolachas e muito bom humor, é assim que sou recebido pelo Prof. Emanuel, em sua casa, para conversarmos sobre as suas vivências educativas. Com 26 anos de idade e 5 de docência, ele abre o baú de suas memórias, e através de sua narrativa, me permite refletir sobre como tem sido atuar no espaço educativo, sendo um homem gay, fato que o singulariza em detrimento dos/as demais. Uma vez que sua sexualidade passa por um processo

de decisão, no sentido de contar ou não contar para seus pares esse ponto importante da sua vida.

Naturalmente ele não possui a obrigação de partilhar com ninguém, com quem se relaciona afetivo e sexualmente, o que busco chamar atenção aqui é sobre o momento pessoal em que ele (assim como todos/as que burlam a “norma”) precisa refletir e pensar se vai se afirmar ou não, “[...] ele é alguém que, um dia ou outro, é confrontado com a decisão de dizer o que ele é, ao passo que um heterossexual não precisa fazer isso, já que presumidamente todos o são” (Eribon, 2008, p. 72).

E aí reside um ponto que distingue os/as professores/as não-heterossexuais dos/as docentes heterossexuais. Para os segundos a sexualidade não se torna uma pauta. Eles/as não serão cobrados/as para se portarem de um jeito, ou irão sentir a necessidade de ocultar suas vidas íntimas, por medo de sofrerem alguma discriminação, ou mesmo pensar sobre a decisão: “devo ou não falar sobre isso com eles/as?”. “Possuir uma sexualidade da qual se possa falar torna-se um privilégio estranho, uma “plenitude”, um “a mais” [...]”, (Hocquenghem, 1980, p. 12).

Tendo por base essas reflexões, dou início ao diálogo com o Prof. Emanuel, inicialmente peço para o professor me falar sobre sua vida pessoal, sua infância, e como foi seu processo de escolarização básica. Ele relata sobre o

bullying que vivenciava, sendo constantemente cobrado a se portar de um modo “mais masculino”, “[...] eu era bem retraído assim, devido às humilhações, as chacotas, principalmente no ensino médio foi o pior ano, [...] só uma professora fez algo por mim, foi uma semana de combate ao bullying na escola, ela especificou bem a questão da minha sexualidade, foi aí que eu comecei a entender e me aceitar, até então eu não me aceitava” (Relato do professor).

Essa narrativa inicial vai delineando nuances de uma escola (e aqui não me refiro especificamente a escola na qual ele trabalha, mas penso esse espaço em sentido coletivo) que por anos vem negligenciando falar sobre as sexualidades em sentido macro, por vezes, se limitando a uma dimensão biologistica, apenas, com fins reprodutivos. Não oportunizando uma educação para as sexualidades que contemple a todos/as, visando “ampliar a prática pedagógica e compreender aspectos como prazer, descoberta, busca pelo novo e desejo de saber”, (Xavier Filha, 2017, p. 220).

Na mesma direção, Ferrari, Castro e Bastos (2021, p. 8) enfatizam que “a ausência de posicionamento nos remete a um silenciamento heterossexista, que é cotidiano tanto fora quanto dentro da escola”. E sinalizam marcas que são infligidas nos corpos dos/as indivíduos/as, ao passo que a heterossexualidade segue sendo naturalizada e em contrapartida modos outros das sexualidades são relegados a locais marginalizados.

Vale ressaltar que o não falar sobre gêneros e sexualidades, de forma mais enfática, nas instituições de ensino, não significa dizer que a escola não aborda essa discussão, ela se faz presente através das práticas pedagógicas que atribuem naturalidade a determinados modos de ser e existir, em detrimento de modos outros que fogem a essa normativa. Ao direcionar crianças, jovens e adolescentes sobre como andar, falar, se movimentar, que cor usar, ou dito de outra forma, como “ser homem ou mulher, macho/fêmea”, a instituição de ensino está desenvolvendo uma prática pedagógica generificada, que objetifica e evidencia o que dentro dessa lógica heteronormativa é tomado como diferente e aquilo que é considerado como normal.

Em sua narrativa, o Prof. Emanuel toca em um ponto que tende a ser presente na vida de muitos/as homossexuais. Além de lidar com a pressão externa de ter que se adequar a heterossexualidade, existe um processo de “autoaceitação”, da sua homossexualidade. Embora, particularmente, não concorde com essa nomenclatura, pois entendo que esse momento de conflito é gerado externamente aos/às indivíduos/as. De modo que, essa percepção da aceitação é apresentada, algumas vezes, como se fosse um peso, uma consequência, na contrapartida, pessoas heterossexuais não são convidadas a se “aceitarem”, eles/as apenas são. Assim penso que também deva ocorrer conosco, não deveríamos

ter que nos “aceitar”, apenas viver. Mas entendo que esse é um processo cultural e historicamente construído, imposto e cobrado a todos/as que não estejam alinhados à heteronormatividade.

Após falar sobre sua infância e adolescência pergunto ao Prof. Emanuel quais caminhos o levaram a docência: *“Eu sempre tive gosto por lecionar, minha tia me levava para a escola e eu sempre dizia que queria ser professor, e aí desde pequeno, meu sonho era dar aula [...]”*, (Relato do professor). O incentivo, então, a falar sobre o seu primeiro emprego e como foi esse contato inicial, na posição de docente, com a escola.

Ele começa narrando que foi um processo tranquilo, iniciou como prestador de serviço, através de processo seletivo, e, desse modo, não teve as questões referente a sua sexualidade como um agravante, mas relembra que após se envolver com algumas atividades da escola foi chamado a atenção por um diretor, para este não era apropriado um professor participar da banda marcial da escola, isso ficava a cargo das professoras, pois em sua visão trata-se de uma atribuição feminina.

“[...] foi o próprio gestor que não queria que eu lecionasse e ao mesmo tempo eu fizesse parte de uma banda marcial, aí ele pediu para eu escolher entre o emprego e dançar, e eu disse que eu iria dançar e se fosse para eu perder o emprego eu sairia, mas aí foi levado para um superior e deu tudo certo, eu permaneci dando

aula e participando da banda e da quadrilha. Era uma questão pessoal, dele comigo, que ele não queria ver a imagem dele, um diretor, “manchada” por eu fazer parte da equipe docente e ao mesmo tempo está em uma banda marcial, que ele dizia que era algo depravado e que manchava a reputação da escola e dos professores de modo geral”. [Esse incidente aconteceu em 2017, segundo o Prof. Emanuel].

A produção do diferente, o convite a normalidade, o estranhamento de ver um homem em um grupo de dança, são frutos de uma sociedade marcada pelo preconceito e pela discriminação, pela aversão ao que é tido como estranho, são nuances que observo, a partir do registro feito pelo Prof. Emanuel. Essa construção é feita dentro de processos históricos, culturais e sociais, sendo perpetuada ao longo das gerações. O diretor não parecia preocupado em como as aulas estavam acontecendo, como se dava o processo de ensino e aprendizagem, importava-lhe que o docente não se envolve-se com dança ou nada que dentro de um universo generificado de forma binária (macho/fêmea, pênis/vagina), é tomado como algo eminentemente feminino.

De encontro a essa discussão, Marani (2022) elucidava como o seu corpo foi alvo dessas disputas e desses enquadramentos que constantemente diziam como essa atividade (a dança) era inadequada para alguém do sexo masculino, ao confrontar essa normativa ele construía um deslocamento

de gênero, “[...] na dança por não acatar práticas sociais destinadas aos corpos sexuados como masculinos [...]”, (Marani, 2022, p. 02). O que de um modo ou de outro desestabilizava a heteronormatividade.

As fábulas construídas dentro dessa dimensão problematizam as questões de gênero e sexualidade e questionam o lugar do homem (leia-se um corpo interpretado como masculino), dentro do espaço da dança. “No contexto rígido de uma sociedade de machos, o homossexual inverte as relações e encontra-se deslocado”, (Hocquenghem 1980, p. 41). É preciso, então, proibir. Desse modo, “a marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina” é respondida”, (Butler, 2020, p. 193). E é isso que o diretor tenta fazer com o Prof. Emanuel, o lembrar que ele possui um pênis, e deve se portar como tal. Estar fora desse domínio o coloca em um lugar de desumanização e abjeção.

Para Silva e Nicolino (2020, p. 2) essas relações acabam por produzir o/a diferente e “[...] impõe aos indivíduos uma aprendizagem coletiva, que não é neutra e que se estrutura em preconceitos e discriminações de gêneros e sexualidades, ensinado também na escola”. Para o diretor a ação do docente manchava a reputação do espaço escolar, que desse modo, ao que me parece, não precisa conquistar uma reputação

tendo por referência a qualidade do ensino que oferta, mas em quão “machos” seus professores são. “[...] Esses estereótipos funcionam para reforçar noções limitadas do que um homem pode e não pode ser”, (Bola, 2020, p. 25).

Nesse contexto, o gênero tende a ser regulado dentro de uma relação binária, “[...] em que o termo masculino se diferencia do termo feminino, realizando essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual”, (Butler, 2020, p. 53). É esse desejo que visa nortear todos os/as demais. Enquanto uma regra que não deve ser questionada, mas seguida. A heterossexualidade, desse modo, se constitui quase como um dogma, e as demais devem se constituir a sua margem, tidas como uma espécie de aberração ou erro. Não estranhamente, lutou-se, por muito tempo, por manter as homossexualidades enquadradas como uma categoria patológica, (Hocquenghem, 2020), de nível inferior.

Temos, na contemporaneidade, uma gama de estudos e produção de conhecimentos que promovem e alargam o campo do saber sobre a história das sexualidades, a construção de normas e padrões específicos não como algo dado ou in natura para os/as indivíduos/as, mas como produtos de uma sociedade localizada e contextualizada em um tempo e espaço específico, ainda assim encontramos resistências em nossas instituições de ensino na promoção da desconstrução de tabus, preconceitos e visões estereotipadas sobre

a sexualidade humana. Conforme Ferrari, Castro e Bastos (2021, p. 14) “[...] as escolas se veem reféns de uma discursividade que as amedronta, acionando o pânico e o medo de que possam estar realmente promovendo a multiplicidade e proporcionando o reconhecimento de uma precariedade do vivível que precisa ser protegida e acolhida”.

Pergunto, então, de que modo ele percebe o trabalho escolar, na contemporaneidade, com relação às questões de gêneros e sexualidades e como elas são (ou não) abordadas no cotidiano das aulas: *“Eu sinto que há uma resistência maior de tocar no assunto sexualidade, a professora de ciências não aborda a questão do corpo humano, eu vejo que há uma vergonha ou acha que vai incentivar os alunos em alguma coisa, eu vejo que há uma resistência, não só dos alunos como também dos professores”*, (Relato do professor).

No tocante a essa questão, em pesquisa realizada por Gomes e Miranda (2022), sobre as questões de gêneros e sexualidades, frente aos planos municipais de educação do Vale do Mamanguape, espaço onde localiza-se a cidade do Prof. Emanuel, constatou-se uma ausência significativa de propostas que oportunizem aos/às docentes direcionamento e respaldo legal para trabalhar de forma mais enfática tais questões. Falando especificamente sobre a cidade de Mamanguape, os autores evidenciam que “[...]”

não foi encontrado no PME³ nenhuma menção aos termos gêneros e sexualidades. Fala-se sobre violência doméstica e sexual, bem como ampliação de políticas para essas práticas” (Gomes; Miranda, 2022, p. 13).

Embora, os autores tenham encontrado, em sua pesquisa, rupturas e avanços importantes, ainda se traça um discurso muito polido sobre essas questões, as transformando em verdadeiros tabus. Falar sobre violência doméstica e sexual, de forma isolada, não contempla toda a diversidade que está sob a dimensão de efetivamente discutirmos e problematizar os gêneros e sexualidades, em sentido amplo.

A lacuna, sinalizada pelo Prof. Emanuel, tem relação com esse contexto social, histórico e cultural, no qual todo/as estamos inseridos/as. O que é um convite para ficarmos alertas e vigilantes, resistindo e tencionado a norma, a fazendo falar sobre si e seus ditames, (Seffner, 2013) para além de um dado natural, mas como construção que se dá na/e através das relações que coletivamente construímos. A resistência observada pelo professor com relação ao espaço escolar, pode estar atrelada à escassa discussão que, por vezes, se apresenta em documentos que devem nortear o fazer docente. Gerando em muitos momentos medo de

3 Plano Municipal de Educação.

perder o emprego ou do questionamento advindo dos/as responsáveis pelos/as estudantes.

Ele segue narrando que sua sexualidade não é um segredo para seus/suas alunos/as, *“a minha relação com os alunos é muito boa, de muita harmonia, eles sabem, nunca recebi nenhum xingamento ou comentário maldoso”*. Em suas ações, em parceria com demais colegas da escola, o Prof. Emanuel vem tentando desenvolver trabalhos coletivos que visem envolver os/as estudantes em atividades culturais e que fortaleçam o processo de ensino e aprendizagem. Em uma dessas atividades ele foi acusado de transformar um de seus alunos em gay, o que retoma a resistência que apresentei no parágrafo anterior.

“Eu trabalho com os alunos e sempre tem projetos de dança, aí uma mãe disse que eu influenciei o filho dela a ser gay por ele dançar, ela chegou na escola e disse que não queria que o menino fizesse parte, porque ele era uma pessoa normal, e a partir do momento que ele fez parte do grupo de dança, ele tornou-se gay, na visão dela eu fui o influenciador. Ela foi pessoalmente à escola expor essa indignação, dizer que eu tinha sido culpado”. (Relato de professor).

A percepção da mãe, registrada na narrativa do Prof. Emanuel, diz sobre um espaço social que de forma reiterada revoga sobre a heterossexualidade uma dimensão de verdade e de possibilidade única de expressão das sexualidades

humana, sendo algo inevitável. “Em oposição a essa heterossexualidade, está a homossexualidade representada como patológica e desviante”, (Grespan; Goellner, 2011, p. 105). Ao procurar um culpado, pelo que ela julga ter transformado seu filho em gay, essa mãe, revela uma estranheza a homossexualidade, dando indícios de algo que precisa ser evitado e que pode ser “ensinado/aprendido”, como se essa ação dependesse, apenas de um agente externo, uma forma de doutrinação, manipulação e “conversão” de heterossexuais em homossexuais, discurso este muito comum e que acaba gerando uma espécie de pânico moral, como o apresentado pela mãe do estudante.

Os pânicos morais, via de regra, intentam gerar reações coletivas que mobilizam um grupo de pessoas em defesa de algo que é apresentado por eles/as, como perigoso e danoso, por exemplo, a ideia de que alguém possa converter outro/a em homossexual. “Ao detrator, pode bastar manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo, em princípio, incontestável, como a “vida” e o “bem-estar das crianças”.” (Junqueira, 2022, p. 67)

Esse ideário se fundamenta em discursos mais fundamentalistas que revogam sobre a homossexualidade uma dimensão de perigo, e um imperativo para se afastar, se configurando desse modo, em uma ameaça. E é justamente a potência desse discurso que fortalece a norma, quando

se demarca os limites de normalidade/anormalidade e se institui que fronteiras não devem ser burladas. Concordo com Seffner (2013, p. 157), quando afirma que “ninguém está fora da norma, embora possa estar em situação de confronto com ela, pois só conseguimos estabelecer o que é normal e desejável [...] se tivermos em mente o que não é normal nem desejável”.

Ao fazer parte de um grupo de dança, esse estudante é capturado por um discurso que age sobre o seu corpo e lhe diz o que não é permitido. E que em contrapartida sinaliza um culpado: seu professor. Que permite e promove atividades de dança para os meninos, onde dentro dessa lógica ele irá se tornar gay, deixando de ser o que sua mãe classificou como “*uma pessoa normal*”. Em concordância com, Silva e Nicolino (2020, p.6), entendo que “a manutenção desse olhar binário e confuso para gênero e sexualidade carrega a ideia de que há uma noção preexistente para os gêneros e sexos”, normalizando o que compete a alguém do sexo masculino e/ou feminino.

Nesse contexto, “[...] a dança não implica uma prática individual, mas uma política de gênero e sexualidade da sociedade ocidental”, (Marani, 2022, p. 3) que promove negociações entre o permitido e o proibido e que incide sobre aqueles/as que borram a “norma”, sinalizando regimes de verdade que marcam os corpos visando os uniformizar

para o enquadramento a heteronormatividade. O protesto dessa mãe, com relação a participação do seu filho (reconhecido socialmente como do sexo masculino), evidencia a reprodução de um discurso aprendido sobre os gêneros que se traduz em uma narrativa construída e fortalecida cultural e historicamente, que reforçam esses lugares de gênero e geram um deslugar para quem, dentro dessa lógica, se apresenta como um problema de gênero (Butler, 2020).

Conforme Marani (2022, p. 6) “[...] existir como sujeito que borra, de algum modo, os limites discursivos do gênero e da sexualidade [...] significa enfrentar desafios, disputas e negociações constantes”. Diante disto e dos enfrentamentos que teve no exercício de sua profissão, por conta de sua sexualidade, peço ao Prof. Emanuel para falar sobre o ser gay, e qual a relação percebida com o seu campo profissional.

Ele me diz: *“Quando as pessoas falam assim, “gay”, vem na cabeça aquela pessoa afeminada, aquela pessoa desbocada, e eu acredito que no ambiente escolar, como eu consigo colocar respeito com os meus alunos e ter uma boa convivência, eu acabo mostrando, mesmo que de forma indireta, não deixando explícito ali a minha questão sexual, que a gente pode viver muito bem em nossa sociedade, desde que a gente se respeite, não é, saiba o nosso lugar, porque eu tenho uma relação excelente com os meus alunos, na rua, na escola, nos ambientes que vou e os encontro [...]”*.

A narrativa do Prof. Emanuel, ao falar sobre a homossexualidade, traz a descrição de um modo de ser que parece, em sua ótica, não se adequar aos muros escolares. Embora ele faça essa análise tomando por base o que “está na cabeça das pessoas” (em sentido externo), me parece que ele foi, de algum modo, capturado pela norma. Uma vez que “[...] as normas sociais não escolhem sujeitos, elas se impõem a todos e todas, mesmo àqueles e àquelas que jamais conseguirão atendê-las [...]”, (Miskolci, 2020, p. 47)

Ainda que estejamos do lado oposto da norma, o discurso heteronormativo pode nos envolver, nos capturar, fazendo com que reproduzamos um discurso que traça estereótipos de gays ideais, os classificando, definindo qual comportamento eles devem ter em seu cotidiano. E se o professor for uma bicha afeminada? Ser feminino não lhe é permitido por ter nascido com um pênis? Se tais indagações forem respondidas sob a égide da heteronormatividade, a resposta será um sonoro n-ã-o. No entanto, não penso que em sua narrativa o Prof. Emanuel tenha tentado diminuir ou classificar, propositalmente, como os homossexuais deveriam se portar. Mas sua fala caminha entre as nuances de um discurso que somos constantemente bombardeados.

O que intento chamar a atenção aqui não é na culpabilização da fala do docente, mas provocar o tensionamento da norma que faz com que esse pensar/falar exista. Dentro

de um jogo de disputas e de relações de poder somos constantemente cobrados, de algum modo, sobre a normalidade pré-estabelecida por aqueles/as que se adequam com o que espera a heteronormatividade. Ao mencionar a dimensão de podermos ser respeitados desde que saibamos “o nosso lugar”, o Prof. Emanuel elucida que há um espaço a ser “encaixado”.

Em um processo que é entendido por Foucault (2014) como a constituição de corpos dóceis. Para o autor, não importa o tipo de sociedade, sempre estaremos imersos em relações de poder que nos apertam, nos cobram, nos convidam a uma conduta específica. “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (Foucault, 2014, p. 135). E que constantemente diz qual comportamento é aceitável. “Não rebole ao andar”, “sente como uma mocinha”, “esse brinquedo não é para meninas”, “menino não participa de grupos de dança”, são algumas das formas discursivas, para citar alguns exemplos, que moldam os corpos dentro de determinados padrões que estão ancorados na heteronormatividade.

Por não está alinhada a essa normativa esperada, a bicha afeminada tende a ser ainda mais cobrada, muitas vezes dentro da própria comunidade LGBTQIA+, em pesquisa realizada por Sell (2006) a autora analisa narrativas de homens gays que tecem duras críticas as bichas afeminadas, reafirmando que existe um modo correto

de ser homossexual. “É uma acusação que a maioria dos homossexuais fazem às “bichas”. O prejuízo na aceitação social. O perigo de se relacionar com eles” (Sell, 2006, p. 204).

Esses discursos disciplinares que perpassam o espaço social e nos atravessam de muitos modos fabricam indivíduos/as (Foucault, 2014), sendo estes não apenas objetos manipuláveis, mas, também, como instrumentos que quando bem treinados põem em movimento essa ação de controle e vigilância, que age sobre os corpos. E ressalto, novamente, a crítica que teço a partir da última fala do Prof. Emanuel, não está vinculada a culpabilizá-lo ou responsabilizá-lo, o que intento realizar é usar sua narrativa para lançar luz sobre uma questão que não é meramente pessoal, mas social, cultural e histórica. “Muitos homossexuais também normalizados ajudam na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade [...]” (Miskolci, 2020, p. 15).

Por isso é necessário o investimento em ações educativas que promovam o combate aos mais variados tipos de discriminação e que oportunizam a desconstrução que se tem sobre estereótipos do que é permitido e do que é proibido. Caso contrário estaremos presos a armadilha da norma, ainda que nossa existência seja tolerada algumas exigências precisam ser atendidas. “Não é por acaso que a escola é acionada e convocada a se posicionar, confirmando

seu entendimento como espaço de força para a transformação dos sujeitos e suas formas de pensar e agir” (Ferrari; Castro; Bastos, 2021, p. 10).

“[...] e aí eu deixei bem claro essa questão de gostar, eu disse que eu gostava de homem [...]”: à guisa de conclusão

O trecho com o qual nomeio este subtítulo, refere-se a uma fala do Prof. Emanuel, ao ser interpelado por uma de suas alunas sobre gostar de homem ou mulher. Ele segue explicando-a que o amor não possui rótulos e obrigações e que as pessoas se relacionam afetivo e sexualmente por quem sentem algum tipo de atração, e está tudo bem.

Parto desse lugar para pensar o que foi refletido durante a escrita deste texto. Os/As professores/as homossexuais estão na escola, atuando, transitando e de algum modo evidenciando que há um corpo não-heterossexual em movimento, e isso independe se ele/a vai se afirmar ou não como tal, não é esse o ponto que objetivo problematizar, sendo está uma decisão pessoal e que diz respeito a cada um/a.

No entanto, esse transitar de pessoas não-heterossexuais funciona, também, como um tencionar a heteronormatividade, provocá-la e atuar em lugares outros, além da margem. As narrativas do professor, aqui entrevistado, nos mostram como a escola ainda aparenta viver com

esse conflito, na linha tênue que separa o permitido do proibido. Fato que não é estranho, sendo ela composta por pessoas com pensamentos, crenças e ideologias diferentes. Obviamente, isto não justifica as ações preconceituosas e homofóbicas, respeitar as diferenças é a primeira coisa que precisamos aprender na escola, não apenas no discurso, mas nos exemplos práticos que as instituições de ensino podem e devem ofertar aos/às seus/suas alunos/as.

As vivências do Prof. Emanuel nos convidam a problematizar e questionar os padrões de normalidade da heterossexualidade, historicamente instituídos e chancelados ao longo do tempo como o desejável e o esperado. Fazer a norma falar sobre si, urge em nossos estudos e pesquisas como um imperativo. Promover espaços de reflexão que desnaturalizem a norma, tirem sua máscara de perfeição divina é um de nossos desafios a serem enfrentados. O caminho contrário foi possível, a norma, como discuti no decorrer da escrita deste artigo, foi fundada e tecida no meio social, nas relações cotidianas e aparentemente despretensiosas das quais os/as indivíduos/as foram (e são) alvos. Devemos, agora, perfazer o caminho da não naturalidade, mas dos gêneros e sexualidades como construções, históricos, culturais e sociais que apenas podem ser compreendidos quando situados dentro da cultura e do povo do qual determinado discurso emerge.

REFERÊNCIAS

- BOLA, JJ. *Seja homem: a masculinidade desmascarada*. 2. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2020.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa Narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2015.
- ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de; BASTOS, Felipe. Marcas inscritas nos muros da escola: imagens e vidas precárias. *Educação & Sociedade*. v. 42, p. 1-17, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOMES, Joanderson de Oliveira; ASSIS, Francymara Antonino Nunes de; SOARES, Maria Valdenice Resende. Memórias e trajetória docente: relatos de uma professora. *História e Cultura*. v. 11, n. 2, p. 143-158, dez. 2022.
- GOMES, Joanderson de Oliveira; MIRANDA, Joseval dos Reis. Gêneros e sexualidades: um olhar a partir de planos municipais de educação. *Linhas Críticas*. v. 28, p. 1-20, jan./dez. 2022.
- GRESPLAN, Carla Lisbôa; GOELLNER, Silvana Vilodre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: sexualidade, educação e potência do discurso heteronormativo. *Faced*. n. 19, p. 101-122. jan./jun. 2011.
- HOCQUENGHEM, Guy. *A contestação homossexual*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- HOCQUENGHEM, Guy. *O desejo homossexual*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2020.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da “ideologia de gênero”*: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARANI, Vitor Hugo. Dança, educação física e heteronormatividade: enquadramentos corporais e subversões performativas. *Movimento*. v. 28, p. 1-17, 2022.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. v. 8, n. 2, p. 1-6, 2008.

SANTOS JÚNIOR, Antônio Carvalho dos; SILVA, Janaina Guimarães da. Aviadando o currículo: identidade/representação, gay, corpo e política pública. *Prâksis*. v. 17, n. 2, p. 230-244, mai./ago. 2020.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*. v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013.

SELL, Teresa Adada. *Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

SILVA, Marco Aurélio Alves e Silva; NICOLINO, Aline. Sobre lágrimas, corpos e silêncios pedagógicos: transitando entre educação física escolar, sexualidade e gênero. *Educación Física y Ciencia*. v. 22, n. 4, p. 1-18, out./dez. 2020.

SOUSA, Maria Goreti da Silva; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. *Horizontes*. v. 33, n. 2, p. 149-158, ju./dez. 2015.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto, (Orgs.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

XAVIER FILHA, Constantina. Tecer e entretecer a vida: educação para as sexualidades e gêneros na formação docente. *Intermeio*. v. 23, n. 46, p. 215-236, jul./dez. 2017.

04

Entre Silêncios e Desafios: Representações Sociais de Docentes sobre Diversidade Sexual na Educação Básica

Between Silences and Challenges: Teachers' Social
Representations of Sexual Diversity in Basic Education

Douglas Paulino Barreiros

Doutor em Ciências - Ênfase em Educação e Saúde na Infância e Adolescência (UNIFESP)

E-mail: douglas.paulino@unifesp.br

José Roberto da Silva Brêtas

Professor Associado Aposentado da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Doutor em Enfermagem (UNIFESP)

E-mail: jrsbretas@gmail.com





Resumo

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado, explorando as percepções, conhecimentos e práticas de docentes da Educação Básica em relação à diversidade sexual em contexto escolar. Baseado em entrevistas semiestruturadas com trinta docentes, o estudo investiga temas como identidade de gênero, orientação sexual e interações com alunos LGBTQIAPN+. Os resultados revelam que, embora reconheçam a importância de discutir essas questões em sala de aula, os docentes frequentemente evitam o tema devido a preocupações com falta de formação adequada e medo de conflitos com famílias e gestores escolares. Suas representações sociais são influenciadas por moralismos religiosos e concepções essencialistas de gênero e sexualidade. Este estudo destaca a necessidade de promover formação docente abrangente e inclusiva para lidar com questões de diversidade sexual na escola, visando uma educação mais equitativa e respeitosa da diversidade.

Palavras-chave: Diversidade Sexual; Formação Docente; Educação Sexual; Representações Sociais.

Abstract

This article presents a snippet of a doctoral research, exploring the perceptions, knowledge, and practices of Basic Education teachers regarding sexual diversity in

the school context. Based on semi-structured interviews with thirty teachers, the study investigates topics such as gender identity, sexual orientation, and interactions with LGBTIQIAPN+ students. The results reveal that, although they recognize the importance of discussing these issues in the classroom, teachers often avoid the topic due to concerns about lack of adequate training and fear of conflicts with families and school administrators. Their social representations are influenced by religious moralism and essentialist conceptions of gender and sexuality. This study highlights the need to promote comprehensive and inclusive teacher training to address issues of sexual diversity in schools, aiming for a more equitable and respectful education of diversity.

Keywords: Sexual Diversity; Teacher Training; Sexual Education; Social Representations.

1. Introdução

No contexto atual, em meio a intensas discussões sobre a suposta disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas e os potenciais riscos que isso representaria para o bem-estar das crianças e adolescentes, assim como para a estrutura familiar (Bulgarelli, 2018), emerge uma pesquisa de doutorado realizada na Universidade Federal

de São Paulo (UNIFESP). Esse estudo surgiu como resposta às inquietações sobre a realidade enfrentada nas instituições de ensino marcadas pela disputa entre progressista e ultraconservadores acerca dos temas gênero e diversidade sexual (Bulgarelli, 2018).

Motivado não apenas pelas discussões em âmbito nacional, mas também pela vivência pessoal de um dos pesquisadores no contexto da Educação Básica, onde notou-se a presença marcante de preconceito e discriminação contra pessoas LGBTQIAPN¹, o estudo ganhou ainda mais relevância. Além disso, a experiência sindical do pesquisador em um Coletivo de Combate às Opressões, que percorreu, por sete anos, escolas localizadas na região periférica de Guarulhos-SP propondo formação docente em gênero, racismo e diversidade sexual, também foi um fator crucial na identificação da necessidade de investigação nessa área.

Durante as visitas às escolas, tornou-se evidente que a ausência de espaços para a discussão da sexualidade e diversidade sexual não era uma simples casualidade. Observou-se que essa lacuna era, na verdade, resultado de uma postura deliberada das equipes gestoras, apoiadas pelos grupos docentes. Essas equipes muitas vezes vetavam esse tipo de discussão em nome de legislações que não ofereciam clareza sobre quais eram, mas que impunham

1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias, Mais.

restrições à abordagem desses temas. Esse cenário levantou uma questão crucial: por que tais assuntos são sistematicamente silenciados no interior das escolas, mesmo diante dos evidentes processos de preconceito e discriminação? A falta de abordagem pedagógica nessas questões despertou um interesse em compreender as representações sociais dos docentes sobre essas temáticas e como elas influenciam diretamente suas práticas educacionais.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar as análises das representações sociais de docentes acerca da diversidade sexual em contexto escolar. Reconhecendo que as representações sociais são conhecimentos práticos para a ação (Moscovici, 2015), as análises dessas representações permitiram uma compreensão mais ampla dos motivos pelos quais os docentes tendem a silenciar sobre o tema da diversidade sexual na escola. Por meio dessa investigação, buscou-se promover reflexões sobre a necessidade de uma educação inclusiva e respeitosa da diversidade, bem como identificar possíveis caminhos para superar os obstáculos que impedem a discussão aberta e efetiva dessas questões no ambiente escolar.

A metodologia empregada na pesquisa foi de natureza qualitativa (Gil, 2021), visando explorar as representações sociais dos docentes acerca da diversidade sexual em contexto escolar. Para tanto, foram conduzidas entrevistas

semiestruturadas, as quais foram posteriormente analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2015) como um arcabouço teórico e metodológico. Além disso, utilizou-se a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) como procedimento de análise, permitindo uma compreensão mais profunda das percepções, conhecimentos e práticas dos docentes sobre o tema abordado. Essa abordagem metodológica foi escolhida com o intuito de capturar a complexidade das representações sociais dos docentes e seus impactos nas práticas educacionais.

As análises e discussões realizadas neste estudo foram embasadas em diferentes conceitos teóricos ao longo do trabalho, eliminando a necessidade de um subcapítulo específico para a apresentação exclusiva dos referenciais teóricos. Durante a pesquisa, os conceitos propostos por renomados estudiosos da diversidade sexual e de gênero, como Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci, permearam as reflexões sobre as representações sociais dos docentes acerca da diversidade sexual em contexto escolar. Também contribuíram para as análises diferentes estudos acerca da temática que alicerçaram as discussões conforme se verá. Essa abordagem possibilitou uma integração orgânica entre a fundamentação teórica e as análises empíricas, enriquecendo as interpretações e contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do tema abordado.

Os resultados revelaram que as representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual em contexto escolar estão amplamente ancoradas em moralismos, essencialismos biológicos e fundamentalismos religiosos. Essas representações influenciam diretamente a relutância dos docentes em abordar o tema em sala de aula, uma vez que muitos se sentem mal formados e temem falar algo errado. Além disso, há um receio significativo de possíveis controvérsias com familiares, gestores escolares e até mesmo governos. Esses medos e inseguranças, enraizados nas representações sociais dos docentes, acabam por perpetuar o silêncio em torno da diversidade sexual no ambiente escolar, contribuindo para a reprodução de discursos discriminatórios e excludentes.

Após essa introdução, o artigo segue apresentando os detalhes da metodologia empregada. Em seguida, são apresentados os resultados e discussões da pesquisa, que revelam as representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual em contexto escolar. Na seção de discussões, esses resultados são analisados à luz dos referenciais teóricos. As considerações finais sintetizam os principais achados do estudo e apontam para a importância de uma educação inclusiva e respeitosa da diversidade sexual. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas que embasaram este trabalho.

2. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa (Gil, 2021), fundamentada na Teoria das Representações Sociais, proposto por Serge Moscovici (2015) enquanto teoria e método, bem como nos procedimentos da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2016). Para garantir a diversidade e pluralidade da amostra, foram entrevistados trinta docentes do ensino fundamental e médio, selecionados de forma intencional, levando em consideração diferentes critérios, tais como idade, tempo de atuação no magistério, formação acadêmica, religião e posicionamento político.

As entrevistas foram conduzidas mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em conformidade com o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP, sob o número de parecer consubstanciado 4.332.428. Para garantir o anonimato dos participantes, as entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente, sendo identificadas apenas por um indicativo de letra maiúscula “E” seguido do número correspondente à ordem em que ocorreram (E.1, E.2, E.3, etc.).

Os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo foram aplicados às transcrições das entrevistas, seguindo etapas sistematizadas. Primeiramente, as transcrições foram submetidas a uma leitura flutuante para familiarização com os dados. Em seguida, foram identificadas

unidades de significado relevantes (unidades de registro e unidades de contexto), que foram agrupadas em categorias temáticas de análise. Essas categorias emergiram a partir das recorrências e padrões identificados nos discursos dos docentes e emergentes nos procedimentos acima descritos (Bardin, 2016).

Ao todo, foram delineadas nove categorias temáticas, as quais abarcaram as diferentes dimensões das representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual em contexto escolar. Cada categoria foi então detalhadamente analisada, permitindo uma compreensão mais aprofundada das percepções, conhecimentos e práticas dos docentes em relação ao tema abordado (Moscovici, 2015).

3. Resultados e discussão

A homofobia e a transfobia no ambiente escolar representam desafios significativos devido à sua manifestação tanto de forma sutil quanto evidente, e suas repercussões negativas são bem documentadas na literatura científica. Estudos como o conduzido por Santos e Santos (2020) ilustram essa preocupação, ao realizar uma revisão sistemática abrangente sobre esses tipos de violências presentes nas escolas. Os resultados destacaram a presença desses fenômenos, principalmente de maneira sutil, e identificaram

a reprodução de informações que contribuem para a perpetuação desses problemas nos materiais educacionais.

Adicionalmente, ressaltaram a importância de uma reflexão aprofundada sobre a sexualidade nesse contexto, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais abrangente dessas questões na formação docente e na prática escolar (Santo; Santos, 2020). Diante disso, a presente pesquisa busca investigar as representações sociais de docentes sobre a diversidade sexual em contexto escolar, como parte do esforço contínuo para enfrentar as homofobias e transfobias no ambiente educacional (Penna, 2018).

Quanto ao presente estudo, foram nove as categorias de análise que emergiram dos procedimentos metodológicos e refletiram a complexidade das representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual em contexto escolar. Uma das categorias identificadas é a *Diversidade sexual, questão importante para a educação*. Nessa categoria, os docentes expressam a percepção de que a diversidade sexual é um tema relevante e necessário para a educação, reconhecendo sua importância para promover uma escola mais inclusiva e respeitosa da diversidade (Louro, 2017).

É fundamental considerar e incluir o tema da diversidade sexual nos Projetos Político Pedagógicos das escolas como parte integrante e importante, pois dizem respeito aos direitos humanos (Mello, 2017). Os professores

entrevistados, ao reconhecerem a importância de discutir gênero e diversidade sexual na escola, dialogam com essa questão, destacando a relevância de abordar tais temas para promover uma educação mais inclusiva, equitativa e respeitosa da diversidade.

Não tenho a menor dúvida que sim, é muito importante tratar disso na escola porque o que acontece? quando você está conversando com o aluno, o aluno tem um monte de dúvida com a questão de sexualidade ou questão de reprodução, não importa o assunto, ele tem. Tá entendendo?” (E.4) Eu acho importante, né?! Principalmente porque isso pode dar um norte para as crianças que às vezes podem não ter uma noção mais abrangente do que se trata quando veem os outros que são diferentes, né?! Tem de saber que a outra criança pode destoar em alguma coisa, sei lá, tipo ser diferente, fora da normalidade, sabe como é?! Então o futuro dessa criança pode se complicar (E.6).

Esses discursos refletem diferentes perspectivas sobre a importância de abordar a diversidade sexual na escola. O exposto pelo participante E.4, destaca a relevância de discutir a sexualidade na escola, reconhecendo que estudantes têm dúvidas e questionamentos sobre o assunto. O docente parece valorizar a abertura para diálogos sobre sexualidade e reprodução, sugerindo que a escola deve oferecer um espaço para esclarecer essas dúvidas e fornecer informações adequadas aos alunos.

A representação social emergente desse discurso é a valorização da comunicação aberta e da educação sexual na escola. O reconhecimento das dúvidas e questionamentos dos estudantes sobre sexualidade sugere uma visão que valoriza a transparência e a informação como formas de lidar com essas questões. Essa representação social está ancorada na percepção de que discutir a diversidade sexual na escola é algo importante para fornecer aos alunos um ambiente onde possam obter informações relevantes e esclarecer dúvidas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e esclarecedora sobre esses temas (Silva; Campos, 2016).

Por outro lado, o discurso apresentado pelo participante E.6, ressalta a importância da educação sexual para fornecer orientação às crianças e evitar que se sintam deslocadas ou diferentes. O professor sugere que a falta de compreensão sobre diversidade sexual pode levar a criança a se sentir fora da normalidade e enfrentar dificuldades no futuro. Isso sugere uma preocupação com o bem-estar emocional e social dos alunos, reconhecendo a necessidade de inclusão e aceitação.

Analisando esses dois trechos à luz da teoria das representações sociais, podemos observar que ambos refletem visões sociais sobre a sexualidade e a diversidade, influenciadas por valores culturais e normas sociais. Enquanto o primeiro discurso enfatiza a importância de fornecer informações e esclarecimentos aos alunos, o segundo destaca

a necessidade de promover aceitação e inclusão. Ambos os discursos evidenciam a complexidade das representações sociais dos professores sobre diversidade sexual e sua relevância na promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade (Silva; Araújo; Vieira, 2021).

É importante ressaltar que ao expressarem a importância de abordar gênero e diversidade sexual na escola, o grupo estudado se fundamenta na representação social que estabelece a heterossexualidade como a forma correta de sexualidade e o cisgênero como a expressão de gênero adequada. Esse posicionamento contrasta com as reflexões propostas pela teoria queer. Nesse sentido, referências contemporâneas, como as elaboradas por Judith Butler (2017), destacam que gênero e sexualidade são conceitos fluidos e performativos, em oposição à visão tradicional de que seriam estáticos e fixos.

De acordo com essa perspectiva, as identidades de gênero e as orientações sexuais são construídas através da repetição de padrões de comportamento e expressão socialmente reconhecidos e legitimados e que geram inteligibilidade dos corpos (Butler, 2017). Dessa forma, compreender a diversidade sexual e de gênero como fenômenos fluidos e performativos desafia as representações sociais tradicionais, ressaltando a necessidade de uma abordagem inclusiva e reflexiva no contexto educacional. A inclusão

de perspectivas contemporâneas e discussões filosóficas atuais sobre a questão na formação docente pode contribuir significativamente para uma compreensão mais ampla e crítica desses temas, possibilitando uma abordagem mais sensível e adequada no ambiente escolar, pois a homofobia na escola é um problema de todos (Junqueira, 2009).

Outra categoria temática que emergiu nas análises foi *Ideais conservadores e educação*. Nessa categoria, são exploradas as representações dos docentes acerca de ideais conservadores que influenciam suas práticas e percepções em relação à diversidade sexual. Esses ideais conservadores incluem o moralismo conservador, o essencialismo biológico e o fundamentalismo religioso, os quais permeiam as percepções dos docentes e moldam suas atitudes em sala de aula.

Esse contexto revela uma contradição com a categoria anterior, na qual os professores reconhecem a importância de discutir gênero e diversidade sexual na escola. A presença desses ideais conservadores pode gerar resistência ou ambivalência em relação a tais discussões, refletindo a complexidade das representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual em contexto escolar.

Ninguém nasce de dois homens ou de duas mulheres, nem dessas outras pessoas esquisitas aí que nasce de um jeito e quer virar do outro, sabe?! Então, assim, falar o

certo não quer dizer que a gente não deve de respeitar os outros que querem ser diferentes (E.1).

A heterossexualidade sim é uma continuação normal do sexo que a pessoa nasce, né. Nasce homem e fica assim, homem mesmo. E da mulher é a mesma coisa; nasceu mulher biológica e curte, vamos dizer assim, se relacionar com homem. Eu penso que é isso, né. Uma questão natural mesmo que vem lá da natureza e segue assim. Sem discriminar ninguém, tá entendendo? Mas o que é certo é certo, né. Mas que nem eu falei antes cada um escolhe o que acha que é melhor pra si, não é mesmo?! (E.1) Como educador e como religioso, vejo a diversidade sexual como uma questão que desafia nossos valores fundamentais. Defendo uma abordagem que proteja os princípios morais e éticos, guiados pelos ensinamentos religiosos, para orientar nossos jovens diante dessas questões complexas (E.17).

Quanto a esses trechos analisados, eles refletem diferentes perspectivas sobre a diversidade sexual, a partir de representações sociais ancoradas em concepções de normalidade, biologia e moralidade. No primeiro discurso (E.1), observa-se uma visão binária e essencialista da sexualidade, na qual a heterossexualidade é considerada como a norma natural e correta. Expressões como “pessoas esquisitas” denotam uma atitude de estranhamento em relação a identidades não heteronormativas e transgêneras sugerindo uma compreensão dessas expressões como anormais (Foucault, 2002). Por outro lado, o discurso também sugere

uma tentativa de conciliação entre a ideia de “certo” e a necessidade de respeitar a diferença, indicando uma ambivalência em relação ao tema.

Por sua vez, em (E.1), o interlocutor reforça a ideia de que a heterossexualidade e a cisgeneridade são vistas como naturais e preestabelecidas pela biologia, corroborando uma visão essencialista da sexualidade e do gênero (Costa; Souza, 2003). Embora afirme que cada um tem o direito de escolher o que é melhor para si, o discurso reforça a noção de que existe um padrão de normalidade a ser seguido, o que pode contribuir para a marginalização e exclusão de identidades não normativas.

Da parte de (E.17) é revelada uma perspectiva fundamentada em valores morais e religiosos, na qual a diversidade sexual é vista como uma ameaça aos princípios éticos e morais. O interlocutor defende uma abordagem que priorize a preservação desses valores, sugerindo uma postura de resistência diante das mudanças sociais e culturais relacionadas à sexualidade. Essa visão reflete uma resistência às discussões sobre diversidade sexual na escola, com base em crenças religiosas e concepções tradicionais de moralidade (Fernandes; Souza, 2020).

Tais discursos dialogam com o histórico da Igreja Católica em relação ao ensino religioso e o papel das outras religiões na esfera educacional, antes de nos concentrarmos

no impacto do crescimento do evangelicalismo na interseção entre política estatal, moralidade empreendedora e alarmes sexuais nas disputas sobre políticas sexuais nas escolas. O grupo analisado expressa a complexidade dessas questões, diante do desafio contemporâneo de promover uma abordagem pluralista da sexualidade na educação (Carvalho, Sívori, 2017).

É importante ressaltar que o grupo estudado, contrariando falácias ultraconservadoras, não se enquadra em um perfil progressista e acolhedor da diversidade sexual, mas sim em um grupo conservador que não enfrenta desafios na promoção de uma educação inclusiva e respeitosa da diversidade. Essa constatação destaca a complexidade das representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual e revela a necessidade de abordar as nuances e contradições presentes no ambiente escolar.

Os docentes também discutem sobre a diversidade sexual na categoria *Diversidade sexual: escolher ser diferente*, onde há uma prevalência da crença de que a heterossexualidade e a cisgeneridade são a norma, enquanto as expressões LGBTQIAPN+ são consideradas como não naturais, sendo vistas como escolhas individuais.

[...] a pessoa vai ter opções e quanta pessoa não vai experimentar e dizer “Opa, não é isso aqui que eu quero, eu vou é ser viado!” Então... isso é mesmo escolha de cada

pessoa, não tem essa de chegar e dizer que você pode doutrinar uma pessoa, isso pra mim é ficção, uma coisa que não existe porque cada um escolhe o que quer (E.22). Ah, eu sei que é uma variação da sexualidade normal que pode se desenvolver ou nascer com a pessoa mesmo. É uma característica da pessoa mesmo. Mas tem também muita gente que escolhe gostar do mesmo sexo. Se decepçiona com algum relacionamento ou sofre um trauma de infância daí faz a opção de ser homossexual, mas de qualquer jeito é uma situação muito triste, né?! (E. 17).

À luz da teoria das representações sociais e da análise de conteúdo, as falas dos entrevistados refletem diferentes perspectivas sobre a diversidade sexual e as representações sociais a ela relacionadas. A fala do participante E.22 sugere uma representação que enfatiza a liberdade individual na construção da identidade sexual, rejeitando a ideia de doutrinação e destacando a autodeterminação e auto escolha como elemento central na vivência da orientação sexual (Fernandes; Souza, 2020).

Por outro lado, a fala do participante E.17 aponta para uma perspectiva que reconhece a diversidade sexual, mas também sugere a crença de que a orientação sexual pode ser uma escolha consciente influenciada por experiências de vida. Ambos os discursos revelam representações sociais complexas sobre a diversidade sexual, que variam desde a visão da orientação sexual como uma característica

intrínseca até a percepção de que ela pode ser influenciada por eventos externos e escolhas individuais.

Na categoria *Diversidade Sexual e silenciamentos*, destaca-se que os docentes, apesar de reconhecer a necessidade, evitam discutir o tema em sala de aula devido a diferentes manifestações de medo. Eles não abordam a diversidade sexual, nem mesmo tentam fazê-lo, devido ao receio de não estarem bem formados sobre o assunto, temendo falar erroneamente soma-se a isso, o temor de sofrer represálias das famílias de estudantes, mas também sentem medo de sofrer penalidades por parte dos gestores escolares e retaliações governamentais (Lionço, Diniz, 2009).

A recusa dos docentes em abordar a sexualidade e a diversidade sexual na sala de aula muitas vezes reflete uma concepção restrita de seu papel como educadores. Muitos professores acreditam que sua única responsabilidade é ensinar conteúdos específicos de suas disciplinas, relegando questões relacionadas à sexualidade e à diversidade sexual a outras instâncias, como a família. Essa abordagem ignora o fato de que os estudantes trazem consigo para a sala de aula suas próprias vivências, dúvidas e inquietações pessoais, que podem ser fundamentais para seu desenvolvimento integral. Ao negligenciar essas questões, os docentes deixam de proporcionar um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso, onde os alunos se sintam compreendidos e

apoiados em suas jornadas individuais de autodescoberta e aceitação num trabalho conjunto entre família e escola (Carvalho, 2004). Essa análise reflete a complexidade das representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual e ressalta os desafios enfrentados na promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade.

Porque pra falar dessas coisas tem de ter discernimento que é pra não tomar nenhum lado, sabe? Tem de ser bastante imparcial mesmo, que é pra não ter problema com a direção, com a família, sabe?! Eu não quero ser perseguido por causa disso, não. Fico meio ressabiado nessa questão aí (E.12).

Eu tenho o dever de ensiná-lo inglês, isso eu tenho dever, agora se ele vem me perguntar sobre sexualidade, se tem dúvidas sobre isso de diversidade sexual, esse horror da ideologia de gênero, eu devo falar “olha, vai perguntar isso pra sua mãe, pro seu pai, para um familiar seu”; “ah, mas eu não tenho ninguém em casa”; “então procure um médico, um psicólogo, um biólogo, agora eu não tenho essa tarefa, essa disposição nem obrigação de tratar isso com aluno, não. Definitivamente isso não é meu papel (E.27).

Quanto à categoria *É tudo ser humano*, os docentes buscam relativizar as diversidades sexuais e de gênero, destacando a importância de reconhecer a humanidade comum a todos, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero. Nesse contexto, ressaltam a necessidade de

promover uma visão mais ampla e inclusiva da humanidade, na qual as diferenças e diversidades sejam vistas como componentes secundários da condição humana.

[...]eu trato o ser humano como ser humano. Eu não vejo essa questão de diversidade sexual como algo importante pra se pensar, muito menos pra se tratar na minha sala de aula. Pra mim não interessa, pois todos somos iguais. Eu penso que o ser humano é um só e deve ser tratado com respeito independente da orientação, do pensamento, cor, raça, credo, religião, religião já é credo, né?! Mas enfim... independente dessas questões todas ele tem direito à educação, ao conhecimento e eu dou aula de inglês pra qualquer um eu não tenho isso de aquele é isso, aquele é aquilo, pra mim não tem diferença nenhuma. (E.12)

Essa fala reflete uma representação social que minimiza a importância da diversidade sexual, destacando a crença na igualdade entre todos os seres humanos. Ela expressa uma postura de neutralidade em relação ao tema, sugerindo que não vê necessidade de abordá-lo em sua sala de aula de inglês. Essa postura pode refletir uma visão simplista da diversidade humana, desconsiderando as nuances e desafios enfrentados por indivíduos LGBTQIA+ no contexto escolar. A narrativa parece enfatizar a ideia de tratamento igualitário para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou outras características. No entanto, sua

abordagem aparentemente evita reconhecer e lidar com as especificidades e desafios enfrentados por estudantes que pertencem a minorias sexuais.

Ao adotar essa perspectiva universalista, corre-se o risco de desconsiderar as experiências e realidades específicas das pessoas LGBTQIAPN+ e outras minorias sexuais e de gênero. Essa abordagem pode resultar na invisibilização das desigualdades e injustiças enfrentadas por esses grupos, negligenciando as disparidades sociais e estruturais que os afetam. Portanto, é essencial reconhecer e valorizar as diferenças e diversidades, não apenas como uma questão de respeito individual, mas também como um princípio fundamental para a promoção da justiça e equidade em nossa sociedade (Butler, 2015).

A categoria *A fragilidade da formação profissional em diversidade sexual e educação* discute as lacunas na formação dos docentes em relação à diversidade sexual, destacando que, como um todo, o grupo não recebeu uma formação adequada durante a graduação. A maioria dos entrevistados relatou que não houve disciplinas específicas sobre sexualidade e gênero durante a formação inicial, e aqueles que tiveram acesso a essas disciplinas geralmente as encontraram como optativas e optaram por não cursá-las.

Além disso, mesmo na formação continuada, o tema da diversidade sexual raramente é abordado, pois as gestões

e coordenações pedagógicas priorizam outras formas de capacitação voltadas para as avaliações externas e para a política de bonificação por resultados. Essa falta de formação acerca de gênero e diversidade sexual reflete-se nas representações dos docentes sobre diversidade sexual e evidencia a necessidade urgente de uma abordagem mais abrangente e inclusiva no contexto da formação docente.

Como disse, nunca tive esse tipo de formação lá na faculdade, não, igualadora depois de terminado os estudos da graduação que ninguém fala disso com a gente, só querem saber de currículo e cadernos do aluno que não tem nada a ver com nada. Isso é péssimo pra gente, sabe porque a gente não fala, ouve o que dizem da gente e fica tudo por isso mesmo. Mas estou numa fase que vou te dizer e acho, honestamente, que isso não tem a menor importância (E.2)

Nessa fala, o professor expressa uma ausência de formação sobre diversidade sexual durante sua graduação, destacando a falta de abordagem dessas questões nos currículos acadêmicos. Essa lacuna na formação é percebida como prejudicial, pois limita a capacidade dos professores de discutir e lidar com esses temas em sala de aula. Além disso, o docente revela uma postura de desinteresse e minimização em relação à importância da diversidade sexual na educação, sugerindo que essa falta de formação contribui para a perpetuação do silêncio e da inércia diante dessas

questões (Altmann, 2013). Essa fala reflete as representações sociais dos docentes sobre a diversidade sexual, que muitas vezes são moldadas pela falta de preparo acadêmico e pela ausência de discussões sobre o tema no ambiente escolar.

Os anormais na educação aborda as representações dos docentes sobre indivíduos considerados “anormais” em relação à sexualidade humana, destacando estigmas e preconceitos enfrentados por esses grupos no ambiente escolar. Entre esses grupos, as pessoas LGBTQIAPN+ são frequentemente rotuladas como “anormais”, mas especialmente as travestis, transexuais e transgênero são alvos de discriminação e marginalização (Butler, 2015).

Transgênero.... ah.... complicado. Então... transgênero? Não posso falar muito disso não, mas talvez é aquela pessoa que não quer seu corpo normal, mas deseja ter outro corpo, quer o corpo de outro sexo diferente daquele que nasceu. Tipo, não tem o corpo normal de mulher, então o cara vai fazer as mudanças necessárias pra ter um corpo que se aproxime daquele outro que ele gostaria de ter sido. É isso, uma anormalidade. Não digo física, mas da cuca da pessoa que fica assim confusa (E.19)

A fala acima expressa representações sociais que refletem visões normativas e patologizantes em relação à identidade de gênero transgênero. Ao associar a transexualidade à anormalidade e à confusão mental, ele revela uma compreensão

limitada e estigmatizante dessa experiência. Essas representações sociais refletem valores sociais dominantes que tendem a marginalizar e deslegitimar identidades de gênero fora da norma cisgênero (Butler, 2015).

Além disso, a fala sugere uma visão dicotômica e essencialista do corpo, na qual o corpo atribuído ao nascimento é considerado o “normal”, enquanto qualquer variação é vista como desvio, irregularidade ou anormalidade (Foucault, 2022). Do ponto de vista da teoria queer, essa fala revela a internalização de normas binárias de gênero e a perpetuação de uma lógica cisnormativa que reforça a ideia de que a identidade de gênero deve se alinhar estritamente com características biológicas atribuídas ao nascimento. Essa perspectiva contribui para a exclusão e a marginalização de pessoas transgênero, perpetuando estigmas e preconceitos em relação a essas identidades de gênero (Butler, 2017); (Foucault, 2022).

A partir dessa representação social da transgeneridade, as pessoas transexuais e transgênero são compreendidas como falsificações de homens e mulheres, com base em concepções essencialistas biológicas de gênero e sexualidade (Butler, 2017). Essas representações reforçam estereótipos prejudiciais e contribuem para a exclusão e o isolamento desses indivíduos dentro da comunidade escolar. A falta de compreensão e empatia em relação às experiências

das pessoas LGBTQIAPN+ perpetua a marginalização e a violência simbólica que enfrentam diariamente, comprometendo seriamente o princípio da equidade na educação.

Em *Escola e scripts sexuais, masculinidades e feminilidades*, são analisadas as representações dos docentes sobre os scripts sexuais e as identidades de gênero reproduzidos no contexto escolar. O grupo docente expressa a concepção de que apenas expressões heterocentradas e cisgênero são consideradas corretas, oportunas e admissíveis na escola, enquanto outras expressões de sexualidade e gênero são vistas como inadequadas e devem ser mantidas fora do ambiente escolar.

Por exemplo, dentro de uma sala de aula. Não é porque você gosta de homem ou de repente gosta de mulher, que você vai começar no meio de uma aula, dentro de uma sala de aula, começar a se esfregar, se abraçar. Não interessa quem, mas o modo de expressar em público não pode ser permitido nem pra uns nem pra outros. Você tem de seguir princípios morais básicos que tem na sociedade. Você não vai no meio de uma aula começar a beijar o namorado ou namorada, não importa. Pode ficar junto? Pode, claro que pode. Pode pegar na mão? Pode, claro que pode. Uma bitoquinha, assim, de leve, bem rapidinho? Pode, também. Mas entendeu, tem de ser uma coisa muito discreta, independente da pessoa que seja, pode ser meu namorado, pode ser meu marido, pode ser meu amante, não importa, tem de ter discrição. Um pouco de pudor, de consciência moral apropriado para uma sala de aula (E.28).

Nessa fala, o professor expressa representações sociais que refletem normas sociais e expectativas sobre comportamento e expressão pública de afeto. Ele estabelece limites claros para o que é considerado aceitável em uma sala de aula, independentemente da orientação sexual dos envolvidos. Essas representações sugerem a internalização de normas culturais que regem a expressão de afeto em espaços públicos, como a escola. Além disso, ao enfatizar a necessidade de discrição e pudor, o professor demonstra adesão a valores morais tradicionais e conservadores, que podem refletir representações sociais mais amplas sobre sexualidade e comportamento (Louro, 2016).

Do ponto de vista da teoria queer, essa fala evidencia a perpetuação de uma lógica heteronormativa que pressupõe a heterossexualidade como padrão e norma, enquanto outras formas de afeto são toleradas apenas se permanecerem discretas e não ameacem a ordem social estabelecida. Isso sugere uma rigidez nas normas de gênero e sexualidade, que limitam a expressão e a liberdade das pessoas LGBTQIAPN+ em ambientes públicos, como a sala de aula (Butler, 2015).

Essa postura reflete uma espécie de “pedagogia do armário”, na qual as pessoas LGBTQIAPN+ são incentivadas a esconder suas identidades e suprimir suas vivências para se conformar aos padrões sociais dominantes. Essas

representações contribuem para a reprodução de normas de gênero rígidas e reforçam a exclusão de indivíduos que não se encaixam nesses padrões, perpetuando assim a heteronormatividade e o cisnormatividade na escola (Junqueira, 2013).

Por fim, *LGBTQTQIA+ e as representações sociais* explora as representações dos docentes sobre as diversas identidades presentes na sigla, incluindo suas percepções, conhecimentos e atitudes em relação a esses grupos. As representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual e de gênero são profundamente influenciadas por moralismos, conservadorismo, essencialismos biológicos e fundamentalismos religiosos.

[...] nunca tive nenhum aluno desse jeito assim não. Se tivesse a gente saberia, né?! Dá pra saber quando a pessoa tem um corpo masculino e tenta ficar feminino, não adianta, é questão de biologia mesmo. A não ser aqueles caras que fazem um monte de cirurgia e tudo mais. Mas se tivesse eu não teria uma rejeição porque sou professor de biologia, né, então nem tem como ter esse tipo de rejeição, a gente entende que tem gente desse jeito aí mesmo (E.3).

Nessa fala, a pessoa participante expressa representações sociais que refletem entendimentos tradicionais e binários sobre gênero e sexualidade. Ela associa a identidade

de gênero exclusivamente à biologia, sugerindo que a expressão de gênero está intrinsecamente ligada ao corpo físico. Essa perspectiva indica uma visão simplista e determinista das questões de gênero, ignorando a complexidade e diversidade das experiências humanas. Além disso, ao mencionar cirurgias como forma de transição de gênero, o professor revela uma compreensão limitada e estereotipada das experiências de pessoas transgênero, reduzindo-as a intervenções médicas (Louro, 2018).

No entanto, ao afirmar que não teria rejeição a estudantes transexuais por ser professor/a de biologia, ele/a sugere uma disposição para aceitar e compreender a diversidade de gênero, ao menos no contexto da sala de aula. Essa atitude pode indicar uma abertura para desconstruir representações sociais arraigadas e promover uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero.

Essas crenças moldam suas visões sobre as identidades LGBTQIAPN+ e influenciam suas atitudes e comportamentos em relação a esses grupos. O moralismo conservador muitas vezes leva à estigmatização e discriminação das pessoas LGBTQIAPN+, enquanto o essencialismo biológico sustenta a noção de que a heterossexualidade e a cisgeneridade são normativas e naturais, enquanto outras identidades são consideradas desviantes.

O fundamentalismo religioso também desempenha um papel significativo na formação das representações sociais dos docentes, promovendo visões intolerantes e excludentes em relação à diversidade sexual e de gênero. Esses elementos combinados criam barreiras significativas para a promoção de uma educação inclusiva e respeitosa da diversidade na escola.

Essas categorias temáticas proporcionam uma compreensão mais profunda das representações sociais dos docentes sobre diversidade sexual, revelando as complexidades e desafios enfrentados na promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade.

4. Considerações finais

Os principais achados do estudo revelam uma complexidade de representações sociais dos docentes em relação à diversidade sexual em contexto escolar. Primeiramente, identificou-se que a partir das representações sociais dos docentes acerca da diversidade sexual em contexto escolar os docentes contrariam as falácias ultraconservadoras que acusam professores de disseminarem a “ideologia de gênero”. Antes, os professores se alinham ao ultraconservadorismo ao expressarem representações ancoradas em moralismos, essencialismos biológicos e fundamentalismos religiosos. Essas representações influenciam suas práticas

e percepções em relação à diversidade sexual, refletindo uma recusa em discutir ou abordar a temática na escola.

Além disso, observou-se uma categoria que ressalta a fragilidade da formação profissional em diversidade sexual e educação, indicando lacunas na formação dos docentes nesse sentido. A falta de abordagem sobre diversidade sexual durante a formação inicial e continuada dos professores contribui para a perpetuação de representações sociais conservadoras e dificulta a promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade.

Outro aspecto relevante foi a identificação de representações que minimizam ou negam a importância de discutir gênero e diversidade sexual na escola. Muitos docentes demonstraram uma postura de indiferença ou desinteresse pelo tema, considerando-o desnecessário ou inadequado para o ambiente escolar.

Por fim, algumas representações sociais dos docentes revelaram uma compreensão limitada e estereotipada das experiências de pessoas LGBTQIAPN+. Isso foi evidenciado por meio de discursos que associam identidade de gênero exclusivamente à biologia, desconsiderando a complexidade das experiências de gênero e sexualidade. No entanto, também houve indícios de uma disposição para aceitar e compreender a diversidade de gênero, especialmente no contexto da sala de aula.

Esses achados destacam a necessidade de uma formação docente mais abrangente e inclusiva em relação à diversidade sexual e de gênero, bem como a importância de promover debates e reflexões sobre essas questões no ambiente escolar. A construção de uma educação mais respeitosa e inclusiva da diversidade requer o enfrentamento das representações sociais conservadoras e o estímulo a uma compreensão mais ampla e sensível das identidades de gênero e orientações sexuais.

Os resultados deste estudo são de extrema importância para a compreensão das mudanças e permanências nas representações sociais de gênero e sexualidade. Ao identificar e analisar as representações dos docentes sobre diversidade sexual em contexto escolar, o estudo fornece insights valiosos sobre como essas percepções estão evoluindo ou permanecendo estáticas ao longo do tempo.

Assim, os resultados deste estudo fornecem um panorama rico e multifacetado das representações sociais de gênero e sexualidade, destacando tanto as áreas de resistência quanto os sinais de mudança. Essas informações são essenciais para orientar políticas e práticas educacionais que promovam uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade sexual e de gênero, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa das diferenças.

Para futuras pesquisas nessa área, sugere-se explorar mais profundamente os seguintes aspectos. Primeiro, realizar estudos longitudinais para acompanhar a evolução das representações sociais de gênero e sexualidade ao longo do tempo, permitindo uma compreensão mais abrangente das mudanças e permanências dessas percepções. Em segundo lugar, investigar o impacto de intervenções educacionais específicas, como programas de formação docente ou currículos inclusivos, na transformação das representações sociais de gênero e sexualidade entre professores e estudantes.

Além disso, é importante ampliar o foco da pesquisa para incluir não apenas docentes, mas também estudantes, gestores escolares, pais e membros da comunidade, a fim de entender como diferentes atores percebem e respondem às questões de diversidade sexual e de gênero. Por fim, realizar estudos comparativos entre diferentes contextos educacionais, como escolas públicas e privadas, urbanas e rurais, para examinar como as representações sociais de gênero e sexualidade variam de acordo com o contexto sociocultural e institucional.

Em termos de implicações práticas, as descobertas deste estudo sugerem algumas estratégias para promover uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade sexual e de gênero. Primeiramente, é importante implementar

currículos escolares que incorporem discussões abertas e inclusivas sobre diversidade sexual e de gênero em todas as disciplinas, fornecendo recursos e materiais adequados para abordar essas questões de forma sensível e informada. Além disso, oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional para professores, capacitando-os a lidar de maneira eficaz e compassiva com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, incluindo estratégias para criar um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes. Por fim, é essencial implementar políticas escolares que promovam a diversidade e a inclusão, bem como fornecer suporte institucional e recursos para enfrentar ativamente a discriminação e o preconceito com base na orientação sexual e identidade de gênero. Ao adotar essas direções de pesquisa e implicações práticas, as escolas podem desempenhar um papel fundamental na promoção de uma cultura de respeito, aceitação e celebração da diversidade sexual e de gênero, contribuindo para um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário.

5. Referências

- ALTMANN, Helena. “Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente”. *Revista Latino-americana*, v. 13, n. 8, p. 10-27, jul./dez., 2013.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Editora 70, 2016.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BULGARELLI, Lucas. “Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010”. In: GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 97-103.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BUTLER, Judith. “Corpos que Importam”. *Sapere Audi*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 12-20, Jan./jul., 2015.
- CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horácio Federico. “Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 10, n. 23, p. 179-199, jan./jul., 2017.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. “Modos de Educação: gênero, sexualidade e relações escola-família”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 34, n. 131, p. 41-58, jan./jul., 2004)
- COSTA, Paula Regina Ribeiro; SOUZA, Diogo Onofre. “Falando com professoras das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade na sala de aula: a presença do discurso biológico”. *Ensenanza de las ciencias*. Barcelona, v. 1, n. 21, p. 67-75, jan./jul., 2003.
- DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FERNANDES, Alexandre de Oliveira; SOUZA, Luciano Fernandes de. “Discursos político-religiosos com armas de guerra: heteroterrorismo em ação contra sexualidades dissidentes”. *Revista Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-14, abr./jun., 2020.

- FOUCAULT, Michel. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GALLEGO, Esther Solano; ROCHA, Camila. “Conservadores versus Movimentos Feminista, Negro e LGBT: um diálogo impossível”. In: GALLEGU, Esther Solano. Brasil em colapso. São Paulo: Editora UNIFESP, 2019, p. 61-74.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Homofobia nas escolas: um problema de todos”. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Brasília: Edições MecUnesco, 2009. p. 13-52.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Pedagogia do Armário: a normatividade em ação”. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.7, n. 13, p. 481-498, jul./dez., 2013.
- LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. “Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual”. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009. p. 47-72.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- MARKOVÁ, Ivana. Dialogicidade e representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MELLO, Paulo Eduardo Dias de. “Direitos Humanos e o projeto político pedagógico da escola”. In: SIQUEIRA, Lucília Santos. Direitos Humanos e Cultura Escolar. São Paulo: Alameda, 2017. p. 97-122.
- MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015.

PENNA, Fernando. “O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 109-114.

SANTOS, Jean Jesus; SANTOS, Elder Cerqueira. “Homofobia e Escola: uma revisão sistemática da literatura”. Revista Subjetividades, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 21-44, jul./dez.,2020.

SILVA, Edna Aparecida da; CAMPOS, Carin Cozer de; “Os estudos da diversidade sexual na escola e suas contribuições para a formação docente”. Cadernos PDE, Londrina, v. 10, n. 12, p. 21-39, jan./jul., 2016.

SILVA, Sulene Rosa da; ARAÚJO, Eleno Marques de; VIEIRA, Vânia Maria de Oliveira. “A importância da abordagem de gênero e sexualidade no contexto escolar”. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 4, p.945-671, jan./jul., 2021).

Artigos

01

Saúde mental na militância trans: lutas entre a representatividade e a sobrevivência

Mental health in trans militancy: struggles
among representativeness and survival

Felipe de Baére

Universidade de Brasília (UnB)

Doutor em Psicologia Clínica e Cultura (UnB)

E-mail: felipebaere@gmail.com

Valeska Zanello

Professora Associada 3 do Departamento de

Psicologia da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em Psicologia (UnB)

E-mail: valeskazanello@uol.com.br





Resumo

A saúde é uma pauta que sempre esteve presente na história do movimento trans brasileiro e, recentemente, tem sido observada maior atenção para o campo da saúde mental, devido ao impacto das difusas violências transfóbicas às quais essa população está submetida. Ao articular o movimento social com a saúde mental, o presente trabalho buscou analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans, a fim de compreender como a representatividade e a relação com o ativismo repercutem no seu bem-estar e na saúde mental. Foram produzidas três categorias, a saber: 1-) As dores e as delícias da representatividade; 2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans; 3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado. Ao final, foi possível observar que como os efeitos das vivências hostis repercutem na saúde mental de ativistas, bem como nas relações que se estabelecem dentro do movimento trans.

Palavras-chave: movimento social; ativismo trans; militância; saúde mental; história; representatividade

Abstract

Health is an agenda that has always been present in the history of the Brazilian trans movement and, recently, greater attention has been observed in the field of mental health,

due to the impact of the widespread transphobic violence to which this population is subjected. By articulating the social movement with mental health, the present work sought to qualitatively analyze the personal experiences and trajectory in the social movement of trans activists, in order to understand how representativeness and the relationship with activism have an impact on their well-being and on the mental health. Three categories were produced, namely: 1-) The pains and delights of representation; 2-) Situating psychic suffering in trans militancy; 3-) Survival through care management. In the end, it was possible to observe how the effects of hostile experiences affect the mental health of activists, as well as the relationships that are established within the trans movement.

Keywords: social movement; trans activism; militancy; mental health; history; representativeness

INTRODUÇÃO

No movimento sexo-gênero diverso brasileiro, embora ainda seja observada a hegemônica representatividade cisgênera, sobretudo de homens gays, é inegável o crescimento da participação da militância trans, em seus múltiplos matizes (NASCIMENTO, 2021). Resultado de uma rede de organizações, que tem se articulado e crescido

progressivamente desde a década de 1990, hoje não é mais aceitável que em espaços políticos que se definam como LGBTQIA+ inexista uma representação trans. Contudo, esse entendimento é algo recente em comparação a toda a trajetória deste movimento social. Na atualidade, a própria composição do movimento trans apresenta evidentes distinções de sua configuração inaugural (CARVALHO, 2011; COACCI, 2018), com a chegada de novos sujeitos coletivos que também não se identificam com o gênero que lhes foi designado no nascimento.

A compreensão da história do movimento trans no cenário brasileiro requer o acompanhamento das mudanças ocorridas neste espaço político e social antes mesmo de sua formação. Na década de 1960, embora já fosse possível identificar uma forma preambular de ativismo entre pessoas que hoje seriam compreendidas como trans, é ao longo dos anos 1990 que o debate público e a organização política da comunidade de travestis e transexuais se estabeleceu (COACCI, 2018)¹. Nesse período, a hegemonia dos homens gays no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) foi contestada, de forma a também reconhecer formalmente a militância de lésbicas e de travestis, ainda preteridas

1 Esse ativismo precedente está relacionado ao debate público em torno das cirurgias de transgenitalização, realizadas naquele período de maneira clandestina, por se configurar na justiça como um crime de mutilação corporal.

no MHB, mesmo sendo ambas partícipes do processo de articulação e estruturação desse movimento social desde a sua fase inaugural, em 1978 (OLIVEIRA, 2018).

Ao mapear o campo do movimento trans no Brasil, Coacci (2018) utilizou a periodização em ondas para descrever as transformações ocorridas neste segmento do movimento LGBTQIA+ desde que se consolidou como uma organização política na década de 1990. Foram apresentadas três ondas, a saber: a primeira (1990-2000) consiste no surgimento das primeiras organizações locais e encontros nacionais, envolvendo sobretudo as pautas relacionadas ao combate à violência e a prevenção da epidemia de HIV/Aids; a segunda (2000-2010), por sua vez, envolve a ampliação do movimento trans no país e a maior atuação no âmbito federal, com a criação de organizações nacionais, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Coletivo Nacional de Travestis (CNT); por fim, a terceira (2010 até o momento presente) caracteriza-se pelo crescimento da articulação do movimento trans com os feminismos e o movimento negro, pela expansão da visibilidade da população trans na mídia e pela acelerada criação de redes e organizações trans, com a emergência da militância dos homens trans e transmasculinos, bem como de outras categorias, como os sujeitos não-binários.

No que concerne à organização das travestis pelo Brasil ao longo dos anos 1990, Carvalho e Carrara (2013) compreendem ter havido dois modelos preponderantes que corroboraram para a sua construção: a auto-organização como via de resposta à violência policial, sobretudo nos pontos de prostituição; e a vinculação a projetos de Organizações Não Governamentais (ONG) na luta contra o preconceito e a desinformação em torno da epidemia de HIV/Aids. Dentre as principais representantes da militância travesti neste primeiro momento estava Jovanna Cardoso, que já possuía uma trajetória de lutas pelo direito das travestis inseridas na prostituição. No Rio de Janeiro, juntamente com outras companheiras, Jovanna integrou a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), considerada como a primeira organização de travestis do Brasil, cuja criação em 1992 intensificou o processo de politização das travestis, o que possibilitou uma luta coletiva mais organizada e institucionalizada dessa categoria.

Em 1993, aconteceu a primeira reunião de travestis provenientes de cinco estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná), que resultou no I Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), ainda hoje considerado o principal evento da militância trans no país. Assim como já era viável a realização de encontros nacionais, havia o interesse pela

ampliação da interlocução entre as militantes travestis de diferentes estados. Desse modo, durante os anos 1990, houve duas tentativas de criação de associações de âmbito nacional: a Associação Nacional de Travestis (RENATA) que, posteriormente, foi substituída pela Associação Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), cuja mudança teve o intuito de aumentar o número de participações e colaborações. Embora ambas as tentativas não tenham perdurado, ao final dessa década, já se observava uma articulação maior entre os coletivos regionais de travestis e, por meio dessa organização, foi possível a inserção do “T” na sigla de um movimento social que, até aquele momento, era pautado apenas pela militância gay e lésbica (CARVALHO, 2015; SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Conforme observaram Carvalho e Carrara (2013), no fim da década de 1990, a inserção do “T” no movimento social ocorreu em meio a um impasse entre a escolha dos termos identitários mais apropriados. O “T” poderia representar “travestis”, “transexuais” e “transgêneros”. Além disso, nesse período, o sintagma “identidade de gênero” começava a ganhar maior destaque, como forma de consolidar a distinção entre gays, lésbicas e bissexuais de um lado, pautados pela orientação sexual, e travestis e transexuais de outro (CARVALHO; CARRARA, 2013). Essa diferenciação foi importante para delinear quais pautas eram mais

urgentes para cada grupo. Neste período, por exemplo, as dissidências sexuais já se encontravam despatologizadas e menos estigmatizadas socialmente, enquanto as pessoas trans, por ainda estarem inseridas no rol das classificações de transtornos mentais e por serem vistas como seres abjetos, precisaram enfrentar ofensivas normativas em múltiplos contextos.

A segunda onda do movimento trans, apresentada por Coacci (2018), abrange o intervalo entre 2000 e 2010, sendo caracterizada tanto pela ampliação e consolidação dessa militância, bem como por tensões e mudanças internas, sobretudo pela continuidade das disputas identitárias entre os “Ts”. De acordo com Simpson (n.d.), em 2000, a então denominada RENTRAL se tornou Associação Nacional de Transgêneros (ANTRA) e, posteriormente, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, nome que se mantém até o momento presente com a mesma sigla. Outra organização de âmbito nacional que teve destaque neste período foi o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), criado em 2005, em Brasília, durante o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT) e do I Encontro Nacional de Transexuais. Conforme descreveu Coacci (2018), ainda que o CNT não tenha se institucionalizado, operando apenas como uma rede informal, é por meio desse coletivo que a identidade “transexual” se consolidou no movimento social

organizado, criando outros contornos na configuração da militância trans.

O CNT teve um papel relevante nas deliberações sobre a construção do processo transexualizador no Brasil, durante o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Tão logo se iniciou o governo do PT, houve o estreitamento do diálogo entre movimentos sociais e o governo federal. Em 2004, foi instituído o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), que representou um marco nas políticas públicas voltadas para a população sexo-gênero diversa, ao se propor a corresponder às necessidades e demandas apresentadas pelo movimento GLBT, como era denominado neste período. A saúde estava entre os principais campos de articulação, através do reconhecimento da complexidade das questões apresentadas pelas dissidências sexuais e de gênero (BRASIL, 2012). Logo, vários setores do Ministério da Saúde foram acionados para recepcionar as novas demandas, como o processo transexualizador.

A elaboração do processo transexualizador tornou-se palco de disputas por saberes de diversas áreas, que culminou na prevalência do discurso médico-psi patologizantes através da Portaria 457/2008, da Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde, que regulamentava o processo transexualizador. Essa portaria condicionava os serviços de saúde envolvidos no processo ao diagnóstico psiquiátrico

(ALMEIDA; MURTA, 2013). Além disso, durante essa construção conjunta, que envolveu a participação do movimento social, pesquisadores e profissionais da saúde, o que prevaleceu na portaria foram as cirurgias, sendo colocados em segundo plano outros procedimentos relevantes para esse processo, incluindo a hormonioterapia. Coacci (2018), que entrevistou sujeitos envolvidos nas negociações para a criação dessa política pública, assinalou que foi esse um dos acontecimentos que corroboraram para o distanciamento entre “ativistas” e “acadêmicas”, que passaram a se relacionar “ora em conflito, ora em aliança” (p. 146).

As aproximações e distanciamentos entre movimento trans, outros movimentos sociais e academia fazem parte do período que corresponde a terceira e última onda descrita por Coacci, que se inicia em 2010 e vai até a data da publicação de sua pesquisa, em 2018. Nesse intervalo, são observadas várias mudanças, tais como: a criação de novos coletivos e associações trans regionais e nacionais; a disputa pela entrada de mulheres trans e travestis no feminismo e o fomento dos debates sobre o transfeminismo (JESUS, 2014; NASCIMENTO, 2021); o ciberativismo e as redes sociais como os espaços privilegiados de debates e reflexões sobre o movimento sexo-gênero diverso (CARVALHO; CARRARA, 2015); a midiaticização das pautas trans em uma perspectiva não patologizadora; além disso, é neste momento em que

se dá a emergência da militância transmasculina, com a formação de organizações nacionais específicas para esses grupos e a inserção de pautas que, até então, encontravam-se fora dos ambientes de discussão do movimento trans.

A presença transmasculina no movimento trans era exígua até os anos 2010. De acordo com Nery (2018), apenas no 18º ENTLAIDS, realizado em outubro de 2011 em Recife, criou-se um espaço para a participação transmasculina. Em maio do ano seguinte, ocorreu a primeira grande reunião de transmasculinos no 7º Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, em Belo Horizonte, ainda em uma configuração mista, com a presença de mulheres trans e travestis. Meses depois, era criada a primeira organização transmasculina denominada Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), que tinha como uma de suas propostas a ampliação da rede hospitalar para o atendimento e acompanhamento do processo transexualizador junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora a ABHT tenha sido extinta em 2013, neste mesmo ano, foi constituído o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), que procurou se organizar de maneira descentralizada, com várias coordenadorias operando em formato de rede (Santos & Morelli, 2018). Em 2015, o IBRAT organizou o I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT) em São Paulo, sendo que a sua abrangência

possibilitou a parceria com entidades como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFSS). Além disso, o IBRAT teve papel fundamental na inserção das pautas transmasculinas no processo transexualizador, auxiliando na revisão da antiga legislação, que resultou na Portaria 2.803/13, do Ministério da Saúde, e garantiu o direito à procedimentos biomédicos que, até então, não contemplavam a população transmasculina.

Juntamente com o processo transexualizador, outra pauta que se destacou para o movimento trans durante a terceira onda foi a despatologização. De acordo com Bento e Pelúcio (2012), após a década de 1980, as novas edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de doenças (CID) reforçaram a compreensão do gênero como uma categoria psicodiagnóstica, quando este deveria ser entendido como uma categoria cultural. Devido a esse controle normativo, no cenário brasileiro, o acesso da comunidade trans à terapia hormonal, à cirurgia de redesignação de gênero e a outros procedimentos biomédicos tem sido mediado por diagnósticos médico-psiquiátricos. Essa compulsoriedade passou a ser coletivamente contestada no país a partir dos anos 2010, reflexo de um movimento de despatologização das identidades trans*, que ganhou força no cenário

internacional a partir da campanha *Stop Trans Pathologization* (Parem com a Despatologização Trans, tradução livre).

O enquadramento de identidades trans no rol de transtornos mentais é uma das formas de estigmatizar subjetividades que não se conformam à normatividade cisgênera (VERGUEIRO, 2015). Ao longo da história, indivíduos considerados doentes, sob a ótica da anormalidade criminalizada (FOUCAULT, 2010), têm sido sujeitados às mais diversas práticas de violência, sobretudo quando a leitura desse adoecimento é perpassada por valores morais. Nessa lógica, o sujeito visto como anormal se torna alvo da abjeção social (KRISTEVA, 1982), que se manifesta através do ódio, do repúdio e de reiteradas tentativas de aniquilação de suas existências.

No cenário brasileiro, diante da negligência e ineficiência do Estado no levantamento de dados estatísticos relacionados às violências contra a população trans, o próprio movimento social precisou atenuar os efeitos dessa ausência de informações a partir da elaboração de relatórios e demais documentos informativos. Fundada em 2009, em decorrência de divergências com a ANTRA, a Rede Trans Brasil é uma organização nacional que tem contribuído para a produção contínua desses materiais instrutivos. Desde 2016, a Rede Trans tem publicado dossiês anuais de assassinatos, suicídio e outras mortes brutais de pessoas trans*

no Brasil. O trabalho envolve o método hemerográfico, já utilizado pelo Grupo Gay Bahia, no qual a contagem dos casos é feita através das notícias que circulam na mídia, que são posteriormente checadas, para validar a pesquisa.

Além da Rede Trans, a ANTRA também tem publicado relatórios anuais com o mesmo método de levantamento de dados. Cabe ressaltar que, em ambas as organizações, o suicídio de pessoas trans tem sido evidenciado como uma questão alarmante nessa comunidade, haja vista o número de pessoas trans que interrompem a própria vida devido a uma conjuntura social transfóbica e mortífera. Ademais, conforme alerta Benevides (2022), existe a retórica que persiste na patologização de pessoas trans ao afirmar que a identidade trans, em si, já seria um fator de risco para o comportamento suicida, desconsiderando todos os múltiplos contextos de violência aos quais pessoas trans estão submetidas desde fases arcaicas de suas vidas.

Embora inexistam instrumentos públicos voltados para avaliação da saúde mental da população sexo-gênero diversa, incluindo os levantamentos de óbitos por suicídio (BAÉRE, 2019), existe o entendimento de que a violência social e todas as mazelas enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ são agravantes para o sofrimento psíquico dessa população (CARVALHO; MENEZES, 2021). A própria Política Nacional de Saúde Mental LGBT (2012) assinala a necessidade de

cuidado com a saúde mental das dissidências sexuais e de gênero e faz menção ao suicídio como um problema de saúde presente nesta população. Ao longo de 2010, o CFP procurou assistir à comunidade trans ao apoiar as campanhas de despatologização das identidades trans. Paralelamente a esse apoio prestado, o CFP publicou, em 2018, a Resolução 01, que estabelece normas para profissionais da psicologia em relação aos atendimentos voltados para pessoas transexuais e travestis, sob a ótica da despatologização. Essa normativa do CFP busca suprimir os posicionamentos transfóbicos que ainda se encontram presentes nos contextos clínicos no país e, de certo modo, têm sido insuflados por correntes conservadoras e por setores fundamentalistas religiosos (LIONÇO, 2019).

Ao considerar o plural histórico do movimento trans no cenário brasileiro e os desafios enfrentados por essa militância na luta pela afirmação de seus direitos, o que inclui o direito à saúde em todas as suas dimensões, torna-se necessária a investigação sobre a condição de saúde mental de pessoas trans que se encontram inseridas no movimento social. Seria esse um ambiente propício para o cuidado psíquico? Haveria contextos no ativismo agenciadores de sofrimento? O presente trabalho teve como objetivo analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans e

compreender como esses sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento trans impactam o seu bem-estar e a sua saúde mental. O intuito não foi direcionar as participações para discorrerem especificamente sobre a própria saúde mental e o sofrimento psíquico, mas identificar como esses temas atravessam, direta ou indiretamente, as suas experiências em suas relações com a militância.

MÉTODO

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (IH/UnB)². Inicialmente, foi elaborada uma lista de possíveis colaborações, com a proposta de que houvesse a presença de diferentes gerações da militância trans. Essa lista teve como critério o histórico de compromisso com o movimento trans até o momento presente. Era sabido que, por se tratar de uma pesquisa produzida por pessoas cisgêneras, os convites poderiam ser negados ou ignorados. Há um entendimento compartilhado na comunidade trans de que, ao longo da história, suas subjetividades estiveram a serviço de pesquisadores cisgêneros que exotizaram as suas vivências através de investigações que não levavam em consideração as suas falas, restringindo-as a meros objetos

2 Parecer de número 3.250.834

de pesquisa (BENEVIDES; LEE, 2018). Logo, a prioridade tem sido a colaborar com trabalhos realizados ou por pessoas trans, como forma de incentivar a inserção dessa população no campo acadêmico e científico, ou por pessoas que sejam reconhecidas como “cis-aliadas”.

As colaborações das mulheres transexuais e travestis envolveram uma mulher transexual branca, de 55 anos, moradora de Goiânia, psicóloga e mestra em Saúde Mental, presidenta de coletivo trans e envolvida no transativismo desde a década de 1990 (TF1); mulher transexual negra, de 34 anos, natural de Recife, presidenta de coletivo trans e estudante de ciências sociais (TF2); mulher transexual negra, de 31 anos, designer de moda, cabelereira e presidenta de uma organização trans do Distrito Federal (TF3); travesti branca, de 31 anos, natural do Ceará, moradora do Rio de Janeiro, pedagoga, atriz e poetisa (TF4).

Entre os ativistas transmasculinos estão um homem trans branco, de 43 anos, natural e morador de Fortaleza, antropólogo e pesquisador, coordenador nacional de grupo transmasculino (TM1); sujeito intersexo transmasculino branco, de 39 anos, natural de São Paulo e morador do Rio de Janeiro, sociólogo e pesquisador (TM2); homem trans negro, de 28 anos, natural e morador de Fortaleza, agente de segurança e membro fundador de casa de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ (TM3); homens trans negro, de 27

anos, morador de Brasília, educador físico e coordenador regional de organização transmasculina (TM4).

Com atenção para questões sensíveis à comunidade trans no que concerne à participação em pesquisas acadêmicas, o presente trabalho buscou analisar qualitativamente (MINAYO, 2012) as vivências pessoais e a trajetória na militância de pessoas trans através de entrevistas abertas, iniciadas com a pergunta disparadora: “Conte-me sobre a sua história de vida, envolvendo a sua chegada no ativismo e como tem sido a sua relação com a militância bissexual desde então” À medida que se apresentavam novas questões envolvendo experiências de sofrimento e/ou de bem-estar relacionadas ao exercício do ativismo e às dinâmicas internas do movimento social, outras perguntas eram trazidas, tais como: “Fale-me mais sobre isso” ou “Conte-me um pouco mais sobre o que acabou de mencionar”. Devido ao contexto pandêmico e ao fato de as participações serem provenientes de outros estados, todas as entrevistas foram realizadas através de aplicativos de videochamada e integralmente gravadas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e março de 2022 e as gravações entre fevereiro e março de 2022. As oito transcrições foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que consistiu na categorização de

elementos a partir de sua reincidência temática na fala das pessoas entrevistadas. Para além dos aspectos semânticos, os conteúdos subjacentes também se tornaram objetos de análise. São os aspectos ideológicos, as ideias implícitas, as suposições e aquilo que não pode ser dito ou reconhecido pelo sujeito na ocasião da entrevista, mas, nem por isso, deixa de ser relevante para a pesquisa.

Como forma de assegurar maior rigor ao trabalho, a análise de conteúdo foi elaborada por dois avaliadores. Em uma primeira etapa, cada grupo de entrevistas foi analisada pelos avaliadores separadamente, a fim de que fossem levantadas as categorias específicas e comuns ao grupo das mulheres transexuais e travestis e ao grupo dos homens transexuais e transmasculinos. Ao final desse processo inicial, os avaliadores se reuniram para comparar as análises realizadas em cada grupo. A partir dessa comparação, foi possível chegar a três categorias comuns.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise de conteúdo, foram elencadas três categorias, a saber: 1-) As dores e as delícias da representatividade; 2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans; 3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado. A seguir, cada uma das categorias e subcategorias serão descritas de modo detalhado. Como forma de aprimorar

a compreensão, foram compartilhados, em itálico, fragmentos das falas das entrevistadas (TF1, TF2, TF3 e TF4) e dos entrevistados (TM1, TM2, TM3 e TM4).

1-) As dores e as delícias da representatividade

As vivências na militância podem ser promotoras de bem-estar, ao conferir a determinados sujeitos coletivos historicamente marginalizados um espaço de reconhecimento e de pertencimento. Contudo, também é possível que essas experiências sejam permeadas por relações conflituosas. O nome dessa categoria já intitulou um relatório sobre as transmasculinidades no Brasil (INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS; REVISTA ESTUDOS TRANSVIADES, 2021) e, de certo modo, sintetiza as experiências compartilhadas nas entrevistas. Embora seja reconhecida a relevância do movimento social como veículo de transformação pessoal, nem por isso as vivências neste espaço político se mostram exclusivamente satisfatórias ao envolver questões relacionadas à representatividade e à participação na militância.

1.1-) Contextos preambulares na militância trans

Antes de adentrar na militância trans, a maioria dos participantes se reconhecia apenas como dissidências sexuais. Ou seja, os transmasculinos se entendiam como

lésbicas e as mulheres transexuais se entendiam como gays. Provavelmente, se houvesse condições para que conseguissem afirmar a sua identidade trans desde cedo, aspectos relacionados a essa fase preambular apresentariam outros contornos. De acordo com TF2, a sua fase cisgênera, que precedeu o ingresso no ativismo trans, foi um período em que ainda era uma pessoa despolitizada, no qual se via como *preconceituosa, que estigmatizava as pessoas, pois não conhecia a realidade*. Sua transformação pessoal e o seu interesse pela pauta de direitos humanos ocorreram após a sua transição de gênero, quando se inseriu no movimento social, através de uma ONG voltada para a população que vive com HIV/Aids.

A necessidade de lidar contra os efeitos da normatividade de gênero tem feito parte da trajetória de TM2, que descobriu ser uma pessoa intersexo já adulto, quando estava se aproximando da militância lésbica e bissexual, em um período em que ainda se entendia como uma pessoa cisgênera. Embora tenha sido criado e se socializado como mulher cis, a descoberta da intersexualidade possibilitou que entrasse em contato com a identificação masculina que, até então, encontrava-se refreada. Contudo, por estar inserido em atividades do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, em um primeiro momento, sentiu-se mais à vontade se apresentando como um sujeito não-binário.

Eu nunca vou ser muito desse feminino que me foi imposto, mas, influenciado pela Caminhada, eu nem queria ser o masculino. Se eu me assumisse como transmasculino, por exemplo, como a minha origem foi o movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, era como se eu estivesse traindo o movimento (TM2).

A preocupação de TM2 não estava apenas atrelada ao receio de trair o movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, mas também de buscar não se enquadrar no padrão de masculinidade que era amplamente criticada e repudiada por elas. A atenção e o cuidado em relação ao tipo de masculinidade que iriam apresentar ao longo da transição esteve presente na fala dos ativistas transmasculinos. Essa inquietação, por sua vez, esteve ausente na fala das mulheres transexuais e travesti, ou seja, elas não mencionaram ao longo das entrevistas terem experienciado apreensões no que concerne ao tipo de feminilidade que iriam apresentar. Talvez, a preocupação transmasculina se deve ao fato de muitos deles, antes da transição, estarem próximos a movimentos feministas e reconhecerem os danos causados pelo sexismo e pelo machismo. *Eu sempre tive aproximação com o movimento feminista, a militância feminista. Mas eu nunca fui atuante, nunca estive atuando de forma direta, de linha de frente. Mas sempre estive ali apoiando, como ainda hoje apoio e atuo de uma certa forma, de uma forma indireta, nos movimentos feministas. (TM1).*

1.2-) *Dinâmicas internas conflituosas*

Embora a relação com o movimento feminista tenha sido descrita como harmoniosa para parte dos ativistas transmasculinos, TM2 afirmou que foram aspectos negativos relacionados a certos posicionamentos feministas em grupo de lésbicas e mulheres bissexuais que lhe fizeram preferir se aproximar da militância transmasculina. Neste grupo, além de se incomodar com a impossibilidade de pautar quaisquer assuntos que pudessem envolver questões relacionadas aos homens em geral, TM2 também afirmou ter se sentido incomodado com o aumento da presença de militantes autodeclaradas feministas radicais que, segundo ele, apresentavam discursos trans excludentes. Desse modo, para ele, a militância se tornou *um lugar tóxico, porque não era mais só de mulheres lésbicas e bissexuais, virou um antro de radfems*. TM2 percebia os efeitos dessa retórica violenta através da inexistência de mulheres trans e travestis nesses espaços. *Eu não lembro de nenhuma mulher trans lésbica participando, ou se assumindo como trans lésbica.*

O combate aos discursos de ódio e ao posicionamento trans excludente tem sido uma pauta de grande relevância para a militância de mulheres transexuais e travestis, com o amplo apoio da comunidade trans. Isso porque determinadas retóricas transfóbicas tendem a reforçar discursos biologizantes, que naturalizam o gênero e incitam

a estigmatização e a violência contra a população trans. Embora sejam observadas a concordância e a uniformidade de toda a comunidade trans frente a determinadas questões, não significa que sejam esporádicas as desavenças e contestações neste diversificado espaço social. Nas entrevistas, por exemplo, uma questão que se pronunciou foi a queixa dos ativistas transmasculinos em relação ao silenciamento de suas pautas e de suas participações.

Conforme apontou TM4, desde que se inseriu na militância sexo-gênero diversa, tem observado tentativas de desqualificação das pautas transmasculinas por parte de gays e de mulheres transexuais e travestis, sob o argumento de que esse grupo, por possuir curta trajetória na militância, é inexperiente e inexpressivo. *As pessoas vêm e falam: “Ah, vocês chegaram agora. Não é assim, não é assado”. E a gente quer reivindicar alguns direitos, algumas questões nossas, próprias da nossa pauta, especificidades e aí falam: “Não, perai, essa pauta não é importante agora. Deixa para depois, porque ela veio recente agora”.* Além da diminuição da importância de suas demandas, outro modo relatado para silenciar os ativistas transmasculinos envolve a alegação do gênero. Conforme TM4 tem testemunhado, é recorrente que as tentativas de manifestação desse grupo sejam nomeadas de atitudes machistas. *Porque a gente é homem, aí a gente não pode falar. Porque a gente é macho, é escroto. E aí a gente*

tem sempre que calar a boca. É sempre uma violência dentro de uma violência, lembrando que a gente é LGBT também, a gente também é calado em vários outros locais.

Dinâmicas de apagamento dentro da militância LGBTQIA+ diversa não se restringem às práticas de silenciamento dos sujeitos transmasculinos. Ao longo da história do movimento sexo-gênero diverso, TM1 observa uma tendência de organização das agendas da militância de maneira monolítica, o que tem impossibilitado a aceitação das interseccionalidades. *Você tem que ser um ativista trans em qualquer lugar que você esteja, mas as outras lutas que você coloca, vai ter que colocar sempre depois (...) estava no Facebook, eu tinha publicado alguma coisa, aí tinha uma ativista trans que estava me seguindo. Ela disse a seguinte frase, marcou para nunca mais esquecer: “Você precisa escolher que tipo de ativismo você quer fazer, porque não dá para você ser trans e intersexo”.*

A imposição pela escolha de um ativismo é uma das problemáticas que perpassam a militância trans dentro de um rol de questões que se fazem presentes neste ambiente social e político. *É atravessamento que não acaba mais. Atravessamento de raça, de cor, de etnia, atravessamento de não-binariedade, atravessamento de cultura e arte, atravessamento de saúde, de educação, de segurança pública, atravessamento territorial, geográfico. Então é uma imensidão de atravessamentos (TM1). Diante de tantas demandas, outro aspecto mencionado*

pelas ativistas transexuais e travesti é o desinteresse da nova geração em participar ativamente da militância. *Nesse momento, elas estão mais interessadas em pegar tudo pronto. É uma geração que já pegou tudo pronto. Porque tem aquelas cinco lá atrás que apanhou, sabe?* (TF1). A indignação compartilhada por TF1 é maior porque, segunda a militante, hoje muitas dessas jovens dispõem de maior abertura, incluindo apoio familiar, para se inserirem no movimento social em comparação às ativistas que as antecederam.

Ao passo que foi relatada a crítica à baixa participação das novas gerações na militância trans, também foi apontado a predisposição das gerações mais antigas de centralizarem as atividades e participações. *Eu vejo ativistas que representam uma entidade nacional ou uma entidade local que personificam o próprio movimento trans para elas (...) principalmente alguns ativistas um pouco mais antigos, um pouco mais famosos, personificam o movimento e trazem para si como dono e proprietário da pauta LGBT* (TF3). De acordo com TF3, esse fenômeno possui até uma denominação anedótica. *Chama-se “ING”, indivíduo não-governamental. Não é um coletivo, é uma pessoa que se identifica como representante do movimento trans inteiro. Se identifica como o próprio coletivo, fala pelo coletivo, fala pelo movimento inteiro. Fala por si só, mas que se diz representando o movimento inteiro de pessoas trans.*

2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans

Muito tem sido divulgado sobre a dura realidade da população trans no Brasil. Não apenas apontado como o país que mais assassina corpos trans no mundo através de pesquisas internacionais (TRANSGENDER EUROPE, 2021), como também pelos documentos produzidos pelo próprio movimento social (BENEVIDES, 2022; REDE TRANS BRASIL, 2021). A cultura brasileira, estruturalmente patriarcal, sexista e LGBTQIA+fóbica, apresenta inúmeros obstáculos a essa população por meio de uma transfobia capilarizada, que se torna um impeditivo para a população trans fruir plenamente de sua cidadania e traz grandes prejuízos psíquicos para esse grupo. Ao considerar os impactos na saúde mental da população trans e compreender a complexidade das dinâmicas internas no movimento social, essa categoria descreve quais são os contextos no movimento trans agenciadores de sofrimento psíquico e como as relações interpessoais na militância, muitas vezes, encontram-se atravessadas por dores que dificultam a manutenção de ambientes harmoniosos e promotores de bem-estar.

2.1-) *Sobre cargas e urgências*

Inserir-se na militância trans é lidar com múltiplas atividades que vão se apresentando cotidianamente,

em diferentes espaços sociais. Em todas as entrevistas, estiveram presentes queixas relacionadas à sobrecarga de trabalhos que, por não ser devidamente distribuída, torna-se fator de estresse e de sofrimento. Devido a dificuldades encontradas na conciliação da vida pessoal com a militância, é frequente que muitas pessoas que, em um primeiro momento, disponibilizam-se para participar de ações de organizações as quais se filiaram, acabem por se isentarem das incumbências, restando para um grupo menor as demandas acumuladas. *A gente tem mais de 70 pessoas trans no grupo do Whatsapp. Mais de 70 pessoas trans. Quem constrói as ações da associação são quatro pessoas (TF2).*

Conforme sinalizou TM1, ainda que exista o entusiasmo para criar coletivos com certa horizontalidade no organograma, é comum que os integrantes que assumem as funções de coordenação tenham que lidar com o excesso de trabalhos, enquanto as pessoas que não se voluntariam para essas funções se tornam mais isentas na participação dos compromissos. *Porque existem trâmites, e os trâmites requerem uma série de burocracias. Aí então as estruturas acabam criando também as manifestações que têm mais responsabilidade (...) E aí quem vai ficando, digamos, nessa pirâmide mais embaixo é a pessoa que também menos se envolve (TM1).* Em meio a essa construção piramidal, existe também a responsabilidade pessoal. *Porque, às vezes, você é a única esperança que uma pessoa*

trans tem e você quer fazer valer a pena, por você e por aquela pessoa (...) é um acúmulo das dificuldades: vem um acúmulo das palavras transfóbicas, vem um acúmulo das portas do mercado de trabalho fechadas, vem o acúmulo das suas contas chegando e você não ter dinheiro para pagar. Vem o acúmulo de tudo (TM3).

Nesse panorama, a pessoa que recebe os maiores encargos frequentemente se vê em meio a inúmeros compromissos e, em muitos casos, é aquela que precisará lidar com as decepções que fazem parte desta ocupação. *Você tem, por exemplo, cinco pessoas para se reunir ao longo do dia. Você leva seu projeto, a pessoa lê, lê. Daí diz que vai dar uma resposta depois e você fica esperando e, às vezes, nem lhe dão retorno, nem nada (TM3).* O problema compartilhado por TM3 está relacionado a uma atividade típica do movimento social, que é a captação de recursos para projetos. Além das ações de cuidado, da participação em eventos, dentre muitas outras atuações inerentes ao exercício da militância, é o financiamento que costuma viabilizar a continuidade dos trabalhos e a permanência nos coletivos.

No campo do financiamento de projetos, TM4 nota a existência de uma desigualdade entre os sujeitos coletivos que irão angariar mais recursos para as suas associações. Essa assimetria distingue quem consegue, ou não, manter-se na militância. *A sobrevivência [no movimento social] vai depender justamente disso: qual recorte que você é dentro*

da sigla LGBT. Porque se você é um cara gay, cis, você consegue viver e viver muito de militância. Logo, para ser contemplado por uma verba de projetos, a depender do grupo, é preciso intensificar o trabalho. Você tem que estar sempre inscrevendo, tipo, vinte projetos. Desses vinte, talvez dois caiam pra você (...) eu não digo que dá para viver tranquilamente com o dinheiro da militância. Aí depende também de onde você está nessa sigla (TM4).

Enquanto alguns perfis, devido ao lugar social de privilégio ao qual pertencem, conseguem exercer a militância sem preocupações básicas, para muitas pessoas advindas de contextos de vulnerabilização, é preciso primeiro angariar o básico para a sobrevivência. *É bem difícil a gente conseguir falar sobre essas coisas todas, porque para muitas realmente é urgente o prato de comida, é emprego e renda (TF4). Porque se a sociedade não nos mata literalmente, ela nos mata de fome. Porque se você não tem dinheiro, não tem comida (TM3).* Essa urgência se tornou ainda maior no período pandêmico. *Porque a partir do começo da pandemia, alguns projetos e trabalhos ficaram paralisados e a gente ficou basicamente à mercê de auxílio emergencial. E aí isso mexeu psicologicamente com algumas pessoas, porque viram tendo uma situação de ter que ter restrição de alimentação, restrição de moradia, inclusive sendo expulso, despejados de suas casas em alguns casos (TF3).*

2.2-) A naturalização do sofrimento e o medo de confiar

No que concerne ao sofrimento psíquico resultante dos contínuos processos de violência aos quais a população trans encontra-se submetida na sociedade brasileira, as mulheres transexuais e travestis trouxeram apontamentos importantes. Devido às mudanças de cenários com o passar dos anos, cada geração apresentou uma percepção diferente em relação à forma de lidar com as violências transfóbicas. De acordo com TF2, os grupos mais antigos da militância precisaram resistir a uma ofensiva mais cruel e agressiva. *Existe uma geração de pessoas trans, da minha pra trás, que são pessoas que levavam até pisa no rosto, lavava defunto, ia para as cadeias, virava presa. A violência é um lugar tão natural para a gente, porque é isso que foi imposto.*

A fala de TF2 informa sobre a penosa realidade infligida às gerações mais antigas da militância trans, que as fizeram ter a necessidade de resistir às violências com maior dureza, uma vez que essa era a única escolha que possuíam neste período. Essa distinção, de acordo com a entrevistada, incide também no campo da saúde mental. *Eu tenho visto que esse lugar geracional, ele também vai falar dessa saúde mental. Eu já vi pessoas trans dizendo que era um monte de frescura das pessoas mais jovens. Porque, claro, elas são de outro lugar, elas são de outro momento. Como é possível perceber, na perspectiva de certas militantes mais antigas,*

a maneira de interpretar determinados efeitos psíquicos provocados pela violência cria uma geração mais frágil e despreparada, que sucumbe com maior facilidade por ter a opção de se vulnerabilizar. Embora TF2 identifique essas retóricas advindas de militantes endurecidas por biografias marcadas por crueldades, ela observa que a carência afetiva é uma mazela enfrentada por todas as pessoas trans. *Ninguém quer constituir família com a gente. Afeto ninguém quer dar. Então nós tivemos que construir um mundo à parte nesse processo. E não é fácil. Por isso que nossas populações são tão adoecidas.*

As sequelas de um histórico de privações de afeto foram destacadas na fala das mulheres transexuais e travesti. Nas entrevistas, elas discorreram sobre como essas restrições criam barreiras nas relações interpessoais, também na militância. *Eu acho que uma das coisas que faz com que pessoas trans, mulheres trans e travestis, passem a inclusive rejeitar certos afetos, é essa negação da família (TF2).* Essa propensão para rejeitar afetos, de acordo com TF3, ocorre por uma necessidade de as pessoas trans estarem sempre vigilantes e desconfiadas, *de forma a ter bloqueios a enxergar no igual uma pessoa que seja talvez um algoz, uma pessoa que seja contra você. Não é saudável você ser uma pessoa trans e enxergar uma outra pessoa trans como, digamos assim, opressora, como uma inimiga. Acho que seria mais saudável a gente enxergar a nós mesmos enquanto pessoas amigáveis, amigas, que são parceiras.*

2.3-) A necropolítica transfóbica: vidas trans suicidadas

Na atualidade, o campo de estudos e pesquisas sobre o comportamento suicida, a suicidologia, tem contado com um número maior de contribuições provenientes das áreas das ciências humanas, que buscam apresentar outros prismas para a reflexão acerca desse fenômeno. Durante muito tempo, as produções científicas sobre o comportamento suicida estiveram concentradas na psiquiatria, o que incorria na impossibilidade de pensar o suicídio como um acontecimento psíquico e político, reflexo da cultura e da sociedade de uma época (LIMA, 2020). Essa mudança epistêmica tem possibilitado o olhar mais atento para os aspectos epidemiológicos do suicídio, evidenciando os motivos que levam determinadas populações minorizadas politicamente a apresentarem taxas mais altas de tentativas e de mortes por autoextermínio, sem que isso resulte na naturalização dessas perdas, como se esses grupos tivessem uma condição intrínseca que as levaria para um destino funesto (BENEVIDES, 2022; BAÉRE, 2019).

No caso da população trans, por inexistirem instrumentos públicos disponíveis no Brasil para o levantamento de informações sobre o suicídio nesse grupo (BAÉRE, 2019), essas pesquisas têm sido realizadas pelo próprio movimento social (BENEVIDES, 2022; REDE TRANS BRASIL, 2021), que têm alertado sobre a elevada frequência de mortes

autoprovocadas na comunidade trans. Em decorrência de todo o estigma social e das violências reiteradas, verdadeiros impeditivos para as suas existências, há o entendimento de que pessoas trans no Brasil têm sido suicidadas pela sociedade. *Nós entendemos que nós não nos suicidamos, nós somos suicidados. E apresentamos isso até mesmo em forma de uma metáfora. Nós entendemos que o suicídio para pessoas trans é estar numa situação entre um precipício e, do outro lado, uma massa que te empurra para esse precipício. Aí você só tem duas alternativas: ou você enfrenta essa massa, o que causa muitas dores e a saúde mental abala demais, ou então tem o outro passo, que é você pular.* (TM1).

A metáfora trazida por TM1 retrata o modo como o cenário social tem se antagonizado com as existências trans, sem que isso mobilize o poder público. Logo, o fenômeno das vidas trans suicidadas tem sido entendido como uma das consequências da necropolítica (MBEMBE, 2019) agenciada contra a população sexo-gênero diversa no Brasil que, no caso das pessoas trans, também corrobora para que a expectativa de vida dessa população seja, ao que tudo indica, tragicamente inferior à de pessoas cisgêneras (ANTUNES, 2013). Esse contexto de perdas e dores repercute nas ações das organizações militantes. Por também serem espaços de acolhimento no campo da saúde mental, os discursos envolvendo o sofrimento psíquico são recorrentes nesses

ambientes. *Nós recebemos demandas por cima de demandas e a grande maioria delas está relacionada com a dor. De cem demandas que a gente recebe, talvez uma, ou duas, ou três venha dizer: “Eu passei no doutorado” (TM1).*

No panorama que envolve a análise das vidas trans suicidas, existe a preocupação com a população transmasculina. Em março de 2022, a morte de Paulo Vaz, conhecido como Popó, reconhecido ativista das transmasculinidades, repercutiu por todo o movimento trans e intensificou o alerta sobre a necessidade de investir mais esforços no campo da saúde mental. Na perspectiva de TF3, existe uma distinção na forma como os homens trans e transmasculinos lidam com as violências transfóbicas, que produzem sofrimento psíquico. *Eles lidam de formas diferentes que nós, mulheres trans e travestis, com essas violências. E acabam internalizando isso e acabam, muitas das vezes, acarretando depressão e suicídio, em automutilação.* A percepção de TF3 dialoga com estudos e pesquisas que têm buscado investigar a influência do gênero no comportamento suicida (BAÉRE; ZANELLO, 2018)

3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado

Devido à relevância e ao impacto social das ações envolvidas no movimento sexo-gênero diverso, é comum que os militantes percebam a dedicação aos trabalhos como

uma tarefa compulsória e ininterrupta, tal como aponta TF2: *a gente vivencia todos os dias o ativismo. Você é ativista, então você não pode descansar.* Essa impressão trazida pela entrevistada tem como desdobramento a estafa física e emocional, por se tratar de uma ocupação cujas demandas são contínuas, pois requer a disponibilidade para a atenção e cuidado de uma população que, muitas vezes, encontra-se em estado de grande vulnerabilidade. Portanto, ao longo das entrevistas, foram compartilhados os meios através dos quais o exercício do ativismo tem sido articulado com o investimento no autocuidado.

Na perspectiva de TF1, saber dizer “não” é uma maneira de cuidar de si. No período pandêmico, ela afirmou ter sido convocada a participar de inúmeras lives a convite de uma organização militante da qual faz parte, sem ao menos ter uma contribuição financeira, pois estava utilizando recursos pessoais para estar presente nesses encontros virtuais. Logo, quando passou a se tornar menos disponível, compreendeu essa postura como uma forma de se preservar. *Eu não posso cuidar do outro sem eu cuidar de mim. E eu não quero ser útil para você, como forma de utilidade comercial, de ser usada.*

Enquanto há o relato sobre a necessidade de impor limites às solicitações da militância, TM1 afirmou fazer parte de uma associação na qual é incentivado o afastamento temporário para a resolução de problemas pessoais,

sobretudo quando estão envolvidas questões emocionais. *Tem todo esse processo de distribuição de dor, de distribuição de problemas, de dificuldades que pode se chamar de fugas para ter uma sanidade, para ficar são.* Ele aponta também que uma forma de gestão do cuidado neste espaço se dá através da atenuação de sentimentos de culpa. *Criamos um mecanismo de cuidado entre nós de entender todas essas demandas que chegam como não pertencentes cem por cento nossas. Isso quer dizer que quando acontecer de fugir, de escapar das nossas possibilidades, a gente não trazer isso como uma culpa ou uma responsabilidade de culpa (TM1).*

O afastamento temporário da militância foi um ponto em comum entre os entrevistados. Para TF2, esse afastamento é uma forma de não entrar em contato com aspectos negativos presentes no movimento social. *Eu me esqueço completamente do ódio, da raiva, da maldade das pessoas.* No entendimento de TM2, o tempo de afastamento é justamente uma forma de se preservar na militância, sem precisar abandoná-la. *O tempo, ele tem que se tornar um parceiro nosso. Não ser um inimigo, no sentido de que o movimento quer que as coisas aconteçam para amanhã. E aí, pela ansiedade, vai frustrando, as pessoas querem parar de lutar, porque demora, é difícil.*

Além do distanciamento temporário das atividades da militância, todas as pessoas entrevistadas assinalaram estar fazendo ou já terem feito psicoterapia. *Eu tenho uma psicóloga*

que me acompanha, que faz esse processo, que é o momento de esvaziamento, onde eu vou esvaziar um pouco o que está pesado aqui. E nesse processo de esvaziamento vou me liberando (TM1). Essa é uma realidade distante da comunidade trans, haja vista que é recorrente as vivências LGBTQIA+fóbicas em espaços de atendimentos clínicos (CFP, 2019), o que faz com que muitas pessoas sexo-gênero diversas tenham que realizar inúmeras tentativas até encontrar uma pessoa capacitada para acompanhá-las. No caso de TM3, que tem buscado auxílio no SUS, apenas recentemente conseguiu iniciar um processo psicoterápico.

Para TM2, ainda é preciso que a psicologia invista mais na diversidade sexual e de gênero. *Uma coisa essencial para a saúde mental no ativismo é a necessidade de: primeiro, uma psicologia voltada à diversidade; dois: uma psicologia engajada no movimento LGBTI; três: a inserção do psicólogo social como um personagem de extrema relevância para o movimento. Porque aí esse psicólogo social vai contribuir com o seu conhecimento no sentido de não nos deixar ansiosos, que é um negócio pra ontem.* No entendimento de TF4, os serviços de cuidado com a saúde mental não deveriam se restringir ao campo *psi*. *Acredito que os serviços têm que pensar dinâmicas mais criativas que envolvam multiprofissões. Não dá mais para ser só com psicólogo, psiquiatra (...) acho que precisa se travestilizar mais o espaço da clínica, da saúde mental, de terapias e tudo.*

Tendo em vista as dificuldades de encontrar profissionais no campo da saúde mental capacitados para o atendimento de demandas de pessoas trans, coletivos e associações militantes têm investido em núcleos de saúde mental, para que o acolhimento e o cuidado sejam ofertados dentro da própria organização. *A coordenação de saúde está com um projeto que, uma vez por mês, nós vamos nos encontrar. E aí, não só nós, toda a população transmasculina estará convidada e profissionais de saúde para a gente desabafar. Dizer tudo o que a gente está a fim de dizer sem medo de preconceito, sem medo de discriminação (TM1).* Essa iniciativa proposta por um grupo transmasculino dialoga com o que foi compartilhado na categoria anterior, sobre a necessidade que essa população apresenta de comunicar afetos e sentimentos, para que isso não incorra em sobrecargas emocionais insustentáveis.

A religiosidade também se apresentou como um recurso para atenuar os estresses da rotina com o movimento social. Dois entrevistados, TM1 e TM4, afirmaram ter a religião como um alicerce, que os viabiliza a continuar na militância. *Meu equilíbrio inicialmente vem daí, vem desse orixá. Então eu tenho uma prática candomblecista que me possibilita ter um equilíbrio. É onde eu vou fazer minhas práticas ritualísticas que me possibilitam esse equilíbrio (TM1).* Cabe ressaltar que ambos fazem parte de uma religião afro-brasileira, reconhecida pela inclusão social em suas práticas, mas que

ainda apresenta relutância na aceitação das identidades trans (DIAS; COLLING, 2018), tal como observou TM4. *Porque eles não querem validar dentro dos axés, dentro dos terreiros, a identidade de uma pessoa trans. Por exemplo, uma travesti, dentro do axé, ela tem que ser chamada de ele e usar roupas masculinas. E eu, enquanto homem trans de axé, para alguns lugares, eu tenho que usar saia e ser tratado no feminino. É uma forma de exclusão, porque a partir do momento em que eu mato a identidade de alguém dentro desses espaços, ela não existe.* Devido a essas imposições, TM4 também tem realizado a sua militância nesses espaços religiosos.

Por fim, o engajamento na arte e na cultura também foi um elemento presente nas entrevistas como forma de manutenção do autocuidado. Tendo em vista um número maior de produções no campo da diversidade sexual e de gênero, incluindo as epistemologias trans, TF1 afirmou que as leituras e estudos são ocasiões propícias para articular o descanso com a oportunidade da aprendizagem. TF4, por sua vez, tem na arte uma das suas principais vias de expressão emocional. *Eu venho da arte também, do teatro. Isso me acalma um pouco (...) E me perceber como uma pessoa que pode refletir o que eu penso, o que eu sou, o que eu acho, o que eu acredito, que pode reverberar em arte. Gosto muito de escrever poesia também. Atuo, tenho alguns trabalhos no audiovisual como atriz. E também ajudo a produzir eventos, saraus, espaços*

onde reúne artistas, que para mim são espaços muito sagrados. E eu conseguir me encontrar com as minhas semelhantes produzindo arte, pensando arte. Porque séculos atrás isso tudo foi negado para nós. Cabe ressaltar que, no cenário brasileiro, o ativismo³ tem sido um dos principais veículos de difusão das pautas da comunidade sexo-gênero diversa, o que tem fundamental relevância para combater os estigmas da cisheteronormatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans, de forma a observar como as suas experiências na militância repercutem em seu bem-estar e na saúde mental. Para isso, foi apresentado a dinâmica e complexa história do movimento trans brasileiro, mostrando como o campo da saúde esteve presente nas pautas de seus coletivos e organizações. Ao considerar que as identidades trans ainda se encontram estigmatizadas na cultura e na sociedade, mesmo após a conquista da despatologização, a existência dessa população é atravessada por muitos percalços que repercutem em suas relações interpessoais e na construção das ações no interior do movimento trans.

3 De maneira sucinta, o ativismo pode ser definido como determinadas expressões artísticas que apresentam uma proposição política mais evidente.

A partir da análise qualitativa de entrevistas com dois grupos de ativistas (mulheres transexuais e travesti; homens trans e transmasculino), foram produzidas três grandes categorias. A primeira contextualizou o processo de aproximação, inserção e participação na militância, além dos conflitos por representatividade. Foram apresentados os desafios presentes na distribuição das atividades e das responsabilidades, impasses nas relações entre os grupos pertencentes ao movimento trans, como o silenciamento e apagamento dos transmasculinos, além das expectativas e cobranças que recaem sobre as organizações e coletivos. A segunda categoria, por sua vez, procurou situar o sofrimento psíquico no movimento trans, mostrando quais foram as principais dinâmicas produtoras de dores apresentadas nas entrevistas e como a fragilização da saúde mental se expressa nesta população, incluindo a contextualização sobre as vidas trans suicidadas pela cultura e sociedade transfóbicas. Por fim, a última categoria envolveu o compartilhamento dos meios encontrados por militantes trans para cuidarem de si, evitando que os contextos hostis culminem em processos de adoecimento psíquico.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que envolveu a participação de um número restrito de ativistas, é sabido que muitos assuntos e pautas relacionadas à militância trans estiveram ausentes neste trabalho. Como

as categorias analisadas envolveram o agrupamento das questões compartilhadas por ambos os grupos, temas específicos que apareceram com pouca frequência, mas nem por isso apresentam menor relevância, não puderam estar presentes como categoria ou subcategoria. Desse modo, seria de grande relevância que próximos trabalhos envolvendo a saúde mental na militância trans pudessem se deter em um único grupo, incluindo nessa proposição a participação da militância não-binária.

Ainda cabe ressaltar que, ao longo da elaboração do texto, houve a preocupação para que a bibliografia trabalhada não fosse ciscentrada, tampouco que a introdução e a seção de resultados e discussão apresentasse uma roupagem exotizante das identidades trans (BENEVIDES; LEE, 2018). Embora a participação do ativismo trans nesta pesquisa tenha se dado através do relato de experiências, ao serem utilizadas majoritariamente produções teóricas e científicas de pessoas trans para embasar o trabalho, buscou-se também apresentá-las como agentes epistemológicas (NASCIMENTO, 2021).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, 380-407, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bvJMJJtLDKm3387YtgS54bw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 abr. 2022.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013.
- BAÉRE, Felipe. A mortífera normatividade: o silenciamento das dissidências sexuais e de gênero suicidadas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 5, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/225>. Acesso em 19 abr. 2022.
- BAÉRE, Felipe; ZANELLO, Valeska. O gênero no comportamento suicida: Uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 23, n. 2, 168-178, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200008. Acesso em 19 abr. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENEVIDES, Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: ANTRA; Distrito Drag, 2022.
- BENEVIDES, Bruna; LEE, Débora. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, 252-255, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12858>. Acesso em 24 abr. 2022.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, 569-58, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GYT43pHGkS6qL5XSQpDjrj/abstract/?lang=pt>. Acesso em 24 abr. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **Que mulher é essa? identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Medicina Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **“Muito prazer, eu existo!” Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas Trans no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Medicina Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidade, salud y sociedade**, n. 14, 319-351, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862/0>. Acesso em 19 abr. 2020.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 13, n. 2, 382-400, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865>. Acesso em 20 abr. 2020.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

COACCI, Tiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis/>. Acesso em 18 abr. 2022.

DIAS, Claudenilson; COLLING, Leandro. Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no candomblé da Bahia. **Revista Ex Aequo**, n. 38, 95-110, 2018. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/resistencias-e-rejeicoes-nas-vivencias-de-pessoas-trans-no-candomble-da-bahia>. Acesso em 22 abr. 2022.

FOUCAULT, Michael. **Os anormais**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS; REVISTA ESTUDOS TRANSVIADES. **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KRISTEVA, Julia. Approaching abjection, powers of horror. **Columbia University Press**, Nova Iorque, 1-31, 1982.

LIMA, Luana. **Deverei velar pelo outro?: suicídio, estigma e economia dos cuidados**. Belo Horizonte: Editora Dialetica, 2020.

LIONÇO, Tatiana. A psicologia entre a patologização e a despatologização das identidades trans. In: SOUSA, Ematuir Teles; AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel Kerry (Org.). **Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização**. Florianópolis: Tribo da Ilha Editora, 2019. p. 43-56.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhN-zG5NmpGBtNMff/abstract/?lang=pt> Acesso em 20 abr. 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João. Transmasculinos: invisibilidade e luta. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 393-404.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR. Revista Internacional De Direitos Humanos** (Impresso), v. 15, n. 28, 167-180, 2018.

REDE TRANS BRASIL. **Transfobia - a pandemia que o Brasil ainda não extinguiu e o isolamento social que conhecemos**. Monitoramento: Assassinatos, Suicídios e Mortes Brutais de Pessoas Trans no Brasil Dossiê, 2020. Disponível em: <http://rede-transbrasil.org.br/dossie/>. Acesso em 16 abr. 2022.

SANTOS, Alexandre Peixe; MORELLI, Fábio “Homens do futuro”: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 405-419.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMPSON, Keyla. **História: e assim nasceu o Movimento Nacional de Travestis e Transexuais** [s.d.]. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Acesso em 16 abr. 2022.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans murder monitoring 2021**. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-t-dor-2021/>. Acesso em 25 abr. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia.

02

A utopia pornográfica na ditadura cis-hétero-militar brasileira

Pornographic utopia in the Brazilian
cisgender-hetero-military dictatorship

Ricardo Afonso-Rocha

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Doutorando em Letras - Linguagens

e Representações (UESC)

E-mail: rarocha@uesc.br





Resumo

Reflito sobre o complexo diagrama das relações de poder durante a ditadura cis-hétero-militar (1964-1988). Para tanto, analiso como, na última ditadura brasileira, o funcionamento do poder pode ser pensado a partir da negação dos seus postulados jurídicos: propriedade, localização, subordinação, essência, legalidade e modalidade. Isso implica pensar o poder como relação microfísica, intencional, não subjetiva, capilar e dinâmica. A partir desse quadro teórico, busco refletir sobre a concomitância de três paradigmas de governo, a saber: necropolítica, biopolítica e deimopolítica, na constituição do controle social do gênero e do sexo durante o referido período, de modo a considerar a relação entre o desejo e o campo social na produção da utopia pornográfica.

Palavras-chaves: Estudos de gênero e sexualidade. Estudos da linguagem. Biopolítica.

Abstract

I reflect on the complex diagram of power relations during the cisgender-hetero-military dictatorship (1964-1988). For that, I analyze how, in the last Brazilian dictatorship, the functioning of power can be thought from the denial of its legal postulates: property, location, subordination, essence, legality and modality. This implies thinking of

power as a microphysical, intentional, non-subjective, capillary and dynamic relationship. Based on this theoretical framework, I seek to reflect on the concomitance of three governance paradigms, namely: necropolitics, biopolitics and deimopolitics, in the constitution of social control of gender and sex during that period, in order to consider the relationship between desire and the social field in the production of pornographic utopia.

Keywords: Gender and sexuality studies. Language studies. Biopolitics.

Introdução

O poder sobre a vida – biopoder – se desenvolveu, no século XVII, a partir de dois polos interligados. O primeiro polo ou paradigma de governo, como denomino, colocou em evidência o que Foucault (2017) chamou de corpo-máquina, objetivando o adestramento dos indivíduos, de maneira a produzir corpos dóceis. Um corpo dócil é um corpo útil aos *cistemas* de controles produtivos, sociais e econômicos. A essa dimensão do poder, Foucault (2017) designou disciplina ou uma anátomo-política do corpo humano.

O segundo polo de poder sobre a vida se formou a partir da metade do século XVIII: “[...] centrou-se no corpo-espécie,

no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos [...] tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população.” (FOUCAULT, 2017, p. 150). Com este novo paradigma, teríamos, conforme Foucault, o deslocamento do direito de morte para as exigências de um poder que gerencia a vida e as condutas: de fazer morrer e deixar viver para fazer viver e deixar morrer. O direito de morte constituiria, assim, um complemento “extraordinário” de um poder que se exerceria, produtivamente, sobre a vida. O poder político teria assumido, com isso, a tarefa de gerir a vida, administrá-la, maximizá-la.

Entretanto, apesar dessa mutação, o exercício do poder não provocou o amortecimento das relações sociais. Pelo contrário, o desenvolvimento do biopoder possibilitou um aumento e uma transformação nas violências cotidianas, inclusive naquelas cometidas pelo Estado. Quando houve o deslocamento do direito de causar a morte e deixar viver para o poder de fazer viver, a morte passou, então, a ser a condição de existência do corpo social. É por esta razão que Mbembe (2018) propôs pensar as transformações ocorridas no biopoder a partir do século XV, com os sistemas coloniais escravistas, marcados, não por um poder de fazer viver, mas por uma complexa rede de fazer morrer:

uma maquinaria mortífera negligenciada pela reflexão de Foucault. Para Mbembe, antes mesmo da biopolítica, teríamos o surgimento do paradigma de governo por ele chamado de necropolítica.

Embora Foucault não tenha notado o surgimento deste paradigma, evidentemente, quando pensava o paradigma biopolítico acentuou o paradoxal relacionamento com o fazer morrer:

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que as iniciam e encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência. (FOUCAULT, 2017, p. 147).

Em um primeiro momento, parece-nos que estaríamos diante de uma contradição: como um poder poderia causar a morte se sua principal característica é a de gerir, garantir, sustentar, multiplicar, reforçar a vida? Respondendo a essa indagação, Foucault apresenta-nos o racismo como justificativa à implementação da ação mortífera dos Estados. Os extermínios são justificados em nome da existência da

“população”, ou seja, “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros.” (FOUCAULT, 2017, p. 148).

Foucault colocava em jogo, então, três dimensões diferentes do biopoder, ainda que não as denominasse dessa forma: necropolítica, biopolítica e deimopolítica. Naquele momento, demonstrava a primazia da biopolítica, quando, em verdade, poderia ter sinalizado para a primazia do biopoder.

É por meio da deimopolítica¹ que o Estado, assim como as demais instituições de integração do poder,² consegue construir as bases sociais de sua legitimidade. Para isso, precisa produzir uma atmosfera de constante perigo, de modo a justificar sua necessidade ontológica. É a deimopolítica que traçará as linhas entre a sociedade dita normal e a anormal. São as estratégias deimopolíticas que produzem

1 Por *deimopolítica* tomo o paradigma de governo que tem como dinâmica o gerenciamento do medo sob a estratégia de produção de determinadas subjetividades como ameaças sociais, ao passo que cria imaginariamente a fantasia da sociedade em defesa, exposta aos perigos, de modo a reforçar tanto a necessidade quanto a justificação da autoridade como única defesa do “cidadão de bem” contra os ditos inimigos internos, mobilizando, assim, a esperança no Estado e na ordem capitalística. Para isso, uso a metáfora de *Deimos*, deus grego do pânico (Δεῖμος), irmão gêmeo e companheiro de luta de *Fobos*, o deus do medo (φόβος) (AFONSO-ROCHA, 2020).

2 Como leio, a partir de Deleuze (2017), as instituições de integração do poder são os pontos de ancoragem que servem à fixação das relações dominantes de poder sob um funcionamento reprodutor e não-reprodutor das forças de trabalho.

as imagens afectantes de um inimigo em constante vigília. O “cidadão amigo” precisa, nesse funcionamento deimopolítico, sentir-se em constante ameaça, precisa conviver com o risco do outro. Essa insegurança mobilizará suas ações em defesa da sociedade, a fim de aceitar a autoridade, subjugando-se a ela, ainda que nela não reconheça legitimidade, minando a possibilidade do questionamento tanto do seu fundamento quanto de sua necessidade. Por isso, o anarquismo sempre parecerá um delírio, afinal somos condicionados a “reconhcer” a necessidade da autoridade pelo funcionamento deimopolítico que se perfaz pela construção de um estado de medo permanente.

Uma simples oposição política, moral, cultural ou religiosa é elevada a uma oposição anatômico-biológica. O opositor é visto como um inimigo, cuja eliminação se faz essencial para a garantia das condições de vida da população. Como nos lembra Schmitt (1992), o inimigo deve ser público, a fim de mobilizar o ódio social, bem como inviabilizar quaisquer sentimentos de compaixão ou sensibilidade em relação àquele, para que sua eliminação ou contenção seja desejada. Para isso, intensifica-se, por meio de tecnologias políticas, o gozo fascista.

É preciso trabalhar a relação entre desejo e campo social, de modo a despertar, mobilizar e intensificar o prazer no sofrimento do outro, ainda que este prazer

precise ser justificado: “eles querem nos destruir, não são humanos”. Assim, o “cidadão” pode gozar com e na censura/tortura sem que enfrente um conflito existencial ou moral. A partir dessa dimensão deimopolítica, agirão as demais. A biopolítica será direcionada à promoção da vida dos ditos cidadãos amigos ou para a chamada sociedade normal (cis-heterocentrada, branca, masculinizada, cristã, magra, urbana, de classe média e alta): para estes, a tarefa da política é realmente a de gerir a vida, administrá-la, maximizá-la. Ao passo que, para os ditos inimigos, aqueles produzidos como ameaças sociais, a política reservará a produção de zonas de morte e violência: a necropolítica.

Tais estratégias devem funcionar no espectro visível da biopolítica da população. Os cidadãos amigos precisam ver que, em sua defesa, as instituições agem, ainda que, em momentos oportunos, seja necessário mostrar que o “excesso de direitos” constitui um óbice à proteção do suposto cidadão de bem. Afinal, produzindo a imagem de que o Estado foi “impedido” de agir em defesa da sociedade, isto é, de que “estaríamos” ameaçados porque ao Estado cabe tratar “bestas” como “humanos”, justifica-se uma guinada autoritária, inclusive mobilizando o desejo social pelo fascismo, aquele fascismo latente desejado às escondidas.

Paradoxalmente, os regimes nazifascistas não aniquilaram de imediato seus prisioneiros: os campos de

concentração funcionavam como campo de visibilidade, mostrando, tanto o risco real que ameaçava a sociedade (os prisioneiros eram pessoas comuns, seus vizinhos), de modo a justificar a perpetuação do regime (“a ameaça existe, vejam”), como buscava mostrar a resposta efetiva dada pelo Estado que, frente àquele risco, agiu com efetividade.

Foi assim que a ditadura cis-hétero-militar justificou a perseguição aos “subversivos morais”, de modo a construir a imagem do sujeito cis-heterodissidente como ameaça social. Os chamados esquadrões mata bicha responsáveis por uma onda de assassinatos cruéis de LGBT+ durante os anos finais da ditadura se sustentaram (sustentam) na garantia de que não seriam punidos. Afinal, considerando que o assim denominado inimigo não é humano, seria um equívoco sustentar que houve homicídio, visto que esse tipo penal pressupõe a morte de uma vida humana.

Isso decorre da relação transversal entre os paradigmas supracitados. A morte de uma bicha não é sequer uma morte, sua vida é desprovida de qualidades políticas, é uma entidade biológica, um vírus sem direitos e garantias. Com isso, o governo cis-hétero-militar pôde implementar, com certa facilidade, a ação mortífera por meio da deimopolítica. Estruturado a partir do binômio amigo-inimigo, o regime selecionou os atributos e qualidades que separam as vidas vivíveis das vidas passíveis de serem mortas/assassinadas.

Foi nessa arquitetura social que a vida dos sujeitos cis-heterodissidentes foi despida de qualquer proteção jurídica, tornando-se vida nua. Portanto, completamente descartável e vulnerável à ação do poder soberano: “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio [...] e sacra, isto é, matável e não sacrificável é a vida que foi capturada nessa esfera.” (AGAMBEN, 2015, p. 93).

A ditadura cis-hétero-militar brasileira propagou o paradoxo do biopoder. Afinal, para que a vida fosse cuidada, gerida, organizada, cultivada, garantida, era preciso eliminar a espécie que supostamente “representaria” o perigo biológico para a sociedade normalizada.

O controle do sexo e do gênero na ditadura cis-hétero-militar

Foucault (2008; 2017) já demonstrara que os Estados gozam de tecnologias para disciplinar e gerir as condutas, os corpos, a sexualidade, os gêneros, os desejos, os prazeres, os sonhos e as faltas das pessoas e da população, uns em maior, outros em menor grau de normalização/normaçoão dessas práticas. Isso não é uma característica exclusiva de regimes ditatoriais. Pelo contrário, faz parte do funcionamento estrutural das democracias ne(cr)oliberais.

Todavia, as ditaduras apresentam maior intensidade e concentração das táticas e estratégias direcionadas às

questões ditas morais, ainda que de forma “menos sutil e elaborada”, o que supostamente constituiria uma dimensão mais pobre do poder, mais visível.³ Por isso, acabamos associando o controle das condutas morais, quase exclusivamente, aos regimes ditatoriais, uma vez que nesse paradigma as relações de poder são menos mediadas e, portanto menos sutis.

Ilustrativamente, pensemos como as dissidências sexo-gendradas foram produzidas na sociedade nazista e como sobre elas operou determinado dispositivo de controle. Nesse regime, houve uma política de extermínio assumida pelo Estado. No regime socialista da União Soviética não foi diferente (QUINALHA, 2017). A ascensão de Stálin representou um retrocesso conservador após a Revolução Russa de 1917: criminalização das práticas desviantes da cis-heteronormatividade. Ambas as ditaduras se caracterizam por assumirem uma política coerente e coesa de punição às dissidências sexuais e de gênero, inclusive com tipificação penal.

3 Ressalto que, conforme Foucault (1995), o poder somente se exerce sobre sujeitos livres, dessa forma, são necessários o reconhecimento e a manutenção do outro como sujeito de ação, isto é, que disponha de um variado campo de possibilidades para (re)agir às relações de poder. Caso esse campo seja eliminado ou não exista, estaríamos diante, não de relações de poder, mas de um “estado de pura dominação e opressão”.

Contudo, a história mostra que, também nos chamados países democráticos, o controle moral foi uma preocupação constante:

Até 1962 a homossexualidade era caracterizada como crime em todos os estados norte-americanos. O primeiro a descriminalizar foi o de Illinois. Levou cerca de 10 anos para que outros o seguissem. No Ocidente ‘democrático’, além da castração química, os homossexuais eram submetidos à terapia de aversão: criavam-se sensações desagradáveis quanto a determinados tipos de comportamentos considerados ‘anormais’, através de choques elétricos e drogas indutoras de náuseas e mal-estares. Por fim, em alguns casos, utilizava-se a famigerada lobotomia. Esta era uma técnica cirúrgica que consistia em extrair um pedaço do cérebro, tornando os pacientes mais dóceis e livres de erotização ‘anormal’. Na Suécia, 3.000 homossexuais foram lobotomizados. Na Dinamarca 3.500, sendo a última operação ocorrida em 1981. Nos EUA, as vítimas chegavam aos milhares. Na Alemanha Ocidental, deixou de ser aplicada em 1979. Finalmente, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou: ‘a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio mental e nem perversão’. E três anos depois, a decisão entrou em vigor nos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Ou seja, o chamado ‘mundo livre’ (capitalista) não tratou os homossexuais melhor do que os regimes socialistas. Pelo contrário, até a década de 1960, nenhuma experiência havia sido tão avançada como aquela ocorrida na URSS entre 1917 e 1929. As razões mais profundas dos erros e dos retrocessos no campo da moral sexual ocorridos naquela importante experiência precisam ser mais bem estudadas pelos marxista-leninistas. (BUONICORE, 2020, online).

Apesar de a Itália fascista de Mussolini não ter assumido uma política estatal de extermínio e perseguição aos sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormalidade, operou um dispositivo de produção que “limitou-se” a criminalizar certos fenômenos “sociais genéricos”, como a vadiagem. Sob esses signos, os laços sociais desviantes foram estigmatizados e condenados à prisão, bem como ao exílio forçado. Caso semelhante ocorreu na Espanha de Francisco Franco (1939-1977) e no Estado Novo português de António Salazar (1933-1974), marcados pelo conceito antropológico de “Novo Homem” (QUINALHA, 2017). Os sujeitos cis-heterodesviantes não se enquadravam na referência do novo homem português e/ou espanhol. Escapavam, como resto eliminável, a essa produção.

Nesses últimos países, é mais dificultoso saber, com exatidão, sobre o número de mortos, condenados, desaparecidos e vitimados por seus laços e vínculos sexo-gendrados desviantes (QUINALHA, 2017). Além disso, consagrou-se o mito de que, nessas ditaduras, não houve perseguição aos sujeitos desviantes. Afinal, supostamente não existiria uma política coerente assumida por esses Estados com fito de “proibir” as práticas dissidentes. Esse mito se apoia em uma historiografia inconsequente que acredita na possibilidade de se “dar conta” do passado através do exame pretensamente objetivo do documento.

O regime ditatorial cis-hétero-militar brasileiro, do ponto de vista do controle moral, aproxima-se, assim, da Itália, Portugal e Espanha, vez que não houve uma política estatal coerente e manifesta de extermínio dos sujeitos desviantes (QUINALHA, 2017). Isso não significa, entretanto, que não operou sobre elas um dispositivo de repressão sexual e de gênero, bem como de produção pela intensificação de uma normalidade cisgênera e heterossexual, ou que tais funcionamentos foram um incidente menor da ditadura. A produção de uma sexualidade e de um gênero como o *Um* foi uma prática comum, incentivada, corriqueira na ditadura brasileira, como também foi querida pelos grupos que apoiavam o governo golpista, que visualizava as os “subversivos morais” como um obstáculo ao fortalecimento do Brasil como nação.

Pela análise de “documentos oficiais” produzidos pela própria ditadura, assim como dos depoimentos disponibilizados em grande parte pelas Comissões da Verdade, fica evidente que os sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormalidade eram lidos como uma ameaça ao regime, sendo alvos privilegiados das políticas de controle moral. Ademais, é preciso destacar que as políticas produtivas conviveram com outras tecnologias de controle e repressão da normalidade sexo-gendrada. Falo em produção, por entender, a partir de Foucault (2017),

que o poder não se restringe à repressão, mas funciona também, e sobretudo, por incitação, positivação, criação. Isso significa que não é possível sustentar que houve uma política coerente e unitária, tampouco que a produção cis-heteronormada se deu unicamente na esfera estatal, sendo importante ressaltar o apoio popular a essas políticas de controle moral (QUINALHA, 2017).

Por temermos os efeitos dos prazeres e dos desejos e interpretarmos as paixões como excessos agressivos, facilitamos as formas totalitárias da cultura, acatando discursos e práticas que as legitimam. Na produção dos nossos afetos, gestos, atitudes, ações, isto é, para sermos capturados de forma mais sutil, os dispositivos apelam à adoração das autoridades como estratégia deimopolítica, de modo que precisam intensificar nosso desejo na censura, “[...] garantindo, com isso, a produção institucional da subjetividade. Um saber que faz a lei transbordar efeitos doentios de amor.” (WARAT, 1988, p. 35).

A respeito do apoio popular dado aos regimes ditatoriais europeus, interessa-nos saber que Foucault (2006) discordava da análise marxista sobre esses governos. Para o autor, tais abordagens eram demasiadamente simplistas, pois tomavam tais regimes como ditaduras burguesas, explicadas, estritamente, pelo determinismo econômico.

Essas análises careriam de uma explicação sobre o exercício do poder, conforme Foucault.

Pensar uma ditadura a partir da perspectiva marxista impediria, para Foucault, a reflexão sobre o desejo popular pela manutenção desses regimes, ou seja, obsta visualizar que a sustentação da ditadura é socialmente construída com apoio de parcelas expressivas da população. Muitas vezes, os grupos de apoio aos regimes ditatoriais representam a maioria da população. Não podemos esquecer que Mussolini era o chefe de governo legalmente investido pelo rei, bem como Hitler era chanceler do Reich, legitimamente nomeado pelo presidente. De modo tal que suas políticas de extermínio e perseguição tiveram amplo apoio popular.

Entretanto, faz-se necessário pontuar que essa legitimação popular é engenhosamente construída por meio de um inventivo sistema de propaganda cujos efeitos ideológicos sobre a autonomia dos indivíduos não podem ser tão facilmente descartados, ainda que não o tomemos como mera “manipulação”.

Para pensar essa dinâmica, recorro à análise foucaultiana sobre o poder, o qual nos sugere o abandono de alguns postulados que marcaram as concepções tradicionais sobre o aludido conceito. Primeiramente, Foucault negou o postulado da propriedade: antes de ser uma posse, o poder consiste em uma relação acontecimental, sem que

seja atributo conquistado ou conquistável por uma classe, um grupo ou pelo Estado. Exerce-se. É não subjetivo e estratégico, Possui intencionalidades objetivas, bem como admite uma polivalência tática.

Essa nova paisagem pintada por Foucault não nega, conforme ratificou a interpretação de Deleuze, a existência de classes e de suas lutas, inserindo-as num quadro completamente novo, em que o poder, não homogêneo, “[...] define-se por singularidades, pelos pontos singulares por onde passa.” (DELEUZE, 2005, p. 81). Não podemos afirmar, ao menos em uma análise imbuída dos pressupostos foucaultianos, uma pretensa univocidade e homogeneidade das relações de poder. Com o regime ditatorial brasileiro não foi diferente: o poder não se exerceu em um único órgão ou tão somente no Estado, mas sobre e por todos os setores da vida social (igrejas, imprensa, empresariado, produtores rurais, classe média, militares, judiciário, pequenos produtores, entidades de classe, advocacia etc.).

Outro postulado contestado pela arquitetura foucaultiana é o da localização, igualmente visível no contexto ditatorial brasileiro. Deleuze (2005) esclareceu que, conforme as linhas traçadas por esse postulado, poder seria apenas o poder do Estado, localizado em seus aparelhos, tanto que os próprios poderes privados seriam poderes dispersados pelo Estado, sendo, ainda, poderes estatais

especiais. Foucault abandonou essa ideia. O Estado é, ele próprio, um “[...] efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma microfísica do poder.” (DELEUZE, 2005, p. 35).

Assim, considerando o contexto ditatorial brasileiro, entendo que o poder se exerceu a partir de uma lógica de seleção, naquilo que poderíamos denominar semântica do poder. Foi ele que selecionou o que era aceitável e normal e o que não era. Portanto, o que devia ser eliminado, o que representava um risco à população e aos indivíduos. É o poder que produziu o inimigo social, a entidade não-humana que deveria ser eliminada, justificando a excepcionalidade do regime.

Conquanto Foucault não ignorou a função estatal nas relações de poder, o funcionalismo foucaultiano não lhe “assinala mais um lugar privilegiado como fonte do poder” (DELEUZE, 2005, p. 19), de modo que não se pode mais acertar a localização pontual do poder no Estado. Fica difícil, portanto, dentro dessa perspectiva, sustentar qualquer análise cujo objetivo seja o de responsabilizar unicamente o Estado pelo golpe civil-militar de 1964, ou que vise a denunciar uma conspiração personificada em meia dúzia de políticos, empresários e militares. Localizar o poder na forma-Estado ou na figura de um grupo específico de

peças impede determinar o alcance da responsabilidade pessoal dos agentes de exceção. Burocratizam-se as funções de exceção para banalizar o mal (ARENDR, 2003).

O terceiro postulado negado pela analítica foucaultiana é o da subordinação. Assim, o poder localizado no aparelho estatal estaria subordinado a um modo de produção. Foucault não via uma determinação econômica, ao menos puramente econômica em última instância. Os mecanismos de poder ageriam no interior da economia, sobre as forças econômicas e as relações de produção. O poder constitui uma figura difusa, repartida por todas suas faces e arestas, possui um funcionamento produtor, não agindo em posição de exterioridade com respeito a qualquer outro tipo de relações.

O postulado da essência ou do atributo qualificaria os que possuiriam o poder de “dominantes”, em relação àqueles sobre os quais é exercido, os “dominados”; ou, em termos marxistas, burguesia e proletariado; ou ainda, no regime cis-hétero-militar brasileiro, herdeiro da linguagem panfletária da revolução burguesa, esquerda e direita. Em cores quentes, Foucault pintou que o poder não tem essência, é cirúrgico; não sendo atributo, é relacional. O poder passa tanto pelas forças hegemônicas quanto pelas forças dominadas.

Deleuze (2005), a respeito da analítica foucaultiana, apontou que o poder investe os dominados, passando por e através deles da mesma forma que, em sua luta contra esse poder, os dominados se apoiam nos pontos afetados por ele. Deleuze (2005) nos diz, de Foucault, que o autoritarismo não vem de cima para baixo, “[...] mas é solicitado pelos mais humildes, pais, vizinhos, colegas que querem que se prenda um ínfimo incitador de desordens e usam o monarca absoluto como um serviço público imanente, capaz de regular conflitos familiares, conjugais [...]” (DELEUZE, 2005, p. 37).

Noutra ordem, em sua reflexão, Arendt (1998) diferenciou a noção de povo da de ralé. Por ralé, a filósofa designou um grupo de pessoas integrantes de diversas classes sociais e econômicas, insatisfeitas com a situação política, social e econômica de seu país. Sem uma percepção mais profunda sobre a complexidade dos problemas, esse grupo almejaria um líder forte capaz de solucionar impasses, um líder supostamente acima de qualquer suspeita, com forte discurso moral cujo objetivo é o resgate de valores perdidos (deus, família, nação). Para a ralé, a ineficiência burocrática do Estado e da própria democracia – bem como as minorias étnicas, sexuais, de gênero etc. – são responsáveis pela situação econômica e política do país:

A ralé é fundamentalmente um grupo no qual são representados resíduos de todas as classes. E isso que torna tão fácil confundir a ralé com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais. Enquanto o povo, em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada sempre pelo ‘homem forte’, pelo ‘grande líder’. (ARENDETT, 1998, p. 129).

Ao contrário do que se teve na Europa, com a figura dos grandes líderes, a exemplo do regime nazista e fascista – centrados, respectivamente, na persona de Hitler e de Mussolini –, o regime brasileiro teve o estamento militar. As forças armadas é a instituição que sintetiza, em nossa história, os ideais conservadores e até mesmo reacionários da “família” conjugados em torno da moral judaico-cristã e do apelo nacionalista, vistos pela ralé como atributos garantidores da incorruptibilidade. O estamento populista milito-autoritário consegue produzir a ideia de pureza, de ausência de contradições, de modo a intensificar a imagem de uma instituição superior dotada de senso de moralidade e justiça maiores do que a média da sociedade.

A confiança da ralé brasileira não foi depositada em um único líder, mas em uma instituição, o que talvez se deva ao funcionamento sociopolítico desempenhado pelas forças armadas como agentes de exceção. O estamento militar conseguiu condensar em si a ideia de proteção paterna, porque intensificou a sensação de impotência

dos indivíduos, fazendo-os crer que contavam com uma proteção amorosa: “É muito difícil enfrentar as incertezas contando somente consigo mesmo. Precisamos ir acompanhados de sagradas solenidades, rodeados de auréolas de santidade.” (WARAT, 1988, p. 35).

Afinal, seria “nosso” exército o espectro republicano da exceção? Sem dúvidas, ele foi, hegemonicamente, entre 1964 e 1988. A partir de então, o judiciário veio assumindo o inglorioso funcionamento de esvaziar dos sentidos revolucionários pela gestão do estado de exceção como tecnologia deimopolítica. Não há como concorrer com nosso sistema de (in)justiça. Nem mesmo os milicos⁴ foram capazes de produzirem, ainda que sob o manto da ditadura, as inúmeras táticas de exceção gestadas nas últimas décadas no Brasil, agora sob o manto democrático.

“Lula” foi construído como a personificação máxima dos riscos: passando a significar o inimigo moral, sexual, político, econômico etc. O antipetismo, alimentado pelo judiciário brasileiro, põe em jogo, além de um anticomunismo, uma tendência reacionária anti-dissiência sexual e de gênero. Por isso, a prissão arbitrária de Lula, bem como

4 Tanto que não conseguiram mitificar o signo “Revolução”. É preciso que se diga, para que não se repita: em 1964 iniciou-se uma sanguinária ditadura no Brasil. Não existe verdade sufocada, existem torturadores impunes, gozando de suntuosos salários pagos pelo Estado brasileiro que teima em ser conivente com os algozes da ditadura cis-hétero-militar.

o golpe sofrido pela presidenta Dilma foram “necessários” à consolidação daquilo que chamo de fascismo de bando ou tribalismo reacionário. Foi o sistema de justiça (mas não só) que “chocou o ovo da serpente”, que agora suportamos.⁵

Isso que suportamos, mais do que sinalizar uma crise democrática (efeito ideológico querido), expõe as entranhas da própria *deimocracia*. A sustentabilidade *deimocrática* ancora-se na exceção. Não há *deimocracia* sem medo, sem opressões estruturais, sem produção de inimigos. A eternidade das *deimocracias* ocidentais precisa do *fascismo eterno*. Para apaziguar as contradições de classe, o ne(cr)oliberalismo radicaliza a guerra como tecnologia política. Isso produz, ilusoriamente, uma identidade homogeneizada, necessária à desarticulação de qualquer potencial revolucionário. De um lado, os inimigos sociais; do outro, os cidadãos de bem. Essa seria a guerra.

Para apagar a luta de classes, as *deimocracias* se fundam na guerra civil. Aquele que se vê como cidadão de bem, identifica-se com a ideologia dominante. Impossibilidade de visualizar as opressões estruturais do capitalismo, bem

5 “Os golpes passam a ser dados em um formato semelhante àquele da ascensão do nazismo e do fascismo. Usam-se as regras e as autoridades democráticas. Os aprisionamentos em massa, sem direito de defesa e sentenças definitivas, são um componente do mesmo processo que permitiu a sucessão recente de *impeachments* na América Latina.” (SERRANO, 2016, p. 44).

como de se perceber um sujeito mutilado pelo sistema político burguês, passa a ver o outro (a diferença inimigalizada) como responsável pelas crises cada vez mais cotidianas. A *deimocracia* desvela-se como a tecnologia política mais engenhosa de destruição de qualquer identificação contra-burguesa. Quando tais identificações rompem ou fraturam esse funcionamento, há as crises cíclicas econômicas, sociais, morais, políticas. Essas funcionam como o sistema de defesa ou de reparo e, portanto, de conservação do capitalismo ne(cr)oliberal.

Crise essa que serve à produção das identificações reacionárias e, conseqüente, a defesa do capitalismo. Ou seja, as crises, capitaneadas (e produzidas) pelas forças reacionárias, são estruturais ao funcionamento e sustentabilidade do ne(cr)oliberalismo. Os fascismos cíclicos garantem o fundamento das *deimocracias*. Assim, o fascismo não é uma ameaça ao Estado democrático, mas, paradoxalmente, é um dos mecanismo políticos de legitimação desse mesmo Estado, essa figura da opressão que conseguiu criar suas condições de aceitabilidade social pelo retórico discurso democrático.

Parafraseando Foucault, diria que o facismo não é uma imperfeição ou um incidente mais ou menos inevitável. Pelo contrário, seu funcionamento serve, porque integra, ao Estado democrático de direito. O culto ao Estado de direito força-nos a defendê-lo, indiscriminadamente, pois

há mecanismos de constrangimentos que impede-nos a sequer imaginar algo para além dos limites das democracias ne(cr)oliberais (ŽIŽEK, 2010).

Estou com Žižek quando este afirmou:

O ‘homem’, o portador dos direitos humanos, é gerado por um conjunto de práticas políticas que materializam a cidadania; os ‘direitos humanos’ são, enquanto tais, uma falsa universalidade ideológica, que mascara e legitima a política concreta do imperialismo, das intervenções militares e do neocolonialismo ocidentais. (2010, p.26).

Essa crítica impõe-nos pensar, com certa radicalidade, a luta pelos ditos direitos humanos, bem como pela pretensa reforma humanista no sistema capitalístico. Lutas essas que não colocam em questão as relações intransponíveis entre o Estado de direito, o fascismo e o capitalismo. Lutas que não desconfiam da “nossa” confiança no Estado e nas demais autoridades, que não tensionam o porquê de não conseguirmos imaginar, sem constrangimentos, outras possibilidades. Se a mera crítica à democracia logo é plasmada em elogio ao totalitarismo, quando, em verdade, há um contínuo estrutural entre *deimocracia* e fascismo, significa que a tecnologia de produção de aceitabilidade social pelo culto ao “Estado de direito” logrou êxito. Quando as forças ditas revolucionárias aderem à gramática *deimocrática* (e

ne(cr)oliberal), resta-nos apelar à radicalidade da crítica e das ações políticas.

O capitalismo naturaliza o surgimento do Estado, de tal forma que não conseguimos pensar noutra experiência possível. Cria-se a ilusão de que a autoridade estatal faz parte do desenvolvimento e da evolução das sociedades. Para tanto, apaga-se a violência fundadora da autoridade (OPPENHEIMER, 2014), bem como as relações matrimoniais estabelecidas entre o Estado de direito e o capitalismo. Em suma, as democracias servem como alicerce às ruínas do capitalismo. É por meio desse funcionamento demopolítico que o capitalismo, ainda que em ruínas (BROWN, 2019), perpetua sua hegemonia.

Consequentemente, cria-se, assim, um inimigo comum a se combater, responsável por todos os males que assolam a “nação”. A insatisfação é dirigida tanto às estruturas estatais quanto a determinados grupos, vistos como parasitas. A ralé é responsável, adverte Arendt (1998), pelo apoio popular dado aos estados de exceção (em sua dimensão mais explícita). No regime nazista, os inimigos foram os judeus; no regime soviético, os trotskistas; na ditadura brasileira, os subversivos políticos, os comunistas, e os subversivos morais, exemplo dos sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormalidade, além de prostitutas e todos que ousassem transitar fora dos padrões cis-heteronormativos

conjugados na “família cristã tradicional”. Nas *deimocracias* atuais, vemos, com crescente intensidade, uma gestão política dos indesejados: imigrantes, negros, LGBTQ+, mulheres, mulçumanos, adeptos de religiões afrocentradas, indígenas, população em situação de rua etc.

Ainda a respeito da *ralé* brasileira no contexto ditatorial, o golpe político foi dado com base no discurso da moral e dos bons costumes, de maneira que os discursos de valorização da “família” e dos valores cristãos foram os pilares da política de produção da normalidade sexo-gendrada. Desafiar essas normas era um ataque ao próprio regime. A sociedade foi plasmada pelo funcionamento ternário família/deus/nação. A *ralé* objetivava uma limpeza moral, retirando os subversivos da zona visível da família brasileira, a partir da classificação do que é aceitável e do que não é.

Pelo postulado da legalidade, o poder seria expresso na lei, a qual é, então, definida pela ideia de estado de paz imposto à força bruta. Foucault (2015) afirmou que a lei é sempre uma composição de *ilegalismos*, não se opondo globalmente à ilegalidade, mas gerindo as qualidades dos indivíduos e das classes que poderão desobedecê-la. Sobre isso, Deleuze (2005) arremata que a lei é uma gestão de ilegalismos: permite ou tolera certos “ilícitos”, transformando-os em privilégios de classe; toma outros como objetos e meio de dominação.

Lembremos que Foucault (2015) chamou atenção para como a burguesia explorou o ilegalismo como forma de enfraquecer a nobreza e, depois, investiu contra essa prática quando utilizada pelos operários. Diante do crescimento da circulação de riquezas que passava nas mãos desses, fazia-se preciso investir na capilarização dos mecanismos de controle. Como não era possível vigiar as riquezas, tornou-se necessário insistir contra o ilegalismo. Uma das formas de controlar essa prática foi investir na moralização do operário que, devendo internalizá-la como um mal, se convertia, ele próprio, num instrumento de controle e de manutenção das relações de produção. Inventou-se o “bom operário”, aquele que seria incapaz de roubar ou furto, pois via nessas práticas uma ameaça à ordem social. Para tanto, produziu-se no imaginário que o ilegalismo colocaria toda a sociedade em risco e não apenas os privilégios burgueses. Para que essa estratégia funcionasse efetivamente, produziu-se a esperança da ascensão. O operário deveria sonhar que um dia seria ele o burguês. Por isso, proteger as riquezas do patronato equivalia, em alguma medida, a proteger suas riquezas futuras. Era preciso eliminar toda aquela “imoralidade”: os faltosos, os que possuíam algum tipo de vícios, os que abandonavam os trabalhos com frequência (para inibir isso, criou-se a carteira de trabalho) ... Todas essas estratégias visavam à mobilização da esperança do operário na ordem estabelecida.

A lei, como princípio do poder, é uma estratégia para se obter uma representação jurídica homogênea e o modelo jurídico serve para recobrir o mapa dos ilegalismos: “Foucault mostrará que a lei [...] é a própria guerra e a estratégia dessa guerra em ato, exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia.” (DELEUZE, 2005, p. 40).

Foucault negou mais um postulado – a modalidade –, segundo o qual o poder se modelaria pela repressão e pela ilusão (ideologia). O filósofo argumentou que as relações de poder não operam por meio desses elementos, pois a ideologia, em Foucault, tem o sentido estrito de falsa percepção da realidade, conforme as leituras canônicas do texto de Marx. O poder produz a realidade, antes de reprimi-la, como também, antes de mascarar a verdade ou ideologizá-la, o poder a produz: “A repressão e a ideologia pressupõem sempre um dispositivo produtor da realidade: a produção simbólica da realidade e da verdade geram a repressão e a ideologia e não o contrário.” (WARAT, 1988, p. 82).

Não há, no quadro foucaultiano, uma estratégia única e global de poder, válida para toda a sociedade. A ideia de uma função unicamente repressiva e ideologizante não explica o agenciamento no qual essas relações operam, que corresponde à urgência de um imperativo historicamente determinado, por isso, descontínuo.

As relações de poder, antes de reprimirem, incitam, suscitam, produzem, instigam, combinam, transformando o indivíduo no princípio da sua própria sujeição. A efetividade das técnicas do poder depende da produção da homogeneização do corpo social. Um corpo social homogêneo torna-se mais maleável, dócil. A produção da realidade é a forma inicial da política (WARAT, 1988): as sociedades totalitárias dependem de uma visão ingênua da realidade. Naturalizamos a existência de um real uno e somos levados a esquecermos de que a realidade é um produto da cultura, produzido pelas relações de poder.

A respeito do nazismo e do fascismo, Foucault afirmou que tais regimes apenas utilizaram e expandiram as táticas locais já presentes na sociedade: “Mais do que isto: apesar de sua própria loucura interna, utilizam amplamente as ideias e os artifícios de nossa racionalidade política.” (FOUCAULT, 1995, p. 299). Por isso, Foucault se interessou por examinar os modos como, nas camadas mais locais, os fenômenos e as táticas de poder atuam, objetivando mostrar, com isso, como esses procedimentos se deslocam, se modificam e como, sobretudo, são incorporados, anexados e investidos em estratégias globais de poder.

Assim, é possível afirmar que os regimes ditatoriais, longe de serem originais, embora singulares, apenas expandem os mecanismos de controle moral, já disponíveis e

em curso na racionalidade política, sobretudo a partir do século XVII. Foi nesse período que as sociedades modernas ocidentais inventaram e instalaram esse novo dispositivo de captura: a sexualidade. Essa invenção, em verdade, traduz mais a colonização desses mecanismos de vigilância, sua transformação em estratégias globais de poder.

Antes do dispositivo de sexualidade, Foucault identificou outro dispositivo de captura do sexo – o dispositivo de aliança – caracterizado por um sistema de parentesco e de matrimônios, cujo objetivo era o de assegurar a transmissão dos nomes e dos bens. A partir do momento em que não conseguiu acompanhar o desenvolvimento dos processos econômicos e as estruturas políticas, o regime de aliança perdeu força e importância. A nova classe política – a burguesia – viu-se obrigada a inventar e instalar um novo dispositivo a partir do século XVII: o dispositivo de sexualidade.

A comunicação entre a “sexualidade” e a aliança se efetiva por meio da célula familiar. Foram os dois eixos centrais da “família” – marido-mulher, pais-filhos – que permitiram o desenvolvimento dos elementos do dispositivo de sexualidade (o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos, a especificação dos perversos). A família, destacou Foucault (2017), fixa a “sexualidade” e constitui seu suporte permanente: “[...] é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão

do jurídico para a sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime de aliança.” (FOUCAULT, 2017, p. 123).

Em análise sociológica relevante, Richard Miskolci (2008) apontou o final do século XIX como marco da instalação do dispositivo de sexualidade no Brasil. Foi nessa época que “[...] o dispositivo da aliança se associou ao da sexualidade no Brasil de forma a inserir a família em um novo regime de verdade e, portanto, em uma nova ordem estratégica do poder.” (MISKOLCI, 2008, p. 7). A partir de então, a família, inserida nesse novo regime de verdade, fora convertida em estratégia global de poder. O regime cis-hétero-militar foi, sem dúvida, uma experiência inscrita na e pela articulação do sistema de aliança com o da sexualidade.

Os discursos baseados na Doutrina de Segurança Nacional e em valores morais reacionários buscavam legitimar a ditadura apelando para a ideia de preservação da família. A dissidência sexo-gendrada foi identificada como desagregadora da família brasileira e subversora dos valores morais tradicionais. É a família, estruturada em torno de um sistema de aliança, que definirá o permitido e o ilícito. Suas técnicas conjunturais de poder relacionaram o discurso moral (tecnologias da carne) com o discurso médico-psicológico (tecnologias do sexo) para legitimar a

produção da norma cis-heterossexual, a que se assujeitaram as sexualidades e os gêneros dissidentes.

No regime ditatorial brasileiro, foi a família a responsável por reproduzir as tramas das relações de poder, mantendo e intensificando a cis-hétero-norma, sendo evidente o seu funcionamento singular em manter o imperativo cisgênero e heterossexual. A família burguesa cristã foi o centro produtor da cis-hétero-realidade, como também um local de destaque de desenvolvimento das estratégias deimopolíticas.

Partindo dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Foucault em sua analítica do poder, percebo que a chamada ditadura militar de 1964 foi um minucioso *cistema* disciplinar e regulamentar que visava a obter a coesão do corpo social, bem como sua homogeneidade.

Ao passo que não se pensa o poder como exterioridade com relação ao econômico, ao jurídico e ao político; também não se pode conceber a resistência como pura exterioridade, como um contrapoder. Ao revés, o poder carrega em si aquilo que o pode minar. É nesse sentido que Deleuze interpreta as linhas de força que atravessam o conceito de dispositivo em Foucault.

Enquanto relação, o poder se define pelo confronto de forças, é uma ação sobre ações, pressupondo, evidentemente, a existência de sujeitos livres sobre os quais ele é exercido em

relação a outro(s) sujeitos(s) igualmente livres. A ausência da liberdade ou sua limitação desfaz a relação de poder. Passa-se, então, a uma pura relação de dominação. É claro que, em sociedades complexas, como a analisada, há confluência e convivências de uma multiplicidade de relações de poder e de dominação, de maneira a não se poder, simplificada, compreender todas as relações sociais vivenciadas em um regime de exceção como relações de dominação.

Foucault argumentou que o grande problema filosófico do século XX não era o abuso do poder, mas o abuso da obediência, a ponto de produzir um imaginário conforme o qual a obediência é sempre lida como virtude. Obedecer seria uma forma de desresponsabilizar o indivíduo em relação aos eventos autoritários. Adolf Eichmann já havia bradado: “Eu só cumpria ordens”. É nessa direção que Foucault e, ademais, Agamben entenderam que os estados autoritários não são exceções, mas se inscrevem dentro da lógica dominante das sociedades democráticas ne(cr)oliberais.

Quando Foucault tentou desenhar as relações de poder como um conjunto de mecanismos e estratégias microfísicas (relações móveis e não-localizáveis), alertou-nos que essa lógica totalitária está presente no Ocidente e que as concepções tradicionais sobre o poder servem para desresponsabilizar nossa servidão “voluntária”. A ideia de obediência desresponsabiliza os atores, concedendo aos sujeitos a justificativa de irresponsabilidade,

permitindo-lhes o cometimento dos atos mais cruéis. A violência não é só consentida, mas, além disso, desejada e querida: “O verdadeiro enigma não consiste em saber por que motivo as delirantes de poder puderam aparecer, mas o que as tornou aceitáveis, suportáveis, desejáveis por parte dos governados.” (GROS, 2016, p. 01).

Para aprofundar a reflexão de Foucault, tomo emprestada a fortíssima provocação de Primo Levi: “Os monstros existem, mas são muito pouco numerosos para ser realmente perigosos; mais perigosos são os homens comuns, os funcionários dispostos a acreditar e obedecer sem discutir.” (*apud* GROS, 2018, p. 9). Nós aceitamos o inaceitável.

A ditadura cis-hétero-militar foi expressão do abuso da obediência; aceita por parcela significativa da população, foi querida pela ralé, planejada por setores econômicos, religiosos e políticos. Os agentes do Estado foram pessoas que não só aceitaram cumprir ordens, mas gozaram ao realizá-las.

Henning Albert Boilesen, por exemplo, presidente do grupo Ultragaz, um dos grandes financiadores da famigerada Operação Bandeirantes, foi *voyeur* de tortura. O documentário *Cidadão Boilesen* (2009) mostra como o empresário se comprazia em assistir às sessões de tortura. Algumas pessoas sentiam prazer e gozo ao denunciarem seus amigos, vizinhos, colegas, conhecidos. Esperavam ansiosas pelo noticiário e vibravam com a morte dos ditos subversivos.

Considerações finais

A vista do que foi debatido, falho-me da proposição de Warat (1988) de uma interpretação semiológica do totalitarismo a partir da articulação entre desejo⁶ e sonho.⁷ Um regime totalitário, como o em análise, é caracterizado pela censura dos sonhos, dos afetos e do nosso imaginário: “As sociedades totalitárias são as que perderam sua capacidade de imaginar criativamente o mundo.” (WARAT, 1988, p. 18).

A ditadura foi, portanto, a imposição de determinada versão totalitária e una do real. Nessa cis-hétero-realidade imposta, não houve espaço para pluralidade, prazeres, incertezas, ambiguidades sexuais, desejos, gozo. Produziu-se, assim, uma realidade unidirecional, condensada, fixa, sólida; limitando-se as possibilidades de desejar. É a partir dessa órbita que o regime ditatorial leu as dissidências sexuais e de gênero como uma ameaça social, de modo a usá-la estrategicamente na justificação da necessidade e, conseqüentemente, na construção da permanência do regime.

6 Desejo é entendido por Warat (1988) como todas as formas de vontade de amar, viver, sonhar, criar outras realidades, outros valores, outra sociedade, outras percepções e sensações – desejo como rompimento com o modelo homogêneo institucional.

7 Note-se que sonho, em Warat (1988), é um território de encontro, um lugar da alteridade que nos permite manifestar, a partir da interação com os outros, o mundo dos desejos.

A partir disso, afirmo que a ditadura construiu uma realidade pornográfica pela negação do erótico. Conforme Warat (1988), a pornografia é construída como fantasia que “[...] resiste teimosamente a qualquer tipo de polifonia, procurando ansiosamente um princípio unitário” (p. 77). A pornografia remete à ideia de clareza, realidade despida de ocultações, despida de ilusões: a realidade tal qual ela é, ou melhor, tal qual ela deveria ser.

Pela família, em sua concepção cis-heterocentrada e divinizada, a ditadura produziu uma utopia pornográfica: “nosso estilo de vida natural está ameaçado, precisamos reagir”. Nessa utopia, intensificou-se a produção do *Um* como única possibilidade, de modo a castrar as diferenças e a pluralidade. Pornográfica é a realidade pensada como transparência, é a linguagem assimilada como mera objetividade e comunicabilidade, é a perspectiva que produz a alcançabilidade dos fatos passados. Em suma, a utopia pornográfica é a amputação do real, transformado em realidade totalmente apreensível, naturalizada, unitária, sem complexidade e, por vezes, divinizada. É a ideologia da hiper-realidade, o império do vivido e apreendido pelos sentidos empíricos.

A ditadura cis-hétero-militar produziu um território de ficções como real, ou melhor, como hiper-realidade, de modo que privilegiou o vínculo contratual, insistindo na racionalização

das relações sociais, no intuito de manter o Outro distante. Fundamentada no *Um*, a ditadura negou a dissidência sexual e de gênero, negou as diferenças. Nossas potencialidades foram, então, comprimidas e relegadas ao *subterrâneo*.

Ao se opor a tudo que é ctônico, o regime esqueceu-se de que a vida se dilata e se potencializa no submundo, nessa parte maldita e diabólica que a luz tenta suprimir (MAFFESOLI, 2004). Na mitologia grega, os deuses ctônicos ou subterrâneos são as entidades profanas, imperfeitas que contrastam com os deuses olímpianos, símbolos da perfeição. As divindades subterrâneas, da terra evocam ao mesmo tempo a contradição e a pluralidade da/na existência. O editorial publicado no *Lampião da Esquina*, em sua edição de junho de 1980, indicia essa potência subterrânea:

Para questionar o militarismo sisudo, temos nas mãos, ao menos potencialmente, fatores inegáveis como a cama e suas variantes, esse espaço para o nosso desejo. E entenda-se por cama tudo o que esteja relacionado com prazer, corpo, sexualidade, cotidiano, nível pessoal etc. Por ser lúdica, gratuita, irresponsável e farta em invenções, a cama pode relativizar o poder. É verdade que freqüentemente o poder relativiza a cama, sempre que esquecemos nossa sexualidade em favor da militância sobre sexualidade. E no entanto, a melhor maneira de afirmar nosso direito ao prazer é fazendo boa cama, contra a chatice de nossos discursos militantes. Não poderia ser essa uma das nossas contribuições, em termos de práxis política? Uma forma subversora e herética, na medida em que iremos

misturar elementos desconcertantes e criando misturas novas? Subverter: colocar no lugar “errado” as coisas certas, evitando a recuperação ideológica da cama. Pois a cama tem um mistério que é exatamente aquela característica das linguagens não-discursivas: Por ser imprevisível. Ela tem urna linguagem não-codificável, a ser abraçada mais do que decifrada. De tal modo que os manuais de política dificilmente conseguirão peneirar esse recanto onde as individualidades se cruzam melhor, sem justificativas nem receitas.

O militarismo sisudo foi afrontado pelos laços desviantes do *cistema* falocrático. A potência subterrânea compareceu como espaço do desejo, do “querer o outro”, para desdourar os orifícios rugosos sacralizados pela “sexualidade” sadia. A bicha questionou a beatificação do cu, profanando-o com toques, carícias, gestos, língua; penetrando-o, lambuzando-se, sujando-o. Espaço metafórico, mas não utópico, de contestação da sexualidade, do corpo, do gênero, do cotidiano, dos sonhos, dos prazeres, a esquina indicia o *locus* potencial dessa sujeira. Misterioso espaço trans-discursivo, da transa(fetividade): pelo cu, sairão as revoluções, pois não há revolta sem desejo.

REFERÊNCIAS

- AFONSO-ROCHA, Ricardo. *Bichas também sangram: deimopolítica e direito de resistência na literatura “homossexual” do jornal Lampion da Esquina*. Dissertação – (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: Homo Sacer, II, I*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Tradução de Ana Corrêa da Silva. Coimbra: Tenacitas, 2003.
- BUONICORE, Augusto. Os marxistas e a homossexualidade. *PCdoB*, Brasília, 27 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/os-marxistas-e-a-homossexualidade/>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- CIDADÃO BOILESEN. Documentário. Direção: Chaim Lotewski. Rio de Janeiro: produção independente, 2009.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. São Paulo: N-1 edições; Politeia, 2017.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São. Paulo: Editora 34, 2010.
- ECO, Umberto. O fascismo eterno. In: ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. 2. ed. (Coleção Ditos e Escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal 1985.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução De Vera Carreto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GROS, Frédéric. A ética da obediência. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo: Editora do SESC, 2016. p. 221-236.
- GROS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu, 2018.
- MAFFESOLI, Michel. *A parte do diabo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MISKOLCI, Richard. *O corte da sexualidade: a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil*. In: ANAIS da 26ª reunião brasileira de antropologia, Brasília, 2008.
- QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Públicas) – Universidade de São Paulo, 2017.
- QUINALHA, Renan. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N. et al. *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. *Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgenderidade como normatividade*. Dissertação – (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- WARAT, L. A. *Manifesto do surrealismo jurídico*. Santa Catarina: Acadêmica, 1988.

03

Masculinidades e relações de poder na animação “O Rei Leão”

Masculinities and power relations in the animation “The Lion King”

Thomaz Spartacus Martins Fonseca

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Doutorando em Educação (UFJF)

E-mail: spartacusjf@gmail.com

Anderson Ferrari

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Doutor em Educação (UFJF)

E-mail: anderson.ferrari@ufjf.br





Resumo

O Rei Leão é uma das mais assistidas e lucrativas produções do cinema. Trata-se de uma informação que reforça essa animação como um potente artefato cultural, ou seja, como um produto que opera como forma de produzir subjetividades e construir sentidos. Isso significa dizer que nosso interesse é problematizar as masculinidades, sobretudo a partir das relações estabelecidas entre as masculinidades hegemônicas, cúmplices, subordinadas e marginalizadas. Também queremos colocar sob investigação as relações entre a história projetada na tela e os investimentos de gênero naquele que assiste, já que estamos considerando que o cinema e os filmes ensinam coisas para suas plateias, questionando as relações de poder que se apresentam nos artefatos culturais.

Palavras chaves: Masculinidades. Cinema. Gênero. Educação.

Abstract

The Lion King is one of the most watched and profitable productions in cinema. It is information that reinforces this animation as a powerful cultural artifact, that is, as a product that operates as a way to produce subjectivities and build meanings. This means that our interest is to problematize masculinities, especially from the relationships established between hegemonic, accomplices, subordinated

and marginalized masculinities. We also want to put under investigation the relationships between the story projected on the screen and the gender investments in the viewer, since we are considering that cinema and films teach things to their audiences, questioning the power relations that present themselves in cultural artifacts.

Keywords: Masculinities. Movie theater. Genre. Education.

Um novo rei!

Amanheceu! Os primeiros raios de sol se espalham por toda a África. Os ventos deste novo dia sopram cantando e anunciando por todo o reino: *Aqui vem o leão que será rei, pai. Sim, é um leão. Um leão. Vamos conquistar*¹. Os ventos espalham a novidade pelos quatros cantos do reino: o futuro rei nasceu! E os animais, como que embalados pelos versos que a brisa propagava naquele amanhecer na savana africana, dirigem-se até a Pedra do Rei. A luz âmbar do amanhecer fornece uma atmosfera de encanto e beleza aos campos, aos rios e ao próprio céu que, aos poucos vai se azulando, enquanto uma nova canção dá o tom à cena. A música trata do ciclo da vida, chamando-o poeticamente

1 Ao longo do texto, as falas dos personagens, trechos das músicas, bem como as rubricas (entre parênteses), aparecerão em itálico de forma a destacá-las e diferenciá-las dos demais componentes do texto.

de ciclo sem fim, enaltecendo as maravilhas que podem ser vistas e vividas desde o início até o fim da vida. *É o Ciclo Sem Fim. Que nos guiará a dor e a emoção pela fé e o amor até encontrar o nosso caminho neste ciclo, neste ciclo sem fim.*

A música, entoada na primeira pessoa do plural, fala de um “nós”, comprometendo a todos e todas a buscarem seus caminhos em prol da continuidade e desse “ciclo sem fim”. Parece que o caminho está traçado e basta procurar *até encontrar o nosso caminho*. Suricates, garças, leopardos, girafas, zebras, elefantes, rinocerontes, variados insetos... todos os animais do reino se posicionam no campo verdejante. Música e cena vão compondo uma harmonia. O céu, num tom azul, e nuvens esparsas ampliam, ainda mais, a visão da savana que abriga os súditos que vieram saudar o rei. A imagem projetada na tela se movimenta seguindo o voo de uma ave, como se fosse uma câmera, que posiciona o olhar do/a espectador/a, como se quem vê se transformasse na própria ave. Ao longe, no alto de uma pedra que se sobressai na paisagem, vemos a figura imponente do Rei Leão. O vento agita sua juba e sua expressão é firme. O pássaro pousa e o reverencia com uma circunflexão recebendo, em troca, uma pequena reverência com a cabeça e um discreto e sóbrio sorriso. A cena é cortada e vemos búfalos e antílopes, entre outros animais, abrindo caminho de forma respeitosa, quase religiosa, a um velho babuíno

que traz consigo um cajado com guizos e cabaças. Ele sobe até a pedra e abraça o rei com intimidade e apreço, sendo prontamente correspondido.

Ainda com a mesma música ao fundo, o rei se vira em direção à montanha e vemos uma leoa com seu filhote. O leão e o babuíno aproximam-se. A música tem seu ritmo e volume diminuídos, enquanto se ouve um coro ao longe. O ancião agita seu cajado sobre a cabeça do pequeno leão. O velho babuíno abre uma das cabaças do seu cajado, molha o dedo em sua polpa vermelha e faz, com o dedo, um desenho na testa do futuro rei. Num movimento, pega um punhado de terra do chão e joga sobre aquele traço na fronte, como se abençoasse o pequeno futuro rei com os elementos naturais de seu reino: a terra, seus frutos e o vento. Sob o olhar contemplativo, orgulhoso e cúmplice dos pais, o ancião toma o filhote nas mãos e o leva até a ponta da pedra onde antes estava o rei. Levanta o filhote acima de sua cabeça como em um ritual religioso de apresentação ou batizado. Ouvem-se, então, grunhidos, bramidos, berros, sons de patas batendo contra o chão. Os animais demonstram, com esse estardalhaço, que reconhecem, naquele filhote, a figura real. Ovacionam o próximo rei enquanto a imagem gira em torno do pequeno leão erguido pelo velho babuíno mostrando-o acima dos demais animais e exibindo toda a extensão da savana africana, como se nos mostrasse todo

o poder daquele pequenino filhote sobre aquelas terras gigantescas e seus seres. A música continua na exaltação do ciclo sem fim. No desfecho da sequência, em um momento de eufemismo, um facho de luz passa por entre as nuvens e ilumina o futuro rei, momento no qual todos os animais se curvam perante a família real. A imagem se afasta, amplia-se o plano e podemos observar como o sol ilumina toda a savana e, de certa forma, também reverencia o nascimento do pequeno rei leão.

As cenas descritas acima fazem parte da sequência inicial da animação “O Rei Leão”², lançada pela produtora estadunidense Disney, em 1994. A história do pequeno leão que é induzido por seu tio (que almejava o trono em seu lugar) a crer que fora o responsável pela morte do pai e que, já adulto, retorna para recuperar seu reino devolvendo a dignidade a seus súditos, conquistou um grande público ao redor do mundo, sendo a quarta animação mais rentável dos estúdios Disney, alcançando a trigésima maior bilheteria da história³. Esses números, somados às cifras agregadas pela comercialização do filme em VHS ou DVD, além das

2 *The Lion King* foi produzida em 1994. Dirigida por Rob Minkoff e Roger Allers, a animação foi lançada no Brasil em julho do mesmo ano.

3 As cinco animações da Disney com melhores bilheterias mundiais são: *Frozen II* (2019), *Frozen* (2013); *Os incríveis II* (2018); *O Rei Leão* (1994) e *Toy Story 4* (2019). Disponível em: https://www.boxofficemojo.com/chart/ww_top_lifetime_gross/?area=XWW&ref=bo_cso_ac&fbclid=IwAR31oqaOb_0VloELhvV-dRaSxyg8du5QDbA_QsmYJ9GRspt5JFIqHYIDQo8 Acesso em: 08 ago, 2021.

exibições em redes de televisão abertas e por assinatura e, atualmente, por *streaming*, colocam a animação no lugar de um artefato cultural amplamente acessado por milhões de pessoas em todo o mundo.

Tomando a animação “O Rei Leão” como um artefato cultural, ou seja, como um produto que opera como forma de produzir subjetividades e construir sentidos, temos dois interesses de análise neste artigo. Um primeiro em que pretendemos discutir as representações de masculinidades, sobretudo a partir das relações estabelecidas entre as masculinidades hegemônicas, cúmplices, subordinadas e marginalizadas (CONNELL, 1995, 2013; BALISCEI, 2018, 2019). Masculinidades que, no seu conjunto, reforçam a impossibilidade de nos referirmos ao masculino como algo dado e singular, convidando-nos a pensá-las sempre como resultado de uma construção e no plural. Assim, nosso argumento é que essas masculinidades vão sendo constituídas nas personagens, cenas, diálogos, narrativas e discursos que são colocados em ação durante a animação. Um segundo interesse diz das relações entre a história projetada na tela e os investimentos de gênero naquele/a que assiste, já que estamos considerando que o cinema e os filmes ensinam coisas para suas plateias. Com isso, também temos, como propósito, problematizar as relações de poder que se apresentam em artefatos culturais como a animação “O Rei Leão”.

Segundo Jane Felipe (2008, p. 55), as crianças foram descobertas como consumidoras em potencial, a partir da década de 1950. Um sem número de produtos e artefatos culturais passaram a ser produzidos visando a esse público: vestuário, entretenimento, produtos de higiene e limpeza, brinquedos. As animações da Disney operam, também, em outros campos do consumo, uma vez que, concomitantemente ao seu lançamento, inundam o mercado consumidor com outros produtos, tais como bonecos dos personagens, estampas em roupas, canecas, material escolar, decoração de festas infantis, entre tantos outros, ampliando o poderio desses artefatos e de suas pedagogias culturais. “As Pedagogias Culturais têm sido acionadas em suas diversas instâncias, contribuindo para a formação de meninos e meninas, especialmente no que se refere às identidades de gênero e identidades sexuais” (FELIPE, 2008, p. 55). Ampliando essa discussão, Constantina Xavier Filha (2009) nos mostra que as tais pedagogias nos levam a pensar sobre a produção de artefatos culturais para a infância e como as crianças constroem suas identidades frente a esses produtos. A autora esclarece que os artefatos imperam uma forma correta de ser menino ou menina e “ensinam determinadas condutas às meninas e aos meninos e instituem a forma adequada e ‘normal’ para a vivência da sexualidade, da feminilidade e da masculinidade” (XAVIER FILHA, 2009, p. 72).

No que diz respeito aos estudos das masculinidades, Raewyn Connell (2013) nos convida a reexaminar as categorias do feminismo, especialmente, os processos identitários e a fluidez do gênero. Com isso, a autora busca enfatizar a dimensão material e estrutural do gênero, de maneira que não nos parece possível discutir as relações de gênero desconsiderando as questões de classe e raça, por exemplo. Seguindo essas trilhas investigativas, nossa intenção não é de criar discursos pretensamente verdadeiros ou que tenham o status de verdade.

O cinema faz parte desse processo de mobilizar e representar posições de gênero, numa educação do olhar que participa da produção das relações entre feminino e masculino ou, então, entre diferentes masculinidades. Nesse sentido, estamos entendendo as relações de gênero como construção, como nos convoca a pensar Joan Scott (2019), afastando-nos de uma ideia de essência ou algo natural, mas resultado de criação cultural, marcada pelo tempo. Assim, estamos considerando as masculinidades como resultado de significados que atribuem identidades, jogos e corpos que são situados historicamente, variando de cultura para cultura e dentro de uma mesma cultura.

Estamos entendendo o cinema como um importante artefato para colocar em discussão as relações de gênero em suas diferentes dimensões, além de nos possibilitar

investigar os processos de mudanças ao longo da história. Para Raewyn Connell (2013) cada sociedade constrói uma determinada ordem de gênero, ou seja, padrões de gênero das instituições que formatam suas práticas. Haveria assim, quatro dimensões de construção do gênero. Poder, produção, vínculos emocionais e simbolismo seriam essas quatro dimensões que juntas construiriam o gênero, sem esquecer que também são dessas dimensões que surgem as possibilidades de transformação. O importante é pensar que as transformações das relações de gênero são resultado tanto das pressões externas quanto das contradições internas nessas dimensões que vão danificando os padrões de gênero e construindo mudanças nessas estruturas (CONNELL, 2013).

São esses interesses em pensar os filmes de animação infantil como pedagogias culturais que nos movem numa pesquisa mais abrangente, de que este artigo é parte. Trata-se de uma pesquisa em andamento que tem, como foco de investigação, a construção das masculinidades nas cinco animações dos Estúdios Disney mais assistidas e mais lucrativas. Para Alain Badiou (2005), o cinema nos convida a visitar, pensar e problematizar nossas ideias, nossas formas de pensar e agir, ou seja, nas pedagogias culturais colocadas em circulação, já que, para o autor, o cinema é uma forma de visitação de pensamentos que são acionados enquanto o filme passa. Tomar a animação “O Rei Leão”

como um dos focos desta investigação significa pensar como ela nos convida ou nos convoca para as construções das masculinidades, para as ideias de masculinidades que são investidas nas cenas, relações, diálogos, sempre com o aspecto de incompletude que marca o cinema.

Dois leões – pai e filho – em meio às relações de poder e gênero

Nas cenas iniciais, reproduzidas no início deste texto, somos apresentados à imensidão do reino de Mufasa, pai de Simba, o Rei Leão. As imagens exibem a exuberante beleza da savana africana e mostram toda a amplitude do reino, uma vez que a música em zulu⁴ exalta o nascimento do novo rei e conclama os animais habitantes daquele reino a prestar suas homenagens ao herdeiro do trono. Ao demarcar e mostrar toda a amplitude do espaço, exibindo a variedade da fauna e da flora, somos apresentados/as a todo o poder e domínio que o leão, enquanto rei, tem sobre todos aqueles seres e espaços. O mesmo pode ser dito ao observamos a superioridade do rei perante o pássaro (que mais tarde saberemos que é Zazu, o conselheiro real), representada

4 A língua zulu é uma língua banta, original do povo zulu. É uma das 11 línguas oficiais da África do Sul, falada principalmente na província de KwaZulu-Natal, não apenas pela população de etnia zulu, mas por grande parte da população de origem asiática e europeia residente nessa província. Disponível em: <https://portalcafebrasil.com.br/cafedepedia/zulu/> Acesso em: 10 ago. 2021.

pela sobriedade e altivez de um movimento mínimo de cabeça em retribuição à reverência feita. Além disso, há toda a movimentação da câmera que busca demarcar o local acima de todos os outros animais, ocupado pelo rei, que também define o lugar do soberano acima de todos, marcando o seu poder como “algo que se exerce e não como algo que se possui” (CASTRO, 2004, p. 325). Trata-se de um poder real, um poder de um rei sobre os súditos se aproximando da analítica de poder de Michel Foucault (2015) que entende o poder como efeitos de dominação que estão ligados aos procedimentos pelos quais se exercem o poder de um soberano sobre seus súditos, de um pai sobre seus filhos, de um homem sobre as mulheres. Dentro dessa hierarquia real, o único personagem que demonstra não se afetar pelo poder hegemônico do rei é o velho babuíno, que, inclusive, parece ser respeitado pelo monarca, uma vez que se trata de um ancião religioso, denotando o que Foucault nomeou de poder pastoral. O que a animação nos ensina é que essas relações de poder não são exercidas de forma brutal, mesmo se tratando de relações entre animais, de maneira que a forma como a história é contada humaniza as personagens e suas relações de poder, aproximando-nos e fazendo com que possamos visitar nossas ideias sobre esses jogos de força que constituem as relações de poder entre homens. Na animação, assim como na nossa sociedade, “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos,

portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável” (FOUCAULT, 2015, p. 227).

Podemos pensar que se trata de uma representação que se aproxima de percepções coletivas sobre os governos monárquicos da Europa Ocidental nos séculos XIV ao XVII. Uma monarquia absoluta em que o poder do Rei é fundamentado pelo poder divino. Talvez por isso, a animação concede um poder horizontal ao velho babuíno como aquele que concede o poder ao Rei. Inspirado em Michel Foucault, Alfredo Veiga-Neto afirma que o “poder pastoral se exerce segundo um conjunto de princípios” (VEIGA-NETO, 2007, p. 67-68). Dentre esses princípios, é o vertical que parece presente na animação. O poder vertical “emana de um pastor de quem depende o rebanho; mas por sua vez o pastor também depende do rebanho” (VEIGA-NETO, 2007, p. 67-68). O pastor seria o responsável por conhecer detalhadamente seu rebanho e salvar e conduzir cada uma de suas ovelhas, exatamente o que o velho babuíno fará anos depois, ao descobrir que Simba se salvou da armadilha preparada por seu tio Scar, quando parte para trazer o Rei Leão de volta e assumir seu lugar como soberano. É o ancião, também, no início da animação, que tem a incumbência de atestar e conferir àquele filhote a posse da herança mais importante do pai: o trono e o poder sobre todos os seus súditos.

Os elementos cênicos, as canções, os matizes do céu e também das paisagens nos mostram a imponência e o poder do rei. Os animais se dirigem à Pedra do Rei para saudar o herdeiro, em sinal de respeito e submissão. As duas canções que embalam as cenas exaltam o rei e seu poder. Um rei. Um leão. Um representante da espécie mais temida pelos demais animais da savana africana, que se sobressai devido à sua força física e à sua astúcia ao caçar. Um representante macho, que agora tem um filho, também macho e que herdará não somente o seu reino, mas todo o seu legado e, também, o legado dos reis antepassados. A animação investe numa relação entre pai e filho, defendendo uma ideia de transmissão dos valores paternos para o filho que um dia herdará o seu reino e todo o seu poder, dando continuidade aos princípios, valores e sentidos sobre o que é ser um rei, um macho. A ideia de paternidade é construída como algo natural, como parte da continuidade da vida, do ciclo da vida, numa perspectiva heteronormativa que também marca nossa sociedade. Mais do que isso, a ideia da paternidade parece se inscrever numa vontade de vencer a morte, uma vez que a questão não é somente ter um filho, mas passar para ele os valores que constituem as famílias, de forma que ter um filho é uma maneira de um pai se perpetuar para além de sua morte. Trata-se de uma forma de lidar com a paternidade que está no “Rei Leão”, mas que também podemos supor que seja compartilhada

pelos espectadores. Podemos dizer que a centralidade está nas relações entre o gênero masculino. No entanto, como nos ensina Joan Scott (2019), o conceito de gênero é marcado pela ideia de relação, de tal forma que não é possível falar de homem sem falar de mulher e vice-versa. Assim, enquanto constrói relações entre homens, o filme também fornece lugares para as mulheres, para as crianças, enfim, as masculinidades só são possíveis de serem entendidas nessas relações.

“O Rei Leão” é uma produção para crianças. Assim como em todas as demais animações dos Estúdios Disney, é este o público-alvo. Como animação endereçada às crianças, esse artefato não encerra em si os investimentos milionários da produtora. Há toda uma gama de interesses econômicos os quais envolvem este e os demais produtos da indústria cinematográfica estadunidense, como roupas com estampas dos personagens, decorações de festas infantis, bonecos, e vários outros objetos. Ir ao cinema, consumir esses produtos advindos do filme, enfim, ter acesso a essas informações e seus efeitos passam, primeiramente, pela conquista dos/as adultos/as, que são aqueles/as que analisam os filmes e selecionam se devem ou não levar seus filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas, alunos e alunas etc.

Sendo um produto destinado a crianças, poderíamos pensar que toda a mensagem seria pensada para capturar

e acolher esse/a determinado/a espectador/a. Os recursos utilizados pela produtora para esse fim podem passar desde a escolha do texto, que é adequadamente escrito para ser inteligível pelos/as pequenos/as espectadores/as, passando pela ludicidade da história, além da composição das personagens: heróis, heroínas, vilões e vilãs que encantaram aos/às espectadores/as. Há, porém, uma outra categoria de espectadores/as que precisa, também, ser alcançada e convencida: os/as adultos/as responsáveis pelas crianças. Ao escolher um determinado filme, os/as adultos/as responsáveis tornam-se, também, público-alvo, uma vez que são eles/as que escolhem e determinam qual filme pode ou deve ser assistido pelas crianças e qual não pode ou não deve. Talvez, possamos pensar que, primeiro, o filme tem que conquistar os/as responsáveis pelas crianças, de modo a despertar, nesses/as adultos/as, a vontade pelo filme, afinal, não somente o filme, mas toda gama de produtos derivados dele e direcionados às crianças passarão, também, pela aprovação dos/as adultos/as, uma vez que são estes/as que os adquirem. Essa seleção fica mais facilitada, quando se trata de uma animação, um gênero já classificado como destinado e ideal para as crianças.

Segundo Elizabeth Ellsworth (2001, p. 15), “os produtores de filmes fazem muitas suposições e têm muitos desejos conscientes e inconscientes sobre o tipo de pessoa para a

qual seu filme é endereçado e sobre as posições e identidades sociais que seu público deve ocupar”. Com isso, podemos dizer que os modos de endereçamento dos filmes “deixam traços intencionais e não intencionais no próprio filme”. Traços intencionais que podem ser traduzidos nas duas questões que organizam toda produção fílmica, segundo Ellsworth (2001): quem eu penso que o meu espectador é? Quem eu quero que ele seja? - duas questões que apostam na mudança social a partir do cinema. É o que podemos dizer como o aspecto político do filme, ou seja, a mensagem que o filme quer passar. No entanto, os filmes não têm somente o aspecto político, mas também o aspecto poético, ou seja, o que fazemos com o filme. Isso porque nem sempre quem eu penso que o espectador é, nem sempre corresponde a quem ele pensa que é, assim como quem ele quer ser. “Para algumas escolas de estudo do cinema, um filme é composto, pois, não apenas de um sistema de imagens e do desenvolvimento de uma história, mas também de uma estrutura de endereçamento que está voltada para um público determinado e imaginado” (ELLSWORTH, 2001, p. 15). Assim, a trajetória do pequeno leão que pensa ter sido o responsável pela morte de seu pai, o rei, e que, por esse motivo, escolhe viver em exílio, mas que um dia retorna para reconquistar seu trono e provar seu valor, precisa, primeiro, conquistar os adultos, sobretudo os pais

ou responsáveis, pois são estes que decidem os filmes que suas crianças podem ou não assistir.

Os discursos presentes no filme tornam-se decisivos para a sua escolha. Se há vários lançamentos simultâneos (ou a disposição nas redes de televisão ou de *streaming*), o que fará a diferença na hora da escolha? O que definirá se um filme é bom o bastante para que um/a adulto/a permita que uma criança o assista ou, ainda, que ele/a o assista junto com ela? Elizabeth Ellsworth (2001) nos ensina que um filme mira em um determinado público que ele acredita ser o ideal para aquela produção. São pensados fatores como faixa etária, classe social, poder econômico, raça, gênero, entre outros, ao se produzir e comercializar um filme. Assim, mesmo sendo um filme endereçado a crianças, ele deve, primeiro, convencer aos adultos de sua importância e, no caso de “O Rei Leão”, os elementos que compõem a narrativa são fundamentais para isso. A animação tem músicas que empolgam, uma história que lida com emoção, conflitos, superação, união, amizade, amor e, principalmente, que se encerra com um final feliz que representa a vitória de um injustiçado que recupera o que é seu de direito.

Durante a animação, o público é contemplado com enunciados discursivos, que apontam e constroem uma determinada maneira de ser e estar no mundo. Nós entramos

na história e passamos a torcer por Simba, admiramos a amizade estabelecida com Timão e Pumba, encantamo-nos com o primeiro amor de Simba e esperamos o confronto e a vitória no final do filme. Trata-se de enunciados discursivos que nos constituem na atualidade. Os enunciados discursivos, segundo Foucault (2005), devem ser entendidos numa perspectiva histórica, o que significa dizer que eles devem ser tomados a partir de suas regras de formação, de maneira que eles são inventados em cada época. No caso do Rei Leão, discursos, como os efeitos nocivos da desobediência, podem servir como motivo para que os/as adultos/as levem suas crianças ao cinema, uma vez que foi pela desobediência que Simba, o pequeno leão, viu-se obrigado a se afastar de sua família e amigos. Assim também se dá com a sua redenção, que surge quando ele luta bravamente e recupera seu reino, apontando para uma forma de corrigir seus erros do passado e de se tornar adulto, após uma adolescência que tinha como lema “*Hakuna Matata*”⁵ que poderia ser lida como uma permitida moratória típica da cultura adolescente (VARGAS, 2017).

Como dito anteriormente, os artefatos culturais apontam maneiras de ser e estar no mundo. Se não ensinam, pelo menos expõem e nos fazem refletir acerca de formas,

5 Lema dos personagens Timão e Pumba na animação. No item 3 deste texto, detalharei esse aspecto da narrativa.

pensamentos, vivências e possibilidades de existências que não sejam as nossas. Assim, os/as adultos/as buscam, em animações como o Rei Leão, uma moral da história, tal como nas “Fábulas de Esopo”⁶, evocando características humanas para pensar, falar e ensinar, através dos animais, comportamentos próprios dos seres humanos. Parece pertinente supor que buscam, ao propor às suas crianças este ou aquele filme, extrair um conhecimento/ensinamento que poderá ser acionado e utilizado nos processos de educação destas. São essas formas de preencher os filmes com suas experiências, emoções, histórias de vida, valores que estamos chamando de aspecto poético dos filmes e, para que eles “completem” o filme, como nos mostra Ellsworth (2001), “tal como seus produtores imaginaram que eles o fariam, eles têm que assumir as posições que lhes são oferecidas naqueles sistemas – ao menos durante o tempo de duração do filme, ao menos na imaginação” (ELLSWORTH, 2001, p. 15). Dessa forma, a animação age na transmissão e diálogo entre adultos e crianças a partir dos valores que ela retrata. Um dos pontos que denotam essa possibilidade

6 Esopo foi um fabulista e contador de histórias grego que viveu por volta do século VI a.C. A ele é atribuída uma série de fábulas popularmente conhecidas como Fábulas de Esopo. É característica marcante de suas fábulas a capacidade dos animais de falar e agir com características semelhantes à dos humanos, além da conclusão sempre dotada de um sentido e de um ensinamento moral. Disponível em: <https://www.info-escola.com/biografias/esopo/> Acesso em: 11 ago. 2021

se apresenta de maneira especial na relação entre Mufasa, o pai, e Simba, o filho, como na cena descrita a seguir.

É madrugada ainda. O pequeno Simba, já acordado, parece bastante animado e tenta a todo custo acordar o pai. Já fora da caverna e acompanhados pelo olhar orgulhoso e contemplativo de Sarabi, a mãe e rainha, pai e filho sobem até a Pedra do Rei. A luz avermelhada do sol aos poucos ilumina a pedra onde estão os leões, clareando e revelando, como nas cenas iniciais do filme, toda a grandeza da savana.

Mufasa: *Tudo isso que o sol toca é o nosso reino.*

Simba: *Nossa!*

Mufasa: *O tempo de um reinado se levanta e se põe como o sol. Um dia, Simba, o sol vai se por com o meu tempo aqui e vai se levantar com o seu, com um novo rei.*

Simba: *Tudo isso será meu?*

Mufasa: *Tudo isso!*

Simba: *(caminhando e apreciando a paisagem admirado) Tudo isso que o sol toca... (firma o olhar em uma região na qual o sol não chega) E aquele lugar escuro lá?*

Mufasa: *(com um tom repreensivo na voz) Fica além de nossa fronteira. Jamais deve ir lá, Simba!*

Simba: *Mas o rei não pode fazer tudo que quiser?*

Mufasa: *(rindo) Há muito mais que um rei tem que fazer além da sua vontade.*

Simba: *Muito mais?*

(os dois começam a caminhar pelo campo observando as plantas e os animais)

Mufasa: Tudo que você está vendo faz parte de um delicado equilíbrio. Como rei, você tem que entender este equilíbrio e respeitar todos os animais, desde a formiguinha até o maior dos antílopes.

Simba: Mas nós não comemos antílopes?

Mufasa: Sim, Simba, mas deixe-me explicar. Quando você morre, seu corpo se torna grama e o antílope come ela. E assim, estamos todos ligados, no grande ciclo da vida.

(Zazu chega e a conversa é interrompida)

Na cena descrita acima, temos um processo educativo muito comum: um pai ensinando a seu filho. Talvez possamos pensar no papel dos pais (ou dos tutores/as, ou adultos/as responsáveis, ou qualquer que seja a relação entre o/a adulto/a e a criança) como aqueles/as que ensinam, ou seja, oferecem uma determinada visão de mundo.

Aproximando das questões relativas aos gêneros, chamamos atenção para a animação como um artefato que aciona determinada visão de mundo e, para a cena descrita acima em especial, que também funciona como um dispositivo que mobiliza determinado tipo de relação de masculinidade. Afinal, temos um pai que ensina ao filho, seu herdeiro natural que, por ser primogênito e macho, como na maioria das monarquias existentes ou que já existiram no mundo humano, será não somente o dono de toda aquela extensão territorial, mas que também, e principalmente, será o detentor de um poder soberano. Um

poder que, como expresso no diálogo, é um poder sobre a vida. Na cena em questão, o pai ensina ao filho valores peculiares e particulares daquele reino. Tais ensinamentos serão acionados por Simba, quando este retorna à Pedra, já adulto, e declara guerra a seu tio, que havia se apoderado do trono na sua ausência e se tornado um tirano.

Podemos retomar a ideia das fábulas e talvez apontar pistas de modo a compreender o porquê de um/a adulto/a escolher esta e não outra animação como entretenimento para suas crianças. Há uma mensagem a se passar. Há um processo educativo exercido através da ‘moral do texto’ presente em fábulas e histórias com animais que assumem características humanas para repassar a nós, humanos, valores que a própria humanidade considera como humanos, mas que necessita transpor a animais antes de torná-los compreensíveis aos próprios humanos.

O cinema, enquanto artefato que educa e faz pensar, que aproxima as pessoas de questões que, para elas, não seriam questões a serem pensadas até vê-las nas telas, que proporciona, enquanto meio de comunicação, reflexões que escancaram problemas sociais, mas também que aponta possibilidades e caminhos, sendo também o cinema que diverte, entretém e aproxima pessoas. Ismail Xavier, ao explicar e defender um cinema que educa, nos diz que o “cinema que ‘educa’ é aquele ‘que faz pensar’, não só o

cinema, mas as mais variadas experiências e questões que coloca em foco” (XAVIER, 2008, p. 15). Para ele, a questão não é ‘passar conteúdos’, mas provocar a reflexão, questionar o que, sendo um constructo que tem história, é tomado como natureza, dado inquestionável” (XAVIER, 2008, p. 15).

Tomando inspiração nas palavras de Ismail Xavier (2008), estamos propondo pensar relações de poder e masculinidades presentes na animação o Rei Leão, de forma a problematizar tais relações e compreender como elas transpõem a tela e chegam até o público. Porém, não pensamos em um processo educativo simplório e automático. Neste ponto, ainda concordando com Ismail Xavier (2008), defendemos que não se trata de converter em aprendizado o que se materializou na tela, de maneira que “é preciso interromper o jogo previsível da leitura fluente, criar os pontos em que a imagem se impõe pela força de sua auto referência” (XAVIER, 2008 p. 20). Com isso, o autor está defendendo a necessidade de estabelecermos “uma outra relação entre o filme, como estrutura autônoma, e a realidade, fora dos limites da representação” (*ib*). Por fim, a ideia é pensar que “as imagens em movimento, como criação de outra realidade, envolvem uma variedade de caminhos” (*ib*), de maneira que as imagens devem ser entendidas “como um movimento entre outros com sua própria forma e textura a sugerir sensações, pensamentos, imersões ou

estranhamentos, dentro de uma modulação própria a cada obra” (ib). Outrossim, trata-se de criar possíveis diálogos e transcender as amplas possibilidades e criar, para além do cinema, possibilidades de se pensar, de refletir sobre as diferentes masculinidades através do exposto na obra.

Um outro leão... masculinidades em disputa e em relação

Enquanto todos comemoravam e saudavam o nascimento do herdeiro real, somos conduzidos/as ao interior de uma caverna escura na qual um pequeno rato está a ponto de ser devorado por um outro leão. Porém, o leão tem sua refeição interrompida por Zazu, o conselheiro do rei, que anuncia a chegada de Mufasa. Este leão é Scar, irmão de Mufasa, que, como perdera a presa que seria seu almoço, resolvera, então, se alimentar de Zazu. Porém, a figura imponente do Rei Leão aparece, mais uma vez no alto de uma pedra, desta vez na entrada da caverna, e salva seu servo. No momento em que os irmãos se encontram, podemos perceber diferenças físicas significantes entre eles. Scar é mais magro e mais esguio, seus traços são pontiagudos, quase lânguidos, enquanto os de Mufasa são arredondados, musculosos e robustos. O irmão de Mufasa possui uma juba desgrenhada e negra, enquanto o rei ostenta uma exuberante juba ruiva. A voz de Mufasa é

grave, firme, enquanto a fala de Scar é aguda e arrastada. A diferença entre quem é o herói e quem é o vilão é construída também pela composição corporal.

Ao analisar a composição de alguns super-heróis e vilões de histórias em quadrinhos, Adriano Beiras et al (2007) apontam para a forma como os corpos de heróis e vilões são concebidos em busca de delimitar aspectos concernentes a suas personalidades e papéis nas tramas, bem como de suas posições hierárquicas frente às masculinidades. Uma dessas características corporais que serve para definir heróis e vilões é a musculosidade. “A musculosidade masculina teria, assim, a função de destacar os personagens principais em relação àqueles menos atuantes e menos relevantes” (BEIRAS et al, 2007, p. 66). Assim, aproximam-se essas representações corporais das metáforas das relações que estabelecemos numa sociedade marcada pelas hierarquias. As masculinidades também são construídas por essas relações hierárquicas, como já demonstrou Raewyn Connell (2020), de maneira que “apenas alguns homens centralizariam o poder na sociedade” (BEIRAS et al, 2007, p. 66).

As formas lânguidas e o aparente desleixo com a juba também funcionam, em Scar, como demarcação de uma masculinidade não hegemônica e subordinada. A dinâmica de disputa entre Mufasa e Scar por poder, liderança e

autoridade se aproxima do que Raewyn Connell (1995) vai se referir como masculinidade hegemônica, um conceito da década de 1980 que contribuiu para os estudos das masculinidades e que tem sido apropriado por diferentes áreas do conhecimento, dentre elas educação e mídia. A masculinidade hegemônica estaria diretamente vinculada ao patriarcado, não somente em função da subordinação das mulheres à dominação masculina, mas também a subordinação dos homens detentores de masculinidades não hegemônicas. Nesta linha de raciocínio, Raewyn Connell (1995) vai defender que o sentido de masculinidade hegemônica diz de características físicas, habilidades e comportamentos exigidos dos homens. Um processo que tem início desde a infância. Nesta fase, as brincadeiras são um exercício sutil e eficaz para as diferenças entre meninos e meninas. Aos meninos, por exemplo, as brincadeiras envolvem ação, força, velocidade, competitividade, enfim, algo que confere um certo poder nas relações com as meninas e com os demais meninos.

O corpo descuidado, o desânimo e outros elementos estéticos vão ajudando a caracterizar o posicionamento ético-moral desse “outro”, como o oposto, como a diferença que serve para construir o lugar do herói e seu antagonista. Dedicando-se a analisar como as masculinidades vão sendo construídas nas relações entre heróis e vilões, Adriano

Beiras e outros/as destacam que “os corpos dos heróis são costumeiramente representados de forma mais simétrica, dentro de padrões normativos de saúde e beleza” (BEIRAS et. al, 2007, p. 66), diferente dos vilões que “frequentemente carregam traços ou atributos que os desviam destes mesmos padrões, tais como cicatrizes, deficiências físicas ou feições associadas ao grotesco” (*ib*).

“O Rei Leão” também aposta nessa fórmula de estabelecer a diferença entre beleza e feiura, saúde e decadência, bem e mal. Os encontros entre os dois leões, ao longo da película, reforçam essas diferenças. Nesse primeiro encontro, o objetivo do rei com a visita ao irmão é saber o porquê de o tio não ter ido à apresentação do sobrinho. Trata-se de uma cobrança de um Rei ao seu súdito, demonstrando que a um Rei se deve obediência, respeito e reverência. Scar, então, deixa transparecer sua inveja e raiva pela perda do posto de herdeiro, uma vez que agora o pequeno Simba é o herdeiro legítimo. Além das diferenças físicas entre os irmãos, é o próprio Scar que, durante o diálogo com o rei, explicita sua inferioridade física, enquanto enaltece suas habilidades intelectuais e psicológicas. Podemos pensar que Scar aproxima-se do que Raewyn Connell (2020) chama de masculinidade subordinada, que, segundo João Paulo Baliscai (2018, p. 188), “é parte da constituição dos indivíduos que estão à margem e, portanto, que são desvalorizados

pela lógica patriarcal”. As diferenças físicas ficam ainda mais definidas quando os dois irmãos contracenam.

Mufasa (para Scar que está saindo da cena): Não dê as costas para mim, Scar.

Scar: Ah, não, Mufasa, mas é melhor você não dar as costas para mim.

Mufasa (colocando-se frente a frente a Scar e olhando-o nos olhos): Isso é uma ameaça?

Scar (baixando ainda mais o tom da voz): Calma, calma... eu não sonharia em desafiar você.

Zazu: Que pena! Por que não?

Scar: Em matéria de cérebro, eu tenho a herança dos leões, mas em matéria de força bruta... (agora com a voz mais trêmula ainda), eu receio não ser um bom representante da espécie (sai de cena).

A partir do diálogo descrito acima, podemos pensar nos variados aspectos físicos, narrativos e discursivos utilizados na construção dos personagens, sobretudo de Mufasa e de Scar. Inicialmente, somos apresentados ao local onde, provavelmente, Scar vive: uma caverna escura (percebemos o sol no alto, do lado de fora, quando Mufasa aparece na entrada da caverna) e um nível abaixo daquela habitada por seu irmão rei. As diferenças físicas também buscam denotar a inferioridade de Scar perante seu irmão. Cláudia C. Rael (2008, p. 162), ao analisar a construção de personagens dos estúdios Disney, ressalta que “nos

desenhos da Disney o recurso simbólico das cores é utilizado frequentemente” (RAEL, 2008, p. 162). Para ela, cores escuras criam a atmosfera para situações e personificação do mal e dos/as vilões/ãs (habitações, roupas); cores claras personificam, por outro lado, tudo que se refere ao herói ou à heroína (RAEL, 2008).

Uma vez que fica definida, pelos traços, pela habitação, pelo físico e pelo discurso do próprio Scar, sua suposta inferioridade perante Mufasa, podemos pensar, também, a partir dessa cena, aspectos tocantes às masculinidades dos personagens. Mais do que decretar que não herdou a força bruta característica dos leões, mas que, por outro lado, possui a astúcia e a inteligência da espécie, posicionando-se subordinadamente a seu irmão, Scar delimita a posição hegemônica de Mufasa. Cláudia Rael (2008) demonstra o papel que os desenhos animados, enquanto artefato cultural, desempenham, uma vez que põem em circulação uma série de discursos e práticas determinadas a um ou ao outro gênero. “Assistimos aos desenhos sem perceber que eles estão nos constituindo e ensinando o que é ser homem, ser mulher, ser criança, ser branco ou negro” (RAEL, 2008, p. 161).

Já Mufasa, através de sua posição na sociedade, de seu corpo e de sua performance (BUTLER, 2011), aproxima-se do que Connell (1995, 2013) aponta como masculinidade hegemônica.

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245)

As masculinidades são construídas nas relações dos homens com os demais homens e também com as mulheres. Mufasa relaciona-se com os demais leões e outros personagens machos de formas distintas, construindo-se, nessa relação, tanto a masculinidade do próprio rei quanto dos demais personagens.

Zazu é o fiel servo do rei. Na cena inicial da animação, somos apresentados/as a ele, no momento no qual ele se aproxima respeitosamente do rei, fazendo uma espécie de circunflexão. Na cena, enquanto o vento agita a juba de Mufasa, que se encontra na Pedra do Rei, Zazu pousa e o reverencia, recebendo, em troca, apenas uma pequena reverência com a cabeça e um discreto e sóbrio sorriso. Tal relação pode aproximar o personagem Zazu do que Connell (1995, 2013) define como masculinidade cúmplice: “sujeitos que não correspondem necessariamente ao ideal lançado

pela Masculinidade Hegemônica mas que, mesmo assim a valorizam, pois, possivelmente, usufruirão dos benefícios que ela lhes acarretará” (BALISCEI, 2018, p. 194). Tal posição pode ser percebida na sequência da cena entre Mufasa e Simba, retratada no item anterior, na qual Mufasa ensina a Simba sobre o que é ser rei e como é o ciclo da vida.

Retomando a cena, com a chegada de Zazu, que começa a dar as notícias do dia, Simba começa a perseguir um pequeno grilo que saltava por ali.

Mufasa: *O que está fazendo, Simba?*

Simba: *(tentando pegar o grilo que escapa) Atacando!*

Mufasa: *Deixa um profissional lhe ensinar (vira-se para Zazu que está distraído narrando as notícias). Zazu, você quer se virar?*

Zazu: *Sim, majestade! (vira-se, de forma automática, e continua a falar).*

Mufasa: *(cochicha com Simba) Fique aqui no chão,*

Simba: *Sim, sim... ficar aqui no chão (como um aluno repetindo a lição),*

Zazu: *(ao perceber o silêncio) O que que houve?*

Mufasa: *Lição de ataque.*

Zazu: *Muito bem, ataque! Ataque! (virando-se agitado) Oh, senhor... Não... Fale sério... (Mufasa sinaliza para que ele se vire novamente de costas) Oh, isso é tão humilhante (vira-se resignado).*

Mufasa: *(para Simba) Não faça nenhum barulho...*

Zazu: *O que disse a ele Mufasa? (silêncio) Mufasa? Simba? (Simba ataca e derruba Zazu da pedra onde estava, sob risos e elogios do pai).*

Mesmo após a morte de Mufasa, quando Scar assume o trono, Zazu mantém o mesmo comportamento, porém, prisioneiro de Scar, e ainda assim, demonstrando subserviência e lealdade a Mufasa e, posteriormente, a Simba, quando este retorna ao reino, retoma o poder e assume o trono.

Já Scar performa, no sentido que Judith Butler (2011) traçou, como dito anteriormente, uma masculinidade subordinada (CONNELL 1995, 2013). Em outra cena, num diálogo com Simba, Scar, de forma bastante dissimulada, incita o filhote a ir até um cemitério de elefantes, no qual hienas famintas, a mando do tio, esperariam pelo pequeno herdeiro. Guacira Lopes Louro (2013), ao analisar filmes de faroeste, traça alguns pontos acerca dos personagens daquele gênero cinematográfico, mas que se aplicam a tantos outros, como no caso da animação “O Rei Leão”. Para ela, “mocinhos e bandidos, bravos e covardes, o bem contra o mal”, (LOURO, 2013, p. 175) são algumas das dicotomias típicas dos filmes de faroeste e que também podemos encontrar nas narrativas de animações. Trata-se de dicotomias que separam os personagens em dois grupos ou dois lados: “De um lado, integridade, altruísmo e coragem – qualidades demonstradas especialmente pelo herói –; do outro lado, egoísmo, desonestidade e falta de compaixão” (LOURO, 2013, p. 175).

Scar é a representação do mal, é covarde, esconde-se atrás das hienas e trama com elas para conquistar o trono.

Já Mufasa é a representação do bem, é admirado, sábio, corajoso. Torna-se o herói que sucumbe à morte para salvar o filho. A aproximação de Scar, com características consideradas menores ou menos nobres, tais como seus gestos, por vezes afeminados, sua fala arrastada e impregnada de duplo sentido e de ironias, aproxima-o ainda mais da masculinidade subordinada.

No decorrer da animação, encontramos mais uma cena na qual Scar é julgado como sendo inferior à Mufasa. Scar se alia a três hienas, que, na animação, são tomadas como o maior inimigo dos leões, e juntos armam uma emboscada para matar Simba para que, assim, Scar volte a ser o herdeiro do trono. Entretanto, elas são impedidas por Mufasa que luta com elas e salva o filho. Enquanto as três hienas, comparsas de Scar, sofrem com as feridas provocadas pela briga com o rei, Scar surge em cena e é menosprezado por elas.

As hienas estão, após um ataque frustrado, que descobrimos, nesse momento, ter sido orquestrado por Scar, falando o quanto odeiam os leões, quando uma fumaça verde se dissipa e a voz de Scar, que surge no alto de uma pedra, é ouvida.

Scar: Claro que os leões não são assim tão maus!

Hiena 2: Ah, Scar, é só você! (fazendo pouco caso).

Hiena 1: Ficamos com medo que fosse alguém importante.

Hiena 2: Alguém como Mufasa!

Scar: Entendo...

Hiena 1: Ele tem poder!

Hiena 2: Nem me fala... Só de ouvir o nome dele eu tremo.

Hiena 1: (interrompendo) Mufasa...

Hiena 2: (simula tremer de medo) Repete!

Hiena 1: Mufasa...

Hiena 2: Mufasa... Mufasa... (a Hiena 1 simula toda vez que ouve o nome de Mufasa, enquanto a Hiena 3 ri compulsivamente).

Scar: Eu estou cercado de idiotas (coçando a testa com desdém pelas hienas).

Hiena 2: Qual é, Scar, você é um de nós, você é nosso chapa!

Scar: (virando o rosto com desdém) Encantado!

Hiena 1: Ah, eu gosto disso. Ele não é o rei, mas é tão respeitável... (bajulando com ironia).

Enquanto a masculinidade hegemônica de Mufasa é inquestionável, respeitada e até mesmo temida, a masculinidade subordinada de Scar é passível de deboche e desconfiança. Aqueles que se encontram nessa posição são constantemente marginalizados e desvalorizados, como pudemos perceber na cena descrita. Assim como em outros vilões das demais produções da Disney, a composição do corpo de Scar também aponta para formas grotescas e até mesmo deformadas, como dito anteriormente.

A integridade moral de Scar também é colocada em xeque pelas hienas no final da cena descrita acima. Na animação, as hienas são colocadas na desconfortável e humilhante condição de estarem no final da cadeia alimentar,

uma vez que se alimentam das sobras (carniça) deixadas pelos demais carnívoros. Ao dizerem para Scar, “*Você é um de nós, é nosso chapa*”, elas demonstram que não o respeitam, tampouco o consideram uma ameaça, ao contrário de Mufasa e dos demais leões. É justamente a condição subordinada de Scar que permite essa aproximação. Ele é considerado menor, inofensivo e abjeto, sendo, assim, merecedor do seu fim trágico: ser devorado pelas hienas, quando estas descobrem que apenas foram usadas por ele.

Um leão, um suricato e um javali: outras possíveis relações de poder e masculinidades

Scar consegue o que tanto queria. Juntamente com as hienas, prepara uma emboscada para Mufasa. Utilizando Simba como “isca”, uma vez que este já havia desobedecido a seu pai anteriormente, Scar e as hienas provocam um estouro da manada e o vilão vai até Mufasa dizendo que Simba novamente estaria em perigo, visto que se encontrava no meio do estouro.

Após muito esforço e vários ferimentos, Mufasa consegue, finalmente, colocar Simba a salvo e em um lugar seguro, porém, ele cai e novamente se vê em meio à manada. Consegue alcançar uma encosta íngreme e, após várias tentativas de escalar o desfiladeiro, Mufasa chega finalmente ao topo. Nesse momento, sua expressão é de dor e

de cansaço. Há muita poeira, o estouro parece não acabar. Mufasa, então, percebe a presença de Scar, que assistia a tudo impassível.

Mufasa: Scar! Irmão! Me ajude!

(pedras caem, as patas traseiras de Mufasa escorregam, ele luta para salvar sua vida.)

(Scar crava suas garras nas patas dianteiras de Mufasa - que geme de dor - e encara o irmão, esboçando um sorriso debochado).

Scar: Vida longa ao rei! *(soltando o irmão que cai do penhasco).*

Durante toda a cena, a atmosfera é dramática, Simba, que estava do outro lado, em outro penhasco, e que presencia toda a luta do pai para salvar a própria vida, não conseguiu ver a cena da morte de seu pai com detalhes, devido à sua posição e à grande quantidade de poeira levantada pela manada. A música dramática de acordes firmes cessa e o silêncio toma conta da cena. Simba desce de onde estava e encontra o corpo inerte de Mufasa. Uma música triste toma conta da cena enquanto Simba tenta, em vão, despertar o pai. Ao perceber que seus esforços são inúteis, Simba acomoda-se sob a pata do pai e chora. Porém, é interrompido por seu tio.

Scar: Simba, o que foi que você fez?

Simba: *(com tom de voz desesperado)* Foi um acidente, houve debandada.. eu não queria que isso acontecesse!

Scar: Claro, é claro que não quis... Ninguém jamais pretende que estas coisas aconteçam (puxando o sobrinho para si, como se fosse confortá-lo). Mas o rei está morto e, se não fosse por você, ainda estaria vivo (Simba chora). E o que sua mãe vai pensar?

Simba: E o que eu vou fazer, tio Scar?

Scar: Fuja, Simba... Fuja pra longe e não volte mais... (Simba foge, as hienas aparecem atrás de Scar)

Scar: (ordena às hienas) Matem!!

Simba, entretanto, consegue fugir das hienas e chega a um outro lugar. Esse lugar parece ser bem distante, uma vez que toda a paisagem se altera. É uma região desértica e Simba está deitado no chão, o sol é escaldante e as sombras de aves de rapina circundam o pequeno leão. Elas pousam ao redor de Simba, mas são dispersas por um suricato que surge montado em um javali.

Esses novos personagens são Timão e Pumba. Eles salvam Simba, porém, quando Timão, o suricato, percebe que se trata de um leão, sugere que eles corram e se protejam.

Pumba: (com voz doce, quase maternal) Ah, Timão, é só um leãozinho... Olha pra ele, tão bonitinho... e sozinho... Ficamos com ele?

Timão: (aos gritos) Você tá maluco? É um leão. Leão comem caras como nós...

Pumba: Mas é tão pequeno...

Timão: Mas vai crescer...

Pumba: Mas pode ficar do nosso lado...

Timão: Ficar do nosso... é a coisa mais idiota que já.. (pausa) ei.... Saquei... e se ele ficar do nosso lado? A gente ter um leão por perto pode não ser uma má ideia...

Assim, Simba cresce ao lado de Timão e Pumba e aprende com eles inúmeras coisas: a tomar banho frequente, a se alimentar de pequenos insetos e larvas e, também, a filosofia de vida dos dois amigos que consiste no lema “*Hakuna matata*” que seria uma vida sem problemas. Todavia, as lembranças do passado, especialmente da culpa pela morte do pai, não abandonam Simba.

Na relação de amizade entre os três personagens, podemos perceber traços e fazer aproximações com as relações de masculinidades que buscamos aqui discutir. Importante ressaltar que a construção social da masculinidade não se orienta apenas pelas figuras com as quais o sujeito se identifica, mas também por aquelas das quais ele se diferencia (CONNEL, 1995). Assim, nas cenas que marcam a passagem do tempo e do fortalecimento da relação entre os três personagens, somos apresentados/as às mudanças físicas que ocorrem com o crescimento de Simba e sua transformação em um leão adolescente.

Compreendemos, juntamente com Jussara Vargas (2017), que a adolescência, muito mais do que uma etapa da vida, é uma cultura na qual aprendizados e maneiras de se pensar, de se posicionar e de viver no mundo são construídos,

implicando, inclusive uma espécie de moratória. Assim, a adolescência seria um tipo de “estágio”, um momento da vida em que os indivíduos, ainda não adultos e, portanto, sem as responsabilidades dessa faixa etária, poderiam se dedicar ou tomar esse momento como um tempo para o ensaio e o erro. A adolescência estaria ligada às experimentações, ao prazer, à diversão e à irresponsabilidade. Talvez por isso, as sanções também seriam aplicadas de maneira relativa ao indivíduo adolescente (VARGAS, 2017).

Ao longo de uma sequência de cenas tendo como fundo a música “Hakuna Matata”, Timão e Pumba vão apresentando a Simba uma nova forma de viver. Simba se encanta com as novas paisagens. Nas passagens das cenas, os amigos dormem, comem, nadam, se divertem, enquanto podemos perceber as mudanças físicas de Simba, que, aos poucos, assume o corpo semelhante ao de seu pai, com todas as marcas que denotam a masculinidade hegemônica que ele passa a desempenhar perante seus amigos. Por outro lado, podemos aproximar Timão e Pumba das representações de masculinidades cúmplices e marginalizadas, respectivamente. Adriano Beiras et al (2013), ao analisarem os personagens coadjuvantes e vilões de histórias em quadrinhos, ressaltam que “existe um modelo, fortemente colocado nessas narrativas do que significa ser um homem e do que se espera de um homem em nossa sociedade” (BEIRAS et.al.,

2013, p. 66). Nessa linha de pensamento da construção das masculinidades em relação no interior do gênero, os autores ainda afirmam que “aqueles que se desviam destes padrões geralmente surgem como coadjuvantes, sem capacidade de ação transformadora, como alívio cômico e objeto de sátira, ou ainda como vilões, personificando a antítese ou corrupção do modelo proposto” (BEIRAS et.al., 2013, p. 66).

Ampliando a citação acima, podemos pensar que, na animação “O Rei leão”, percebe-se a mesma composição de personagens. Os corpos de Timão e Pumba são apresentados de maneira a refletir, também, suas personalidades. Timão, que é um suricato, tem seu corpo esguio e ágil que denota, também, sua personalidade. É criativo e sempre encontra uma solução para os problemas. Relacionando-o aos demais personagens, podemos aproximá-lo de Zazu, o fiel servo de Mufasa, uma vez que, assim como naquele, percebemos uma masculinidade cúmplice, já que, estando ao lado de Simba, desfruta das vantagens e valores dirigidos à masculinidade hegemônica, sem, contudo, efetivamente vivenciá-la.

Já Pumba, por outro lado, aproxima-se de uma masculinidade marginalizada, uma vez que esta, conforme explica Baliscai (2018), citando Connell (1995; 2013), “reúne homens que, por sua raça, cor, etnia, idade ou classe social encontram dificuldades para ascender à posição hegemônica nas políticas de masculinidade”. O corpo de Pumba,

por se tratar de um javali, aproxima-se de corpos não valorizados na sociedade e que se tornam, assim, passíveis de piadas ou desprovidos da possibilidade de ascender à posição hegemônica de masculinidade. Para Beiras et al (2013, p. 62), um “corpo musculoso, forte e viril (tirado de academias, imagens publicitárias e veículos de entretenimento) vem historicamente se tornando o referencial de corporeidade masculina”, da mesma forma que os “corpos que desviam deste padrão são comumente satirizados ou mesmo excluídos da mídia” (*ib*). Nos nossos padrões normativos de masculinidades atuais, os músculos são investimentos, algo que diz de disciplina corporal com alimentação, exercícios, repetição, obediência, de maneira que não são somente os músculos que indicam masculinidades, mas todo processo disciplinar dos quais eles são resultados, “atestando um ideal de força e virilidade, potencializado pela mídia sobre o imaginário de jovens homens” (*ib*). Ao mesmo tempo em que essas estratégias constituem as cenas e dão vida às personagens de “O Rei Leão”, elas são reforçadas pela animação, num processo educativo dos sujeitos, tantos homens quanto mulheres.

Pumba, também, ao encontrar Simba, ainda filhote após o ataque das hienas, com a voz doce, quase maternal, pede, quase implorando a Timão, que os amigos “fiquem” com o filhote de leão, assumindo uma posição próxima ao maternal,

entoando a voz de forma doce: *Ah, Timão, é só um leãozinho... Olha pra ele, tão bonitinho... e sozinho... Ficamos com ele?*

Neste ínterim, seria prudente enfatizar que não há, aqui, a ideia de fixar comportamentos ou taxar possibilidades de se vivenciar apenas uma das possíveis formas de masculinidades. “A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250). Ao contrário disso, os autores têm demonstrado que elas “são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250).

Assim como as demais identidades, tais como gênero, raça, classe, sexualidade, as masculinidades não são estanques ou definitivas. São aspectos construídos no campo das relações humanas. Dessa forma, nosso argumento é de que o caráter relacional das identidades nos incita a pensar e problematizar as inúmeras relações de poder que cercam essas construções. “Diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade”, o que nos provoca a supor que uma “determinada forma hegemônica

de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela” (CONNELL, 1995, p. 189).

Tal como nas fábulas, as relações entre os três improváveis amigos, uma vez que o leão é predador tanto de suricatos quanto de javalis, podem ilustrar as relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Simba nasceu e estava sendo educado para se tornar rei. Recebia instruções e conhecimentos, vindos sobretudo do pai, acerca de todas as responsabilidades, compromissos e de tudo mais que era esperado/determinado naquela sociedade para ele. Percebemos, assim, um projeto (CONNELL, 1995) de construção da masculinidade de Simba, cercado de reviravoltas e encontros com instituições e forças culturais, o qual, inicialmente, propunha a perpetuação de papéis esperados para ele e ensinados especialmente por seu pai. Afastado de sua família, porém, Simba inicia um novo processo de construção de masculinidades ao se relacionar com Timão e Pumba, um projeto de masculinidade que buscava aproximar-se da ausência daquelas responsabilidades, mas, que devido a seus atributos físicos, que agora, assemelham-se ao de seu pai, e de sua postura enquanto defensor do grupo, não é concretizado e ele acaba por projetar em si o projeto hegemônico de masculinidade.

*“Aqui vem o leão que será rei, pai”
- ou haverá um final feliz?*

Buscamos, tendo como pano de fundo a animação “O Rei Leão”, discutir as representações de masculinidades, sobretudo traços referentes às masculinidades hegemônicas, cúmplices, subordinadas e marginalizadas presentes em alguns personagens, cenas, diálogos, narrativas e discursos que são colocados em ação durante o filme, bem como problematizar relações de poder e infâncias que se apresentam em artefatos culturais como a animação “O Rei Leão”. Partimos da compreensão de que a animação é um artefato cultural, ou seja, um produto que opera no sentido de produzir subjetividades e construir sentidos.

Inspirados na forma como as fábulas, através de seus personagens e de ‘sua moral da história’, ensinam, há vários séculos, comportamentos aos seres humanos, tomamos a animação “O Rei Leão” como um artefato cultural capaz de capturar adultos e crianças ao redor do mundo, ao contar as aventuras de um filhote de leão que se exila após a trágica morte de seu pai, o rei, e volta, anos depois, para retomar seu trono e a dignidade de seu povo.

Ao descrever algumas cenas, personagens e diálogos, buscamos uma aproximação com os estudos sobre as masculinidades de modo a aproximar alguns personagens de possíveis características físicas e psicológicas que os

relacionam com as masculinidades hegemônicas, subordinadas, cúmplices ou marginalizadas. Contudo, procuramos não enquadrar ou delimitar as personagens, uma vez que compreendemos que as masculinidades, assim como as demais relações de gênero, não são estanques ou definitivas, mas construções que se desenham e traçam reviravoltas e que ocorrem no campo das relações de poder.

Uma proposta de análise como a aqui executada não se encerra em si, uma vez que embasamos nossas análises na perspectiva pós-estruturalista, na qual não se busca uma verdade única, reconhecendo a provisoriedade das certezas. Assim, do mesmo modo que a história contada em “O Rei Leão” exalta o ciclo da vida, que recomeça, sempre, sem fim, deixamos, também, aberta esta análise, apostando na possibilidade de desconstruir masculinidades indesejadas para a construção de outras formas de ser e de estar no mundo como homens em suas diversas masculinidades.

REFERÊNCIAS

- BADIOU, Alain. **Imágenes y Palabras**: escritos sobre cine y teatro. Buenos Aires: Manancial, 2005.
- BALISCEI, João Paulo; CALSA, Geiva Carolina; GARCÍA, Fernando H.. Imagens da Disney (re)produzindo gênero: Revisão da produção acadêmica (2003 -2015). **Revista Digital do LAV**, v. 10, n. 3, p. 156-178, septiembre-diciembre, 2017.
- BALISCEI, João Paulo. **Vilões, heróis e coadjuvantes**: um estudo sobre masculinidades, ensino de arte e pedagogias Disney. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2018.
- BEIRAS, Adriano; LODETTI, Alex; CABRAL, Arthur Grimm; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; RAIMUNDO, Pablo. Gênero e super-heróis: o traçado do corpo masculino pela norma. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. 3. Porto Alegre, 2013.
- BUTLER, Judith. Actos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1224> Acesso em: 13 set. 2020
- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 242 - 282, janeiro-abril/2013.
- ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos** - nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

- FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidade**. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- LOURO, Guacira. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 25, p. 235-245, 2007.
- LOURO, Guacira. Destemidos, bravos, solitários – a masculinidade na versão western. **Revista Bagoas**, n. 10, p. 171-182, 2013.
- RAEL, Claudia Cordeiro. Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (organizadoras). **Corpo, gênero e sexualidade**. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- VARGAS, Juliana. Culturas juvenis contemporâneas: produções sobre o tema. In RIBEIRO, Paula R. C.; CORPES, Joanalira. **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- XAVIER FILHA, Constantina Kit de materiais educativos para a educação para sexualidade, para equidade de gênero e para a diversidade sexual: protagonismos, ousadas e peraltagens possíveis. In: **Educação para Sexualidade, para a Equidade de Gênero e para a Diversidade Sexual**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.
- XAVIER-FILHA, Constantina. Sexualidade(s) e Gênero(s) em arte-fatos culturais para a infância: práticas discursivas e construções

de identidades. In **Educação para Sexualidade, para a Equidade de Gênero e para a Diversidade Sexual**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

XAVIER, Ismail. Um Cinema que “Educa” é um cinema que (nos) faz pensar. **Rev. Educação & Realidade**, Porto Alegre: Ed UFRGS, v. 33, n1, p. 13-20, 1995.

04

ADÉLIA SAMPAIO E O “JÚRI DO AMOR MALDITO”

ADÉLIA SAMPAIO AND THE “CURSED LOVE JURY”

Camila Nadedja Teixeira Barbosa

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Doutoranda em História (UFRPE)

E-mail: camila_nadedja@hotmail.com





Resumo

O presente artigo pretende analisar o modo como “Amor Maldito” de Adélia Sampaio, considerada a primeira diretora negra brasileira, figurou na imprensa da época. Assim, pretende-se demonstrar de que forma a crítica jornalística percebeu o filme “Amor Maldito” e como essa percepção se relaciona com as reflexões trazida pelo filme. Fez parte de nosso objetivo, além disso, perceber as relações da trajetória da diretora e o seu papel inovador no cinema nacional, assim como, as discussões sociais provocadas pela sua obra.

Palavras-Chave: Adélia Sampaio; Amor Maldito; Jornais

Abstract

This article intends to analyze the way “Cursed Love” by Adélia Sampaio, considered the first black Brazilian director, appeared in the press back in time. Therefore, it is intended to demonstrate how the journalistic critic perceived the film “Cursed Love” and how this perception is related to the reflections brought by the film. It was also part of our goal to understand the relations of the director’s trajectory and her innovative role in national cinema, as well as the social discussions provoked by her work.

Keywords: Adélia Sampaio; Cursed Love; Newspapers.

Considerações Iniciais (Introdução)

“Para fazer arte nesse país é preciso ter coragem e muita fé. Fé não só em você, mas fé que você vai sobreviver as dificuldades, as dores e a fé que um dia isso vai mudar”

(SAMPAIO, Adélia)

Pensar a participação das mulheres no audiovisual brasileiro é pensar uma exclusão sumária. Ao longo da história do cinema as mulheres assumiram espaços na produção fílmica, mas pouco se sabe sobre o trabalho dessas mulheres.

O cinema feito por mulheres, atrizes, diretoras e produtoras, no Brasil, vem de longa data e percorre uma trajetória invulgar na história de nossa cinematografia. Entretanto, historicamente, o trabalho das mulheres tende a ser silenciado ou, de alguma forma minimizado, procedimento que, no campo do cinema, não tem se mostrado muito diferente. (HOLLANDA, 2017, p.7)

Nos últimos anos, têm surgido vários trabalhos sobre a participação da mulher no audiovisual brasileiro, esse resgate não é apenas necessário pelas várias possibilidades narrativas, dramáticas e de expressões produzida pelas mulheres, mas principalmente por uma reivindicação política.

Uma pesquisa produzida pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de analisar a diversidade de produção no cinema brasileiro computou as informações de gênero e raça dos que produzem audiovisual no Brasil. O estudo mostra que em quase meio século de cinema e diversas mudanças políticas e sociais no país e as alterações na estrutura de produção no cinema nacional, a direção/produção e os personagens principais dos filmes em sua grande maioria ainda são compostos por homens brancos. O cinema no Brasil ainda é marcado por muita desigualdade de gênero e raça. Entre os anos de 1970 e 2016 os filmes de grande público, 98% foi dirigido por homens. No que diz respeito ao gênero, o índice de mulheres na direção é de apenas 2%. E nenhuma delas é negra. Esses dados reafirmam como a produção cinematográfica brasileira está em sintonia com o sistema institucional que caracteriza as relações sociais no país.

a liberdade representacional do branco se fundamenta justamente por sua variação e transformação infinita em imagens boas, más, complexas, ambíguas, características corporais diversas etc., que contribuem para alçá-lo ao lugar de homem universal (HIRANO,2013, p.39)

Assim, os privilégios da branquitude possibilitam aos homens brancos e às mulheres brancas uma maior

variedade representacional. Esse estudo é muito importante, porém para entender a participação da mulher negra é preciso observar outros parâmetros de análise, indo além das maiores bilheterias.

enxergar a relevância do cinema de curta-metragem, no qual o conceito de cinema negro no feminino toma a forma diferenciadas, múltiplas e complexas estratégias de produção e representação audiovisual, em oposição a assimetrias específicas vivenciadas pelas mulheres negras em virtude da interseção entre gênero e raça. (FERREIRA; SOUZA, 2017, p. 178).

A própria Adélia sempre percebeu essa disparidade *“partindo da premissa de que cinema é efetivamente uma arte muito elitista, eu não estou inclusa nesse padrão. Sou mulher, também é uma coisa meio complicada, não dão muito crédito”*. (SAMPAIO, 1988, p. 89).

A partir dessa perspectiva é que serão analisados os pioneirismos de Adélia Sampaio, a primeira diretora negra de longa-metragem com dois filmes de ficção, um documentário e quatro curtas metragens. Será dado um enfoque maior no filme *“Amor Maldito”*, analisando sua produção e recepção utilizando os jornais da época, além de vídeos no *YouTube* e sites especializados em cinema.

O presente estudo compõe-se de quatro seções. A primeira aborda a trajetória de Adélia Sampaio, trazendo

alguns aspectos da sua vida e seu percurso no cinema. A segunda refere-se à história do filme e sua forma produção. A terceira a crítica cinematográfica de jornal, a quarta e última seção concerne a análise do filme “Amor Maldito” demonstrando sua importância para o cinema nacional. E por fim, as considerações finais.

Adélia Sampaio: Uma cineasta ousada¹

Filha de Guiomar Joana Ferreira, empregada doméstica, Adélia Pereira Sampaio nasceu em 1944, em Belo Horizonte (MG). Foi retirada da sua mãe quando ela tinha apenas 4 anos e só a reencontrou aos 13 anos quando foi levada para morar no Rio de Janeiro. Por ter passado parte da sua vida morando no asilo Santa Luzia do Rio das Velhas, no interior de Minas Gerais, Adélia não conseguiu concluir os seus estudos. Já morando no Rio de Janeiro, sua irmã Eliana Cobbett² (1942-2007) levou Adélia para o cinema pela primeira vez para assistir à pré-estreia de “Ivan, o Terrível” de Seguei Eisenstein.³

-
- 1 Os nomes das seções fazem referência aos títulos das reportagens dos jornais em circulação na época da produção e distribuição do filme.
 - 2 Ao contrário de Adélia, ela concluiu duas graduações, Economia e Economia em cinema pela FGV. Eliana Cobbett é considerada “a primeira mulher produtora executiva de filmes no Brasil”. (O Globo, 2007). Adélia e Eliana estão em polos opostos nas estatísticas, e ambas tiveram suas histórias apagadas do cinema Brasileiro.
 - 3 Lançado em 30 dezembro de 1944 na Rússia.

Adélia ficou encantada quando se deparou com uma tela grande, naquele momento ela disse para sua irmã “*eu quero fazer aquilo*” (PORTAL INFONET, 2016). Adélia ainda com 13 anos começou a trabalhar em lojas de departamento no Rio de Janeiro. Por não ter educação formal, sabia que não poderia estudar, mas nunca esqueceu o seu sonho de um dia fazer cinema, de “entrar na tela grande”. Um dia ela viu um anúncio que precisavam de telefonista na empresa DiFilm⁴. Ela se candidatou ao cargo e foi admitida por Leon Ritcna.

Fui ser telefonista da DiFilm porque eu, um dia, queria dirigir um filme. Fui para a Difilm porque achei que ali eu poderia estar próxima de alguma coisa que eu queria muito, na medida de que jamais eu iria conseguir ingressar numa faculdade, por uma questão econômica (...). Estão achei que ali eu poderia, pelo menos, descobrir, pegar e sentir o que era uma película. (SAMPAIO, 1988, p.92)

A DiFilm seria sua porta de entrada para trabalhar com cinema. Na DiFilm Adélia entrou em contato com os cineastas do movimento do Cinema Novo⁵ e influenciada

4 Distribuidora criada por expoentes do Cinema Novo, como Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Luiz Carlos Barreto.

5 “O Cinema Novo foi o primeiro movimento de vanguarda do cinema brasileiro. Originalmente não se apresentou como escola estética, manifestando-se coletivamente através da insatisfação de cineastas com o tipo de produção realizada pelas grandes companhias cinematográficas. Os cineastas considerados do Cinema Novo tinham em comum a preocupação com problemas sociais expressa na tentativa de fazer uma reflexão sobre a identidade nacional brasileira em seus filmes” (MARTINS, 2009, p.32)

por cineastas como Jacques Tati, Chaplin e Bergaman, organizava cineclubes com filmes exibidos em 16mm, fazia debates e gostava de “juntar pessoas”.

Adélia Sampaio fazia pequenos trabalhos na distribuição e com o incentivo da irmã, começou a passar por todos os seguimentos dentro da produção, desde câmera, montagem, claquete, continuidade e foi diretora de produção de mais de 70 filmes:

No Rio de Janeiro, ela [Adélia] desempenhou diversos trabalhos como diretora de produção em filmes de Marcos Faria (**A cartomante**), Geraldo Santos Pereira (**O Seminarista**), Alcino Diniz (**O Coronel e o Lobisomen**), Willian Cobbett (**O Monstro de Santa Tereza e O Grande Palhaço**), Lulu de Barros (**Ele, Ela, Quem?**), Antônio Calmon (**Guerra da Lagosta**) e José Medeiros (**Parceiros de Aventura**) (CORREIO BRAZILIENSE, 1984c, p.19).

Desligou-se da DiFilm em 1971 e fundou sua própria empresa a Produtora: A.F. Sampaio produções e realizou seus quatro curtas: “Denúncia Vazia” (1979), “Adulto não brinca” (1981), “Agora um Deus dança em mim” (1982) e “Na Poeira das ruas” (1984). Inclusive, em entrevista, Adélia relata que os negativos dos curtas foram armazenados no MAM (Museu de arte moderna) do Rio de Janeiro e sumiram, impedindo não apenas sua divulgação, como também pesquisas aprofundadas sobre a sua relevância para o cenário nacional.

Adélia decide que está na hora de fazer seu primeiro longa-metragem ao se deparar com uma notícia real nos jornais impressos sobre o caso de uma ex-miss de Jacarepaguá. *“Quando eu fui fazer ‘Amor Maldito’ eu estava absolutamente segura, não é um grande clássico, mas ninguém ousou fazer o que eu fiz”* (PORTAL INFONET, 2016). Seu segundo longa-metragem foi Fugindo do passado (1987) e seu trabalho mais recente é de 2004. A cineasta codirigiu o documentário *“AI-5, o dia que não existiu”*.

Amor Maldito: Caso real dos embates de uma lésbica com a Justiça

Em 2015, 34 anos após o lançamento do filme ocorreu uma mostra de cinema negro no Rio de Janeiro e o filme de Adélia foi redescoberto.

costumo dizer que me sentia uma velha vassoura abandonada no fundo de um armário. Edileuza abre essa porta e me ilumina. Desde esse dia que não paro de apresentar o filme, debater o tema, visitar quilombos e comunidades de negros” (SAMAPIO, 2018, p.23).

É importante ressaltar que Adélia começou a ser vista e sua obra estudada a partir do trabalho de outra mulher negra, através da pesquisadora de cinema negro Edileuza Penha de Souza que trouxe em sua tese intitulada *“cinema na panela de barro: Mulheres Negras e suas narrativas de*

amor, afeto e identidade” a informação de que Adélia era a primeira cineasta negra do Brasil.

O filme “Amor Maldito” se baseia em um caso real que foi noticiado nos jornais. Entre o acontecimento e o lançamento do filme passaram-se sete anos. Em uma entrevista para a revista Filme Cultural de 1988, Adélia explica como surgiu a ideia para o tema do seu primeiro Longa-Metragem.

O projeto nasceu a partir de recortes de jornais que o José Louzeiro tinha, por que é uma história verídica. A gente reuniu os atores, sem nenhuma perspectiva de dinheiro objetiva para dirigir o trabalho, e o roteiro fluiu através de várias reuniões que fizemos na casa de Louzeiro. Foram notícias de jornais, baseadas num papo, e para espanto da gente deu manchete uma vez na Última Hora, a coisa tomou um cunho de sensacionalismo. (SAMPAIO, 1988, p.89)

O caso em questão foi o da ex-miss Jacarepaguá que cometeu *suicídio* em 1º de novembro de 1977. Na ocasião ela morava com sua ex companheira Ninuccia Bianchi que foi levada a julgamento. É importante pontuar que os jornais da época costumavam usar o termo “Amor Maldito” para casos que envolviam morte/briga de mulheres que se relacionavam afetivo-sexualmente. Adélia busca nessas reportagens subsídio para os seus filmes. As manchetes dos principais jornais em circulação eram bem sensacionalistas, tais como: “tribunal aceita denúncia contra

lésbica acusada de assassinar moça por ciúme”; “Júri do amor maldito”; “Ré confessa lesbianismo diante do Juiz”. Essa forma sensacionalista para falar das sexualidades dissidentes era comum como frisou Quinalha (2017)

os principais jornais pouco publicavam sobre homossexualidade e as demais publicações de grande circulação eram de cunho sensacionalista, representando as sexualidades dissidentes como um misto de pecado, doença e desvio de caráter. (QUINALHA, 2017, p.175).

O jornal *O Lampião da Esquina* deu grande destaque ao caso, na edição de nº 13 de 1979. A reportagem de Aguinaldo Silva diz: “*Ninuccia é acusada de homicídio, mas só provam que ela é lésbica*” (SILVA, 1979, p.8) e continua “*É preciso que, de alguma maneira, se deixe bem claro – ao Juiz e ao Grande Júri – que não se pode considerar uma pessoa suspeita de homicídio só por sua preferência sexual.*” (SILVA, 1979, p.8)

Antes do filme de Adélia já existiam filmes dirigidos por homens em que duas mulheres se relacionavam em cena, porém não exista a problematização dessa relação, só existindo a cena para o prazer masculino⁶.

6 O cinema clássico é considerado pelas feministas como uma prática cultural que representa mitos sobre as mulheres e homens. Conceitos como “voyeurismo”, “narcisismo” e “fetichismo” ajudam a entender como o cinema é feito sob medida para os desejos masculinos. Teóricas como Teresa de Lauretis (1984), Gertrud Koch (1980), Claire Johnston (1976) e E Ann Kaplan (1980) discutem esses conceitos.

Entre as películas dos anos 1970 não era de se estranhar enredos que explorassem personagens masculinos em cenas eróticas com mais de uma mulher ou a rotatividade de parceiras sexuais para um só homem. No cinema aprovado por um regime militar masculinizado, demonstrações de virilidade tinha seu valor. (VEIGA, 2013, p. 56)

Assim, “Amor Maldito” foi o primeiro filme com o tema central na lesbianidade. Para além da temática, Adélia foi pioneira em vários aspectos na realização desse filme. “Amor maldito” foi o primeiro filme feito em formato de cooperativa “*como o filme é resultado de crenças conjuntas e cooperativismo, fizemos uma discussão conjunta e concluímos que, se fosse dessa forma que iríamos conseguir mostrar nosso trabalho, iríamos aceitar*” (SAMPAIO, 2018, p.22), foi também o primeiro filme a ser rodado dentro de um tribunal. “*Pela primeira vez um filme brasileiro tem a maior parte de suas seqüências desenroladas num tribunal*” (REIS, 1983, p.131) explicou Adélia a revista semanal Manchete – RJ.

Adélia se juntou a José Louzeiro⁷, para escrever essa história. Adélia ficou com a parte ficcional enquanto Louzeiro se dedicou a parte real. “*O roteiro ficou pronto em 82*” (SAMPAIO, 1988, p.91)

7 José Louzeiro trabalhou como repórter policial por mais de vinte anos e tinha uma vasta experiência em construção de personagens envolvidos com criminalidade, como suas obras “Lúcio Flávio, o passageiro da Agonia” (1977), “O caso Cláudia” (1979) e “O homem de capa preta” (1980).

Na época a Embrafilme⁸ era responsável pelo setor cinematográfico no Brasil, como produtora Adélia já tinha obtido três financiamentos pela Embrafilme, porém ao tentar financiar “Amor Maldito”, seu pedido foi negado. Assim, a relação de Adélia com a Embrafilme não foi possível. A empresa estatal alegou “*não lhe convir participação em filme com temática centrada no lesbianismo*” (CORREIO BRAZILIENSE, 1984c, p.19). Sem dinheiro e com experiência em teatro decidiu fazer o filme de forma cooperativa:

A gente concluiu que a solução seria voltarmos todos e fazer um filme em cooperativa. Séria desde o maqui-nista até a primeira atriz, que no caso, era a Monique, arrolando o Louzeiro, todas essas pessoas, o Perna Froés, que faria a trilha sonora, entrariam também os músicos no mesmo esquema, e aí faltaria o mínimo de capital pra gente rodar. Então uma engenheira de furnas, que leu a história, disse: “Olha, 20 mil eu tenho e boto nesse filme” aí foi nosso ponto de partida, e fomos comendo com pessoas, o José Medeiros botou algum dinheiro, o João Elias entrou com o laboratório, e a gente foi fazendo composição, naturalmente uma cocha de retalhos, e

8 No dia 12 de setembro 1969, a Empresa Brasileira de Filmes S/A, de economia mista foi formalizada, através do Decreto-Lei nº 862. Basicamente, a Embrafilme participava da produção dos filmes de duas formas: com distribuidora, fazendo adiantamento da bilheteria para produção do filme e como coprodução.

consegui fazer na época por 30 mil cruzados⁹ (...) e a gente juntou esses recursos todos e conseguiu botar o filme no copião. (SAMPAIO, p. 92, 1988)

“Amor Maldito” não gastou com estúdios, pois utilizou locações reais, tais como a praia, o parque de diversões, o apartamento de Fernanda e principalmente o Tribunal de Niterói.

Com o filme finalizado, Adélia enfrentaria dificuldades para distribuir e exibir “Amor Maldito”. Na época, os filmes eram lançados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sem apoio da Embrafilme e nenhum dono de cinema querendo exibi-lo, por se tratar de um filme de temática lésbica, Adélia procurou o dono do Cine Paulista, que gostou do filme e propôs que se fosse anunciado como pornochanchada¹⁰ era possível colocar na programação. “*Magalhães propôs travestir o filme de pornô. Eu conversei com o elenco e todos concordaram*” (PORTAL INFONET, 2016). Dessa forma, Adélia conseguiu “*distribuição da Ouro Filmes, empresa paulista responsável pelo*

9 Verifica-se, no entanto, uma divergência de informações no valor total gasto no filme. Em 28 de setembro de 1984, o Correio Braziliense publicou uma matéria em que afirmava que o filme “custou apenas 35 milhões de cruzeiros”. Como a diferença de valores é gigante, acredito que Adélia tenha se equivocado na entrevista. Pois um ingresso para seu filme custava “preço único de Cr\$ 1 mil”. Assim, 30 mil parece um valor muito abaixo do mercado da época.

10 Gênero de filme brasileiro que fez muito sucesso na década de 1970. A crítica da época considerava as produções apelativa e grosseira.

abastecimento de salas vocacionadas para a pornochanchada” (CORREIO BRAZILIENSE, 1984c, pg.19). Desse modo, o filme foi lançado como pornochanchada com o intuito de tornar a obra mais comercial.

Anos 80, debate que não valia

A crítica cinematográfica de jornal se caracteriza como um dos meios de resposta a produtos midiático. O que ficou conhecido como sistema de resposta social desenvolvido por José Luiz Braga (2006)

os produtos não são simplesmente ‘consumidos’ (no sentido de ‘usados e gastos’). Pelo contrário, as proposições ‘circulam’, evidentemente trabalhadas, tensionadas, manipuladas, reinsertadas nos contextos mais diversos. O jornal pode virar papel de embrulho e lixo, no dia seguinte, mas as informações e estímulos continuam a circular. O sistema de circulação interacional é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia (BRAGA, 2006, p. 28)

A crítica cinematográfica jornalística, objeto dessa seção, está inserida nesse sistema em que ela não termina em si mesma, pois provoca reflexões posteriores a sua publicação. Em relação ao termo recepção, estamos nos referindo ao sistema de resposta e interação social sugerido por Braga, entendendo assim que a recepção não se esgota no contato do espectador com a obra fílmica.

Esse sistema de resposta social dispõe de vários dispositivos para exercer sua atividade de resposta, reflexão e crítica da mídia:

Existe toda uma variedade de “dispositivos sociais”: cineclubes, sites de media criticism, fóruns de debate sobre rádio e televisão, crítica jornalística, revistas cujo tema é a própria mídia, produções acadêmicas sobre os meios, processos de autocrítica da imprensa (BRAGA, 2006, p. 37).

De forma específica, quando se trata da crítica jornalística, à qual nos ateremos, Luiz Mousinho destaca que

uma investigação em torno da recepção do cinema (e do audiovisual) deve estar atenta à importância de reflexões da crítica jornalística, por sua inquietação e envolvimento nas discussões acerca da pregnância estética de várias filmografias e sua capacidade de contextualização no debate contemporâneo. (MOUSINHO, 2012, pág. 122)

Uma das primeiras críticas lançadas ao filme de Adélia Sampaio partiram de Ney Reis, destaca-se que a análise do jornalista ocupou uma página inteira na Revista Semana do Jornal Manchete (RJ) de 30 de abril de 1983. A notícia era intitulada: O cinema brasileiro narra uma história verídica de lesbianismo: Amor Maldito. Reis resume o filme que ainda não havia sido lançado.

Homossexualismo[sic], preconceito, repressão, erro judiciário e morte – eis os ingredientes principais desta *love story* entre Miss Irajá (Vilma Dias) e Fernanda (Monique Lafond), desde o primeiro flerte até a morte misteriosa da jovem e o julgamento da amante, acusada de tê-la assassinado. (REIS, 1983, p.131)

O fato de o filme ainda não ter sido lançado como o próprio Reis cita na matéria: “*O filme praticamente concluído, entrará em cartaz em junho*”, é possível deduzir que as informações de Ney Reis é uma provável leitura do filme baseado na entrevista com a produção do filme do que propriamente com a opinião de Reis, pois ele ainda não viu ao filme. O que demonstra a mensagem que Adélia quis mostrar sobre o filme, não a análise do jornalista.

Após o lançamento de “Amor Maldito”, a repercussão do filme foi quase nula, com sinopses pouco precisas, o filme teria passado despercebido se não fosse uma resenha de Leon Cakoff na Folha de S. Paulo, que descreveu o filme como “um oásis no meio de tanto filme Pornográfico”:

A produção é marcada pelas agruras da indústria cinematográfica nacional naquele momento, especialmente em São Paulo, assolada pela onda de filme Pornográfico. Lidando com tema tabu, teve de ser feito num esquema cooperativo. (CAKOFF, 1984)

O filme ganhou mais destaque pela atmosfera sexual que o rodeava, inclusive na imagem das atrizes, do que pelo debate que o filme propunha. Wilma Dias era “garota da banana” que aparecia na abertura do programa “Planeta dos Homens” (1976) da Tv Globo. Os títulos para se referir a atriz são os mais variados ““Beleza Nota 10”, “O Nascer de uma banana”, “De sereia a Sacerdotisa” (...) Ela é considerada a representante máxima da brasileira sexual”. (CORREIO BRAZILIENSE, 1983, p.14). Já Monique Lafond sempre era referenciada pelas várias participações em filmes de pornochanchada. Porém segundo Freitas, sua participação quase sempre era em papel de coadjuvante “e teve poucas cenas de sexo simulado” (FREITAS, 2004, p.14) ou seja, a referência constante dela como uma das grandes atrizes da Pornochanchada como desqualificação do filme “Amor Maldito” não se justificava. “Analisavam” as participações das atrizes baseados em conceitos pré-estabelecidos com base nos seus trabalhos anteriores, não no filme em questão.

No Jornal Correio Brasiliense de 20 de setembro de 1984 na ocasião da estreia de “Amor Maldito” no II Festival Nosso Filme no Rio de Janeiro fez uma ressalva sobre a atmosfera sexual que envolvia o filme.

Amor Maldito está entrando no circuito comercial como “uma pornochanchada”. Mas tudo leva a crer que é muito mais que isso. Pelo menos é o que afirma o crítico

Leon Cakoff, da **Folha de S.Paulo**, em crítica intitulada “Antologia do sexo sem culpa”. Cakoff, organizador da Mostra Internacional do Cinema MASP, viu o filme de Adélia Sampaio como “estrela bem intencionada em meio a um mercado conturbado e desmantelado pela onda pornográfica onde que nos chega atrasada como todas as outras”. (CORREIO BRAZILIENSE, 1984a, p.23)

Uma outra crítica feita no jornal Correio Braziliense descreve o filme de Adélia Sampaio como uma

história de duas mulheres (Fernanda e Sueli) que com a falta de solidariedade e a ausência de amor numa cidade grande, se apaixonam uma pela outra e passam a procurar um espaço para suas opções amorosas. Baseado numa história verídica. (O polêmico suicídio de uma miss do subúrbio carioca). Amor Maldito retrata o caso que acabou por colocar no banco dos réus uma jovem contra a outra, que na falta de outra acusação, era responsabilizada pelo “crime” de ter cometido um grave “delito”: o de estar apaixonada pela amiga. (CORREIO BRAZILIENSE, 1984b, p. 15)

Prevalece aqui a visão pessoal do crítico que pressupõe que as duas mulheres estão juntas por falta de opção e não por escolha. Ouso dizer, que tal afirmação não seria feita se a mesma história fosse composta por um casal heterossexual. Mas também, na mesma crítica demonstra que o único “crime” foi elas terem se apaixonado.

Em algumas críticas encontradas no jornal é perceptível o preconceito disfarçado de opinião sobre o filme. Esse preconceito é explícito ao falar da relação entre duas mulheres, como também um julgamento baseado no padrão estético ou na atividade exercida, como é o caso da ex-miss.

O enredo do filme é do jornalista-escritor José Louzeiro (Lúcio Flávio, o passageiro da Agonia e Pixote, a Lei do Mais Fraco, entre outros). A trama sedimenta-se num caso policial: uma relação homossexual mantida com sentimento de culpa, que descamba para o sensacionalismo de um julgamento recheado por arcaico e preconceituoso jargão jurídico. Monique Lafond e Vilma Dias são as lésbicas mal casadas. A primeira aparece como uma executiva e a segunda como suburbana traumatizada pelos desejos incestuosos de um pai messiânico e pela necessidade de expor, publicamente um corpo bonito, para projetar-se um nada. Ganha um concurso de miss e é expulsa de casa. Termina com o suicídio e sua amante vai a julgamento. São os homens que julgam com base numa descabida acusação de perversão. (CORREIO BRAZILIENSE, 1984a, p. 23)

Segundo Braga *“é preciso oferecer ao leitor alguns elementos mínimos e substância do objeto para que ele saiba do que se trata. Como o objeto é essencialmente narrativo, essa substância é extraída na forma do contar”* (BRAGA, 2006, p. 211). O autor acentua ainda assim, *“que a ocasião (no débito textual da*

crítica), o ritmo, a intensidade, o grau de detalhamento e as táticas do contar variam grandemente” (Ibid, 2006, p. 212).

A crítica ocupa, uma posição ímpar no sistema de resposta social, pois ela se situa entre o polo de produção e o polo de recepção: se tornando assim, uma resposta ao produto fílmico, dessa forma a crítica tem o poder de fomentar a construção do debate, contribuindo para que o leitor da crítica formule, em maior ou menor grau, suas próprias interpretações.

Observando as críticas encontradas no acervo da Biblioteca Nacional Digital, em sua grande maioria, as poucas menções a “Amor Maldito” eram vinculadas a suas atrizes, mas quando se propunham a falar do filme apresentavam características gerais apontadas por Braga, em maior ou menor grau, os elementos da história, assim como os elementos extrafílmicos como por exemplo, as referências as atrizes principais, aos outros filmes/curta da diretora e participações em festivais etc.

Apesar da pouca divulgação do filme na mídia impressa, como foi exposto pela própria Adélia que lamentava que *“muitos críticos tenham se omitido de comentar seu filme comentar seu filme, sob a alegação de que não é um produto cultural no sentido restrito da palavra”* (CORREIO BRAZILIENSE, 1984c, p.19) o filme conseguiu ficar em cartaz por *“três semanas em São Paulo”* (Ibid, 1984c, p.19) e conseguiu arrecadar 30% do

valor investido com a bilheteria. O filme também foi lançado e exibido em outros lugares do Brasil, como Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba. Como o filme era de baixo orçamento conseguiu ser pago, mas segundo Adélia não gerou lucros.

Além das sessões nos cinemas, o filme foi convidado para alguns festivais como o Lesbian Gay Festival de São Francisco, mas *“não pôde ir, pois não contava com recursos para preparação de cópia legendada em inglês”* (Ibid, 1984c, p.19). E a Embrafilme precisa autorizar a ida do filme, o que não aconteceu e foi enviado outro no lugar, o filme *“Asa Branca, um sonho Brasileiro”* de Djalma Batista Limongi. Em novembro de 1984 o filme participou do Festival Gay de Nova Iorque. Participou do II Festival Nosso Filme, no Rio de Janeiro, do II Festival de cinema Brasileiro e concorreu ao Troféu Humberto Mauro.

Amor Maldito, mas do que pornô (análise do filme)

A forma que a cineasta inicia o filme comprova que o julgamento é uma falácia, pois uma das primeiras cenas do filme já nos mostra a inocência de Fernanda, pois não resta dúvida, Sueli cometeu suicídio. Essa informação já no início do filme se torna muito importante, pois o espectador não precisa perder tempo pensando se aqueles argumentos no julgamento têm realmente ligação com a

morte, pois se sabe que Fernanda é inocente. O que dar margem para questionar qual o motivo de Fernanda ter ido a julgamento. Iniciar o filme assim, abre espaço para se debater a lesbofobia presente na sociedade.

No julgamento de Fernanda é que acontece as partes mais marcantes do filme. São várias sequências dentro de um tribunal com aspecto apertado, dando uma sensação claustrofóbica na personagem. O embate entre os advogados (acusação e defesa) são extremamente interessantes, porém pode ser de difícil assimilação por causa do uso frequente do *Juridiquês*¹¹.

Desde o início fica claro que o que recai sobre Fernanda são valores machistas e lesbofóbicos, em todo o julgamento ela é acusada de fazer orgias e desvirtuar Sueli dos caminhos morais.

O advogado de acusação tem performance bastante caricata e histérica, mas é junto com o pai pastor de Sueli a personificação do que existe de pior. Um discurso moralista, imposto pela tradição religiosa. Os dois personificam os preconceitos enraizado na sociedade. Eles são desumanos, injustos e violentos. Se utilizam de preceitos religiosos e jurídicos como forma de controle social do corpo e da sexualidade da mulher.

11 Neologismo para designar o uso desnecessário e excessivo do jargão jurídico e de termos técnicos do Direito.

Partimos da premissa que tal controle sempre se fez presente, historicamente, não sendo mais do que uma forma de dominação, repressão e domesticação do feminino. Sua base de fundamentação se dá por meio dos discursos ora da igreja, ora do Estado, ora dos médicos e juristas, sendo muitas vezes usados conjuntamente como forma de atingir o objetivo principal, qual seja, a dominação masculina através da ideologia da inferioridade feminina. (EMMERICK, 2007, p.53)

Adélia faz um jogo que entre o julgamento no tribunal e os *flashbacks*¹² que mostram como a narrativa judicial é construída a partir de mentiras. Fernanda está sendo julgada, socialmente e no sistema penal, não pelo suposto delito que cometeu, mas pelo desvio do papel esperado para uma mulher. O advogado de acusação quer que o sistema penal possa “reeducá-la”. Ele expressa que Fernanda é um câncer que deve ser extirpado da família cristã. Somente com a punição de mulheres como ela é que a família poderá ter dias felizes. Continua dizendo que inocentar Fernanda é um elogio a imoralidade, um elogio à destruição da sagrada família. “Está compactuando criminosamente no sentido de desmoralizar a própria sociedade”. O discurso do advogado é uma retórica presente na tentativa de controle de determinados grupos minoritários.

12 “todo o movimento temporal retrospectivo destinado a relatar eventos anteriores ao presente da ação e mesmo, em alguns casos, anteriores ao seu início” (REIS; LOPES, 1988, p. 230)

A retórica moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, culto dos valores cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente (QUINALHA, 2017, p.25-26)

O controle sobre o corpo feminino sempre foi amparado por uma legislação masculina que buscava reduzir a mulher a passividade. Através da brutalidade do heteropatriarcado.

A ideologia da mulher demonizada teve como fundamento o seu corpo e a sua sexualidade, que representava um perigo para os homens e para toda a sociedade. Tais discursos antifeministas e misóginos afirmavam que as mulheres são cheias de veneno, sem fé, sem lei, sem moderação, inconstantes, avarentas, feiticeira, enganadora ambiciosa, vingativa, fingida, impetuosa, mentirosa, avarenta. (EMMERICK, 2007, p. 66)

A falta de provas de que Fernanda assassinou Sueli, faz a acusação levar como prova material uma certidão de casamento “falsa”, que é usada como prova da imoralidade de Fernanda. “Um grande deboche a instituição sagrada do casamento”. A todo momento, o advogado de defesa mistura as questões jurídicas com a moral cristã.

O pai pastor, que expulsa a filha de casa por ter ganhado um concurso de miss é o mesmo que em público mostrar uma harmonia familiar destruída pelo “satanás” representado na figura da Fernanda. Ela corrompeu e matou sua filha.

Como pastor evangélico sou um homem respeitado. Como pai talvez não seja exemplo, sou severo, a palavra de Deus é linguagem corrente em minha casa. Se Sueli deu no que deu, eu não a culpo por isso ela foi atraída por satanás. Ela se deixou consumir nas labaredas do inferno. (AMOR MALDITO, 1984)

Ao longo do filme é constatado que o pai demonstra desejos incestuosos pela filha e costumava agredir a mesma com a bíblia, como relata sua outra filha, o advogado justifica que “dar com a bíblia na cabeça de alguém pode ter sido, inclusive, um ato de carinho”. A narrativa é clara: a valorização de uma ideia de família e a desqualificação da mulher e da sua relação.

A única personagem do filme que não faz juízo de valor na relação de Fernanda e Sueli é a manicure, que inclusive é importante para uma análise mais real da relação entre as duas personagens e da relação difícil entre Sueli e o pai. Sempre que confrontada se sabia da relação da duas e como ela se sentia com tal situação ela dizia: “Cada um cuida da sua vida”, “nem melhor nem pior. Não tenho nada com os problemas particulares dos outros”.

A figura representada pelo Juiz em seus posicionamentos tenta mostrar uma imparcialidade da justiça. Porém ele não deve ser neutro, e na maioria das interferências do juiz no filme se deu por pedido do advogado da defesa. Como pedindo objetividade para o advogado de acusação. Diz o juiz “o senhor está reincidindo em subjetividades”. Ou quando faz perguntas mais diretas seja para Fernanda que não nega em nenhum momento a relação que teve com Sueli ou para o pai de Sueli. “Senhor Daniel, se me permite esqueça um pouco os padrões religiosos”.

Em uma das cenas, Adélia enquadra o juiz e atrás dele tem um “jesus crucificado”. É importante lembrar que as filmagens foram feitas no tribunal de Niterói e que a imagem faz parte do local. Como definiu Marc Ferro “*um filme, seja ele qual for, sempre vai além de seu próprio conteúdo.*” (FERRO, 2010, p.47). Assim, os registros fílmicos podem captar “aspectos do real”, as imagens involuntárias, como pode ter sido o caso da cruz presente na cena. Mesmo sendo involuntário, a imagem exerce seu conteúdo: Um julgamento baseado na moral religiosa.

Ao longo do julgamento o que se coloca como crime é ser “pervertida sexual”, “considero imundice”, “seu comportamento”. Usa-se a todo o momento preceitos religiosos para condenar a acusada. Como crer em um sistema jurídico que se diz imparcial, mas exhibe símbolo religioso?

Desde que Igreja e Estado se separaram, não faz sentido projetar a idéia de que um tribunal que se pretende neutro em relação aos movimentos e manifestações sociais do país projete a noção de que se subordina a algum deles (MIURA, 2007).

Diferente do que tenta mostrar o Miura, através do CONJUR, o tribunal não é neutro, o Direito se estabeleceu como um instrumento de dominação. *“Toda norma de direito positivo defende determinado interesse”* (PLEKHÁNOV, 1980, p. 64). Para Karl Marx, a superestrutura reforça a infraestrutura, criando assim mecanismos que alimentam as desigualdades. *“O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”* (MARX; ENGELS, 2012, p. 55). As leis são burguesas, então, de forma geral, contribuem para dominação e exploração exercida pela burguesia. Por isso, as normas jurídicas refletem as ideias dominantes. Impondo assim, um controle hegemônico na sociedade.

Retornando a análise do filme, em um certo momento ocorre um intervalo no julgamento nesta ocasião é quando os advogados conversam entre si e fazem péssimos comentários sobre a vida sexual das duas mulheres. Porém no tribunal, a fala do advogado de defesa é sempre na tentativa de separar os preceitos morais, de certo e errado, e analisar o caso concreto. Discutir a morte de Sueli e não o relacionamento delas duas. *“Meritíssimo, creio oportuno*

lembrar que não estamos aqui para julgar a nós próprios e sim tentando encontrar a verdade que situa Fernanda Maia no mundo adverso a ela”.

No esforço para mostrar que Fernanda é inocente, o advogado também mexe com a falsa ideia que as escolhas individuais dela torna ela uma criminosa. “O crime de Fernanda foi não esconder o seu amor, foi assumir suas cartas (...) sua paixão por Sueli e por isso dificilmente ela a mataria” e continua “Ela não é um monstro corruptor da sociedade como deseja o meu nobre colega da acusação”.

Fernanda, passa a maior parte do filme sentada, de cabeça baixa, e emocionada. Enquanto o Julgamento acontece ela relembra os bons momentos com sua ex companheira. Coisas simples que normalmente faz parte da rotina de casais. Fernanda responde às perguntas feitas a ela de forma precisa, sem falar muito, a não ser no discurso final antes da decisão do Júri. Um discurso potente,

Me acostumei as acusações meritíssimo. Eu sou o outro lado da moeda, o lado falso. Como diria o senhor Pastor. E minha verdade soa como mentira. Eu quero deixar bem claro que os insultos não aderem a minha pele, não se aprofunda no meu sangue. Eu sou uma mulher assumida, jamais menti para encobrir minhas fraquezas, talvez tenha chegado a isso por não professar religiões, por não estar preocupada em ir ou não ir para o céu. Eu amava Sueli. Eu gostava dela. A sua morte é um pouco da minha própria morte. (AMOR MALDITO, 1984).

Fernanda foi absolvida por cinco votos a dois no tribunal, porém foi condenada publicamente pelo que ela é e pelo que representa. Termina o filme sozinha, no túmulo da ex companheira, dizendo “Só eu te amei”.

Considerações Finais

O cinema, como toda arte, é representação, “Qualquer obra cinematográfica – seja um documentário ou pura ficção – é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da Sociedade que a produziu” (BARROS, 2008, p. 53). Nesse sentido o cinema se torna importante como instrumento para análise social. O cinema cria subjetividades, ao criar uma personagem existe a introdução de um elemento no imaginário da população. É fundamental pensar o que o cinema brasileiro faz com as mulheres, mas especificamente a mulher lésbica. Cineastas mulheres mudam esse olhar, não pelo ponto de vista da “natureza feminina”, mas certamente do ponto de vista das histórias vividas, da capacidade que cada sujeito histórico e político tem de colocar certas questões.

A perspectiva feminina é essencial para romper com a dominação do corpo e do prazer feminino. As experiências de Adélia são fundamentais para falar desse tema com sensibilidade. “O filme tem muito a minha visão de mundo. A

mulher, a maneira como ela é vista, a maneira como ela é tratada” (SAMPAIO, 1988, p.90)

O discurso no Tribunal é reflexo de um contexto político e social da ditadura militar e do conservadorismo no que se refere as relações sexuais. A violação da moral e dos bons costumes foi um dispositivo utilizado para instrumentalizar o direito e criminalizar as orientações sexuais não-normativas. O crime cometido era “confessar ser lésbica”. Por ter utilizado os autos do processo “*todas as falas dos advogados são reais, não foram escritas. Copiamos dos autos*” (SAMPAIO, 2018, p.23) Adélia consegue trazer todo o circo armado para condenar Fernanda. O filme mostra a lesbofobia presente na sociedade dos 80 e que perdura até os dias de hoje.

Uma das falas do advogado de defesa resume bem o que se passava no julgamento. Ele diz: “Ninguém é santo, porém os mais fervorosos defensores da família, da religião, da moral e dos bons costumes, das meninas e da justiça são os completos opostos disso” é uma mensagem ainda extremamente importante que “Amor Maldito” consegue fixar, apesar da trilha sonora excessiva, dos nítidos erros de continuidade e de montagem. E de muitos diálogos truncados. O filme tem uma estética de baixa qualidade, mesmo para os moldes da época. Como filme nem sempre funciona, mas, enquanto uma tentativa militante de diálogo

e visibilidade é fantástico. É um filme brasileiro que trata de um tema pouco abordado ainda nos dias atuais. Em uma entrevista de 1983, a diretora Adélia Sampaio ao falar do seu filme ressalta que “*o mais importante é destacar a maneira adulta, sem preconceitos, de abordar o homossexualismo [sic]*” (REIS, 1983, p.131). Para Adélia, o filme “Amor Maldito” é um filme que vai além ao retratar o amor entre duas mulheres “*pois com seriedade tenta analisar o comportamento de um tribunal, ao julgar um caso de amor homossexual*”. (CORREIO BRAZILIENSE, 1984c, p.19)

“Amor Maldito” pode ser visto como uma obra a frente do seu tempo, não só pela sua temática, mas também as questões ligadas à sua forma de produção que são marcas do retrato social de uma época: conservadorismo político e moral. Assim, pelo contexto histórico, pela temática, pela falta de dinheiro na produção pode-se afirmar que “Amor Maldito” é um filme único. O fato de Adélia Sampaio ter vivido (e ainda viver) em uma sociedade machista e racista, as formas de resistência são múltiplas. Adélia ousou ao se inserir em um ambiente dominado por homens brancos em um contexto completamente desfavorável e produziu uma obra que merece ser vista e reconhecida.

REFERÊNCIAS

AMOR MALDITO. Direção Adélia Sampaio, 1984.

BARROS, José D'Assunção. “**Cinema e História: entre expressões e representações**”. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção. *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 43-83.

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

CANDIDO, Marcia Rangel; MARTINS, Cleissa Regina; RODRIGUES, Raissa; JÚNIOR, João Feres. *Boletim GEMAA 2: Raça e Gênero no Cinema Brasileiro (1970-2016)*. Disponível em: < http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Boletim_Final7.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

CAKOFF, Leon. “**Um Oasis no meio de tanto filme pornográfico**”. Folha de S. Paulo. São Paulo. 17 agosto de 1984. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br//leitor.do?numero=8867&anchor=4206481&pd=877599d3f7732b31cd2608d335f8c2f5>>. Acesso em: 09 de julho de 2020.

CAVALCANTE, Alcilene. “**Cineastas Brasileiras (Feministas) durante a ditadura Civil-Militar**”. In: HOLANDA, Karla; CAVALCANTI, Marina (org.). *Feminismo e Plural: Mulheres no cinema brasileiro*. Campinas, SP: Papyrus, 2017. p. 59-76.

CORREIO BRAZILIENSE – Brasília. 27 de setembro de 1983. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pesq=%22amor%20maldito%22&past=ano%20198&pagfis=48930>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

CORREIO BRAZILIENSE – Brasília. **Amor Maldito, mas do que pornô**. 20 de setembro de 1984a. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22amor%20maldito%22&pagfis=61123>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

CORREIO BRAZILIENSE – Brasília. **Anos 80, debate que não avalia**. 23 de setembro de 1984b. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22amor%20maldito%22&pagfis=61258>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

CORREIO BRAZILIENSE – Brasília. **Amor Maldito encerra a mostra dos anos 80**: O homossexualismo feminino em uma história trágica. 28 de setembro de 1984c. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22amor%20maldito%22&pagfis=61399>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

EMMERICK, Rulian. **Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia**. Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Direito, 2007.

FERREIRA, Ceiza; SOUZA, Edileuza Penha. “**Formas de visibilidade e (re) existência no cinema de mulheres negras**”. In: HOLANDA, Karla; CAVALCANTI, Marina (org.). **Feminismo e Plural: Mulheres no cinema brasileiro**. Campinas, SP: Papyrus, 2017. p. 175-186.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREITAS, M.A. **Entre estereótipos, transgressões e lugares comuns: notas sobre a pornochanchada no cinema brasileiro**. Porto Alegre: Intexto – UFRGS, 2004.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. **Uma interpretação do cinema brasileiro através de Grande Otelo**: raça, corpo e gênero em sua performance cinematográfica (1917-1993). Tese Doutorado. Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Pp. 449

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “**Prefácio**”. In: HOLANDA, Karla; CAVALCANTI, Marina (org.). **Feminismo e Plural: Mulheres no cinema brasileiro**. Campinas, SP: Papyrus, 2017. p. 175-186.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo. 2007

MARTINS, Willian de Souza Nunes. **Produzindo no escuro: Políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1976-1988)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

MIURA, Douglas. **Uso de crucifixo não fere caráter laico do Estado, decide CNJ**. CONJUR. 29 de maio de 2007. Disponível em:<https://www.conjur.com.br/2007-mai-29/uso_simbolo_nao_fere_carater_laico_estado_cnj> Acesso em: 07 de agosto de 2020.

MOUSINHO, Luiz Antônio. **“O cinema e a dinamite de seus décimos de segundo: aspectos da recepção crítica de Fernando Meirelles”**. In: SOUZA, Gustavo; CÂNEPA, Laura; Bragança, Maurício de; Carreiro, Rodrigo (orgs). XIII estudos de cinema e audiovisual: vol. 1. São Paulo: Socine, 2012. p. 110-124.

O GLOBO. **Morre a primeira mulher produtora de filmes no Brasil**. 2 de abr. 2007. Disponível em: .< <https://oglobo.globo.com/cultura/morre-primeira-mulher-produtora-de-filmes-no-brasil-4204406>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

PLEKHÁNOV, Guiorgui. **A concepção materialista da história: da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PORTAL INFONET. **Entrevista: Cineasta Adélia Sampaio fala sobre Amor Maldito**. 26 de fev. 2016. Disponível em: .<<https://www.youtube.com/watch?v=BSlu-PRHPs&t=10s>>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964 – 1988)**. Tese Doutorado. Programa de pós-graduação em relações internacionais. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Pp. 329

REIS, Carlos.; LOPES, Ana Cristina. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

REIS, Ney. **O cinema brasileiro narra uma história verídica de lesbianismo**. MANCHETE– RJ 30 de abril de 1983. Revista Semanal – Ano 31. Disponível em: .< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pesq=%22amor%20maldito%22&pag-fis=217467>>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

SAMPAIO, Adélia. **Diretores Negros no cinema Brasileiro**. Caixa Cultural. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Mulheres, cinema e telas**. Filme Cultura. Nº 63. 1º semestre, 2018.

_____. **Diretores Estreantes: 27 depoimentos sobre a experiência de realizar o primeiro longa-metragem**. Filme Cultura. Fundação do Cinema Brasileiro – Minc. Número 48, novembro, 1988.

SILVA, Aguinaldo. **Essa Mulher é Lésbica! (por isso a acusam de homicídio)**. Lâmpião da Esquina. Junho de 1979. Edição nº13. Disponível em: < <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/17-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-13-JU-NHO-1979.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

SOUZA, Edileuza Penha de. **“Diretoras Negras - Construindo um cinema de identidades e afeto”**. In: Diretoras Negras no cinema Brasileiro. 1ª edição. Rio de Janeiro. Voa! 2017.

VEIGA, Ana M. **“Cinema de mulheres” e ditadura: o contexto brasileiro**. Revista Brasileira de História da mídia (RBHM) – v.3, n.2, Jul./2014 – dez./2014.

05

Quando memórias breves são enunciadas: sintaxe de afetos sutis e inesquecíveis na composição de personagens gays a partir de “As coisas” de Tobias Carvalho

When brief memories are enunciated: syntax
of subtle and unforgettable affections in the
composition of gay characters based on Tobias
Carvalho’s “As coisas”

Marcelo Santana Ferreira

Professor Associado de Psicologia Social (UFF)

Doutor em Psicologia (PUC-Rio)

E-mail: mars.ferreira@yahoo.com.br





Resumo

A partir do livro “As coisas” de Tobias Carvalho em conexão com Mikhail Bakhtin, Gilles Deleuze e Felix Guattari, além de Maurice Blanchot, Jacques Ranciere e Gabriel Giorgi, com ressonância dos estudos ensaísticos de Paul Beatriz Preciado e da filosofia de Walter Benjamin, o artigo é fruto de uma reflexão sobre escritas literárias contemporâneas que tematizam experiências sexuais dissidentes e anônimas que não sucumbem as normativas sexuais que tornam comercializáveis determinados aspectos de corpos *gays* e seus afetos. Sem deixar de lado o desejo de narrar imagens contemporâneas dos vínculos *gays* urbanos em metrópoles brasileiras acompanhando a orientação do texto literário, a analítica do artigo dialoga com a poética de Carvalho, um empreendimento estético e político de grande importância em termos da articulação de legibilidades sobre modos de existências minoritários.

Palavras chave: Memórias obsoletas; Experiência *gay* contemporânea; Literatura menor.

Abstract

From the book “As Coisas” by Tobias Carvalho in connection with Mikhail Bakhtin, Gilles Deleuze and Felix Guattari, as well as Maurice Blanchot, Jacques Ranciere and Gabriel Giorgi, with resonance from the essay studies of Paul Beatriz

Preciado and the philosophy of Walter Benjamin, the article is the result of a reflection on contemporary literary writings that thematize dissident and anonymous sexual experiences that do not succumb to sexual norms that make certain aspects of gay bodies and their affections marketable. Without leaving aside the desire to narrate contemporary images of urban gay bonds in Brazilian metropolises, following the orientation of the literary text, the article's analysis dialogues with Carvalho's poetics, an aesthetic and political undertaking of great importance in terms of the articulation of legibilities about modes of minority existences.

Key words: Obsolete memories; Contemporary gay experience; Minor Literature.

Introdução

Experimentações literárias que se nutrem de citações às experiências sexuais e de gênero minoritárias podem nos ajudar a interpretar aspectos da literatura brasileira contemporânea forjada a partir das dissidências ou não adequações às normativas de sexualidade e de gênero em conexão com a emergência de novas personagens políticas e a elaboração de arenas de discussão. Um dos aspectos mais significativos talvez digam respeito a problematização de

lugares enunciativos em diálogo com experiências dissidentes, pensados como destino mais do que como pontos originais de partida. Partimos dessa visada que, esperamos, seja devidamente apresentada no presente artigo, uma vez que desejamos tornar inteligíveis alguns esforços de enunciação de experiências sexuais dissidentes como uma espécie de disputa no próprio interior do discurso, nos enunciados que podem ser considerados como singulares e inesgotados em relação ao que se dá no mundo exterior, abrindo a possibilidade de invenção de lugares enunciativos dialógicos, tais como defendidos pelo teórico da linguagem Mikhail Bakhtin(2000), que formula uma teoria da enunciação estabelecendo uma importante crítica à busca da condição primária do autor no caso dos estudos literários, afirmando que o texto literário tem uma espessura que extravasa a expressão de um sujeito psicológico. Afirma Bakhtin (2000)

O autor de uma obra literária(...) cria um produto verbal que é um todo único (um enunciado). Porém ele a cria com enunciados heterogêneos, com enunciados do outro, a bem dizer. E até o discurso direto do autor é, conscientemente, preenchido de palavras do outro. (Bakhtin, 2000,p.343)

A remissão à experiência dissidente, na literatura, pode ser considerada como uma espécie de produção de

enunciados que se tensionam com outros enunciados, em que se juntam elementos históricos, ideológicos, desejantes, políticos, sem que nenhum prevaleça sobre o outro, como se pode depreender da leitura de Mikhail Bakhtin sobre o caráter responsivo e inesgotável dos enunciados, em sua crítica aos estudos que submetem a linguagem cotidiana ao caráter de sistema da língua (Bakhtin, 2000), definindo o caráter dialógico da linguagem e dos enunciados, uma vez que todo enunciado pressupõe enunciados anteriores e se abre para enunciações futuras. Para nós, a inesgotabilidade do enunciado pode nos lançar ao caráter vivo dos diálogos que são estabelecidos em torno da experiência *gay*, aquela que está diretamente citada no livro que submeteremos a uma análise política e estética. A voz do autor não se centraliza na vida pregressa do escritor, sendo uma imagem do próprio autor em conexão crítica com vozes anteriores e posteriores à escrita do livro, à produção de enunciados. Neste sentido, defenderemos o caráter político da estética de Tobias Carvalho como o desenho de uma sensibilidade e a invenção de um lugar enunciativo, onde quem fala não se restringe à vivência do autor, se conectando com as negociações em curso na cidade, subsidiando-se em certa imagem do mundo não apenas para replicá-lo, mas para interferir nele.

Por intermédio da literatura, podemos defender uma inconclusividade do mundo e das experiências minoritárias,

podendo, ainda, a literatura ser considerada como parte das experimentações estéticas e políticas que inscrevem e disputam sentidos no mundo, sendo que o discurso literário é um dos fragmentos da disputa, onde a fala se depara com outras falas, onde as vivências individuais estabelecem relacionalidades com outras vivências, onde parte da vida do autor e de outros indivíduos se transmuta em fonte das escritas de que podemos fazer uso, ou seja, multiplicar as referências, politizar a enunciação tal como defendido pelo pesquisador Gabriel Giorgi (2016) ao estudar distintas formas de inscrição na realidade como parte das lutas políticas contemporâneas, uma vez que se fala não apenas para si mesmo ou um conjunto de leitores previsíveis, mas se ficciona o mundo por intermédio de uma fricção com o tempo.

O livro de contos de Tobias Carvalho nos ajuda a estabelecer uma inteligibilidade sobre o presente, não apenas revelando como os *gays* definitivamente são, mas contextualizando interlocutores para que a enunciação estética se erija. É uma imagética, ou seja, uma produção ininterrupta de imagens em que estão envolvidos não apenas os sistemas de produção de inteligibilidade dominantes, mas as práticas de leitura de materiais estéticos e políticos, como os livros, que se confrontam ao determinismo e à fatalidade. O tempo histórico é uma semente que está em curso no texto literário, poder ler e ressoar as questões que

se colhem nos textos pode ser uma forma de garantir sabor às sementes que são, inicialmente, insípidas, como afirmara Walter Benjamin (2008). Para Benjamin, a interpretação e a crítica são ferramentas imprescindíveis para a defesa do sabor dos textos literários e das obras estéticas em geral, uma vez que permitem a leitura do texto à luz do tempo histórico, posicionando o leitor como um continuador da obra, conectado por intermédio de uma sensibilidade que é tanto pessoal quanto política.

No presente artigo, seguiremos a intuição benjaminiana de pensar a necessidade de uma conversão do histórico ao político, quando se procura adotar não apenas uma perspectiva de extensividade sobre textos literários – quando, como e por quem foram escritos – mas, fundamentalmente, de intensividade – incluindo que interlocuções, interrompendo que determinismos, evocando que sentido histórico – o que garante a possibilidade de uma crítica que não retira a entoação literária dos textos, mas a relança ao tempo histórico, o que se aproxima, de acordo com nossa perspectiva, de pensadores e pensadoras que adotam um registro híbrido sobre materiais estéticos sobre os quais se debruçam, seja o caso de Mikhail Bakhtin com sua teorização sobre os enunciados como elos indissociáveis em uma temporalidade mais ampla do que aquela em que eles mesmos se tornaram possíveis ou de Gabriel Giorgi, Gilles Deleuze e

Felix Guattari, além de Jacques Rancière e Paul Beatriz Preciado. A amplitude de autores e autoras não dispersou nosso interesse em nos voltarmos ao texto literário como uma espécie de elaboração que se fundamenta na polifonia, na condição plural de falantes e de diálogos estabelecidos no tempo histórico e no caráter vivo e dinâmico dos enunciados, viabilizando que defendamos a magnitude política da obra que buscaremos interpretar, sem abrir mão daquilo que a obra nos provocou, sensivelmente. Nosso propósito é, nos itens a seguir, conseguir dar conta das conexões que buscamos defender no presente parágrafo.

Neste sentido, partimos de fragmentos do texto literário em análise, mas buscando referenciar nossa análise na teoria da linguagem de Mikhail Bakhtin, principalmente em seu conceito de enunciação, na perspectiva histórica e filosófica de Walter Benjamin sobre as obras de arte, na definição da literatura como uma experimentação menor diante das pretensões universalizantes e substancialistas das grandes literaturas, como as nacionalistas, sem deixar de considerar as contribuições dos pensadores Gilles Deleuze e Felix Guattari sobre a literatura, principalmente a de Kafka, oportunidade em que os autores dialogam, implicitamente, com o conceito de enunciação de Bakhtin, por proporem a noção de agenciamento coletivo de enunciação, ou seja, de um agenciamento que transversaliza

e germina a voz do autor e das personagens, possuindo grande magnitude política.

Além dos autores citados, recorreremos ao pensamento de Paul Beatriz Preciado, que escreve em primeira pessoa sobre questões eminentemente políticas e históricas sobre as normativas de gênero e de sexualidade. Não podemos esquecer de autores como Jacques Rancière e Maurice Blanchot, que sustentaram a perspectiva de definição da literatura como uma abertura de sensibilidades heterogêneas, imiscuindo-se aos textos e às lutas em que se forjam experiências políticas. Gabriel Giorgi e Diana Klinger são dois estudiosos da literatura latino-americana que também forneceram subsídios para a interpretação do livro de Tobias Carvalho, que desejamos definir como um elo na multiplicidade referencial em que sensibilidades e lugares enunciativos são forjados e não, simplesmente, presumidos ou pressupostos. O livro de Carvalho nos dá uma noção breve e forte de uma escrita política, que demanda práticas de leitura amplas para desestabilizar certezas nos estudos sobre a experiência *gay*. São muitos signos em curso e alguns deles nos ajudarão a defender que a enunciação é uma prática em aberto, um destino de coletividades e subjetividades políticas resistentes. Não saímos incólume da leitura de Carvalho, pois o mesmo aponta para uma imagem do presente, ao interferir ativamente nas representações que estão em jogo sobre a experiência *gay*.

Não consideramos, de forma simplista, que as personagens de textos literários equivalham a experiências e vidas que existam integralmente fora dos textos, mas que o texto literário é, também, um documento histórico em que relampeja um conjunto de sentidos em jogo no mundo, além de ser uma composição artesanal, narrativa, de modos de existência que refletem o que se dá historicamente, mas também dão uma orientação imprevisível ao que tem sentido histórico, representando de modo não caricatural as vidas que transitam no texto literário, na mixagem de memórias pessoais do autor, histórias vividas por outros, interpelações articuladas por outros sujeitos falantes, relacionais articuladas fora do texto e na própria composição do texto. A experiência *gay* emerge no texto de Tobias Carvalho como inacabável, destino parcial da politização do desejo e da sexualidade, uma vez que a poética empreendida consolida lugares de memória para aquilo que parece ser transitório e superficial.

Dor e alegria, prazer e diálogos inconclusos estão presentes nos contos do livro em análise, estabelecendo uma composição heterogênea de escrita com uma imagem do mundo, da violência e da ternura dos vínculos sexuais, do caráter performático das identidades sexuais e da validade de uma experiência que se constitui na mistura com a cidade, na mesclagem com os espaços que garantem proteção e

anonimato, e também, com a fecundidade de espaços tramados entre corporeidades heterogêneas. Não são representações idealizadas, mas impregnadas de coisas, que são evocadas no título aparentemente genérico mas certo do livro de Tobias Carvalho. Coisas, cartas, sangue, saliva, esperma, cigarro, celular, desejo, uma ecologia precária que resguardou afetos intensos de certa experiência *gay* contemporânea. São muitas peças que sustentam os lugares enunciativos forjados nos contos do livro em destaque, complexificando o sentido de experiência¹, como algo que se configura, necessariamente, a partir do estabelecimento de um comum.

I. Lugares enunciativos dialógicos

Tobias Carvalho é um jovem escritor nascido em Porto Alegre que recebeu o Prêmio SESC Literatura em 2018 na categoria de contos por seu livro *As coisas*. Destaca-se, na publicação, a profusão de questões e temas intimamente relacionados a experiência homossexual masculina na perspectiva de narradores e personagens jovens – ou mesmo, na perspectiva de um narrador multiplicada em posições

1 Identidade e experiência são conceitos distintos e aqui, no artigo, optaremos pelo conceito de experiência, a partir da obra de Walter Benjamin, ou seja, algo que pode ser vivido por indivíduos, mas que emerge a partir da relação com histórias, instituições, materialidades e contextos históricos. Para maiores detalhes, ver BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. SP: Brasiliense, 2008.

amplas – com menos de 30 anos. Os contos têm formas híbridas, dialogando com a dispersão de tecnologias de comunicação e de escrita que se tornaram rotineiras, ao tempo em que se torna contexto de expansão disjuntiva de cenários de interpelação, remetida à multiplicação de materiais fadados ao esquecimento, como é o caso do que se escreve em redes sociais, como aplicativos de celulares voltados ao público *gay*. A expansão tecnológica favorece uma recolocação do sentido de uma experimentação literária, tal como entendido por Kiefer e Giorgi (2019) em sua tematização de escritas contemporâneas. A literatura é uma instituição obsoleta e futura (Kiefer e Giorgi, 2019, p.86), pode ser um espaço de tensionamento e reflexão sobre a espessura do tempo presente, garantindo memória ao que estava fadado ao esquecimento.

Elegeremos, inicialmente, o conto *Sauna n° 3* como a principal base de nossa argumentação, em um contexto histórico de múltiplas referências à imediaticidade de afetos e à abreviação dos elementos de uma eventual corte entre indivíduos *gays* vinculados eroticamente. Carvalho (2019) não tematiza a experiência *gay* como um todo monolítico, até mesmo por que não existe a possibilidade de se definir uma experiência com pretensões universalizantes, já que uma experiência pode ser o esforço de enunciação sobre a relação que estabelecemos com nosso próprio tempo e com

as condições políticas e sociais por intermédio das quais nosso próprio tempo – histórico – pode se tornar inteligível.

No conto citado, o narrador nos direciona a uma imersão em uma sauna em Porto Alegre em que se procuram prostitutas e onde, também, é possível encontrar outros homens. Narrador e personagem privilegiado da díade fundamental do conto perambulam durante bastante tempo na sauna, fumando e bebendo cerveja, sendo interpelados pelos “putos” e iniciando uma conversa inconclusa, ponderada pela sua própria dissolução no tempo – uma vez que é presumível que não se encontrem mais. Somos lançados a imersão, no meio de uma narrativa que parece se coadunar temporalmente com as tecnologias de comunicação contemporâneas, apresentados de forma coloquial às personagens híbridas que se constituem, na elaboração de uma perspectiva formal e estética em que desejo e memória não se excluem.

O tom coloquial, marcado por afetos coetâneos, simultaneidade de sensações díspares e composição gradual do narrador e de demais personagens, por intermédio das conjunções temporais entre corpos, pode nos garantir o reconhecimento de uma poética forjada concomitantemente a estruturação de um lugar enunciativo resistente às normas sexuais e de gênero vigentes socialmente, mesmo que atravesse princípios e imagens concernentes ao que se institucionaliza como normativa dominante. O narrador é

um jovem *gay* porto-alegrense, conectado aos aplicativos de “pegação”, subsumido temporariamente no cenário vaporoso e genital de uma sauna. A referencialidade ao escritor não pode ser a única direção da interpretação que se pode estabelecer sobre o texto literário.

eu tava falando com um cara que eu conheci no aplicativo e ele me chamou pra ir numa sauna, e eu não tinha dinheiro e ele disse não tem problema, eu pago, e passou aqui de uber e fomos, tava caindo o mundo, a gente teve que sair correndo do carro quando estacionou na frente, entramos molhados e tinha um monte de gente no balcão, uns funcionários, eles nos deram toalhas, a chave do armário e uns chinelos, a gente entrou e foi botar as coisas e tirar a roupa e nos enrolar nas toalhas, só que tinha um corredor, enorme, cheio de homens, de um lado e de outro, com as toalhas enroladas e com os paus fazendo volumes, e eles ficavam se tocando e olhando pra nós, se oferecendo, e a gente deu uma volta, foi até o fim do corredor e subiu pra tomar uma cerveja e fumar um cigarro em um terraço coberto(...)
(Carvalho, 2019, p.95-96)

São afetos múltiplos em narrativa, na deriva de uma conexão entre escritas anônimas na *internet* e a composição de uma experimentação literária. Gabriel Giorgi (2016) já havia chamado a atenção para a articulação de uma historicidade de experimentações literárias na América Latina em que inauditos espaçamentos se compõem entre

corpos na tematização dissidente da sexualidade e do gênero. Privilegiando uma espécie de protagonismo menor ou desviante em textos literários escritos por autores brasileiros, chilenos e argentinos no espectro de uma contemporaneidade polissêmica, Giorgi (2016) sugere a noção de “politização da sexualidade” (p.198) compreendida como

(...) a constituição do sexual como fato político, [que] não pode ser senão esta experimentação que nunca é redutível a uma subjetividade e “seu” corpo, mas sempre, necessariamente, invenção de novos espaços de relação, de novos modos de constituir um espaçamento entre corpos. (Giorgi, 2016, p.198-199).

A importância política da escrita literária de Carvalho (2019) não se exprime como sobrecodificação em relação ao próprio texto, mas como possibilidade de desdobramento de um dos seus sentidos, já que o lugar enunciativo do narrador sempre se compõe a partir de ontologias relacionais² (Giorgi, 2016) e a experiência do prazer incita a articulação de uma comunidade provisória e frágil, não redutível as lembranças pessoais do escritor. No conto *Unfucktheworld*

2 Para o autor Gabriel Giorgi, em seus estudos sobre literatura latino-americana, destacam-se ontologias não substancialistas de personagens, uma vez que o ser das personagens se compõe a partir das relações com outras personagens. Giorgi (2016) extrapola a discussão e defende uma concepção de subjetividade relacional, não hermeticamente remetida a si mesma, mas essencialmente constituída a partir das relações com coisas externas e outras subjetividades. Daí, a importância das relacionalidades para o estabelecimento de algum projeto de ontologia.

no livro de Carvalho (2019), por exemplo, problematiza-se a sensação de vazio e de solidão a que *gays* de diferentes idades podem estar submetidos em um mundo em que a incitação a satisfação pode tornar nebulosa qualquer outra ambiência afetiva:

No começo, tive medo de que o meu grande número de experiências sexuais ia te amedrontar. Tentei não exigir demais de ti. Nem gozamos na primeira vez, guardando a ocasião pra ser ornamentada com beijos deslumbrados. Hoje penso que a primeira vez contigo foi melhor do que outras cem em que gozei e fui acometido, logo depois, pela aversão que não nos deixa mais olhar pro lado. (Carvalho, 2019,p.83-84)

O lugar enunciativo do narrador³ – considerando que somos inspirados pela filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, ou seja, consideramos a arquitetura dos lugares de enunciação como uma das peças que constituem o caráter vivo e inacabado dos textos e dos diálogos empreendidos dentro e para além dos textos literários – ora se colocando no interior dos acontecimentos, ora se posicionando posteriormente aos acontecimentos narrados, se forja com

3 Considerar, por exemplo, a seguinte afirmação de Bakhtin (2000): “(...) os planos do discurso das personagens e do discurso do autor podem entrecruzar-se, em outras palavras, pode estabelecer-se uma relação dialógica”(p.344). O lugar enunciativo é um elo de uma corrente verbal viva e inesgotável, favorecendo a leitura estético-política dos textos literários e podendo nutrir o que, em breve, chamaremos de enunciação como destino.

aspectos difusos e impessoais das práticas sexuais minoritárias. Morte, perda, loucura, desejo e prazer se mesclam em uma escrita que não é apenas representação do que se vive alhures, mas composição estética e política que interrompe enunciações definitivas sobre a experiência *gay*.

Citações literárias e musicais também se multiplicam nas conversas pela metrópole, lugares considerados seguros ou perigosos, como se depreende da presença de parte de uma canção de Caetano Veloso (*Beleza Pura*) em um conto que tematiza uma relação entre homens com fim pré-concebido: “Estar atrás de ti para sentir o cheiro dos teus cabelos da cor *da fina-palha-da-costa-e-que-tudo-se-trance* me dava vontade de acordar cedo e ir pra aula.” (Carvalho, 2019, p.81), bem como nas referências literárias das personagens no conto, uma lê Jorge Amado e não entende como a outra pode ler autores jovens como Julián Fuks sem ter lido ainda o autor baiano (Carvalho, 2019, p.83). Uma escrita que faz um levantamento de lembranças musicais e literárias que pontuaram parte da vida das personagens, uma prática de escrita que também rememora e se estende, mesmo que na brevidade de contos.

A tendência adaptativa das experiências minoritárias sob o jugo da administração expandida pelo agenciamento

capitalista⁴ se confronta a processos de subjetivação em que a escrita não é desvelamento de si, mas fundamentalmente, forja de si. As personagens vêm de muitos lugares, homens maduros que moram em Paris, garotos da periferia do estado, jovens de classe média da capital do Rio Grande do Sul. Sentidos negociáveis para a fabricação de uma experiência erótica de abertura e de espessura sensível. O narrador afirma, em determinado momento do conto, que

(...) eu vi um cara que já foi meu professor, fingi que não conhecia, ele também fingiu, que bom, nem sei como vi a cara dele, porque era muito vapor naquela sauna, pra todos os lados eu só via vapor, só consegui ver dois garotos de programa pelados, sem pelo, musculosos, com a pica sempre dura(...) (Carvalho, 2019, p.97)

A narrativa urbana de Carvalho (2019) se nutre do enquadramento clandestino e genital dos afetos *gays* normativos, acentuados pelas plataformas eletrônicas em que convivem imagens reiteradas do desejo cultivado

4 O agenciamento capitalista seria uma forma de colonização, por intermédio da produção e da reprodução da vida social, de tudo o que se refere ao desejo, no estabelecimento de uma axiomática que conteria a pluralidade de referências e de ressonâncias. Paradoxalmente, pensar em termos de agenciamento viabiliza uma crítica à pretensão universalizante no capitalismo. Para os problemas que investigamos aqui, é importante levar em consideração que a experiência *gay* não se adapta totalmente aos interesses vigentes do ponto de vista social e normativo e os seus desvios se dão em termos minoritários, como nas literaturas que lidam com a efervescência e resistência do desejo. Para uma exploração mais ampla do tema, ver Deleuze, Gatarri. *O anti-édipo*. SP: Editora 34, 2010.

mediaticamente, explorado como parte inalienável da reprodução capitalista. No entanto, as imagens evidentes de dicotomias presentes nas inter-relações *gays* (bichas novas/ bichas velhas, dominação branca/subalternidade mestiça) são complexificadas pela composição frenética do conto e de outros momentos do livro. A inscrição de sensações e experiências corporais intensas e parciais – “(..) vários senhores que não deviam ter para quem dar, pagando pra conseguir(...)” (Carvalho, 2019, p.97) – não minimiza o estabelecimento de uma poética da transitoriedade, que não apenas reflete uma realidade social fora do texto, mas elabora uma liminaridade, em que os malditos forjam um comum. O narrador se forja numa temporalidade⁵, ou seja, numa experiência de tempo que não é consumido como homogêneo ou vazio (Benjamin, 2008)⁶, que resulta da

- 5 Não podemos esquecer, no artigo, que o texto literário em análise não está sendo considerado como um material hermético, sem conexão com o que se passa historicamente, inclusive no que diz respeito à compulsoriedade dos encontros anônimos e furtivos no interior de experiências *gays*. O encaminhamento da personagem que é o narrador em alguns contos do livro em análise se torna possível, também, por intermédio de um uso inesperado do tempo, valorizando a brevidade e a precariedade para o estabelecimento de uma poética, que dialoga com o tempo histórico, mas faz alguma coisa diferente com ele. Estabelece-se uma narrativa literária com o que costuma ser caracterizado como frivolidade ou rapidez.
- 6 O tempo homogêneo e vazio foi objeto de problematização na historiografia de Walter Benjamin, que procura estabelecer uma perspectiva crítica em relação as historiografias dominantes do século XIX na Europa em sua teoria, fundamentalmente a partir da adoção de uma abordagem espessa do tempo, ou seja, constituída pelo entrecruzamento de temporalidades, através da rememoração e da atenção ao presente histórico. Para maiores detalhes, ver BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*: SP, Brasiliense, 2008.

tensão entre os aplicativos e o texto literário. Os signos se repetem – “(...)pau pau pau o dia todo(...)” (Carvalho, 2019, p.96) – e o tesão eletrifica os corpos. Protegidos pelo anonimato da cidade e a frivolidade dos textos de aplicativos, o narrador e a personagem Roberto se aliam em um momento inesperado do conto *Sauna* nº 3.

(...) e a gente foi pro terraço tomar cerveja, que o roberto que tava me pagando, e fumar os cigarros que eram dele também, e eu acho que nessas conversas a gente ficou amigos, descobriu um no outro um senso de deslumbramento com o que a gente tava fazendo, pegando um uber na maior chuva do ano pra ir numa sauna(...) a gente não tava confortável, mas tava se ardendo de tesão caminhando pelos corredores, conscientes mas reféns do nosso desejo(...) (Carvalho, 2019, p 98-99)

O conto ocupa algumas poucas páginas, com um único parágrafo, como se fosse uma lembrança curta e intensa. Os dados de conjunção entre as personagens se nutrem de gestos efêmeros e inesquecíveis, como um sorriso que se reitera no rosto do garoto de programa, a violência do modo como um dos garotos de programa segura a cabeça do narrador enquanto lhe chupam o pau – “(...) rasgou minha boca, na hora eu vi sangue e achei que tivesse machucado ele, mas ele que me machucou(...)” (Carvalho, 2019, p.100) – , além da visão dos corpos pelados que sustentam a evidência de que se está ali “(...) só pra fuder(...)” (Carvalho, 2019, p.100). Parecem aspectos

evidentes da violência de vínculos venais, mas também são parte constitutiva de uma imagética de corpos em tensão com tecnologias de escrita. Tobias Carvalho (2019) forja contos em que se performa uma relação com o presente. Em outro momento do livro, tematiza-se, por exemplo, a tensão com que uma personagem treina a enunciação de que é *gay* para sua mãe, com o auxílio de um terapeuta que estabelece um vínculo que parece espelhar angústias de pais e mães em relação aos seus filhos dissidentes. Diz a mãe, em determinado momento do diálogo com o terapeuta da família:

Eu criei Augusto sozinha. O pai dele foi embora quando o guri não tinha nem um ano. Me virei pra trabalhar, pra dar comida, colégio bom, e acho que ele é um guri inteligente, tenho orgulho, ele vai bem no colégio. Mas é foda, sabe. Saber que o filhinho que tu amamentou, viu nascer, olhou nos olhinhos quando era recém-nascido, meu cabeçudinho querido que amava a mãe e me chamava quando eu deixava ele na creche, chorava até a hora de eu voltar, saber que ele dá o cu.

Augusto, atordoado, continuou sem dizer nada.

Ou come cu, disse o terapeuta. (Carvalho, 2019, p.104)

As costumeiras dicotomias das relações eróticas entre homens aparecem como base da angústia – dos outros – em torno do processo de formação dos indivíduos subalternos. O índice vulgar de masculinidade comparece na enunciação da mãe, personagem que aborda a personagem *gay* a partir

da melancolia da perda do filho idealizado, mas é em torno do cu que as imagens mais fortes são propostas, quando as relações sexuais são narradas de forma explícita e econômica, direta, sem lentidões ou muitas idealizações. A preocupação com o cu se multiplica na angústia da mãe, mas a banalidade da penetração é a parte efetiva de um conto – literalmente – sem ponto final. A exploração sistemática da conexão dos indivíduos e das populações por intermédio de tecnologias difusas de comunicação no final do século XX e no século atual encontram na privatização do ânus uma evidência de processos de sujeição, como aqueles que estão em jogo na assunção de identidades sexuais e de gênero excludentes.

A tematização política do cu na escrita literária pode ser considerada como uma contrapartida estética ao nivelamento das subjetividades. Demorar-se nos afetos malditos pode ser um antídoto à exploração contínua e *soft* das experiências dissidentes. Paul B. Preciado (2018) já havia apontado em *Testo Junkie* um importante diagnóstico das sociedades contemporâneas em relação ao avanço de tecnologias na era “farmacopornográfica”, como podemos depreender a seguir:

Testemunhamos progressivamente a miniaturização, internalização e introversão reflexiva (movimento de torção para o interior, para o espaço considerado como íntimo e privado) dos mecanismos de controle

e vigilância do regime sexopolítico disciplinador. (...) Novas tecnologias suaves de microcontrole adotam a forma do corpo que controlam, transformam-se em corpo, até se tornarem inseparáveis e indistinguíveis dele, acabando como soma-tecno-subjetividades. O corpo já não habita os espaços disciplinadores: está habitado por eles. A estrutura orgânica e biomolecular do corpo é o último esconderijo desses sistemas biopolíticos de controle. (Preciado, 2018, p.86)

Preciado (2018) discute o sentido não cronológico dos sistemas políticos de controle da vida social no Ocidente, sugerindo a noção de “era farmacopornográfica” como limiar histórico de incitação aos controles ínfimos que assujeitam indivíduos e coletividades. Para a discussão atual, o diagnóstico de Preciado (2018) pode nos ajudar a caracterizar o contexto em que a escrita literária de Carvalho (2019) interpõe-se ao esquecimento a que estamos fadados, ao produzirmos rastros de nossa conexão com tecnologias exploratórias do prazer e do tempo. A privatização do ânus pela era farmacopornográfica encontra um importante contraponto na experimentação literária em que identidades provisórias reclamam por outro regime de prazer. Em Carvalho (2018), encontramos importantes imagens que interpelam a exaustão midiática dos orifícios, como as seguintes:

(...) primeiro eu dei pro roberto, apesar de que tava bem mais interessado no lucas, o roberto era bem mais ou menos, pior do que parecia nas fotos do aplicativo, mas tudo bem, ele era uma pessoa legal, já o michê tinha o maior pau que eu já vi, só sentar nele já me fez quase gozar, me fez gemer que nem putinho, o roberto gozou só pelo meu gemido, e esse menino lucas, que era feio que dói, tava sorrindo o tempo todo, mas aconteceu rápido(...) (Carvalho, 2019,p.98)

A escrita literária experimental, garantindo exercício sobre intensidades corporais em que a memória não se coaduna com a culpa ou com a unidade do próprio eu retórico assumido na narrativa. Carvalho (2019) inaugura sua literatura no lastro de experimentações estéticas e políticas que não sucumbem ao tempo, mas o tornam inteligível, uma vez que viabilizam que se torne enunciável. Assumindo o sentido político de afetos e sensações que, de outra maneira, se tornariam apenas consumíveis, a escrita econômica de Carvalho (2019) não prioriza os rastros por intermédio dos quais seríamos localizáveis, mas os rastros que exprimem o sentido imediatamente político de uma dissidência sexual. Jacques Rancière (2018) apontara, em *A partilha do sensível*, a possibilidade de uma compreensão da temporalidade não-evolutiva da relação entre literatura e história, buscando suprimir o sentido das artes como veículo de uma expressão de determinada época. Considerava, no livro citado, que a literatura pode ser compreendida como uma sintomatologia

que se contrai diante de determinados gritos e ficções da cena pública (Rancière, 2018, p.49). Além disto, permite uma modalidade de “exercício” de mundos anônimos e ordinários. A incipiente – e contundente – escrita de Carvalho (2019) converge com a concepção crítica de Rancière (2018) ao supor a possibilidade de inauguração de lugares heterogêneos que resistem ao caráter inexecutável das utopias.

Com um escopo remetido ao que se considera como modernidade, Rancière (2018) defende uma conexão incommon entre estética e política, considerando a conexão entre modos de fazer e modos de existir. A escrita de Carvalho (2019) refaz uma superfície de contato entre distintos regimes de visibilidade como as mídias e as experiências anônimas e ordinárias, tocadas pelas tecnologias de comunicação.

Carvalho (2019) sugere um regime de conectividade entre existências anônimas que são vestígios de vidas imaginados por uma forma marginal de verossimilhança. O excessivo, o grotesco e o anônimo se conectam por intermédio de uma prática de escrita sobre o que é comum. Os verbos mais comuns – como pontuado anteriormente – que são utilizados nos contos de Carvalho (2019) são “fuder” e “falar”, imprimindo superfícies de contato entre a boca, o ânus e o pênis que os desterritorializam de suas funções biologicamente determinadas, buscando garantir duração aos encontros furtivos e anônimos.

No entanto, o que é comum não é simplesmente constatado, mas requerido. As experimentações do texto literário de Carvalho (2018) se forjam por intermédio de uma crítica imanente a lugares enunciativos já presumidos ou conquistados. O lugar enunciativo de um jovem *gay* que experimenta afetos intensos em espaços impessoais da cidade e em vínculos familiares tênues e possíveis sustenta a estética da transitoriedade, das memórias obsoletas que podem assumir um importante estatuto político, por serem “dizibilidades” sobre corporeidades resistentes e inacabadas, incitando novas práticas de legibilidade. No livro de Carvalho (2019) os distintos destinatários – presumidos na escrita, surgidos pelo fato de que o lemos – podem dialogar com os múltiplos lugares de enunciação. A enunciação é o destino.

II. Enunciação como destino

Poderíamos defender, a partir do que foi exposto, que as práticas exercidas no cerne do texto literário de Carvalho (2019) nos remetem ao reconhecimento da elaboração de uma estética que possui um *devir*⁷, narrado a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, como a

7 Aqui, no sentido de uma abertura temporal que sugere o inacabamento e a historicidade imanente às experimentações, que podem se encontrar e convergir em diferentes contextos, sem ter que obedecer a nenhum primado evolucionista. As categorias de que fazemos uso aqui se referem a distintas perspectivas de análise, que convergem, oportunamente, por intermédio de uma interpretação que não era presumida antes de ser articulada.

adotada por Alós (2010) ao propor uma estética *queer* no campo das escritas literárias. Para Alós (2010), a categoria *queer* em estudos literários pode contribuir para a crítica a noção de identidade substancializada e ahistórica, além de favorecer uma interpretação política do conceito de sujeito. De acordo com Alós(2010),

Uma das mais incisivas subversões alicerçadas nos estudos *queer* é a de definir a identidade não como um todo acabado, mas sim como um processo de 'fazer-se' eternamente reiterado. A identidade (e, em alguns sentidos, o próprio sujeito) é concebida como um efeito dos discursos, isto é, como 'performatividade'. Pensar o sujeito como resultante de processos performativos não implica pensar na morte da política ou na impossibilidade de intervenção no contexto social; implica, sim, uma reavaliação das noções de 'política' e de 'intervenção'. (pág.855)

O protagonismo da experiência sexual dissidente em Carvalho (2019) exprime uma relação oblíqua entre o autor e a escrita, dialogando com o sentido de “menor” atribuído por Deleuze e Guattari (2017) à tarefa ética e estética assumida em Kafka. Na leitura singular da obra de Kafka, os pensadores franceses defendem a composição de um lugar menor, que não sucumbe a consolidação de literaturas nacionalistas ou substancialistas, em termos de composição de identidade. Deleuze e Guattari (2017) definem o procedimento literário de Kafka como imediatamente

político e se voltam a elaboração de uma ontologia política da própria literatura, já que afirmam que

É a literatura que se encontra carregada positivamente (...) desta função de enunciação coletiva, e mesmo revolucionária: é a literatura que produz uma solidariedade ativa malgrado o ceticismo; e se o escritor está à margem ou apartado da sua comunidade frágil, essa situação o coloca mais em condição de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade. (Deleuze; Gattarri, 2017, p.37)

Ao estabelecerem uma ontologia política da literatura, os pensadores contribuem para a interpretação de esforços contemporâneos de escrita literária que não se arranjam a partir de um retorno aos atributos do próprio indivíduo como saída ética ao esvaziamento da vida em sociedade. Muito pelo contrário, ao proporem um agenciamento coletivo de enunciação – a enunciação nunca se erige a partir de fantasias ou histórias puramente pessoais e revela a composição de lugares híbridos –, permitem que nos aproximemos de alguns textos literários como experiências com o tempo histórico e com a noção de comunidade. Um indivíduo não coincide consigo mesmo, bem como a tarefa política de pensar a experiência minoritária não se encerra na construção de uma identidade final. A enunciação pode ser defendida como um destino em disputa e não uma revelação daquilo que se

é. Posicionar a escrita literária de Carvalho (2018) em um campo de composição em processo garante o reconhecimento de sua importância política e estética.

A literatura aponta a um tempo por vir, a uma comunidade por vir, já que se encontra tensionada entre a duração do que se escreveu e a proposição de uma nova forma de sensibilidade (Blanchot, 2005, p.138). Obsoleta – já que provisória e pontual – e, ainda assim, futura. Uma literatura menor, com personagens que não buscam reconhecimento ou salvação, apesar dos comentários do próprio escritor em torno do que foi escrito. Em Deleuze e Guattari (2017) se reconhece um exercício filosófico em que dicotomias como aquela entre herói e escritor não sustém o assombro com que um texto literário ainda nos demanda novas práticas de legibilidade. Uma literatura menor – embora não se trate de uma nova classificação exaustiva – interroga enunciações dominantes. A perspectiva de que não haja coincidência estrita entre autores e personagens abre uma possibilidade de uma infinda relação entre a humanidade e o mundo, ampliando indefinidamente o trabalho ético que precisamos realizar sobre nós mesmos. Abrindo-nos à heterogeneidade, deveremos, cautelosamente, compreender a inesgotabilidade do mundo. Daí, a importância central da noção de uma comunidade por vir, ou seja, da impossibilidade de que se possa definir, de uma vez por

todas, o que somos, negando viabilidade para experiências de diferimento de si e de composição de si mesmo. As memórias obsoletas em Carvalho não são memórias de derrota, mas memórias fixadas na horizontalidade das páginas de um livro, que transmuta aqueles diálogos pragmáticos e pontuais em parte do esforço de nos constituirmos como humanos, aqueles que se inventam no bojo de relacionais que são imediatamente políticas. Daí a nossa insistência em ontologias relacionais em conexão com a invenção de corporeidades.

“Corpo” aqui equivale a relação e a *entre corpos* – quer dizer, ao não individualizável, ao que resiste a toda individualização nítida. Um corpo tem lugar entre outros: o que se pensa nestas explorações são as formas e os sentidos desse *entre* que reclama outras epistemologias, que transborda a distinção entre individual e coletivo para pensar-se em termos de rede, de ontologias relacionais, de viralidade e contágio, de junturas. (Giorgio, 2016, p.225)

A mobilização de diferentes fontes teóricas no presente artigo se direciona a defesa da riqueza do texto literário de Carvalho e a tentativa de considerar o sentido político da experiência literária, tanto em sua elaboração estética quanto nas leituras que se pode empreender sobre a mesma. Ontologias relacionais são ontologias que não podem ser realizadas a partir de uma substância apartada do mundo

e dos outros. A absolutização da identidade, a definição estrita da própria experiência de si e o enclausuramento dos textos literários como uma coisa em si são elos de um mesmo modo de pensar. Consideramos, ao contrário, que a experiência dissidente possa ser lida por intermédio de práticas de inscrição – como a literatura – que precisam ser cotejadas a outras práticas, como aquelas de apresentação de si na cidade, ocultação de afetos na cidade, invenção de escapes e de possibilidades de respiro na cidade. Resguardando as diferenças entre as inspirações teóricas que acionamos aqui, buscamos trabalhar sobre o texto literário sem arrancar a sua beleza e sua singularidade. A escrita se torna uma via de acesso ao presente, nos ajudando a interrogar obviedades sobre a dissidência *gay*, estabelecendo uma espécie de regime de escrita que também nos ajuda a compreender o momento histórico em que nos encontramos.

O livro de Carvalho (2019) abriga um dos sentidos do tempo histórico no que se refere ao modo de existência de minorias – como as sexuais e de gênero. Em entrevista dada em 2020 ao repórter João Perassolo, Tobias Carvalho (2020) procurou distinguir a sua vida pessoal da vida de papel das personagens do seu livro premiado mas, ainda assim, fez considerações sobre as possíveis relações entre o texto literário e a vida, “Tem tantas coisas nas relações

entre dois homens que são diferentes da relação hetero: a questão do ciúmes, a questão do sexo, a questão da própria monogamia. Se tu é gay, tu já nasceu fora do padrão, sabe?” (Entrevista de Tobias Carvalho a João Perassolo, 2020). Procurando explicar parte do que escreveu, o escritor já fala sobre um material que nos ajuda a compreender, politicamente, a espessura de referências em que se originou a prática literária empreendida.

Não é na vida pessoal de Tobias Carvalho que encontraremos as únicas razões de sua escrita. A prática literária pressupõe uma *performance*⁸ e em que a anterioridade psicológica ou moral se retrai diante do próprio procedimento. O texto literário de Carvalho (2019) garante assento a experiências e perspectivas que não precisam ser resultado de uma visão pessoal a respeito do mundo. Não é, certamente, uma experimentação que foi inventada por Carvalho (2019) mas, a prática literária estabelece uma importante conexão

8 Performance se refere ao caráter pragmático, instaurador, por intermédio de uma estilística baseada na reiteração e no exercício de diferentes realidades ou condições. Judith Butler discute o conceito em sua teoria de gênero, em diferentes momentos de sua obra, cercando o conceito e estabelecendo uma distinção com a noção de performatividade. Para os interesses do presente artigo, baseamo-nos no livro *Problemas de gênero*, de 2008, publicado pela editora Civilização Brasileira. Para nós, a prática da escrita implica uma espécie de *performance* em que aspectos da realidade são parodiados, bem como lançados a esferas de experiência inconclusas, abrindo a perspectiva de distintos sentidos no que diz respeito ao tema das sexualidades não hegemônicas, como a experiência gay.

com perspectivas críticas sobre a literatura, como a que é proposta por Maurice Blanchot (1997) ao se interrogar sobre o caráter temporal e inacabado dos textos e personagens literários, quando defende uma interpretação sobre a distância entre escritor e texto, chegando a considerar a importância da distância que se aprofunda entre os termos, uma espécie de “*intervalo fictício*” (BLANCHOT, 1997) de onde se origina a possibilidade de se inventar uma expressão. Sobre o escritor, o pensador sugere que

É como se, quanto mais ele se afastasse dele mesmo, mais ele se tornasse presente. A narrativa ficcional coloca, no interior de quem a escreve, uma distância, um intervalo (ele próprio fictício),sem o qual ele não poderia se expressar. Essa distância deve se aprofundar mais quando o escritor participa mais da sua narrativa. (Blanchot, 1997, p.28)

Aproximar-se de si, em certa medida, garante que se esteja distante de si, na elaboração de personagens e lugares enunciativos que não coincidem com a “pessoa” do escritor, mas se abrem a conjunções futuras, se mesclam a interrogações que se darão no tempo histórico. O intervalo fictício proposto no pensamento de Blanchot nos permite pensar na escrita como procedimento, na prática enunciativa reiterada, que não deve se encerrar. Os textos literários não restituem a integridade de uma vivência biográfica,

mas citam vetores de subjetivação, exigem – e exibem – divergências e limiares entre escritores, narradores e lugares enunciativos.

A literatura se subsidia em experimentações de escrita, em extravasamento do sentido de escrita. A promissora escrita de Tobias Carvalho indica a fecundidade do sentido estético da política de subjetivação em curso na experiência sexual dissidente, uma vez que garante espaço às coisas que não são propertizáveis, ou seja, comercializáveis ou apropriáveis como algo pessoal ou individualizável, comovendo os leitores na pausa que o livro exige, como prova de validação de memórias políticas e memórias pessoais sobre conjunções corporais malditas e resistentes. Pragmática e inicial, a literatura de Carvalho nos orienta ao presente, mas viabiliza duração mais ampla a memórias supostamente obsoletas. O livro permite que outros também se juntem, na leitura, a um esforço de compreensão e de resistência ao que se encontra estabelecido. Como livro, não se define apenas a partir da conexão com *quem* o escreveu, mas com o *que* se diz numa poética atravessada pela espessura do tempo presente, viabilizada por intermédio de uma relação com signos essenciais para que nos possamos definir a partir de uma abertura temporal e de uma pausa que nos subsidia sensivelmente e politicamente.

Neste sentido, se considera que a enunciação seja um destino, no questionamento da teleologia que consideraria que o material literário é pura expressão de algo já constituído. A duplicidade de definições da enunciação encontra uma convergência: a enunciação literária é um meio por intermédio do qual vislumbramos a narratibilidade de aspectos da existência humana e, aqui, especificamente, da experiência *gay* em conexão com tecnologias de exploração e mercantilização do prazer, numa espécie de molecularização das individualidades.

No entanto, a enunciação literária, ou mesmo, a própria enunciação é um destino, ou seja, as práticas de escrita, de disputa de inscrição no real, de produção de narrativas e de memórias, de recomposição do passado, de frequência e de abandono da cidade, além de imersão no que não é transparente na cidade é destino estético e político contra o silenciamento das minorias e do desejo, das histórias coletivas e trans-individuais que dão espessura desejante ao tempo que transcorre; toda enunciação modifica o estatuto dos textos estabelecidos sobre a experiência *gay*, daí a importância de termos dialogado com diversas perspectivas teóricas, que permitem a politização das práticas de escrita, sem necessariamente idealizá-las ou moralizá-las, já que os textos literários complexificam a compreensão da experiência *gay*, tendo sentido imediatamente político,

abrindo-se à práticas e exercícios de inteligibilidade que dão espaço as resistências e aos paradoxos em jogo na articulação de uma experiência minoritária.

Daí, a convergência entre os estudiosos da literatura, a perspectiva política de Paul Preciado e de Gabriel Giorgi e a filosofia de Gilles Deleuze e Felix Guattari, além da teoria de Mikhail Bakhtin, que nomeia como “grande tempo” (Bakhtin, 2017, p.79) a possibilidade de travessia e tensão entre diálogos e sentidos supostamente esquecidos, dirigindo-se tanto a uma mobilização do passado quanto a uma elaboração do futuro e uma interpretação do presente. Não buscamos encerrar o sentido do texto literário, mas defendemos cotejá-lo com o tempo histórico, com outras vozes e questões, outras textualidades, permitindo a radicalização da espessura do tempo histórico em que as personagens forjadas e os enunciados formulados podem garantir a defesa do inacabamento dos textos, ou ainda, do inacabamento do passado e da imprevisibilidade do futuro. Os textos literários não apenas nos situam em relação a arenas políticas forjadas em torno do tema da representação de contingentes humanos, mas viabilizam o reposicionamento de sujeitos e experiências, uma vez que se encontram incluídos no tempo histórico. Os textos literários permitem a elaboração de arenas. De acordo com Klinger (2008), “(...) a ficção abre um espaço de exploração

que excede o sujeito biográfico.” (p.22). O exercício ficcional, neste sentido, inaugura uma experimentação com grande magnitude política, permitindo a analítica de estereótipos e o desdobramento crítico de posições de sujeito que se alimentam do paradoxo de um contexto histórico-político em que se coadunam o narcisismo midiático e a crítica do conceito de sujeito autocentrado ou substancial.

III. Buscando uma conclusão

O texto literário de Carvalho (2019) imiscui-se às experimentações estético-políticas em que se forjam lutas em torno da enunciação, trazendo à discussão novos regimes de inteligibilidade. Para Giorgi (2016), além disso,

(...) não há corpo que não exista em relação, não há corpo que não se constitua entre corpos, em agenciamentos coletivos, a uma só vez biopolíticos e tecnológicos. Ao assim fazerem, desmontam o que talvez seja a operação fundamental da biopolítica contemporânea: a que faz do corpo uma matéria apropriável, propertizável, privatizável, sobre a qual se estampam os sentidos da autonomia do indivíduo, e que se torna um “capital” social, econômico e potencialmente político – a norma de um “indivíduo” dono absoluto de seu corpo, da potência de “sua” vida, proprietário de sua diferença que se quer irredutível ao espaço de relação com os outros, de que necessita imunizar-se constantemente porque ameaça sua mesma instância, sua efetuação como indivíduo.(p.229)

Produzindo espaço de enunciação para relacionalidades malditas e potentes, escritas literárias em diálogo com experiências sexuais dissidentes ampliam o sentido da sexualidade, remetendo-a ao contexto imediatamente político em que se instituem modos de existência. O texto literário de Carvalho (2019) atravessa distintos afetos relacionados à experiência homossexual masculina, tornando imagem o que se encontra desqualificado ou mudo. Afetos extremos, desejos depauperados, projetos inconclusos. Os contos fragmentários dão relevo ao procedimento enunciativo de *Sauna* nº3. Num momento em que o narrador se refere ao destinatário – um narratário? – de uma possível carta, algumas alianças se tornam ponderáveis, um amor comezinho se desenha como potência política para existir,

Detestávamos essa inércia, a impotência frente a algo tão maior que nós. Tínhamos uma visão otimista em relação ao amor, e terminamos com mais do que quaisquer dois humanos podem sentir em comunhão: aprendemos, juntos e progressivamente, a querer distância de amar. No começo era difícil respirar debaixo d'água, mas aprendemos. Achamos bastante natural.

Foi tanta água que nossos olhos passaram a ver tudo sob outra ótica. Me apaixonei por ti, Sílvio, e percebi isso logo no dia em que tentei me matar e tu disse que não conseguiria continuar sem mim. (...) Percebi como o calor humano era bom em meio ao frio e à chuva. (Carvalho, 2019, p.87)

Os distintos lugares enunciativos dos contos do livro do autor em análise nos apresentam importantes questões formais e políticas, podendo interferir em discussões contemporâneas sobre modos de existência considerados ilegítimos. Vive-se, nos textos literários, sob o esforço de garantir que distintos afetos se refiram a uma mesma experiência. Que tudo isso possa ser escrito, lido e interpretado se comunga aos cenários políticos contemporâneos em que há uma íntima relação entre o vivível e o narrável. Permitem, os textos, que se imaginem práticas de si inconclusas. Que essas coisas virem literatura, isso só pode tornar ainda mais possível que se defenda um limiar entre a escrita e a vida. Ao inconcluso da literatura, Tobias Carvalho (2019) direciona uma espécie de esforço ficcional e performativo que recrudescer o sentido de que a enunciação possa ser um destino, nunca alcançável definitivamente, mas distinto de um inventário regular de uma biografia individualizável.

- Tu escreve, então?
- Pois é, sim.
- Que tipo de coisa?
- Ficção, mesmo.
- Contos?
- Contos.
- Massa.
- Aham.
- Massa que tu escreve.

- Valeu.
- E tem algum tema?
- Nos meus contos?
- Isso.
- Eu tenho escrito com personagens gays. (Carvalho, 2019, p.89-90)

Narradores incitados pela escrita, desdobramento do estabelecimento de lugares enunciativos, imagens ternas e despudoradas do cotidiano de dois homens, relações sexuais no decurso dos dias, experiências cômicas e surreais implantadas no cotidiano. Podemos encontrar estes mesmos elementos em diferentes textos literários. Na composição do livro de Carvalho (2019), expande-se a enunciação. Aparentados às escritas em plataformas digitais, os contos do autor extravasam as regiões de inscrição de performances usuais e se resguardam no “(...) *escuro de uma página de um livro fechado(...)*” (Carvalho, 2019, p.94). Este lugar, aparentemente neutro, interfere nas práticas de dizibilidade das experiências malditas, como as minoritárias. O livro e a literatura se tornam espaços essenciais para a interpretação das formas enunciativas que se produzem contemporaneamente a partir/por intermédio de dissidências sexuais e de gênero. Escrever “com personagens” expande os alcances interpretativos do que temos inventado como espaços comuns, servindo, ao mesmo tempo, como imagens de nosso presente e vestígios de futuro, uma vez

que se direcionam a invenção de uma possível analítica de distintos vetores dos processos de subjetivação em que vidas foram dispostas e modos de existência foram inventados.

O pequeno livro de Tobias Carvalho é uma delicada e poderosa peça do que se pode inventar, apesar de toda a mercantilização e colonização do prazer e da dissidência. Documento literário e político que nos ajuda a ler o nosso próprio presente. Efeito de inscrição de sensações malditas e de racionalidades que tornam experiências possíveis, o livro amplia o sentido de política, ao viabilizar que personagens heterogêneas se encontrem na cidade e que todo esse material aparentemente bruto seja enunciado como coisas plausíveis, ponderáveis, desejáveis, nunca definitivamente apropriadas por uma existência excludente, mas lançadas ao mundo como sementes que ainda possuem poder germinativo.

REFERÊNCIAS

- ALÓS, Anselmo Peres. “Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética *queer*” [online] disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300011/17698> Acesso em 19 março 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. Notas sobre literatura. Cultura e ciências humanas. RJ: Editora 34, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. SP: Martins Fontes, 2000.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. SP: Brasiliense, 2008.
- BLANCHOT, Maurice. A parte do fogo. RJ:Rocco,1997.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero. RJ: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, Tobias. As Coisas.RJ:Record,2019.
- CARVALHO, Tobias. Vida gay na era da “pegação” permeia livro “As coisas” premiado pelo SESC. Entrevista a João Perassolo [online] Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/vida-gay-na-era-da-pegacao-permeiam-livro-as-coisas-premiado-pelo-sesc.shtml> Acesso em 19 março 2021.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI,Felix. O anti-Édipo.SP; Ed.34, 2010.
- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI. Felix. Kafka: por uma literatura menor. BH:Autêntica,2017.
- GIORGI, Gabriel. Formas comuns: animalidade, literatura, biopolítica. RJ: Rocco, 2016.
- KLINGER, Diana. “Escrita de si como performance” [online] Disponível em <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/178> Acesso em 19 março 2021.
- KIFFER. Ana; GIORGI, Gabriel. Ódios políticos e política do ódio. RJ: Bazar do tempo,2019.
- PRECIADO, Paul Beatriz. Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. SP:n-1, 2018.
- RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. SP: Editora 34, 2018.

Entrevista

Entrevista com Sarah Schulman sobre a obra “Ties that Bind: Familial Homophobia and its Consequences”

Interview with Sarah Schulman about the book “Ties
that Bind: Familial Homophobia and its Consequences”

Rayane Dayse da Silva Oliveira
(Entrevista e Tradução)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Doutora em Sociologia (UFPB)

E-mail: rayaneoliveirasocial@yahoo.com





Sarah Schulman é uma professora, escritora e ativista estadunidense, nascida em 1958 em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Atualmente trabalha como professora do Departamento de Língua Inglesa do *Weinberg College of Arts and Science* da *Northwestern University*, em Chicago. Antes disso, atuou por vinte e cinco anos como professora da *City University of New York (CUNY) - College of Staten Island*. Schulman também integra o *New York Institute for the Humanities (NYIH)*, afiliado à *New York University (NYU)*.

Em sua obra “*Ties That Bind: Familial Homophobia and its Consequences*”, publicada em 2009 pela editora *The New Press*, Schulman cunhou e sistematizou o conceito de homofobia familiar. Na obra em questão, ela reflete sobre as violências homofóbicas em contextos doméstico-familiares, discute a busca por reconhecimento e debate estratégias para combater violências no contexto familiar. Na tentativa de conferir visibilidade às violências sofridas por sujeitos gays e lésbicas no espaço doméstico, ela explora a complexidade e as especificidades das violências homofóbicas nesse espaço e propõe o que chama de “intervenção de terceiros” como um caminho para enfrentar a homofobia familiar. Embora a obra completa ainda não esteja disponível em português, o primeiro capítulo foi traduzido e publicado pela Revista *Bagoas: Estudos Gays - Gêneros e Sexualidades* em 2010.

Além da obra supracitada, Schulman possui mais de 20 livros publicados e diversas premiações. Dentre a sua vasta produção escrita destacam-se também: *My American History: Gay And Lesbian Life During the Reagan/Bush Years* (1994). *Israel/Palestine and the Queer International* (2012). *Conflict Is Not Abuse: Overstating Harm, Community Responsibility and the Duty of Repair* (2016); *The Cosmopolitans* (2016); *Let the Record Show: A Political History of ACT UP, New York 1987-1993* (2021).

A entrevista apresentada a seguir foi concedida por Sarah Schulman a Rayane Oliveira em 11 de janeiro de 2023, nos Estados Unidos. Esta entrevista foi realizada como parte das atividades do Estágio de Doutorado no Exterior (Doutorado Sanduíche) de Oliveira, realizado por meio do projeto, financiado pelo Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PRINT: “Homofobia Familiar: Um Esforço Comparativo entre Brasil e Estados Unidos”. Esse projeto é parte integrante da tese de doutorado de Oliveira (2024), intitulada “A Fenomênica do Espaço Presente nas Violências: Homofobia Familiar e Existência Lésbica”, que foi desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor Charliton José dos Santos Machado, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

1. Como pesquisadora e ativista *queer*, você se dedica a explicar a homofobia familiar e suas consequências na vida de *gays* e *lésbicas*. Então, do seu ponto de vista, quais são as particularidades desse tipo de violência e quais são as diferenças entre a homofobia familiar e outros tipos de homofobia?

Sarah Schulman: Bem, vejamos, eu penso que a primeira experiência da maioria das pessoas com a homofobia é na família, portanto, acredito que esse é o local original onde as pessoas irão experienciá-la. Também penso que os membros heterossexuais da família experimentam primeiro os privilégios dentro da família, em comparação com os membros *queer* da família. Normalmente, o conceito é que a sociedade oferece uma fuga dos problemas da família, e a família deve oferecer uma proteção contra os danos da sociedade. Mas com a homofobia familiar, elas [sociedade e família] espelham-se uma à outra. Portanto, essa é uma experiência muito particular que tem consequências emocionais, mas também consequências materiais, porque a maioria das pessoas depende da família para certos tipos de apoio, que sem ela saem caro. E, quando estamos em um mundo em que as mulheres ganham menos que os homens, as consequências materiais são mais graves. Por exemplo, em Nova York, nos Estados Unidos, as mulheres *queer* estão mais representadas nos abrigos para sem-teto e nas prisões porque não têm esse sistema de apoio material e emocional, portanto, a homofobia familiar tem consequências muito grandes.

2. Você publicou o livro “*Ties that Bind: Familial Homophobia and its Consequences*” em 2009, certo? Agora, treze anos depois, você consegue perceber alguma mudança na situação da homofobia familiar nos Estados Unidos?

Sarah Schulman: Bem, a primeira coisa é que o livro foi escrito em 1999, eu levei dez anos para conseguir publicá-lo, ninguém iria publicá-lo porque era uma ideia totalmente nova. Ninguém ainda havia analisado a homofobia na família, embora essa seja a experiência *queer* mais comum em todo o mundo. E, de fato, tive de inventar o termo homofobia familiar porque não haviam palavras para isso. Por isso, foi muito, muito difícil conseguir publicá-lo, mas as ideias são muito antigas, são dez anos mais antigas que o próprio livro. O que mudou é muito interessante. Há uma variedade de experiências que as pessoas têm, a homofobia familiar é tão dramática que há pessoas cujos pais estão felizes por serem *gays* e ainda há pessoas que matam seus filhos por serem *queer*, certo? Portanto, a variedade é tão grande que os extremos ainda são os mesmos, acaba sendo uma experiência diferente para diferentes pessoas. Eu penso assim, as pessoas agora sentem que muito mais pessoas acham que ser homofóbico é errado, isso não significa que elas não sejam, mas elas negam ou se sentem envergonhadas por isso. Quando escrevi o livro pela primeira vez, as pessoas consideravam uma virtude ser homofóbico, e isso mudou,

mas nos Estados Unidos estamos vendo um ressurgimento de leis e costumes anti-gays e anti-trans, que também estão ligados à luta contra o aborto. Em Estados como a Flórida, agora existem leis que impedem os professores de falar sobre homossexualidade em sala de aula, entende? E as leis anti-trans são extremas e são voltadas às crianças, o que afeta as famílias. Portanto, depende muito de onde você mora nos Estados Unidos e de quem são seus pais, você pode ter qualquer tipo de experiência neste momento.

3. Um dos pontos principais do seu livro é que você apresenta a homofobia como uma crise cultural, não como um problema pessoal. Nesse caso, como sociedade, que caminhos você identifica como cruciais para lutar contra essa crise?

Sarah Schulman: O mais importante, e isso também vale para as mulheres em geral, é que a sociedade privilegia a família e esse é o problema dos abusos que ocorrem dentro da família, pois é um lugar onde ninguém irá intervir. Mas devemos intervir, porque o que acontece é que a pessoa *queer* na família está sozinha lá dentro, enquanto o resto do mundo tem medo de responder à família porque privilegamos a família patriarcal. Por isso, falo sobre intervenção de terceiros, que é responsabilidade de outros intervir em solidariedade, e confrontar a família, assim como faríamos

em qualquer outro caso, qualquer outro tipo de caso de solidariedade. Essa ideia de que a família é sagrada, e que os vizinhos e os amigos não devem confrontar a família, é isso que precisa mudar, porque a família não é apenas o lugar onde as pessoas experimentam a homofobia pela primeira vez, é onde as pessoas experimentam a violência, o abuso sexual, o sexismo, tudo isso, tudo isso tem origem na família. Portanto, precisamos intervir, e não estou dizendo o Estado, estou dizendo outras pessoas.

4. Outro ponto essencial do seu livro é que você discute a homofobia como um sistema de prazer. Pode nos explicar essa perspectiva?

Sarah Schulman: Claro, quando eu estava analisando a palavra homofobia, que significa medo de homossexuais, certo? Fobia. Eu percebi que todas as vezes que eu vivenciei o que chamamos de homofobia, a outra pessoa não tinha medo. Na verdade, elas desfrutavam de sua supremacia, entende? A homofobia faz com que as pessoas se sintam bem consigo mesmas porque as eleva. Elas sentem que são melhores do que nós. É a mesma experiência com o sexismo, há uma espécie de alegria nisso. Por isso, penso que a homofobia é um sistema de elevação e não de medo.

5. O conceito de interseccionalidade foi introduzido nos estudos de gênero e sexualidade nos últimos anos, e nos permitiu pensar sobre a desigualdade a partir de várias perspectivas. Como você analisa a implicação desse conceito para uma melhor compreensão do fenômeno da homofobia?

Sarah Schulman: Bem, antes de mais nada, quero dizer que acho que a interseccionalidade é uma palavra nova para uma ideia antiga. E a ideia antiga é do feminismo das mulheres de cor. Se olharmos para coisas da década de 1980, como *This Bridge Called My Back*¹, por exemplo, ou *Combahee River Collective*², os primeiros escritos feministas dos anos 1970 e 1980, veremos que as mulheres de cor estão falando sobre interseccionalidade quando dizem que as opressões não podem ser ranqueadas. Mas agora chamamos isso de algo mais genérico, não o chamamos mais de feminismo das mulheres de cor. Portanto, é uma ideia antiga sobre coalizões e, sabe, depende da família, quero dizer, sim, é claro que existem famílias inter-raciais, isso é absolutamente verdade, mas muitas famílias são monorraciais e defendem especialmente a família branca. Bem, agora que temos o casamento gay e a paternidade como algo legal

1 *The Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* é uma coletânea de textos de mulheres negras do feminismo, organizada e publicada por Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa.

2 Foi uma organização do feminismo negro, fundada pela feminista e ativista estadunidense Barbara Smith, com atuação em Boston, capital do estado de *Massachussetts* nos Estados Unidos, no período de 1974 a 1980.

e cada vez mais normal, isso reforça o relacionamento com a família branca, a família iniciadora. Portanto, de muitas maneiras, as estruturas familiares mantêm as separações raciais e de classe. E quando estamos falando de sistemas coletivos, como comunidades, na melhor das hipóteses eles transcendem a matemática. Por exemplo, na minha geração, ao ter que deixar minha família e entrar em uma comunidade lésbica na década de 1970, entrei em uma comunidade que era mais inter-racial e interclasse. Eu não teria experimentado isso se tivesse permanecido como heterossexual em meu ambiente familiar. Portanto, quando a comunidade *gay* era uma experiência coletiva, ela tendia a ser mais diversificada, agora que estamos em famílias privatizadas, famílias homossexuais, são mantidas as mesmas separações de classe e de nível de escolaridade que as pessoas heterossexuais têm. Então, há algo na privatização de uma vida *gay*, isso mantém as distinções de raça e de classe mais do que na experiência coletiva.

6. A homofobia na América Latina é um grande problema. No Brasil, por exemplo, as estatísticas desse tipo de violência são muito altas e crescem a cada ano. Observando em perspectiva comparativa, no que diz respeito à homofobia, você consegue apontar semelhanças e diferenças entre os Estados Unidos e os países latino-americanos?

Sarah Schulman: A homofobia é uma coisa interessante porque as pessoas têm clichês sobre quem é mais

homofóbico do que outras pessoas, mas às vezes eles não são verdadeiros. Sabe, há pessoas de origem muito liberal que não são religiosas porque os pais são muito homofóbicos, e há pessoas de origens religiosas muito conservadoras cujos pais aceitam seus filhos *queer* e trans. Portanto, não é tanto socioeconômico, mas tem a ver com a capacidade dos pais e da família para o amor e a flexibilidade. Na verdade, penso que é mais caracterológico do que sociológico. Sabe, é claro que sabemos que a maior parte da homofobia é religiosa, e a maior parte da homofobia tem a ver com ideias religiosas sobre sexo e poder masculino, portanto, é provável que quanto mais fundamentalista for uma pessoa, maior a probabilidade de ela apoiar coisas anti-gays, mas isso não significa que ela tratará mal os membros de sua própria família. Temos políticos conservadores que votam contra os gays, mas eles têm familiares gays com quem são gentis. Então, isso é mais complicado do que pensamos.

7. Como você vê os impactos da pandemia da Covid-19 e o isolamento social em caso de homofobia familiar?

Sarah Schulman: Isso é interessante. Em meu trabalho anterior, lecionei na *CUNY*³ por vinte e cinco anos, mas não estou mais lá, estou em uma instituição particular agora, durante a pandemia da Covid-19, todos estavam no Zoom⁴,

3 *City University of New York (CUNY).*

4 Aplicativo para realização de reuniões virtuais.

e eu podia ver como meus alunos viviam e eles não tinham privacidade para ter aulas, porque meus alunos eram pobres e da classe trabalhadora, de modo que muitos deles não tinham seus próprios quartos e, portanto, tinham que assistir aula na frente de seus familiares. E isso significava que eles não podiam falar livremente sobre determinados assuntos, porque para as pessoas que moram na casa dos pais enquanto frequentam a universidade, ela acaba sendo um lugar muito importante onde podem ser expressas ideias que não podem ser expressadas em casa. E negar às pessoas seu próprio espaço físico, longe da família, as sujeita a mais opressão em casa. Desse modo, com base na classe social, eu diria que a Covid-19 realmente afetou os alunos *queer* de forma muito mais severa, em termos de falta de privacidade e de liberdade de expressão.

8. Seu livro é uma grande referência nos estudos sobre homofobia familiar. Como você disse, o termo não existia antes de você começar a escrever esse livro. Então, você pretende escrever mais sobre esse tópico no futuro?

Sarah Schulman: Eu acredito que não, porque eu escrevi muito sobre isso em meus romances. Bem, você sabe, o assunto está presente em meus livros de romance. E eu estou mais velha, eu tenho agora sessenta e quatro anos, então eu estou pensando em outras coisas, entende?

REFERÊNCIAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Internacionalização - Capes PrInt**. Plataforma Sucupira. Brasília, DF: CAPES, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxiliosinternacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (orgs.). ***This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color***. 4ed. Albany: State University of New York Press, 2015.

OLIVEIRA, Rayane Dayse da Silva. **A Fenomênica do Espaço Presente nas Violências: Homofobia Familiar e Existência Lésbica**. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

SCHULMAN, Sarah. ***Let the Record Show: A Political History of ACT UP New York, 1987-1993***. 1ed. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2021.

SCHULMAN, Sarah. ***The Cosmopolitans***. 1ed. New York: Feminist Press at CUNY, 2016a.

SCHULMAN, Sarah. ***Conflict Is Not Abuse: Overstating Harm, Community Responsibility, and the Duty of Repair***. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2016b.

SCHULMAN, Sarah. ***Israel/Palestine and the Queer International***. 1ed. Durham: Duke University Press Books, 2012.

SCHULMAN, Sarah. **Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e

sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SCHULMAN, Sarah. **Ties That Bind: Familial Homophobia and Its Consequences**. 1ed. New York: The New Press, 2009.

SCHULMAN, Sarah. **My American History: Gay and Lesbian Life During the Reagan/Bush Years**. 1ed. New York: Routledge, 1994.

Resenha

Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora

MISKOLCI, Richard. *Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora*. São Paulo: Autêntica, 2021.

Moral Battles Identity politics in the technical-mediatizing sphere

MISKOLCI, Richard. *Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora*. São Paulo: Autêntica, 2021.

Alberto Luís Araújo Silva Filho

Universidade de Brasília (UnB)

Doutorando em Sociologia (UnB)

E-mail: albertosilvaterra@hotmail.com





“Batalhas Morais Política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora” é produto da tese de livre-docência do professor Richard Miskolci, defendida na Universidade Federal de São Paulo e agora publicada em formato de livro pela Editora Autêntica. Na obra, o sociólogo centra sua análise na reconfiguração atravessada pela esfera pública brasileira na década de 2010 que acabou por produzir dois efeitos centrais: em primeiro lugar, a conquista de espaço político pela extrema-direita, que encontrou na arquitetura das redes sociais um terreno fértil para a difusão de seu ideário retro alimentador de retórica contrária aos direitos civis, sexuais e reprodutivos; e em segundo lugar, o alcance de protagonismo das demandas por justiça social – notadamente das pautas raciais, de gênero e sexualidade –, ainda que em chave identitária e essencializante, engolfadas na lógica personalista dos likes e compartilhamentos.

Ambos os processos, advindos dos campos conservador e progressista, resultaram, na visão de Miskolci, em um “clima de opinião” contrário à universidade, à ciência e aos intelectuais, instituições e sujeitos de intermediação que tem como missão o alcance da verdade, ainda que essa contrarie crenças e valores arraigados. Ademais, nos dois, os aspectos coletivos das questões sociais são rebaixados em detrimento de reivindicações pessoais, o que faz com que o papel do Estado, do Direito, das políticas públicas

e da saúde pública sejam ignorados, dando precedência à disputa da moralidade e dos costumes e fornecendo a impressão de que, no limite, as escolhas individuais são mais importantes do que decisões tomadas comunitariamente. Logo, criou-se campo ideal para sucessivas vitórias dos adversários do igualitarismo, já que esses se sobressaem em relação às esquerdas quando o foco da discussão é a “moral”, à medida em que apenas reiteram o senso comum.

Para discorrer sobre os seus argumentos, Miskolci contextualiza a emergência do impulso anti institucional e anti partidário que tem dado a tônica do debate público brasileiro, notadamente na web. Seu ponto de inflexão teria sido as Jornadas de Junho no ano de 2013, quando, além de plataformas privadas como o Facebook e o Twitter terem ganho importância em termos de mobilização, houve uma *démarche* da rejeição à política e aos políticos no país. As Jornadas possuíam repertórios de ação inspirados em movimentos ocorridos no exterior como o *Occupy Wall Street* e a Primavera Árabe.

Entretanto, tinham como diferencial a ausência de pauta e liderança claras, o que se assemelha a outras mobilizações difusas ocorridas na história, mas que nessa conjuntura desembocaram no surgimento de movimentos anti políticos à direita e à esquerda, cujo foco da ação passou a se dar nas redes sociais, marcadas, conforme o autor, pelo domínio

dos algoritmos, a comunicação direta através de alguns caracteres, a ausência de hierarquias, desconsiderando o grau de especialidade dos interlocutores em determinados assuntos; e a cultura digital na qual os usuários buscam se tornar “celebridades” (daí a centralidade do termo “protagonismo” na contemporaneidade), mesmo ao custo da credibilidade daquilo que é publicado.

Esses aspectos formam o que Miskolci nomeia de “esfera pública técnico-midiatizada”, constitutiva da nova fase da internet. Antes dos oligopólios como Google e Facebook dominarem esse campo, a comunicação on-line se dava de formas diferentes a depender do contexto virtual na qual o “internauta” estava inserido. Ou seja, perfis distintos para plataformas distintas. Atualmente, um mesmo perfil permite que o usuário se comunique em todos os espaços da mesma forma, colapsando as fronteiras que antes a web replicava do mundo externo. Nessa configuração, os desentendimentos e conflitos são facilitados, bem como o fornecimento de dados para empresas privadas que conseguem assim traçar um perfil alinhado ao consumo visual e material dos seus usuários. O autor ressalta que esse modelo de mercado digital fundamentado na popularidade midiática é uma importação da cultura norte-americana, em particular dos empreendedores do Vale do Silício. Com ele, a experiência de usufruto das mídias se individualiza

ao máximo: dos encontros coletivos nos cinemas, passando pelos encontros familiares em frente à TV, teríamos chegado à conexão direta e altamente personalizada proporcionada pela conexão de internet nos smartphones, fato comercialmente estratégico.

Nesse universo são travadas as chamadas “batalhas morais” em torno de polêmicas como a legalização do aborto, a igualdade de prerrogativas legais entre héteros e homossexuais ou a educação sexual nas escolas. Em meio a essas disputas, líderes de extrema-direita se portam como empreendedores morais responsáveis por difundir o pânico em torno da chamada “ideologia de gênero”, produção discursiva que remonta a reação da Igreja Católica ao avanço do conceito de “gênero” nas conferências internacionais durante a década de 1990. Esse pânico é propagado com base na noção de que mulheres feministas e pessoas LGBTQs representam uma ameaça à “família tradicional” conforme reivindicam os seus direitos. Para Miskolci, frente a todo esse temor é necessário questionar quem são aqueles que saem ganhando. No caso brasileiro, é visível o quanto o “pânico moral” ajudou a eleger ao posto de Presidente da República o ex-deputado Jair Bolsonaro em 2018. Afinal, o “fantasma” da “ideologia de gênero” aparecera não apenas em sua campanha mas também no seu discurso de posse.

Logo, a esfera pública técnico-midiatizada tem sido um espaço de trunfos para os conservadores.

Do outro lado do espectro, tem-se os defensores da importância das agendas repudiadas pela extrema-direita, mas que no âmbito da esfera pública técnico-midiatizada tem atuado igualmente alinhados a preceitos neoliberais e autoritários. O sociólogo argumenta, de forma controversa, que assim como seus oponentes, os progressistas identitários repudiam o conhecimento científico e o papel dos pesquisadores, concedendo mais importância para a associação entre identidade, experiência e conhecimento e reiterando identidades essencializadas como forma de promoção da luta política. Atuando sob esse prisma valeria, portanto, desqualificar oponentes intelectuais com base em seu fenótipo, pertencimento geográfico ou suposta “identidade de gênero” (“branco”, “cis”, “sulista”, “sudestino”), mesmo que esses tenham histórico de pesquisas ou atuação em movimento social sobre determinado tema. Esse comportamento teria transbordado as redes sociais e se mostrado de modo presente também no universo acadêmico, atingido sobremaneira os estudos sobre gênero e sexualidade e tendo como consequência a censura de temas, obras, autores e opiniões dentro e fora das salas de

1 Richard Miskolci discorda da possibilidade de existência de uma “identidade de gênero”, na medida em que “gênero” é algo recursivamente imposto, não permitindo processos de identificação.

aula. Para Miskolci, para além da disputa equivocada por “justiça social”, esse tipo de atitude no ambiente universitário visaria criar uma reserva de mercado em alguns nichos de análise e estudo.

Miskolci equívale os “identitarismos” com os conservadorismos, quando os efeitos que ambos possuem na conjuntura brasileira em termos de ganhos políticos são distintos. Conforme ele, ao invés de apostar no diálogo e no convencimento, os ativismos identitários estariam focando na imposição vocabular e comportamental e no “linchamento moral” daqueles que discordam de suas posições. Seguindo na linha algoz-vítima e incorporando uma superioridade moral absolutista, os novos ativistas progressistas teriam ajudado a aumentar a rejeição social às pautas de gênero, sexualidade e raça e fomentaram o crescimento dos adversários da democracia e da ciência no Brasil.

O empreendedorismo de si e a consolidação de identidades vitimadas, instrumentos neoliberais alastrados pelas redes, terminariam por compor esse perfil de uma luta essencializada por reconhecimento. Essa agenda individualista, que transfere problemas sociais e estruturais para a responsabilidade dos sujeitos, teria originado um vocabulário identitário. Deste, o autor elege três noções consideradas basilares linguístico a fim de problematizá-las: “local de fala”, “experiência” e “cisgeneridade”.

Segundo o autor, “local de fala” não significa autoridade para argumentar sobre um determinado assunto. Essa autoridade decorre do estudo e da pesquisa dedicados, por vezes anos a fio, em torno dos fenômenos sociais, não importando se o investigador é branco, negro, homem, mulher, hétero ou homossexual. “Cisgeneridade” seria, em seu lugar, um conceito sem bases empíricas, tendo em vista que, além de realçar o essencialismo identitário opondo pessoas cis e trans, infere uma concordância do sujeito com o seu gênero que na prática não pode ocorrer haja vista que a generificação ocorre através de uma imposição com a qual nos mostramos discordantes em diferentes momentos ao não se adequar ao que se espera de um “homem” ou uma “mulher”. A “experiência”, por fim, é aquilo que constitui o sujeito, não sendo esse responsável por constitui-la do ponto de vista sociológico. Assim, tal categoria não pode ser tomada como posse de alguém para dominar a fala e a verdade em determinado campo.

Importa dizer nessa breve resenha que Richard Miskolci é há décadas estudioso das relações de gênero e sexualidade, o que lhe dá olhar acurado acerca das estruturações mais recentes da universidade e do campo político frente a essas temáticas. O autor, inserido na área da Sociologia, tem, em sua tese, o intuito de problematizar consensos e noções que parecem irretocáveis nos estudos de gênero e sexualidade

e nos movimentos sociais. Ao polemizar o foco moderno no indivíduo, Miskolci não quer fazer significar que as vivências dos sujeitos quando o assunto é gênero, sexualidade e raça devam ser relegadas a um segundo plano, em uma pretensa restauração positivista. Inspirado em Joan Scott, afirma que as experiências enquanto tais devem ser vistas como ponto de partida e não de chegada da reflexão sociológica. Não são elas que proveem titularidade moral e científica e tampouco consciência política para fazer frente às estruturas de dominação. Nesse sentido, o intelectual tem sim – e Miskolci aqui recorre à Gayatri Spivak – um papel que é de representação dos que sofrem as opressões, para além da função de produtor de conhecimento sobre suas realidades.

Miskolci aponta que ao invés de essencializar é necessário desconstruir identidades, algo que está suposto como potencialidade do conceito de “gênero”. O erro dos ativismos identitários tem sido reificar as nomeações atribuídas pelos dominantes, solidificando as dicotomias entre opressores e oprimidos e abandonando a possibilidade de construir alianças políticas com fins de libertação. Com isso, mais uma vez realça a importância dos saberes históricos e sociológicos no objetivo de desvelar as origens e as formas de desenvolvimento de categorias que conceitos como parte inerente da realidade social.

Contudo, é necessário ressaltar que ao tratar das noções de “cisgeneridade” e “local de fala”, que tem circulado principalmente entre ativistas feministas, negros e LGBTQIA+, o autor esquece de notar a sua importância para além da reflexão teórica. A oposição cis trans bem como a importância da identidade daquele que enuncia os discursos surgem como forma de nomeação para o incômodo dos que foram historicamente marginalizados e que vem sofrendo todas as consequências dos processos de generificação e racialização. Pois esses e outros conceitos que emergem na esfera pública técnico-midiatizada são politicamente estratégicos ainda que possam recair na produção de novas ontologias fixas. Resta questionar então se esse essencialismo estratégico continuará sendo a melhor maneira de disputar com os professores do negacionismo.

REFERÊNCIAS:

MISKOLCI, Richard. *Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora*. São Paulo: Autêntica, 2021.

